

**DA LÍNGUA GERAL AO PORTUGUÊS:
PARA UMA HISTÓRIA DOS USOS SOCIAIS DAS
LÍNGUAS NA AMAZÔNIA**

JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

INSTITUTO DE LETRAS

UERJ

2003

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE LETRAS

**DA LÍNGUA GERAL AO PORTUGUÊS:
PARA UMA HISTÓRIA DOS USOS SOCIAIS DAS LÍNGUAS NA AMAZÔNIA**

por

JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

Tese de Doutorado em Literatura Comparada apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras

Orientador
Professor Ivo Biasio Barbieri

UERJ

1º Semestre de 2003

*Para Elisa, que foi embora, sem conhecer essa história,
que era sua.*

*Para Maria José, que para torná-la sua, precisava
conhecê-la.*

*Para Consuelo, que vindo de outra história,
ajudou a construir essa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Ivo Barbieri, que a partir da leitura de um artigo de minha autoria, publicado na França, em 1983, sugeriu, incentivou e acompanhou a produção dessa tese.

A Aryon Rodrigues, pela leitura crítica e generosa de alguns textos por mim produzidos relacionados ao tema, e pelos comentários valiosos, muitos dos quais foram aqui incorporados.

A Jurgen Heye (UFRJ), em cujo seminário de Sociolingüística foi possível discutir alguns princípios que norteiam esse trabalho, e a José Luís Jobim, cuja disciplina motivou a reflexão sobre literatura e identidade.

Aos colegas do GT Historiografia da Lingüística Brasileira da ANPOLL, pelo espaço criado para o debate sobre Língua Geral, onde alguns tópicos desse trabalho foram apresentados e discutidos.

Ao historiador Ruggiero Romano, em cujo seminário na École Des Hautes Études en Sciences Sociales tive a oportunidade de discutir a relação entre as políticas de línguas e de mão-de-obra.

A CAPES, que me permitiu participar das disciplinas ministradas por Maurice Godelier, Pierre Villar e M. Leenhardt., na École des Hautes Études en Sciences Sociales, e desenvolver pesquisas em arquivos franceses, portugueses e espanhóis.

A Maria Yedda Linhares, que como professora me despertou o gosto pela história, e como pesquisadora, me permitiu descobrir os índios nos arquivos regionais.

Ao historiador Marcelo Abreu, pela leitura atenta desta tese e pelas valiosas sugestões oferecidas.

Aos meus ex-alunos do Curso de História da Universidade do Amazonas, simbolizados na pessoa de Geraldo Sá Peixoto Pinheiro, agradeço a amizade, os sonhos compartilhados e a interlocução inteligente durante o tempo de convivência acadêmica.

Às bibliotecárias do Museu do Índio: Maria da Penha Ferreira, Maria Inês Fraga e Lúcia de Oliveira; ao Sr. Eliseu, do Arquivo Nacional; ao Pedro, da biblioteca do IHGB; ao Luís, da biblioteca da ABL e aos funcionários do Gabinete Português de Leitura, que me facilitaram o acesso à documentação.

A Helena Cardoso, Valéria Luz da Silva e Blanca Dian, cujo trabalho no Programa de Estudos dos Povos Indígenas, deu condições para a finalização dessa tese.

A Marlene da Silva Mattos, pelo trabalho temperado de dedicação, que me liberou para a pesquisa.

Um agradecimento todo especial a Therezinha Valadares, pela confiança depositada, que lhe deu o direito de cobrar implacavelmente os resultados.

Aos falantes de Nheengatu, na pessoa de José Parel, índio saterê-mawé, perdido na periferia de Manaus, com quem convivi na minha infância, e de quem ouvi as primeiras palavras nessa língua.

SINOPSE

Análise da trajetória das línguas na Amazônia brasileira e da situação de contato entre elas, com uma proposta de periodização das diferentes políticas de línguas, destacando a expansão da LGA – Língua Geral Amazônica no período colonial, e seu declínio no século XIX, em detrimento da língua portuguesa, que se torna, então, hegemônica.

“Y entonces, coléricos,
nos desposeyeron,
nos arrebataron lo que habíamos atesorado:
la palabra, que es el arco de la memoria” .

(Autor anônimo de Tlatelolco – México)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 - O tema e o problema
- 1.2 - Os objetivos e o campo de estudo
- 1.3 - Revisão das fontes
- 1.4 - O estado da questão
- 1.5 - A estrutura do trabalho

2. AS LÍNGUAS NA AMAZÔNIA E SUA HISTÓRIA SOCIAL

- 2.1 - A história do uso da língua
- 2.2 - O quadro de línguas na Amazônia
 - 2.2.1 - As línguas indígenas: o rio Babel
 - 2.2.2 - A introdução da língua portuguesa
 - 2.2.3 - A formação da Língua Geral
- 2.3 - Línguas em contato: as mudanças
 - 2.3.1 - A LGA: uma língua supraétnica
 - 2.3.2 - As línguas locais ou vernáculas
 - 2.3.3 - O português regional: a ‘meia-língua’
- 2.4 - Línguas em expansão e ‘línguas anêmicas’

3. A POLÍTICA E O REORDENAMENTO DE LÍNGUAS

- 3.1 - O campo da política de línguas
- 3.2 - A extensão da Língua Geral Amazônica
 - 3.2.1- A visão dos viajantes
 - 3.2.2 – A representação dos tupinólogos
 - 3.2.3 – O debate lingüístico
- 3.3 - A trajetória histórica: proposta de periodização
 - 3.3.1 – Os intérpretes e as ‘línguas travadas’
 - 3.3.2 – Tupinambá: o latim da terra
 - 3.3.3 – A Língua Geral: língua da catequese
 - 3.3.4 - As tentativas de portugalização
 - 3.3.5 - A hegemonia do português e a escola
- 3.4 - As línguas e o Estado
- 3.5 - As línguas e suas funções

- 4. A LGA NO SÉCULO XIX: A HEGEMONIA PERDIDA
 - 4.1 - De volta à aldeia
 - 4.2 - A questão demográfica
 - 4.3 - O mapa da LGA
 - 4.4 - No meio urbano, o bilingüismo
 - 4.4.1 - Belém, uma cidade cabocla
 - 4.4.2 - Manaus, uma cidade tapuia
 - 4.4.3 - Os usos e os espaços
 - 4.5 – A LGA nas vilas e povoações
 - 4.5.1 - No Baixo Amazonas, os ‘civilizados’
 - 4.5.2 - No Alto Amazonas, os ‘tapuios’
 - 4.6 – Nas aldeias: os ‘índios mansos’
 - 4.7 – O declínio da LGA

- 5. CONCLUSÃO
- 6. BIBLIOGRAFIA

RESUMO

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada.

Esta tese aborda a trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira, com uma avaliação do contato entre elas, discutindo as tensões entre as línguas indígenas, a Língua Geral Amazônica (LGA) e a língua portuguesa. Busca desenhar o mapa do deslocamento lingüístico ocorrido com a população regional ao longo do período colonial, quando a LGA desempenhava funções de comunicação interétnica e se encontrava em pleno processo de expansão. Utiliza dados de demografia histórica para demonstrar como o declínio da LGA ocorre somente no século XIX, perdendo então a sua hegemonia para a língua portuguesa.

Para dar inteligibilidade a esse processo, o trabalho identifica as linhas gerais das diversas políticas de línguas, analisando como as diferentes instâncias de poder interferiram nos destinos delas. Esta identificação serviu para estabelecer uma proposta de periodização, acompanhando o processo de reordenamento lingüístico da Amazônia, no qual a LGA desempenha um papel fundamental por estar presente em todas as fases do processo.

A abordagem se situa no campo da história social da linguagem, uma área transdisciplinar, que trabalha as fontes históricas, usando conceitos formulados pela sociolingüística.. Seu foco central incide sobre a história externa das línguas, de seus usos e de suas funções, buscando identificar as razões do processo de expansão de umas, em detrimento da extinção de outras.

RESUMEN

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada.

Esta tesis aborda la trayectoria histórica de las lenguas en la Amazonía brasileña, con una evaluación del contacto entre ellas, discutiendo las tensiones entre las lenguas indígenas, la *Língua Geral Amazônica* (LGA) y la lengua portuguesa. Se propone esbozar el mapa del desplazamiento lingüístico ocurrido en la población regional a lo largo del período colonial, cuando la LGA desempeñaba funciones de comunicación interétnica y se encontraba en pleno proceso de expansión. Utiliza datos de demografía histórica para demostrar como el declive de la LGA ocurre solamente en el siglo XIX, al perder entonces su hegemonía para la lengua portuguesa.

Para dar inteligibilidad a ese proceso, el trabajo identifica las líneas generales de las diversas políticas de lenguas, analizando como las diferentes instancias de poder interfirieron en sus destinos. Esta identificación sirvió para establecer una propuesta de distintos períodos, observando el proceso de reordenamiento lingüístico de la Amazonía, en el que la LGA desempeña un papel fundamental por estar presente en todas las fases del proceso.

El enfoque se ubica en el campo de la historia social del lenguaje, un área transdisciplinar, que trabaja las fuentes históricas, usando conceptos formulados por la sociolingüística. Su foco central incide sobre la historia externa de las lenguas, de sus usos y de sus funciones, buscando identificar las razones del proceso de expansión de unas, en detrimento de la extinción de otras.

ABSTRACT

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras, 2003. Tese de Doutorado em Literatura Comparada.

This dissertation deals with the historical trajectory of the languages in the Brazilian Amazon region. It analyzes the contact processes among them, focusing on the tensions involving indigenous languages, the Amazon General Language - Língua Geral Amazônica (LGA)-, and the Portuguese language. It aims at drawing a map of the linguistic movement made by natives during the Brazilian colonial period, when the LGA functioned as a means to achieve interethnic communication at the same time it was rapidly spreading. The research makes use of historical demography data to show that the fall of the LGA started taking place only in the 19th century, when it lost its hegemony to the Portuguese Language.

In order to provide intelligibility to this process, the research tries to identify the guidelines of the several language policies, analyzing the ways the different power levels influenced the destiny of these languages. This identification process helped in determining a suggestion of periods, which is based upon the linguistic rearrangement in the Amazon, considering that the LGA played a decisive role throughout the entire process.

The approach developed here may be located within the field of the social history of the language, a transdisciplinary area, which deals with historical sources through the concepts of sociolinguistics. Its main focus is on the external history of the languages, their uses and functions, trying to identify why some of these languages spread out while some die out.

1. INTRODUÇÃO

*“Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
ficará de tua glória? Nem herdeiro
De teu renome? – Sim, recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio: não se acabe
A língua, o nome português na terra”.*

Almeida Garrett, 1825 (‘Camões’, X, 21)

1.1 – O tema e o problema

Uma herança européia - a língua portuguesa - foi legada ao Amazonas, através de um testamento feito em 1580, num cenário imaginário, onde o poeta Luiz Vaz de Camões agonizava em seu leito de morte. A ‘abertura do testamento’ só ocorreu em 1825, quando o ‘inventariante’, João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), o primeiro representante do Romantismo em Portugal, fez a leitura pública do seu poema intitulado *Camões*. Nele, constam as disposições testamentárias, estabelecendo os direitos e os deveres do herdeiro, que devia guardar, conservar e usar o bem que lhe era transmitido, para impedir que fosse varrido da face da terra.

No momento em que Camões morria, no século XVI, não havia um único falante de português na Amazônia, mas em seu território eram faladas cerca de 700 línguas indígenas, todas elas ágrafas, depositárias de sofisticados conhecimentos no campo das chamadas etnociências, da técnica e das manifestações artísticas, que eram transmitidos através da tradição oral e de diversos tipos de narrativas. Isso demonstra que o herdeiro instituído havia vivido, até então, sem necessidade do bem europeu que lhe era legado, já que possuía patrimônio equivalente a ele, capaz de cumprir as funções básicas de qualquer língua. O testamento era, por enquanto, uma decisão unilateral do autor da sucessão.

Trinta e seis anos após a morte de Camões, já no século XVII, a língua portuguesa entrou no Grão-Pará, levada por missionários, soldados e funcionários, determinando um novo ordenamento lingüístico em toda a Amazônia. Desde então, os falantes de português na região se tornaram bilíngües, desenvolvendo contatos permanentes com várias línguas indígenas, o que deixou marcas e influências mútuas bastante significativas. Durante todo o período colonial, no entanto, a língua portuguesa, cujas categorias não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região, permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população. Esta situação só mudou a partir da segunda metade do século XIX, quando passou a predominar o monolingüismo na língua européia. Nesse processo, cada novo falante indígena do português implicava vários falantes a menos em língua vernácula, que era abandonada, em uma ou duas gerações, pelos seus usuários

potenciais. Então, centenas de línguas *se acabaram na terra*, para que o português pudesse emergir.

Hoje, no início do século XXI, o português é irreversivelmente hegemônico, mas ainda convive, em território da Amazônia brasileira, com mais de cem línguas indígenas, cujos usuários resistiram e foram capazes de preservá-las, cuidando, zelando e lutando por elas, mesmo em condições históricas adversas. Muitos deles são bilingües, com diferentes níveis de competência na língua portuguesa, e outros continuam monolingües em língua indígena.

Uma dessas línguas, denominada *Língua Geral* ou *Nheengatu*, teve papel histórico marcante, como meio de comunicação interétnica, porque foi ela, e não o português, a principal língua da Amazônia, presente nas aldeias, povoações, vilas e cidades de toda a região. Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens, e desenvolveram a maioria das suas práticas sociais, trabalhando, narrando, cantando, rezando, amando, sonhando, sofrendo, reclamando, rindo e se divertindo nessa língua indígena, que se firmou como língua supraétnica, difundida amplamente pelos missionários, através da catequese. Contou para isso, inicialmente, com o apoio do próprio Estado monárquico, que depois, em meados do século XVIII, modificando sua política, proibiu a *Língua Geral* e tornou obrigatório o uso da língua portuguesa.

No entanto, apesar da decisão política, a *Língua Geral* continuou crescendo, e entrou no século XIX como língua majoritária da população regional. Com a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, cessou sua expansão, e ela começou a se retrair progressivamente, abandonando o espaço urbano e as próprias margens do rio Amazonas, cedendo sua hegemonia, só em meados do século XIX, para a língua portuguesa. Daí em diante, entrou em declínio. Passou então, gradativamente, a ter menos falantes e viu suas funções reduzidas. Demograficamente fragilizada, tornou-se, no século XX, uma '*língua anêmica*', carente do 'sangue' de usuários (Rodrigues, A. 2000:22). Deixou de ser uma língua de expressão regional para cobrir uma área bem menor, limitada ao alto Rio Negro, onde continuou sendo falada, sempre, por índios de diferentes línguas e por representantes da sociedade regional que com eles interagem. A população regional chegou a considerá-la como '*língua de índio*', devido à sua origem e procedência, enquanto os índios a viam como '*língua de branco*', já que foram os missionários europeus que a introduziram no rio Negro, onde anteriormente não havia nenhuma língua tupi (Nimuendaju 1950: 131).

No final do século XX, os falantes de Nheengatu e das demais línguas indígenas conquistaram direitos, que foram consolidados na Constituição Federal promulgada em 1988. O poder político, pela primeira vez na história do país, depois de cinco séculos de relação com os índios, deixou de considerá-los como categoria social em vias de extinção, para reconhecer o direito que têm de manter suas identidades, e de viver de acordo com “*sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições*” (Art. 231). O mesmo texto constitucional obriga o Estado a proteger as manifestações dessas culturas, assegurando às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem nas escolas (Art. 215).

Nesse contexto, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), congregando 42 associações da região, realizou uma assembléia geral, em janeiro de 2000, com a participação de 513 delegados índios, que reivindicaram a oficialização das três línguas indígenas mais usadas na área: o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa. Essas línguas, antes tratadas como ‘moribundas’, foram, então, tonificadas pela vontade organizada de seus falantes, passando por um processo de revalorização e revitalização.

Agora, no século XXI, a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, em sessão realizada no dia 22 de novembro de 2002, aprovou projeto do vereador índio Kamico Baniwa, formulado com assessoria do IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística, declarando o Nheengatu língua co-oficial de São Gabriel da Cachoeira, um município de 112.000 km², maior que Portugal, onde são faladas 22 línguas diferentes. O Conselho Nacional de Educação (CNE), em reunião extraordinária realizada do 11 ao 13 de março de 2003, em Brasília, iniciou os procedimentos para apoiar a implementação da medida. Os órgãos da Prefeitura de São Gabriel e os demais poderes sediados no município são obrigados a usá-la na documentação oficial, juntamente com o português, com prazo de cinco anos para implementá-la. O Nheengatu é, assim, a primeira língua indígena a se tornar oficial numa unidade do território brasileiro, juntamente com o Tukano e o Baniwa, contemplados pela mesma lei. Neste processo de revitalização, ao Nheengatu são atribuídas novas funções, que podem significar novos falantes (Oliveira 2003: 2).

Os fatos aqui expostos demonstram que a partilha do bem herdado – a língua portuguesa - não foi feita em partes iguais, pois nem todos os herdeiros se tornaram titulares

das relações jurídicas concentradas na herança, não havendo, portanto, uma transferência de pleno direito do domínio e da posse do patrimônio legado. A rigor, os ‘herdeiros’ sequer foram consultados para decidirem se queriam recebê-la e substituí-la pelo patrimônio tradicional que já possuíam. Não foram ao cartório, nem sequer tiveram a oportunidade de renunciar ao bem legado, entre outras razões, porque lhes foi vedado o acesso ao conteúdo do testamento, redigido numa língua que desconheciam. Ninguém, porém, é herdeiro contra sua própria vontade, e essa vontade mudou nas duas últimas décadas. Os movimentos indígenas em todo o país, sentindo-se deserdados, estão reclamando o usufruto e a administração da herança, querendo apropriar-se do português, não mais para substituir suas línguas maternas - cujas funções locais de comunicação corrente eles querem manter - mas na condição de uma segunda língua, que permita contato direto com a sociedade nacional e possibilite a interação entre as próprias lideranças indígenas, cujas origens lingüísticas são muito diversificadas. Por isso, as escolas indígenas reivindicam a alfabetização em língua materna, mas querem que seus alunos aprendam a falar, ler e escrever também em português. Dessa forma, o rio Negro – último reduto da Língua Geral – aceita, a partir de agora, apoderar-se da herança deixada pelo *soberbo Tejo*, desde que isso não implique o desaparecimento *da face da terra* de qualquer outra língua indígena, como ocorreu no passado e ainda vem ocorrendo no presente.

1.2 – Os objetivos e o campo de estudo

Os objetivos deste trabalho – se retomamos a metáfora formulada por Almeida Garrett - são, entre outros: a) investigar como e em que medida essa herança européia foi transferida para a Amazônia e o que aconteceu com o patrimônio lingüístico local; b) identificar as razões pelas quais muitos herdeiros não foram plenamente investidos na sucessão; c) conferir o estado de conservação do bem herdado e as alterações que sofreu com o uso; d) e, finalmente, verificar o papel do Estado e da Igreja nesse processo, as circunstâncias históricas, as fases e o tempo de sua duração

Trata-se, portanto, de abordar a trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira, com uma avaliação do contato entre elas, explicitando, de um lado, o processo de tensões entre

a língua portuguesa e as línguas indígenas, e de outro, as políticas de línguas e as formas como as diferentes instâncias de poder interferiram no destino delas, com consequências sobre as marcas identitárias étnica e regional. Dessa forma, se buscará compreender os mecanismos do deslocamento lingüístico ocorrido com a população em várias gerações, para explicar como o *índio tribal* - monolíngüe em língua vernácula, transformou-se em *caboclo* - monolíngüe em português, depois de percorrer caminhos diversos, trocando várias vezes de língua e de identidade durante o percurso, assumindo o bilingüismo e diferentes marcas identitárias - *índio manso*, *tapuia*, *'civilizado'*. A *'certidão de nascimento'* do amazonense e do paraense, como identidade regional, poderá assim ser encontrada, mas para isso é preciso destacar aqui uma das línguas de base indígena - a *Língua Geral* - cuja extensão será dimensionada e cujo mapa será desenhado, localizando o seu raio de ação até o seu declínio, do ponto de vista demográfico, no século XIX.

A formulação desses objetivos obedece a uma abordagem que se situa num domínio relativamente novo do conhecimento, denominado pelo historiador inglês Peter Burke de *'história social da linguagem'* ou *'história social do falar'*, que ele considera como *"um campo promissor para a cooperação interdisciplinar"* (Burke 1995: 26). O seu foco central incide sobre a história externa das línguas, de seus usos e de suas funções, buscando identificar as razões do processo de expansão de umas, em detrimento da extinção de outras. Pesquisas sistemáticas começaram a ser realizadas, com essa perspectiva, na década de 1960, no mundo anglo-saxão, graças ao desenvolvimento de disciplinas que têm sido chamadas diversamente de *'sociolingüística'*, *'etnolingüística'*, *'sociologia da linguagem'*, *'etnografia da fala'* ou *'etnografia da comunicação'*. Essas disciplinas criaram um conjunto de categorias e formularam diversas teorias que vêm sendo ultimamente testadas por vários historiadores, sobretudo europeus, demonstrando que *"a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais"* (Burke 1995: 41).

No Brasil, esse novo campo ainda não foi suficientemente explorado. A historiografia brasileira tem se dedicado, com sucesso, aos aspectos administrativos, políticos e econômicos, sem incorporar, no entanto, a trajetória histórica das línguas ou a evolução de suas funções,

como objeto de preocupação e de análise. As formas e as dificuldades de reprodução da língua portuguesa e das línguas indígenas em território brasileiro, e sobretudo a situação de contato entre elas, também não mereceram uma atenção maior dos historiadores, para quem o tema não tem sido considerado relevante, embora sem ele não seja possível compreender o processo de interação conflituosa entre índios e colonizadores, ou revelar determinados componentes das matrizes formadoras da nacionalidade.

A própria história da literatura não tem problematizado a questão, deixando de fora as manifestações literárias orais e até mesmo as escritas em *Língua Geral* e em outras línguas indígenas. É que o preconceito em relação às línguas indígenas, presente no discurso fundador da nacionalidade brasileira, se estende às manifestações literárias orais, consideradas como ‘tecnicamente subdesenvolvidas’ e ‘culturalmente atrasadas’, ficando desta forma de fora da história da literatura nacional. Esse discurso só continua sendo hegemônico ainda hoje, devido, entre outras razões, ao fato de não ter sido ainda avaliado o lugar da língua no ordenamento social, e ao desconhecimento das trajetórias da língua portuguesa e das línguas indígenas em solo brasileiro. Daí a importância de desenvolver o campo de estudo da história social das línguas, que discuta suas relações com as manifestações literárias, sejam elas escritas ou orais.

1.3 – Revisão das fontes

As fontes para uma história social das línguas no Brasil, manuscritas e impressas, estão dispersas pelos arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros. Para apresentá-las de forma organizada e concisa pode ser útil recorrer à periodização proposta por Francisco Iglésias (2000), embora como adverte o próprio autor, não se possa fugir de um certo esquematismo, comum em todas as tentativas de tal natureza. Ele sugere a existência de três grandes momentos da historiografia brasileira, cujos recortes cronológicos estão relacionados com os procedimentos metodológicos da disciplina e o processo de sua institucionalização. Neles, podemos situar as obras de referência sobre o tema:

1) O período de 1500 a 1838 começa com a chegada dos primeiros europeus e termina com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Cobre, portanto, toda a época colonial e o início do estado nacional brasileiro. São três séculos e mais de três décadas, marcados por uma produção caracterizada, no que diz respeito à historiografia, “*por certo número de livros que são mais crônicas históricas que história, mais fontes que obras elaboradas*” (Iglésias 2000: 23).

Do ponto de vista da história social das línguas na Amazônia, o período abarca um sem-número de tópicos: os primeiros contatos dos índios com várias línguas européias, o uso dos intérpretes, a escolha de uma língua de comunicação interétnica, a expansão e o apogeu da Língua Geral, as tensões com o idioma português e a extinção de muitas línguas indígenas. As crônicas, no entanto, trazem informações dispersas e fragmentadas sobre esse processo, cujo teor depende em grande medida do interesse e da formação do observador. Os relatos dos missionários jesuítas, as narrativas dos capuchinhos franceses e até mesmo os registros dos cronistas das expedições espanholas são particularmente ricos quanto aos dados sobre os usos de algumas línguas. Da mesma forma que o são as notícias geográficas, as relações históricas e os roteiros de viagens de funcionários da Coroa Portuguesa – ouvidores, intendentess, governadores, além dos diários e itinerários das visitas pastorais de vários bispos do Pará. Seus autores, porém, como regra geral, refletindo o pensamento dominante da época, manifestam uma visão etnocêntrica sobre os índios e suas formas de expressão.

Algumas crônicas relevantes sobre o tema estão indicadas na ‘*Bibliographia da Língua Tupi ou Guarani também chamada Língua Geral do Brazil*’, organizada em 1880 por Alfredo Valle Cabral, onde constam 302 obras impressas e manuscritas, elaboradas no período de 1555 a 1880, quase todas relacionadas à produção de gramáticas, vocabulários, dicionários, listas de palavras, catecismos, sermões, orações e hinários (Cabral: 1880). O catálogo, no entanto, dirige seu foco para o litoral brasileiro e o Estado do Brasil, alcançando o Grão-Pará só marginalmente. Dessa forma, omite as crônicas espanholas do século XVI, algumas das quais – é verdade – acabavam de ser publicadas naquele momento, graças às pesquisas de Jimenez de la Espada, que as havia localizado no *Archivo General de Indias*, em Sevilha, do qual era diretor. Deixa também de mencionar muitas fontes francesas, inglesas e holandesas dos séculos XVI e XVII, indispensáveis para compor o quadro de contato das línguas indígenas com as línguas européias. Ficou de fora ainda toda a documentação administrativa,

em grande parte manuscrita, valiosa para acompanhar a política de línguas de Portugal, composta pela correspondência dos governadores com a Metrópole, e pelo arcabouço jurídico colonial representado por alvarás, cartas régias, ordenações, cédulas reais, decisões, que fazem parte dos acervos, entre outros, da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. De qualquer forma, o catálogo de Valle Cabral significou uma contribuição importante porque, embora com lacunas, constitui a primeira tentativa de ordenamento da bibliografia sobre o tema, facilitando o acesso do pesquisador a um conjunto de trabalhos. Uma parte deles será usada aqui nos capítulos segundo e terceiro.

2) O período de 1838 a 1931 é marcado pela forte influência exercida pelo IHGB, que organizou a busca sistemática de documentos históricos em todo o Brasil e no exterior, mandando fazer cópias de muitos deles em arquivos europeus, repatriando outros e divulgando os mais importantes em sua *Revista* publicada com rigorosa periodicidade desde 1839. Promoveu ainda vários congressos, reunindo muitos historiadores, entre os quais os de maior destaque foram o Primeiro Congresso de História Nacional (1914), cujos *Anais* têm cinco tomos, e o Quarto Congresso (1949), que gerou uma publicação de 13 tomos. Nesse período, portanto, se constituem os fundamentos da historiografia nacional, que reservou um lugar de destaque para os estudos relativos às línguas, criando um espaço acadêmico dedicado à *tupinologia*, o que se torna particularmente significativo, se considerarmos a descontinuidade do processo.

Quanto à história social da língua, é neste período que a *Língua Geral* perde a hegemonia para o português em toda a Amazônia, mas também é nesse momento que se discute a questão da identidade nacional vinculada à língua falada e escrita pelos brasileiros. Talvez, por isso, ele seja um período particularmente fértil. O próprio Imperador D. Pedro II, autor do artigo '*Quelques notes sur la langue tupi*', redigido em francês e publicado em Paris, retomando iniciativa anterior de Varnhagen, recomendou ao IHGB que reunisse "*todas as notícias referentes à língua indígena, interessantes e úteis pela originalidade e pelos preciosos dados que pudessem administrar à Etnografia do Brasil*". A língua indígena, assim no singular, era a *Língua Geral*. As demais, consideradas meros 'dialetos', mereceram também uma recomendação especial. O Imperador indicou que "*se elaborassem gramáticas e*

um *Dicionário Geral dos diferentes dialetos falados pelos índios brasileiros*” (Silva 1966: 24). Os resultados foram a imediata recuperação e circulação de informações sobre as línguas, com produção de conhecimentos através de inúmeras contribuições originais, a descoberta de documentos até então desconhecidos, e a reedição de alguns textos clássicos: dicionários, gramáticas e catecismos, que foram inventariados pelo trabalho citado de Valle Cabral, complementado posteriormente por Ayrosa (1943) e J. Romão da Silva (1966).

Entre os trabalhos originais, podemos encontrar a literatura dos viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia no século XIX, além da produção de um grupo de *tupinólogos* vinculados direta ou indiretamente ao IHGB, muitos dos quais recolheram narrativas orais em *Língua Geral*, como Von Martius (1794-1868), Freire Alemão (1797-1874) Batista Caetano (1826-1882), Couto de Magalhães (1837-1898), Charles Hartt (1840-1878), Pedro Sympson (1840-1892), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Stradelli (1852-1926) e Brandão Amorim (1865-1926). Alguns deles estudaram as crônicas do século XVI, redigindo notas preliminares sobre aspectos lingüísticos que muito auxiliaram os historiadores, como o fez Batista Caetano com os relatos de Jean de Léry e Fernão Cardim. Suas obras estão referenciadas no *‘Apontamentos para a Bibliografia da língua tupi-guarani’*, organizado em 1943 por Plínio Ayrosa, que ampliou a lista de Cabral, acrescentando livros editados em vários países e em várias línguas, num total de 585 títulos. Ayrosa concluiu que a língua por ele denominada de tupi-guarani era *‘bibliograficamente pobre’*, em relação à importância que teve para a história do país (Ayrosa 1943: 7).

No período que coincide com o ciclo do Império, é possível também localizar as fontes clássicas dos estudos literários, que foram trabalhadas recentemente por Acízelo de Souza (1999), constituídas sob as designações disciplinares de *retórica* e *poética*. Entre elas, há um destaque para Joaquim Norberto Sousa Silva (1820-1891), um dos primeiros estudiosos de história da literatura no país, autor de vários textos sobre poesia, catequese e educação indígenas, além de um ensaio intitulado *‘A língua brasileira’*. É também o momento em que redobra o interesse pelas narrativas orais, em Nheengatu, que foram coletadas, mas muito pouco estudadas, e em que o paraense José Veríssimo (1857-1916), publica seis volumes de *Estudos da literatura brasileira*, entre 1901 e 1907, com reflexões sobre o português regional e sobre a *Língua Geral*. Na mesma época, o engenheiro e tupinólogo baiano, Teodoro Sampaio (1855-1937), publicava *‘O Tupi na Geografia Nacional’*, cuja primeira edição é de

1901, seguido anos depois do artigo '*A língua portuguesa no Brasil*' (1931). Alguns dos trabalhos desse período nos serão aqui úteis, sobretudo nos capítulos terceiro e quarto.

3. O terceiro período da historiografia brasileira se estende até os nossos dias, começando em 1931, com a reforma do ensino feita pelo ministro Francisco Campos, cuja repercussão se fez sentir em todos os níveis da educação escolar. No grau superior, surgem as universidades e as faculdades de letras, educação, filosofia, ciências econômicas e ciências sociais, que abrigam cursos de história, dispostos a combater o "*amadorismo ou beletrismo*" ainda dominantes. Apesar da precariedade inicial dos cursos, dirigidos muito mais à didática do ensino de história do que à formação de pesquisadores, a pesquisa histórica vai paulatinamente deixando de ser "*lazer de intelectuais*", interessados no culto idealizado do passado, patriótico ou genealógico, para ser realizada por especialistas com formação mais rigorosa, que buscam o "*entendimento do real sentido da história*". É quando aparecem em livro os dois maiores historiadores de sua geração - Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, cujas obras marcaram o pensamento e a historiografia brasileira (Iglésias 2000:188, 200).

No que diz respeito à história social da língua, vale salientar a série de publicações de fontes coloniais manuscritas, até então inéditas, organizadas pela Universidade de São Paulo (USP), que criou, em 1935, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a cadeira de *Etnografia e Língua tupi-guarani*, cujo primeiro titular foi Plínio Ayrosa (1895-1961), autor de uma obra copiosa, iniciada com *Primeiras Noções de Tupi* (1933). Movimento idêntico ocorreu em várias outras instituições do país, como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal da Bahia e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Na Bahia, o professor de Língua Tupi foi Frederico G. Edelweiss (1892-1974), que estudou na década de 1940 a etnonímia tupi e publicou, entre outros, um ensaio esclarecedor - *Estudos tupis e tupi-guaranis* (1969) - onde polemiza com Plínio Ayrosa sobre vários aspectos relacionados ao tupinambá, à *língua geral* e ao guarani. Na PUC do Rio de Janeiro, o regente da disciplina foi o padre A. Lemos Barbosa, autor de um *Curso de Tupi Antigo* (1956) e do *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* (1951). As obras editadas até 1953 constam da bibliografia de tupi-guarani de Plínio Ayrosa, que foi então atualizada, com a colaboração de vários estudiosos, entre os quais, Aryon Rodrigues, Carlos Drummond e Lourdes Joyce,

identificando um total de 897 trabalhos impressos e 54 manuscritos, elaborados no período de 1500 a 1953 (Ayrosa 1954).

Depois deste último levantamento de Plínio Ayrosa, foi publicado, em 1987, *O Guarani - uma bibliografia etnológica*, com 1163 títulos, cobrindo o período de cinco séculos, referentes especificamente à cultura guarani. Eles foram ordenados em cinco categorias, de acordo com a natureza de sua produção, discriminando as fontes - conquista, missionária, dos viajantes, antropológica e etno-histórica - com dados também sobre a produção originária do mundo hispânico e, mais precisamente, do Paraguai (Meliá et alii: 1987). Trata-se de um instrumento de pesquisa de grande utilidade, que ajudou a localizar alguns relatos usados aqui, particularmente no que se refere à extensão da *Língua Geral*.

Nenhuma outra bibliografia comentada de obras sobre línguas de filiação tupi foi publicada posteriormente. No entanto, a produção nesse campo cresceu amplamente com a criação do Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), em 1961, e de áreas de estudos das línguas indígenas em outras instituições do país como a UNICAMP e diversas universidades federais: de Brasília, Goiás, Pernambuco, Pará, Santa Catarina e no Museu Goeldi, no Pará. Em 1987 é lançado o Programa de Pesquisa Científica sobre Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB), formalizado dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que dá um novo impulso aos estudos lingüísticos (Franchetto: 2000).

Usando critérios similares aos de Ayrosa, podemos estimar em mais de 3.000 os títulos de livros e artigos relacionados ao tema, publicados em cinco séculos. No entanto, uma avaliação sumária dessas obras mostra que elas são basicamente de cunho filológico-lingüístico, pertencentes ao campo da dialetologia, ou do que poderia ser denominado como *'história interna'* da língua, compreendendo noções gramaticais, vocabulários, catecismos e doutrinas. Aryon Rodrigues, realizando balanço do que foi publicado até 1996, concluiu que *"afora alguns trabalhos descritivos e lexicográficos, e algumas coletâneas de textos, quase nada foi feito ainda de investigação sistemática sobre essas línguas, nem do ponto de vista sócio-histórico, nem do lingüístico-histórico"* (Rodrigues 1996: 13).

A ausência de pesquisas sobre a história externa das línguas não se deve, porém, à inexistência de fontes primárias, como demonstram os guias, catálogos, inventários, índices e outros instrumentos de pesquisa que se multiplicaram em todo o continente americano,

sobretudo na última década, como parte dos projetos desenvolvidos pela comemoração do Quinto Centenário. No Brasil, o projeto *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros*, de caráter interinstitucional e interdisciplinar, elaborado pela USP, mapeou a documentação em 140 arquivos localizados em acervos das capitais dos estados brasileiros, com exceção de Tocantins, Amapá e Roraima. Durante três anos, equipes de pesquisadores vinculados a universidades públicas, vasculharam 673 coleções e fundos, buscando agregar informações documentais sobre a temática da história dos índios no Brasil (Monteiro: 1994). Uma parte significativa da documentação encontrada se refere ao uso da força de trabalho indígena, que tanta repercussão teve sobre os destinos das línguas, mas existe também um material específico sobre as línguas indígenas e a política de línguas, tanto da Coroa Portuguesa, quanto do Estado brasileiro. Ela é expressiva, sobretudo, em 25 arquivos do Rio de Janeiro, quase todos de porte nacional, onde uma equipe de dez pesquisadores, coordenada pelo Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ, trabalhou no período de 1992-1994, encontrando uma vasta documentação, ainda que dispersa, de interesse etnohistórico e etnolingüístico, que foi objeto de uma publicação – *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro* (Freire 1995-1996).

Os acervos mais ricos no que se refere às línguas indígenas pertencem ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional, ao IHGB e ao Museu do Índio. São originais manuscritos e datilografados, produzidos nos três períodos citados e cópias em microfilmes, de trabalhos clássicos na área de etnolingüística e da etnohistória, que foram reproduzidos de arquivos europeus, como dicionários, gramáticas, vocabulários, catecismos, poesias, hinários, compêndios de doutrina cristã, apontamentos, artigos e estudos diversos sobre as línguas indígenas, além de, no caso do IHGB, artigos manuscritos enviados para a *Revista* da instituição, alguns deles publicados e outros inéditos. Uma notícia sobre esses documentos foi tema de uma comunicação apresentada no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), no Grupo de Trabalho *Historiografia da Lingüística Brasileira* (Freire 1998).

Em arquivos de Portugal – sobretudo no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca e Arquivo de Évora existe uma expressiva documentação relacionada à política de línguas: alvarás, cartas régias, decretos, ordenações que compõem o discurso legislativo da Coroa Portuguesa sobre as línguas indígenas e a Língua Geral Amazônica, além de informes e

relatos de missionários com registros lingüísticos produzidos no período. Material similar pode ser encontrado na Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Uma parte dele já foi trabalhada para um artigo publicado na revista *Amerindia*, da Universidade Paris VIII (FREIRE:1983). Outra pequena parte foi incorporada neste trabalho, conforme consta nas citações no corpo do trabalho.

No entanto, nem no Brasil nem em Portugal houve resultado similar ao obtido pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* da Espanha, que selecionou, transcreveu e publicou *Documentos sobre Política Lingüística en Hispano América (1492-1800)*, criando um instrumento de pesquisa, que coloca o conteúdo de 129 documentos valiosos ao acesso dos pesquisadores (Solano 1991). Mas um esforço sistemático começa a ser feito, a partir do 1º Colóquio sobre Línguas Gerais, realizado em agosto de 2000, no Rio de Janeiro. O evento discutiu a política lingüística e a catequese na América do Sul no período colonial, reunindo comunicações de pesquisadores de várias instituições que estão trabalhando sobre o tema, como a Universidade de Munique, o Museu Goeldi, a USP e as duas universidades organizadoras – a UERJ, através da Coordenação de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Estudos dos Povos Indígenas, e a UFRJ, através do Programa de Pós-Graduação em Lingüística. (Freire & Rosa 2003). Finalmente, cabe registrar também que no mês de maio de 2003, uma instituição inglesa - *Endangered Languages Documentation Programme* – aprovou o projeto '*Documentação de cinco línguas tupi urgentemente ameaçadas*', elaborado por Denny Moore, coordenador da área de lingüística do Museu Paraense Emilio Goeldi, destinando recursos substanciais para o estudo das línguas Mekens (23 falantes atuais), Ayuru (10 falantes), Purobora e Mondé (3 semi-falantes cada uma) e Xipayá (1 falante) (Moore:2003).

1.4 – O estado da questão

As fontes primárias para uma história social das línguas no Brasil, embora fragmentadas e dispersas, são ricas, mas não foram ainda suficientemente interrogadas. Os trabalhos nessa linha de pesquisa são raros, conforme pode ser constatado nos repertórios,

catálogos bibliográficos e guias de fontes acima citados. Esses trabalhos podem ser classificados em *estudos preliminares* – quando deslocam o foco de preocupação quase exclusivamente sobre a trajetória da língua portuguesa em solo nacional ou regional, desinteressando-se pelas línguas indígenas; e *estudos circunstanciados*, quando procuram avaliar a evolução das diversas línguas em contato.

Os *estudos preliminares* manifestam, como regra geral, uma certa tendência a generalizar, para todo o território brasileiro, aspectos que se limitaram ao litoral ou à região centro-sul, considerando os estados do Brasil e do Grão-Pará como se fossem uma única entidade. Assim, quando se referem à *Língua Geral*, confundem algumas vezes a *Língua Geral Paulista*, com a *Língua Geral Amazônica*, numa perspectiva de ‘unidade nacional’ e lingüística, que é, no mínimo, discutível.

Vários desses autores que se preocuparam com a trajetória do português no Brasil publicaram estudos, em momentos diferentes, com uma certa repercussão no meio acadêmico. Entre eles, as contribuições mais importantes foram as de Serafim da Silva Neto (1917-1960), Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), Silvio Elia (1913-1998) e Antônio Houaiss (1915-1999). Eles chamaram a atenção para alguns aspectos relevantes, como o papel das cidades na difusão da língua portuguesa (Elia 1979). No entanto, no recorte deles, as línguas indígenas só aparecem marginalmente, quando aparecem, e às vezes dentro de um enquadramento em que a hegemonia do português é apresentada como resultado de qualidades inerentes à própria língua européia, que seriam superiores às das línguas americanas. Não consideram, assim, o peso que tiveram nesse processo os fatores econômicos, sociais e políticos. A visão triunfalista e reducionista de Serafim da Silva Neto é a mais representativa de tal postura:

“A vitória do português não se deveu à imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização” (Silva Neto 1950: 61).

Silvio Elia reforça esse enfoque, quando não reconhece - nos campos da fonologia, da morfologia e da sintaxe - as influências da *língua geral* sobre a língua portuguesa transplantada da Europa e implantada no Brasil. Para ele, “as línguas indígenas estariam no

estado tribal, sem nenhuma repercussão na vida cultural do país”, considerando-as como “ilhas que tendem a desaparecer, num processo de ‘glotofagia’ (Ranauro 1999: 26)

Essa mesma ideologia está representada em outros autores, de âmbito mais regional, cujos trabalhos também nem sempre dialogaram com as disciplinas do campo da lingüística, da etnografia e da antropologia, permanecendo, desta forma, dependentes do discurso colonialista, do qual herdaram o preconceito e o glotocentrismo. Nem sequer o meio acadêmico escapou de tal influência. Nesse caso, estão os conhecimentos produzidos por três importantes estudiosos regionais contemporâneos. O primeiro deles, o médico baiano Alfredo Augusto da Matta (1870-1954), que viveu mais de cinco décadas na Amazônia, publicou na Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas vários trabalhos sobre o português regional, onde as línguas indígenas são tratadas como dialetos “*embrulhados, imperfeitos, mal elaborados, pobres, deselegantes, confusos, incapazes de exprimir idéias universais*”, enquanto o português é apresentado como “*a língua imortal de Camões*” (Matta 1939: 7). Os outros dois assumiram, em momentos diferentes, a direção de uma das mais respeitáveis instituições de pesquisa da região, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado em 1952 e instalado em Manaus em 1954, com cursos de pós-graduação em várias áreas e uma equipe de cientistas nacionais e estrangeiros. Um deles, o médico acreano Djalma Batista (1916-1979), dirigiu o INPA de 1959 a 1968 e construiu uma obra valiosa, sem a qual não é possível entender a região. Seu olhar é de extrema simpatia em relação aos povos indígenas. Porém, quando trata do choque cultural, ele aborda tangencialmente as línguas, opondo, de um lado, o português, “*uma língua estruturada*” que representava “*a supremacia de sua cultura*”, e de outro, “*os mil e um dialetos monossilábicos usados pelos índios*” (Batista, 1976: 43). O outro, o historiador amazonense Artur César Ferreira Reis (1906-1989), cuja vasta obra tem inegável valor heurístico, manifesta a crença na existência de ‘*línguas ricas*’ e ‘*línguas pobres*’, ‘*línguas superiores*’ e ‘*línguas inferiores*’, tratando as línguas indígenas como ‘*rústicas e pobres*’ (Reis 1940: 43).

Esses e outros trabalhos, quando desconsideram a importância da *Língua Geral* e das línguas indígenas na história do Brasil e da Amazônia, tornam procedente a idéia postulada por Renan (1882:20) de que a construção de uma nação depende, em grande medida, da possibilidade e da disposição de seus integrantes para esquecerem aqueles aspectos da história,

que podem prejudicar a construção da identidade nacional. Assim, podemos pensar que a historiografia brasileira, no seu afã de *imaginar uma comunidade nacional*, organizou, entre outros, dois esquecimentos relacionados diretamente com a perspectiva deste trabalho:

1. Construiu uma unidade territorial e política da nação brasileira já a partir de 1500, apagando da lembrança o fato de que Portugal teve duas colônias na América, cada uma autônoma em relação à outra, com seus próprios governadores, seu corpo de funcionários, sua administração, suas leis e sua dinâmica histórica, e que essa unidade só vai se consolidar com a adesão do Grão Pará ao Brasil, em agosto de 1823, quase um ano depois da Independência.

2. Construiu uma unidade lingüística desde 1500, com base no português transformado na única língua dos “brasileiros”, desconsiderando a ampla difusão, no tempo e no espaço, da *Língua Geral Amazônica* e da *Língua Geral Paulista*, hegemônicas durante todo o período colonial em partes expressivas do que é hoje o território nacional, *de uso mais corrente, em verdade, do que o próprio português*. (Holanda 1976:90) Desconheceu ainda informações sobre o rico quadro de línguas indígenas, muitas das quais - cerca de 180 – são faladas ainda hoje no Brasil e continuam a ser instrumentos de criação literária.

Os *estudos circunstanciados* da história externa das línguas no Brasil, com preocupação em acompanhar também a trajetória das línguas indígenas, tentaram, numa certa medida, contrariar esses esquecimentos organizados. Eles estão representados pelos trabalhos de três historiadores. Cada um deles deixou algumas reflexões significativas sobre o conflito e o contato entre línguas indígenas e o português, embora o diálogo que mantiveram com as disciplinas lingüísticas tenha sido desigual e nem sempre fecundo. O primeiro deles, Sérgio Buarque de Holanda, centrou seu foco sobre a *Língua Geral Paulista* (LGP); o segundo, José Honório Rodrigues, trabalhou a evolução da língua geral no Brasil, enquanto o terceiro, Artur Reis, já citado, discutiu o processo de hegemonia lingüística ocorrido na Amazônia.

Buarque de Holanda, referência obrigatória para os estudiosos da matéria, foi o primeiro historiador a tratar da questão, em três artigos publicados, em 1945, no jornal *O Estado de São Paulo*, que foram inseridos no seu livro *Raízes do Brasil*, a partir da segunda edição revista e ampliada de 1948. A inserção foi feita como apêndice do capítulo IV, numa extensa nota com o título *A Língua Geral em São Paulo*. Sua maior contribuição talvez tenha sido desconstruir a representação que se tinha, até então, de uma unidade lingüística nacional

desde 1500, com base no português. Apoiado em seleta documentação, ele concluiu que “*o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII*”. Forneceu dados que comprovam como na Província de São Paulo, mesmo após a Independência do Brasil, era possível “*ouvir ainda a língua-geral da boca de alguns velhos*” (Holanda 1976: 93-94). Do ponto de vista teórico e metodológico, teve ainda o mérito de apontar alguns caminhos, vinculando a expansão da Língua Geral Paulista (LGP) ao recrutamento da força de trabalho indígena, através da ação dos bandeirantes, usando para isso alguns documentos importantes, como inventários e testamentos do Arquivo Público de São Paulo, relatórios de governadores, missionários, bispos e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, além dos relatos de viajantes.

José Honório Rodrigues, responsável por dezenas de edições de textos e reconhecidamente o pesquisador com maior conhecimento da documentação histórica, publicou, em 1983, o artigo “*A Vitória da Língua Portuguesa no Brasil Colonial*”, onde retomou a questão do ponto onde a havia deixado Buarque de Holanda em 1945, ampliando, no entanto, o recorte geográfico para outras áreas do nordeste e da região amazônica e enriquecendo-o com outros documentos. Ele questiona os autores que tentam explicar a preponderância do português sobre outras línguas com argumentos de ordem lingüística, desconsiderando os fatores históricos. Defende a idéia de que a vitória da língua européia em território americano não se deu num processo pacífico, como comumente se apresenta: ‘*custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas*’. Seu artigo é esclarecedor quanto ao aspecto das línguas em contato no Brasil, porque incorpora informações sobre as línguas africanas e sobre a existência de ‘*uma língua geral negra para o entendimento entre os vários grupos africanos*’, que na Bahia era o nagô ou ioruba, e no Norte e no Sul, o quimbundo. Usa com muita propriedade as crônicas e os relatos de viajantes e missionários, cruzando as informações com documentação manuscrita da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, do ponto de vista conceitual, baseia parte de sua argumentação num pressuposto reproduzido por alguns historiadores, mas que é vigorosamente questionado pelos lingüistas: o de que *a língua geral indígena foi criada pelos jesuítas* (Rodrigues, J.H. 1983: 20, 21,30).

Dos três, o historiador amazonense Artur Reis, já citado, foi o que mais trabalhou com fontes primárias relativas à Amazônia, representadas pelos códices da Seção de Manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Pará e por documentação do Arquivo Histórico e Ultramarino. Publicou, em Lisboa, em 1961, um artigo com o sugestivo título *A Língua Portuguesa e a sua imposição na Amazônia*, onde discute os mecanismos através dos quais o português se tornou hegemônico na região, explorando essas fontes primárias, algumas delas até então inéditas, embora adotando a perspectiva idealizada do colonizador. Manifesta o seu lugar de enunciador pró-luso, quando avalia como “*uma admirável página de trabalho*” a colonização na Amazônia, exaltando “*as qualidades dos portugueses, no seu destino histórico de criar uma nova humanidade, fundindo-se com as multidões nativas...*” Quanto às línguas indígenas, ele anuncia, logo no início do artigo, que renuncia “*examinar em minúcias o que seria essa ‘babel’*”, porque ainda não havia sido feito “*um levantamento seguro dos falares dos primitivos regionais*”. Apesar de todas essas limitações, ele dá uma contribuição importante, ao desconstruir essa representação de unidade territorial e política do Brasil, da mesma forma que Buarque de Holanda o fizera em relação à unidade lingüística, chamando a atenção para o fato de que a Amazônia “*era uma grande província de Portugal, destacada do Brasil, a que se não vinculava ainda*” (Reis 1961: 492,493).

Outros estudos que oferecem mais informações históricas sobre a *Língua Geral* vêm sendo feitos por lingüistas, que em alguns casos acabaram realizando com êxito tarefas que competiam aos historiadores. O mais importante deles, sem os quais os demais não poderiam existir, é Aryon Rodrigues, cuja tese de doutorado na Universidade de Hamburgo, em 1959, trata da fonologia do Tupinambá. Ligado a várias universidades brasileiras, ele construiu nos últimos sessenta anos uma respeitável obra, desde seu artigo sobre o histórico das diferenças fonéticas entre tupi e o guarani, em 1940, até outros trabalhos conclusivos sobre aspectos históricos da *língua geral*, diferenciando definitivamente a *Língua Geral Amazônica (LGA)* da *Língua Geral Paulista (LGP)*. Esclareceu conceitos, indicou caminhos, e submeteu a documentação histórica à crítica, usando para isso critérios sociolingüísticos. Continua ainda em plena atividade na Universidade de Brasília, pesquisando e formando especialistas (Rodrigues, A. 2000,1998, 1996, 1992, 1986, 1984/85, 1964, 1955). Duas lingüistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Yonne Leite e Ruth Monserrat – que trabalharam com línguas atualmente faladas por grupos de filiação tupi, reinterpretaram os dados presentes

nas descrições jesuíticas do período colonial; a primeira discutiu a precisão e o rigor da gramática de José de Anchieta (Leite 2003) e a segunda estudou as mudanças no campo fonológico do tupi do séc. XVIII, a partir de documentação até então inédita (Monserrat 2003).

Alguns outros lingüistas usaram documentação histórica para analisar a trajetória das línguas: Maria Cândida Drummond de Barros, do Museu Goeldi, cuja dissertação de mestrado aborda de forma original a política de línguas no Brasil colonial, discutindo pormenorizadamente as formas de reprodução da *Língua Geral*, a sua transformação em uma língua supraétnica, a sua padronização como parte do processo de dominação e, finalmente, o processo de tupinização dos tapuias e dos portugueses. Publicou ainda vários artigos sobre o tema em revistas especializadas (Barros 1994 a, 1994 b, 1990, 1986, 1982, 1980); Maria Carlota Rosa, da UFRJ, que analisou as descrições da *Língua Geral* a partir de documentos jesuítas do século XVI e XVII (Rosa 1997, 1992, 1991); Denny Moore, do Museu Goeldi, que trabalhou o desenvolvimento histórico do Nheengatu e as marcas do contato com outras línguas (Moore 1993, 1990 a, 1990 b); e Luiz Borges, originalmente ligado ao Museu Goeldi, que se preocupou com a fonêmica da *Língua Geral*.

Os autores aqui mencionados, tanto os historiadores como os lingüistas, esclareceram aspectos importantes sobre o tema, que serão explicitados ao longo deste trabalho. Até então, predominava uma representação produzida pela historiografia brasileira, referente ao contato dos índios com os colonizadores, cuja circulação foi feita de forma tão eficaz e tão difundida, que acabou por se naturalizar. Seus pressupostos eram o de que o Brasil começara a falar português imediatamente depois da chegada de Pedro Álvares Cabral, quando as línguas indígenas teriam deixado de ser usadas. Nenhum estudioso interessado no período colonial ou na própria construção do estado brasileiro e da identidade nacional se havia questionado sobre a história social das línguas usadas no Brasil, que desta forma não constituía um problema suscetível de ser investigado. Na medida em que as perguntas não eram formuladas, a documentação permanecia em silêncio. A grande contribuição dos três historiadores citados – Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues e Artur Reis - foi justamente interrogar os documentos sobre essa questão, tornando visível aquilo que não havia sido ainda revelado pela historiografia, ou seja, que o português não foi a língua falada pelos primeiros brasileiros. A supremacia do português no Brasil foi o resultado de um processo longo e conflituoso, que

se desenvolveu durante todo o período colonial, de forma desigual nas diferentes regiões do país. O trabalho desses linguistas consistiu em demonstrar que a implantação do português em terras americanas ocorreu em contato com muitas línguas indígenas, produzindo situações lingüísticas, caracterizadas pelo desenvolvimento de línguas gerais, entre as quais, a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica. A estratégia de ‘garimpar’ informações sobre o uso da Língua Geral em crônicas do período colonial, nos relatos dos viajantes do século XIX e na documentação oficial, foi a lição mais importante aprendida com os estudiosos citados, de quem esse trabalho é tributário, assim como do artigo publicado pela revista *Ameríndia*, em Paris (Freire 1983).

1.5 – A estrutura do trabalho

O desenvolvimento deste trabalho requer enfoque interdisciplinar, uma vez que pretende estabelecer alguns critérios relacionais entre língua e história, na abordagem que será feita da história social das línguas na Amazônia no período de três séculos, com especial ênfase no século XIX. Neste primeiro capítulo introdutório, o tema foi problematizado, os objetivos apresentados e o campo de estudo definido. Foi feita, ainda, uma revisão das principais fontes, seguida de uma avaliação do estado atual da questão, onde foram identificados alguns instrumentos de pesquisa.

O segundo capítulo – *As línguas na Amazônia e sua história social* – vai delinear o tratamento dispensado pela historiografia à trajetória das línguas, discutindo o lugar que ocupam na construção da identidade nacional e regional. Apresentará, em seguida, o quadro multilíngüe da Amazônia, no momento da chegada do colonizador europeu, numa proposta construída a partir das crônicas dos primeiros viajantes, cujos dados serão tratados criticamente com o apoio de trabalhos contemporâneos de etnolingüística e de classificação de línguas indígenas. Acompanhará a evolução desse quadro, através do processo de formação da *Língua Geral* e do transplante da língua portuguesa para o Grão-Pará, incluindo um fluxograma do sistema de exploração da força de trabalho indígena no período colonial, uma vez que é dentro desse sistema que os usuários das diferentes línguas interagem. Os contatos

sistemáticos entre as línguas usadas na Amazônia, através de seus falantes, e as influências mútuas que umas exerceram sobre as outras, serão analisados com o emprego de algumas noções do domínio da sociolingüística, como *línguas em contato*, *bilingüismo* individual e social, *meia-língua*, *língua minoritária*, *empréstimo*, *substrato* e *adstrato*. As marcas deixadas no português regional serão examinadas a partir de alguns documentos escritos por participantes do movimento da Cabanagem, e de atas de câmaras municipais do mesmo período.

O terceiro capítulo buscará na sociolingüística a categoria '*política de línguas*' para avaliar as grandes diretrizes gerais elaboradas pelo Estado e pela Igreja, cuja interferência nos destinos das línguas na Amazônia, foi responsável, em grande medida, pela expansão da *Língua Geral*, provocando um reordenamento da região. A extensão da *Língua Geral* será demarcada, com a ajuda dos relatos de viajantes do século XIX, complementados tangencialmente por documentação de arquivos. Esses dados serão cruzados com a produção dos *tupinólogos*, e ambos passarão por crivo crítico, graças às contribuições dos debates travados pela lingüística em torno dos próprios conceitos de 'língua' e de 'dialeto'. Uma vez definido o raio de ação da *Língua Geral*, será analisada a intervenção do Estado e da Igreja nesse processo, com uma discussão sobre as normas jurídicas, as ações desenvolvidas e o conjunto de atividades sociais que procuraram resolver os problemas comunicativos da região e disciplinar a força de trabalho indígena. A partir da correspondência dos governadores do Grão-Pará com a Coroa Portuguesa, da legislação, das crônicas e de relatórios administrativos, o capítulo retomará uma proposta de periodização das políticas de línguas, delimitando fases históricas, localização, funções, expansão e retração do português, da *Língua Geral* e das línguas indígenas. Acompanhará ainda o seu desdobramento nas três áreas de atuação: na *externa*, onde são definidos os papéis, usos e funções das línguas; na *interna*, com a produção de normas, gramáticas e dicionários e, finalmente, na *pedagógica*, que inclui a catequese e a escola. Trata-se de averiguar porque a Coroa Portuguesa primeiramente estimulou e depois proibiu o uso da *Língua Geral*, e porque fracassaram as tentativas de portugalização no século XVIII. O modelo formulado por Anderson (1983), que diferencia a ação dos reinos dinásticos, de um lado, e dos Estados nacionais modernos, de outro, ajudarão a avaliar o papel da Coroa Portuguesa e do Estado nacional brasileiro nessa questão.

O capítulo quarto se centrará no século XIX, com o objetivo de verificar como a *Língua Geral* perdeu progressivamente funções e usuários para a língua portuguesa, ressaltando quando e de que maneira a população regional passou a falar majoritariamente o português. Para isso, a questão demográfica será tratada de forma circunstanciada, com base sobretudo nos censos paroquiais e provinciais e nos relatórios dos presidentes de província do Pará e do Amazonas, correlacionando esses dados com os usos das línguas. O desenho do mapa da LGA vai projetar a distribuição de seus falantes pelas aldeias, povoações, vilas e cidades, considerando as diferenças regionais do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, com base em informações que se encontram dispersas nos relatos dos viajantes e naturalistas. Dessa forma, será composto um cenário provável do processo de deslocamento lingüístico, no qual a situação lingüística dos grupos sociais estará relacionada diretamente às referências identitárias. Para isso serão usadas as noções de *acontecimento comunicativo*, *ato comunicativo*, *situação comunicativa*, *interação comunicativa*, *bilingüismo ativo*, *bilingüismo passivo*, *bilingüismo equilibrado*, *bilingüismo ambiental*, *semilingüismo*, no sentido proposto por Francisco Moreno Fernández, em '*Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*' (Moreno 1998). O acompanhamento da evolução do quadro sociolingüístico e dos espaços ocupados pelas línguas amazônicas permitirá caracterizar as fases de expansão e declínio da *Língua Geral*, com destaque para alguns fatores que interferiram nesse processo: a urbanização, as migrações, a escola e a revolução nos meios de transporte, com a introdução da navegação a vapor.

2. AS LÍNGUAS NA AMAZÔNIA E SUA HISTÓRIA SOCIAL

2. 1. A história do uso da língua

“Em geral nós, os brasileiros da costa, pensamos que a língua tupi só é falada por pagãos. Há engano nisso; temos milhares de compatriotas cristãos que a falam, e que não falam o português, os quais concorrem já com muitos milhões para a riqueza pública, pagam todos os impostos, inclusive o imposto de sangue” (Couto de Magalhães 1876: 137).

A língua é representada, no século XIX, pelos autores românticos, como um ‘organismo vivo’, dotado de uma estrutura própria, que refletia, mais do que qualquer outra instituição, o pensamento, os valores e o ‘espírito’ de uma nação. Essa idéia foi desenvolvida, entre outros, por Johann Herder, para quem a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, ao pertencer a uma determinada raça e, sobretudo, ao falar uma determinada língua. Uma nação seria, assim, a extensão natural de uma família – o primeiro grupo natural a compartilhar significados lingüísticos. O princípio da identidade coletiva residiria, portanto, nesta possibilidade de construção mancomunada de sentidos, garantida pela linguagem comum, o que asseguraria a coesão interna da comunidade. Dessa forma, a língua era vista como um bloco homogêneo, e qualquer variação ou diferença era avaliada pelos gramáticos como o caos, conspirando, como uma ameaça permanente, contra a unidade do idioma nacional e, em consequência, contra a unidade da própria nação.

Tal perspectiva contribuiu para esclarecer aspectos da relação entre língua e identidade, mas ao investir principalmente na descrição das formas lingüísticas, acabou restringindo o conceito de historicidade à evolução diacrônica dos aspectos sistêmicos da língua, deixando de lado outros fatores importantes que não foram trabalhados pelos pensadores românticos da época: *“As preocupações deles eram nacionais – ou mesmo nacionalistas – e não sociais. Eles estudavam a história interna das línguas, a história de sua estrutura, mas negligenciavam aquilo que tem sido chamado de sua história externa, ou em outras palavras, a história de seu uso (Burke 1995: 11).*

No Brasil, as noções de ‘espírito do povo’, ‘alma coletiva’ e ‘linguagem compartilhada’ estiveram presentes tanto quanto no Romantismo europeu, sobretudo após a Independência, quando surge uma necessidade urgente de assinalar as diferenças e o

distanciamento em relação a Portugal, nos campos da língua e da literatura. Desta forma, circulam obras que já nos seus títulos exaltam a temática nacional brasileira – compêndios, gramáticas, vocabulários ¹ - com ênfase nas referências identitárias nacionais, e até nacionalistas, quanto à língua. Essa produção evidencia, de um lado, como a língua se torna emblemática neste debate e, de outro, encerra uma reivindicação de prestígio na norma nacional própria, independente da de Portugal. Um balanço da historiografia romântica da literatura brasileira do século XIX mostra em que medida a produção literária valorizou a língua como elemento de identidade nacional. Cerca de 24 estudos e coletâneas elaborados no Brasil num espaço de meio século (1826 a 1873) são unânimes em chamar a atenção para a relação língua x nação, considerando a primeira como símbolo da segunda, embora o sintagma ‘*identidade nacional*’ não apareça nesses estudos, que sequer empregam o substantivo ‘identidade’ de forma mais freqüente (Zilberman: 1999). Outro balanço encontra em apenas uma obra de Macedo Soares 19 denominações diferentes e 33 referências, que mencionam o português falado no Brasil, usando para isso os substantivos *língua*, *dialeto*, *linguagem*, *português*, sempre qualificados como *brasileiro*, ‘*do Brasil*’, ‘*da América*’, ‘*nossa*’ ‘*nacional*’, ‘*da pátria*’, ‘*língua de cá*’, etc. que manifestam uma atitude de distanciamento da metrópole, como principal traço de identidade (Coelho 2002).

“*A palavra ‘nacional’ ou ‘brasileira’ para designar o idioma, equívale a um manifesto*”, levando a questão da língua nacional a fazer parte da ordem do dia dos pensadores e literatos do país. Entre eles, se destaca José de Alencar, que nas semelhanças e diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, reconhece o idioma nacional. É nele, que Alencar vai justamente construir a sua obra, assumindo essas diferenças para afirmar a nacionalidade, mesmo enfrentando o risco da acusação de ‘macular a pureza do idioma’. ²

¹ Entre outros, destacam-se os seguintes tratados: *Compêndio de Gramática da Língua Nacional* (1835), *Compêndio de Ortografia da Língua Nacional* (1848); *Vocabulário Brasileiro para Servir de Complemento aos Dicionários da Língua Portuguesa* (1853), de Braz da Costa Rubim; *A Nova Retórica Brasileira* (1860) *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguesa* (1875/1888) de Antônio Joaquim de Macedo Soares; *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889) de Henrique de Beaurepaire-Rohan e *Estudos lexicográficos do Dialeto Brasileiro* (1875-1891) de Macedo Soares (Zilberman 1999) e (Coelho 2002).

² A discussão sobre a questão de língua e identidade nacional, que hoje é uma área trabalhada prioritariamente pelos lingüistas e antropólogos, já foi, no século passado, uma preocupação da área literária. Uma síntese dela, com uma análise sobre a variável língua na construção da ideologia do nacionalismo, pode ser encontrada em dois livros organizados por José Luís Jobim: ‘Introdução ao Romantismo’ (Jobim 1999 a), e “Literatura e Identidades” (Jobim 1999 b), ambos com artigos de vários autores.

Outros autores brasileiros do século XIX proporcionaram algumas pistas para a história social das línguas, que nos permitem ter uma compreensão das trajetórias e das funções por elas desempenhadas. É o caso de Couto de Magalhães, cuja afirmação, que aparece como epígrafe deste capítulo, contém o pressuposto implícito de que todo brasileiro tinha que ser, por definição, falante de português, o que corresponde a uma marca da identidade coletiva, e reforça, assim, a suposição idealizada de que toda nação deve ter uma língua compartilhada por todos os indivíduos que dela fazem parte. No entanto, ele mesmo assinala que não era isso o que ocorria em uma vasta extensão do território nacional – a Amazônia – onde milhares de cidadãos, indígenas e não-indígenas, apesar de desconhecerem a língua portuguesa, estavam sintonizados com a vida econômica, social e política do país e identificados com os valores nacionais, de tal forma que produziam riquezas, pagavam impostos e – na expressão de Couto de Magalhães – não hesitavam em ‘*derramar seu sangue pela pátria*’, como aconteceu na Guerra do Paraguai. Mas o fato de não falarem a língua nacional e, ao contrário, de serem usuários de uma língua indígena, produziu e continua produzindo uma reação de estranhamento. É que esta situação singular contrariava uma suposta unidade lingüística, mas sobretudo, evidenciava até que ponto tinha se expandido uma língua indígena, denominada, ao longo da história, de *Língua Geral*, *Nheengatu* e *Tupi*, entre outras nomenclaturas. Por isso, se tornou objeto de observação e curiosidade dos viajantes e estudiosos, nacionais e estrangeiros.

A língua de comunicação interna da Amazônia, ao longo de todo o período colonial e até mesmo nas primeiras décadas do século XIX, foi, incontestavelmente, a Língua Geral Amazônica (LGA), que desempenhou aquelas funções básicas exercidas tradicionalmente por toda e qualquer língua numa comunidade, o que acabou retardando o processo de hegemonia do português. A memória desse fato, porém, se perdeu, fragmentada nos próprios falantes que restam. Quanto aos atuais descendentes daqueles que falavam a LGA, eles nem sequer sabem que ela existiu e que foi falada, até muito recentemente, por seus antepassados, e ignoram que ainda hoje é bastante usada na região do rio Negro. Esse apagamento, em grande medida, é o resultado do desinteresse dos pesquisadores pela história social da língua, que ao desconsiderar essa dimensão, não levaram em conta a sua força ativa, organizadora da sociedade e do próprio tecido histórico. Em consequência, foi criada uma lacuna, que acabou sendo preenchida por “*observações marginais, que*

expressam muito mais os preconceitos de seus autores sobre os grupos indígenas, do que uma análise sobre a questão lingüística colonial” (Barros 1982:1). Os raros estudos contemporâneos realizados se enquadram numa perspectiva filológica e lusófona, com o objetivo muito mais de dar conta dos empréstimos lexicais das línguas indígenas ao português falado no Brasil, do que refletir sobre o uso dessas línguas.

No entanto, desde o final da década de 1920, a Escola dos *Annales*, que renovou os estudos históricos, vem chamando a atenção para o poder da língua e para seu envolvimento com outras formas de poder. O historiador francês Lucien Febvre, discutindo a relação entre linguagem e mentalidade, advertiu os pesquisadores de sua área para a necessidade de acompanharem o trabalho dos lingüistas, sem o qual corriam *‘o sério risco de interpretar incorretamente muitos de seus documentos que não são tão transparentes ou desprovidos de problemas como freqüentemente se supõe.’* (Burke 1995: 31). Porém, a abordagem da questão histórica da língua só começou a ganhar consistência a partir dos anos 1960-70, com o desenvolvimento da sociolingüística, que permitiu analisar a língua como uma instituição social, fazendo parte constitutiva da cultura, assim como das práticas sociais cotidianas, o que representou também uma contribuição para os historiadores, na medida em que concorreu para uma compreensão mais refinada das fontes orais e escritas. Essa área transdisciplinar, denominada pelo historiador inglês Peter Burke como *‘história social da linguagem’*, ou *‘história social do falar’*, construiu seu objeto em torno da busca de explicações de como e porque, ao longo do tempo, algumas línguas ou variedades de línguas se difundiram geográfica ou socialmente ou foram impostas com êxito, enquanto outras retraíram-se e até mesmo desapareceram.

No caso específico da Amazônia brasileira, a documentação histórica contém evidências, que apontam a Língua Geral Amazônica (LGA) como a língua em que brancos, índios, negros e todo tipo de mestiços desenvolveram a maioria das suas práticas sociais e a utilizaram como principal meio de interação, sobretudo no período colonial. Trata-se, aqui, de realizar uma abordagem histórica sobre a dinâmica das línguas na região, para acompanhar o processo de tensões entre a língua portuguesa e as línguas indígenas, e localizar uma das principais bases de identidade étnica e regional. Acompanhando Peter Burke, este trabalho postula que é nos fatores históricos e políticos que se deve buscar explicações sobre a

diversidade lingüística e sobre o fato da língua de comunicação intergrupal não ser o português, mas uma língua indígena.

Para discutir a história social das línguas na Amazônia brasileira, apresentaremos, nesse capítulo, o quadro lingüístico no momento da Conquista, destacando três aspectos: a) as funções sociais das línguas faladas na região, sobretudo uma delas, a função de comunicação; b) a atitude dos falantes em relação a elas; c) e o papel que desempenharam como fatores de identidade étnica e nacional e de coesão social em diferentes momentos históricos. Em seguida, discutiremos a situação de contato entre essas línguas, e as marcas geradas por esse contato, com observações sobre as situações de bilingüismo encontradas a partir da documentação consultada, diferenciando ‘bilingüismo social’, quando numa sociedade determinada são faladas duas ou mais línguas, do ‘bilingüismo individual’, que envolve os diferentes estágios pelos quais os indivíduos, portadores da condição bilingüe, passam na sua trajetória de vida (Appel & Muysken 1996: 10-11).

2. 2 - O quadro de línguas na Amazônia

“Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do Rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinqüenta, tão diversas entre si como a nossa e a Grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam”. Pe. Antônio Vieira, 1662 – Sermão da Epifania (2001: 608).

A Pan-Amazônia - um território de 7.275.300 km², que representa 44.5% da América do Sul - continua sendo, ainda hoje, a região de maior densidade lingüística do continente americano, com um mosaico de línguas variadas, o que parece indicar a existência, no passado, de movimentos migratórios intensos e em grande escala dentro de seu território. Nele, no atual século XXI, são faladas cerca de 240 línguas - metade das quais na Amazônia brasileira - pertencentes a 52 famílias lingüísticas. No entanto, as comunidades lingüísticas são demograficamente frágeis nesta região, onde se verifica uma

das mais baixas concentrações de população por língua. Nenhuma delas possui mais de 40.000 falantes, apenas cinco são faladas por mais de dez mil indivíduos, aproximadamente cinquenta línguas são usadas por menos de 100 pessoas, das quais nove contam com apenas 20 falantes. Muitas delas não são mais aprendidas pelas crianças, o que é uma das características do que se convencionou chamar de ‘línguas moribundas’ ou ‘línguas em perigo’ (Queixalós & Renault-Lescure 2000: 5-14).

Recentemente, Rodrigues (2000) esboçou um panorama das línguas indígenas da Amazônia, considerando que nelas se encontram fenômenos fonéticos, fonológicos, de organização gramatical, de construção do discurso e de uso das línguas, que não se encontram em línguas de outras partes do mundo. Daí a preocupação de mantê-las vivas, porque como já havia observado Couto de Magalhães, no contexto do positivismo do final do século XIX, elas *“são o mais valioso documento”* que a ciência tem para resolver dois problemas: *“os graus de parentesco da grande família americana e as leis a que o entendimento humano está sujeito no desenvolvimento da poderosa faculdade de compor línguas”* (Magalhães 1885:55). Ou, como é formulado hoje, em outros termos:

“Se as políticas de desenvolvimento – ou a falta delas – continuarem a determinar a rápida extinção das línguas amazônicas, é mais provável que fenômenos raros ou únicos, mas de importância crítica para a melhor compreensão da linguagem humana, desaparecerão sem sequer terem sido identificados” (Rodrigues 2000:26).

O quadro atual de línguas amazônicas já é o resultado de mudanças radicais, ocorridas nos últimos quatro séculos, período em que muitas línguas foram extintas, outras tiveram seu número de falantes reduzido e outras, de origem européia, foram introduzidas na região e tornaram-se hegemônicas, conforme demonstra a documentação histórica. No contexto multilíngüe do *rio Babel*, o dado histórico novo mais importante, que merece abordagem à parte, talvez seja, além da introdução da língua portuguesa na região, a formação da Língua Geral, a partir de uma das línguas indígenas aí existentes.

2.2.1 - As línguas indígenas: o rio Babel

“Toutes les langues de l’Amérique méridional [...] sont fort pauvres [...] et manquent de termes pour exprimer les idées abstraites et universelles [...] Il n’y a pas de mot propre qui réponde exactement à ceux de vertu, justice, liberté, reconnaissance, ingratitude” (La Condamine 1745: 63).

Nos séculos XVI e XVII, quando os europeus realizaram as primeiras viagens exploratórias pelo rio Amazonas, encontraram uma enorme diversidade de línguas faladas na região, de famílias e troncos lingüísticos diferentes. Os relatos da época registram a presença de diferentes nações e algumas vezes proporcionam informações etnográficas sobre essas diferenças. Por causa dessa diversidade, as duas maiores expedições realizadas ao longo do rio Amazonas no século XVI – Orellana (1541-42) e Ursúa/Aguirre (1560-61) – encontraram grandes dificuldades de comunicação com os índios. O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, que em 1639 cruzou o Amazonas dos Andes até o Atlântico na expedição de Pedro Teixeira, contou com ajuda de intérpretes indígenas para localizar, em suas margens e nas bocas de seus principais afluentes, povos que *“passam de 150, todos de línguas diferentes”* (Acuña 1641: 199).

Esta lista foi se ampliando gradualmente, na medida em que se aprofundava a penetração do território e se expandia a conquista, levando o padre Vieira a denominar o Amazonas em meados do século XVII como *‘rio Babel’*. Outros viajantes e estudiosos, nos séculos posteriores, vão acrescentando novos grupos lingüísticos a estas extensas listas, que continuaram crescendo até recentemente (Freire 1983). Segundo Loukotka (1968), no momento do contato com o europeu, aproximadamente 1.500 línguas eram faladas na América do Sul, das quais cerca de 718, ou seja, quase a metade, o era em território que constitui a atual Amazônia brasileira. Apesar dos dados lingüísticos contidos nas fontes históricas serem extremamente precários e mesmo considerando a fragilidade do componente estatístico, num contexto impreciso como este, não seria demasiado apresentar o quadro de sua distribuição:

GRUPOS LINGÜÍSTICOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – SÉC. XVI

TRONCO LINGÜÍSTICO	NÚMERO DE GRUPOS
Tupi	130
Karib	108
Aruak	83
Pano	34
Tukano	26
Ge	66
Línguas isoladas ou não classificadas	271
TOTAL	718

Fonte: Quadro construído a partir de Loukotka (1968) (in Freire: 1983)

Rodrigues (2000:24,25), em recente estudo, baseou-se em dados históricos produzidos pelas primeiras penetrações portuguesas e, a partir deles, estabeleceu a densidade lingüística dessas áreas para as quais existe documentação confiável, projetando-a para outras áreas desconhecidas. Desta forma, ele estimou em 1.273 o número de línguas indígenas faladas naquele momento em território ocupado atualmente pelo Brasil, das quais pelo menos 495 eram faladas no que é hoje a Amazônia brasileira.

As divergências em relação ao número de línguas indígenas da Amazônia estão relacionadas às fontes, aos métodos empregados para sua estimativa, aos critérios usados para estabelecer os limites da Amazônia e até mesmo ao conceito que se aciona para determinar o que é uma língua. No entanto, quanto às suas funções, hoje existe um consenso. Essas línguas indígenas haviam codificado experiências milenares preservadas pela tradição oral, abrangendo tanto o campo das chamadas etnociências – medicina, farmácia, botânica, zoologia, astronomia, religião, etc. - como o das manifestações literárias, ou seja, das diferentes narrativas denominadas pelos cronistas de ‘mitos’, ‘fábulas’, ‘lendas’, ‘palavras ancestrais’, ‘poesia’, ‘cantos’, ‘baladas’, ‘provérbios’. Os povos que as falavam haviam classificado e explicado o complexo mundo amazônico, atribuindo-lhe significados, e

acumulando, dessa forma, milhares de anos de conhecimentos sobre a vida e a adaptação a ecossistemas tropicais.

O colonizador europeu - português, espanhol, francês, inglês e holandês – embora nem sempre fosse letrado, usava línguas de tradição escrita, cujas categorizações não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região. Ele compreendeu logo, desde os primeiros contatos, que a comunicação com os índios era condição fundamental de sobrevivência na Amazônia. Em primeiro lugar, porque os índios podiam proporcionar conhecimentos acumulados, sem os quais não era possível elaborar as estratégias de ocupação da região. Em segundo lugar, porque os índios podiam fornecer a força de trabalho necessária para viabilizar o projeto colonial, assentado na extração de produtos da floresta, as chamadas “drogas do sertão”. A expedição de Orellana, por exemplo, só conseguiu chegar ao seu final graças às informações coletadas junto aos Cocama do rio Napo e aos Omagua, do alto Solimões, que permitiram aos espanhóis uma leitura da região, de sua geografia, dos recursos aí existentes e das formas de usá-los, conforme reconhece o cronista Gaspar de Carvajal. Os viajantes ingleses Walter Raleigh e Lawrence Keymis, que navegaram na costa da Guiana e na foz do Amazonas em 1595, admitem que seus barcos naufragariam se não contassem com a matéria prima e com as técnicas de calafetagem desenvolvidas pelos índios (Freire 1983: 40-41). Tornava-se, portanto, necessário estabelecer um nível básico de comunicação, capaz de assegurar eficazmente a reprodução do sistema, permitindo que *os mudos falassem e os surdos ouvissem*, de acordo com a imagem do padre Antônio Vieira, no Sermão da Epifania, pregado à Rainha Regente, na Capela Real, em Lisboa, depois de sua expulsão do Grão-Pará, por conflito com os colonos: “*Se eu não entendo a língua do Gentio, nem o Gentio entende a minha, como o hei de converter e trazer a Cristo?*” (Vieira 2001: 607).

A interação entre europeus e índios, a troca de informações e o processo para disciplinar a força de trabalho indígena através da catequese só podiam viabilizar-se, se fosse superada a enorme diversidade lingüística, com o desenvolvimento de uma língua de contato e a criação de uma nova comunidade de fala. Restava determinar qual língua poderia desempenhar esta função. Em princípio, estavam descartadas as línguas indígenas, consideradas como “*mañas y astucias del demonio*” para dificultar a propagação do evangelho (Vasquez de Espinosa 1628: 29). A atitude predominante dos colonizadores em relação a elas,

tanto do missionário como do administrador e do militar, foi quase sempre preconceituosa e glotocêntrica. O próprio padre Antônio Vieira, no seu ‘Sermão do Espírito Santo’, pregado em São Luís do Maranhão, na véspera de uma viagem ao Amazonas, usou um sem-número de adjetivos para desqualificá-las, tratando-as de línguas “*bárbaras*”, “*incompreensíveis*”, “*desarticuladas*”, “*embrulhadas*”, “*hórridas*”, “*irracionais*”, “*escuras*”, cujas “*pronúncias eram tão diferentes que as sílabas, as vogais, as consoantes e até mesmo as palavras não podiam ser distinguidas na confusão de sons*”. O argumento de que entre os seus falantes “*nunca houve quem soubesse ler e escrever*” bastou para classificá-los como “*brutos, insensíveis como troncos e estúpidos como pedras*”. O julgamento que circulava, enfim, era de que se tratava de “*línguas brutas e de brutos, sem livro, sem mestre e sem guia*” (Vieira 2001: 427-429). Quase dois séculos depois, o militar português, oficial de artilharia Antônio Baena, continuava classificando essas línguas, em pleno século XIX, como “*estragadas*” e “*perdidas*” (Baena 1839: 17).

O preconceito, no entanto, não ficou restrito ao discurso religioso, penetrando inclusive nos domínios da própria ciência. O naturalista francês La Condamine, em uma viagem de exploração científica pelo rio Amazonas, confessou que não falava a Língua Geral, nem conhecia qualquer outra língua indígena; no entanto, isto não o impediu de concluir, num relatório enviado à Academia de Ciências da França, em abril de 1745, que tais línguas eram ‘*pobres*’ e ‘*inferiores*’, porque não possuíam – segundo ele – termos para exprimir idéias abstratas e universais. Nesta mesma época, o jesuíta João Daniel, contrariando a política até então adotada na prática pela Companhia de Jesus, reforçou essa atitude, dedicando para a questão todo um capítulo, intitulado ‘*Da Língua que se deve falar nas Missões do Amazonas*’. Lá, ele prescreve:

“Mas, enfim, se o que se pretende nos índios é civilizá-los, e fazê-los gente, este fim só, ou mais depressa, e com mais facilidade se consegue com a língua portuguesa, do que com a linguagem dos índios” (Daniel 1976: T.II, 227).

A valorização da língua portuguesa, observável nos discursos de poder - científico, religioso e administrativo - implica a representação dela como projeto, para exercer a função de comunicação na região, em detrimento de qualquer uma dessas línguas indígenas,

‘bárbaras, incultas e hórridas’, cuja aprendizagem por um europeu demandava *‘dificuldade e trabalho’*, porque devia ser feita “*sem livro, sem mestre, sem princípio, e sem documento algum*” (Vieira 2001: 608). Dessa forma, a última *flor do Lácio* foi, inicialmente, pensada para ser o instrumento da nova comunidade de fala, que começava a ser construída na Amazônia.

2.2.2 - A introdução da língua portuguesa

*“Provemos já esta nossa linguagem.
E, ao dar da vela ao vento: boa viagem”.*
(Sá de Miranda, 1538: 476)

Com essa sugestiva imagem, o poeta Sá de Miranda lançava, no século XVI, aos mares do futuro, a nau da língua portuguesa, cujo destino ele vinculava à expansão do comércio marítimo, aos descobrimentos e às conquistas lusas. Efetivamente, navios portadores da língua portuguesa contribuíram para torná-la uma “língua franca” – isto é, uma língua usada para comunicação entre pessoas, cujas línguas maternas são diferentes. Desta forma, ela passou a ser falada na Índia, na Malásia, no Pegu, em Bramá, em Sião, em Cormoram da Pérsia, em Meca da Arábia, em Bassorá da Turquia, no Tonquim, na China e na Conchinchina (Maia 1995: 93).

Durante três séculos, a língua portuguesa transitou *por mares nunca dantes navegados* e viajou por diferentes e longínquas regiões do planeta, tornando-se moeda corrente entre as populações marítimas que por aí circulavam. Hindus e maometanos, judeus e malaaios e até europeus não portugueses – como, por exemplo, comerciantes e missionários holandeses – recorriam a ela em suas relações com os povos do Oriente. Ainda hoje, é usada por pastores protestantes no Ceilão e falada em Macau, Goa, Damão, Málaca e no Timor Leste (Sérgio 1979: 92). Neste último, a língua do antigo colonizador tornou-se recentemente um forte símbolo de identidade na reação contra a ditadura da Indonésia, que invadiu o país em 1975.

Num processo conflitivo e num contexto histórico de opressão, a língua portuguesa se difundiu ainda em território africano – Angola e Moçambique, onde permanece nos dias atuais como língua oficial – sendo também a base dos “crioulos” falados em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e em Casamansa, no Senegal (Couto 1990: 50).

Na América, expandiu-se pelas duas colônias portuguesas do continente - o estado do Brasil e o estado do Maranhão e Grão-Pará – mantendo um ritmo de expansão bastante diferenciado, variando de uma colônia para a outra. No Grão-Pará, a população de fala portuguesa, que lá se instalou, era extremamente reduzida: cerca de 150 indivíduos, na maioria soldados, que chegaram em 1616 com Francisco Caldeira Castelo Branco. Um século depois, os portugueses da Amazônia totalizavam aproximadamente 1.000 pessoas, enquanto os diferentes povos indígenas estavam ainda em plena posse de seus territórios, e continuavam a ser majoritários. Em 1720, os índios, ‘escravos’ e ‘livres’, integrados ao sistema colonial, eram aproximadamente 75.000, excluídos aqui aqueles que permaneciam autônomos (Raiol 1900: 132). Nessas condições, históricas, demográficas e geográficas, em que a ocupação lusa não estava ainda consolidada, pois apenas começava a desenhar-se, adotar o português como língua franca era um projeto inviável.

Os índios foram considerados pelo padre Vieira como *‘os pés e as mãos’* do Grão-Pará, pois toda a produção era realizada a partir das atividades exercidas por eles, que constituíam a única força de trabalho da região, empregada não apenas para os produtos de exportação com destino à Europa, mas também para a produção dirigida ao consumo local. Os dados demográficos disponíveis mostram que durante todo o século XVII e até a metade do século XVIII, milhares de índios, de diferentes famílias lingüísticas, eram anualmente retirados de suas aldeias de origem, transferidos de seus territórios, e misturados nas chamadas “aldeias de repartição”, de onde eram distribuídos, durante alguns meses do ano, aos colonos, aos missionários e à Coroa Portuguesa, para quem eram obrigados a trabalhar. Ou então eram considerados escravos e, nesse caso, ficavam submetidos diretamente aos seus proprietários, num regime de escravidão que vigorou legalmente, com todos os seus atributos clássicos, até meados do século XVIII, conforme veremos mais adiante (Freire 2001: 143).

Este era o cenário histórico, social e lingüístico do sistema de trabalho colonial que exigia, para funcionar, um nível mínimo de comunicação entre os diferentes agentes da produção. No entanto, a nova comunidade de fala que estava sendo edificada na Amazônia não estava cumprindo “*a máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios*”, que consistia em “*introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma*”, com o objetivo de “*desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes*” (Diretório dos Índios, in Beozzo 1983: 132). Os índios dos núcleos coloniais, tanto os ‘livres’ como os escravos, não falavam o português entre si e nem com o colonizador; também a língua usada pelos jesuítas na catequese não foi o português. No caso, a língua do colonizador ficou limitada à função de comunicação com a metrópole. Foi em base a uma língua indígena, como será discutido em seguida, que acabaram se organizando as relações sociais na Amazônia ao longo de todo o período colonial, perdurando até mesmo depois da Independência. Quando em 1823 as duas ex-colônias lusas - o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará - foram unificadas sob o nome de Brasil, a língua portuguesa já era hegemônica em grande parte do litoral brasileiro, mas continuava minoritária na Amazônia. Segundo o historiador José Honório Rodrigues,

“A vitória real da língua portuguesa no Brasil só foi registrada 300 anos depois da chegada dos descobridores, quando os brasileiros falaram pela primeira vez sua própria língua, em reunião pública, nos debates da Assembléia Constituinte de 1823”. (Rodrigues 1983:21).

No caso específico da Amazônia, existem evidências históricas de que a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, em agosto de 1823, incorporou ao novo estado um expressivo contingente populacional que, em sua maioria, não falava o português como língua materna, situação que se prolongaria ainda por algumas décadas. Coube, portanto, ao estado brasileiro, em construção, a tarefa de completar o processo de hegemonia da língua portuguesa na região, como será visto no quarto capítulo.

2.2.3 - A formação da Língua Geral

“Os moradores nascidos no Pará sabem primeiro fallar a língua dos índios, do que a portugueza; porque como não bebem, nem se crião com outro leite mais, que com o das índias, com o leite bebem também a língua (...)”. Padre Jacinto de Carvalho, 1729 (Reis 1961:495)

Na documentação histórica do período colonial, a expressão *língua geral* tem um sentido mais amplo, designando ou línguas usadas em vastas extensões territoriais ou, no caso do Brasil, línguas aparentadas da família tupi-guarani. Os limites do conceito serão discutidos no próximo capítulo. Aqui, será utilizado como um termo técnico preciso para designar aquela categoria de línguas faladas na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas, entre as quais se incluem a *Língua Geral Paulista (LGP)* e a *Língua Geral Amazônica (LGA)*, de acordo com a proposta de Rodrigues (1986:102).

A denominada LGA começa a constituir-se historicamente quando os primeiros colonos portugueses, que chegaram ao Pará em 1616, se defrontaram - entre as centenas de línguas indígenas da Amazônia - com o *tupinambá*, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. Eles conseguiram estabelecer um nível razoável de comunicação com esses índios, porque em Pernambuco e Maranhão, de onde vieram, haviam aprendido a falar a *Língua Brasília*, uma língua também de origem tupi, usada na catequese pelos jesuítas, em todo o litoral brasileiro, desde o século XVI.

O quadro, a partir do qual se definiriam as diretrizes da política de línguas, era bastante claro nesse aspecto: de um lado, os recém-chegados - colonos, missionários e índios, bilíngües em sua maioria - que antes mesmo de virem para o Pará já falavam uma língua de base tupi; de outro, o primeiro povo com quem se defrontaram - o *tupinambá* - era também de origem tupi. A língua *tupinambá* acabou, portanto, exercendo a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupis da região, tornando-se ainda, paulatinamente, a língua materna dos mestiços, filhos de pais europeus e mães indígenas. No processo histórico de sua constituição e expansão, essa língua passou a ser conhecida no período colonial como *Língua Geral*, e “foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-

se do tupinambá falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII” (Rodrigues:1996,10).

Na avaliação do padre Jacinto de Carvalho, visitador-geral das missões do extremo-norte, essa Língua Geral se tornou de uso tão amplo que os próprios portugueses, “*que vão do reino, aprendem a fallar a língua dos Índios*”. Seus filhos, nascidos no Pará e criados por amas indígenas, acabavam adquirindo a Geral como primeira língua, pois “*com o leite bebem também a língua*”, tornando-se lusofalantes somente “*depois de andarem alguns anos na escola e tratarem com os Portugueses que vão de Portugal*”. O missionário sugere que para reverter tal situação “*se proíba que os filhos e filhas dos Portugueses sejam criados por Índios da terra*”. (Reis 1961: 495)

Razões lingüísticas que expliquem porque a LGA se consolidou na Amazônia não foram ainda determinadas, cabendo aos especialistas o estudo da questão. Talvez a sua expansão e consolidação tenham sido facilitadas, em grande medida, pelo fato de que era de filiação tupi grande parte dos povos que habitavam, no momento da Conquista, as vias fluviais de mais fácil acesso. O padre Acuña, referindo-se às regiões do baixo Amazonas, observa que eram “*todas povoadas de diferentes nações e línguas, se bem que na maioria entendem a geral daquela costa*” (Acuña 1641, 280). Na opinião do naturalista alemão Von Martius, além do parentesco lingüístico, as afinidades culturais, que ele denomina de “*espiritualidade prática*”, podem ter contribuído para que esta língua, e não o português – que não possuía tais atributos - se tornasse o “*veículo de entendimento mútuo*” da Amazônia (Martius & Spix 1981: III, 44).

A reprodução inicial dessa língua ocorreu de forma quase espontânea. No entanto, passou a ser feita de forma mais sistemática e – digamos assim – planejada, com a catequese. A partir do momento em que nas *aldeias de repartição* começaram a ser estocados índios de outras famílias lingüísticas diferenciadas do tupi, essas aldeias – onde os jesuítas catequizavam em *tupinambá* - começaram a ter um papel importante na sua reprodução, similar ao que a escola desempenharia mais tarde para a expansão da língua portuguesa, criando gradualmente uma língua supraétnica, válida para todas as etnias que eram, compulsoriamente, integradas ao sistema colonial.

Intervindo na polêmica entre os jesuítas e os moradores, no início do século XVIII, o governador João Maia da Gama indagava-se sobre a situação dos índios de filiação lingüística

não-tupi, que eram trazidos para as aldeias de repartição próximas a Belém. Ele elaborou o seguinte raciocínio: se esse índio desconhecia tanto a língua portuguesa como a Geral, se ambas eram diferentes de sua língua materna, se ele teria que adquirir uma nova língua, por que então não aprendia diretamente o português? A resposta está no discurso do próprio governador, quando descreve que enquanto esse índio dedica diariamente apenas “*um quarto de hora ou meia*” para aprender o português com o missionário, “*o resto do dia e da noite passa fallando, conversando e tractando com os outros Índios e, com este contínuo tracto, aprende mais facilmente a língua geral que a portuguesa, e assim parece justo que na geral se doutrinem [...]*” (Reis 1961: 495).

Pouco se sabe sobre o processo e os métodos de reprodução institucional da *Língua Geral* entre índios, mestiços e portugueses. Entretanto, tem-se conhecimento de que foi declarada como língua oficial das missões da Amazônia e, em tanto que tal, passou a ser usada com uma certa sistematização pelos índios de diferentes famílias linguísticas. A gramática e o dicionário de *Língua Geral*, elaborados pelo padre Luiz Figueira em 1621, foram re-editados em 1685, encontrando-se vários exemplares desta edição no Maranhão e no Pará, da mesma forma que circulavam cópias impressas do *Catecismo na Lingoa Brasilica* do padre Antônio de Araújo e dois catecismos manuscritos feitos pelo padre Vieira: um *Breve*, conhecido também como *Catecismo Maior* e outro *Brevíssimo*. Para uniformizar o ensino da doutrina – e com ela da língua – o padre João Filipe Bettendorf organizou a publicação da *Gramática* de Figueira, bem como do *Catecismo Maior*, elaborando ainda, em latim e Língua Geral da época, o manuscrito intitulado *Doutrina Christã em Lingoa Geral dos Indios do Estado do Brasil e do Maranhão*, cujos originais se encontram na Biblioteca da Universidade de Coimbra (Leite 1949, t.8: 98). Podem ainda ser observados alguns dados dispersos nas crônicas e correspondência dos jesuítas sobre o uso das gramáticas e dos catecismos na escola e na catequese. Esse fato demonstra que uma avaliação do impacto da introdução da escrita nessas sociedades oralizadas requer uma compreensão da prática escolar e catequética.

A primeira escola no Maranhão e Grão-Pará foi criada em 1626 pelo padre Luís Figueira para os filhos de portugueses. Quase trinta anos depois, essa escola contava com mais de setenta alunos, todos eles bilingües, pois recebiam lições de catecismo em português e em Língua Geral, “*por saberem eles ambas as línguas*”, conforme informa o padre Vieira em 1653 (Edelweiss 1969:27). Instituições de ensino como essa funcionavam também em quase

todas as aldeias de repartição, onde havia uma casa de taipa, destinada às *escolas de ler, escrever e contar*. Nelas, os índios aldeados – crianças e adultos – eram doutrinados na primeira parte da manhã, com aulas de catequese; depois, eram ensinados trabalhos agrícolas e alguns ofícios artesanais, enquanto apenas *os mais hábeis aprendiam a ler e escrever*. O padre Bettendorf, que viveu quase quarenta anos no Maranhão e Grão-Pará (de 1660 a 1698), relatou suas experiências como responsável pelo *ensino do ABC* em várias aldeias. Numa delas, a aldeia de Mortiguara, habitada em 1697 por *umas três mil almas*, ele alfabetizou um grupo de adultos, incluindo o próprio cacique, usando carvão como lápis e folha de bananeira como papel, devido à falta de material adequado:

“Juntaram-se muitos discípulos e entre eles o capitão Jacaré; e são estes, hoje, os mais autorizados e velhos da aldeia (os meus discípulos); e porque, por falta de livros, tinta e papel não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e sumo de algumas ervas e com elas escreviam em as folhas grandes de pacobeiras; e para lhes facilitar tudo, lhes pus um pauzinho na mão por pena e os ensinei a formar e conhecer as letras, assim grandes como pequenas, no pó e na areia das praias, com que gostaram tanto, que enchiam a aldeia e as praias de letras” (Bettendorf 1910: 156)

O ensino era ministrado exclusivamente por missionários, não havendo registro da existência de professores indígenas durante todo o período colonial. Da mesma forma, os saberes indígenas, os processos próprios de aprendizagem, as concepções pedagógicas de cada grupo e as línguas que falavam ficaram sempre excluídos da sala de aula, com exceção da Língua Geral. Mas o seu uso na escola, até meados do século XVIII, representou para os grupos de filiação lingüística não-tupi, uma imposição arbitrária do poder colonial, que empregou para isso a palmatória, diferentes tipos de castigo e outras formas de violência física, características da pedagogia européia da época. Vários relatos dão conta da resistência de algumas índias que recusavam trocar sua língua materna pela Língua-Geral, sendo espancadas pelo missionário, responsável pela escola, com uma palmatória *“até lhe inchar as mãos e arrebentar o sangue”*. Depois de testemunhar fatos como esse ocorrido na ilha do Marajó, com uma índia Nheengaíba, o padre João Daniel concluiu: os índios

homens migravam com mais facilidade de suas línguas maternas que as mulheres (Daniel 1757-1776: I, 272).

Os depoimentos dos dois missionários, que viveram durante décadas na Amazônia, sugerem uma série de perguntas: qual a extensão dessas escolas no período colonial? Até que ponto elas estavam generalizadas pelas aldeias? Qual o papel que desempenharam na eliminação de línguas e culturas indígenas e na expansão da Língua Geral? Em que medida elas cumpriram o objetivo que se propuseram de ensinar a ler e escrever, catequizar e capacitar para o trabalho?

Podemos supor – pelos resultados posteriores – que muitos desses índios menores, arrancados cedo de suas famílias para viverem nas aldeias de repartição, acabaram exercendo as suas práticas sociais, pelo resto de suas vidas, em *Língua Geral*. Quanto aos índios escravos, a aprendizagem da língua, mesmo precária, continuava se fazendo ‘por imersão’, em contato com outros índios ou com seus proprietários portugueses, que quase sempre a falavam fluentemente.

A política de Portugal, até o final da década de 1720, foi de franco incentivo à expansão da Língua Geral, pelo que isto representava em termos de rentabilidade da colônia. Em vários momentos, o rei de Portugal repreendeu duramente os carmelitas, os mercedários e os franciscanos da Amazônia, cujos missionários não eram tão fluentes na *Língua Geral* quanto os jesuítas (Sweet 1974: 106). Através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, Portugal reconheceu a LGA como língua oficial do estado do Maranhão e Grão-Pará, determinando que os missionários deviam ensiná-la não apenas aos índios, mas também aos próprios filhos dos portugueses concentrados nos embriões de núcleos urbanos que se formavam na região (Kiemen 1954: 170).

Desta forma, com o incentivo oficial e através de métodos nada pacíficos, a *Língua Geral* subiu o rio Amazonas e penetrou em seus afluentes, levada por missionários e colonos portugueses, em canoas movidas pelas forças dos remos indígenas – e não em barcos à vela – alcançando, até mesmo, áreas da Amazônia atualmente ocupadas pela Venezuela, Colômbia e Peru, onde ficou conhecida como “*lengua yeral*”. Sua gramática foi estudada e publicada pelos jesuítas, que estavam preocupados em desenvolver algumas formas institucionais para reproduzi-la. Enquanto a *Língua Geral Paulista*, que no século XIX já não era mais falada, deixou pouca documentação, a *Língua Geral Amazônica* foi registrada em documentos nos

últimos três séculos, a maioria deles de caráter religioso como catecismos, orações, hinários e sermões, mas também de caráter literário, como mitos, poemas e outras narrativas, além de textos diversos e vocabulários (Monserrat: 2000; Rosa, 1997). Embora em situação de bilingüismo com o português, continua sendo falada ainda hoje como língua materna de uma população restrita a uma área onde, originalmente, não existia nenhuma língua tupi - o rio Negro – para onde foi levada pelos missionários. Lá, tornou-se conhecida, a partir do século XIX, como *nheengatu* (*fala boa*), termo divulgado por Couto de Magalhães, que a considerou como “*o francês ou inglês da imensa região amazônica*” por ser entendida “*em todas as nações, ainda mesmo nas que não falam o tupi*”. (Magalhães 1875: 16). O termo passou a ser usado por outros estudiosos das primeiras décadas do século XX e pelos seus próprios falantes.

*“No Norte ela é conhecida por *nheên gatu*, ‘a boa língua’, o que supõe a existência de outras línguas, mas esta é a boa, fosse porque era a língua dos civilizados ou melhor dos senhores da terra, ou porque simplesmente lhe reconhecessem uma certa superioridade sobre os demais dialetos caraibas, aruacos e outros, ou ainda, porque ao contrário das outras, constituísse como traço de união entre todas as hordas de línguas diferentes”* (Tastevin 1923: 8).

O quadro de línguas da Amazônia, apresentado aqui de forma sucinta, mostra a existência de uma situação de multilingüismo, que começou a ser transformada a partir da ação colonizadora dos portugueses, quando línguas indígenas de diferentes famílias e troncos, passaram, através de seus falantes, a estabelecer contatos sistemáticos com uma delas – o tupinambá – e com uma língua européia - o português, numa situação que começa a merecer a atenção teórica da sociolingüística, a partir da obra seminal de Weinreich intitulada *Languages in contact* (1953). Parece oportuno verificar como se processou esse contato e as marcas por ele deixada nas línguas em questão.

2.3 - Línguas em contato: as mudanças

“Que língua nós apagamos para termos uma língua nacional (o português) ? De que língua (ou línguas) foi preciso nos distanciar historicamente e quais as línguas que tiveram de ser silenciadas para que obtivéssemos uma língua portuguesa?” (Orlandi 1993:56)

A noção ‘línguas em contato’ é de difícil definição, não só porque ‘língua’ é uma abstração, mas porque se torna necessário definir a natureza, a escala e o grau desse contato e determinar quem entra em contato com quem: indivíduos, famílias, comunidades ou sociedades inteiras (Appel & Muysken 1996:12). Aqui, no entanto, o nosso interesse principal é analisar as condições sociais e históricas desse processo, destacando ainda algumas mudanças lingüísticas ocorridas nas línguas faladas na Amazônia, como resultado do contato entre seus falantes, muitos dos quais se tornaram bilingües. É relevante discutir o bilingüismo, entendido não só como práticas individuais de cada falante em duas línguas, mas o bilingüismo social ou bilingüidade, como preferem alguns autores, caracterizado pelo fato da sociedade funcionar com mais de uma língua, ainda que nem todos os indivíduos que a compõem sejam necessariamente bilingües (Heye 1999:8). Nesse caso, o reordenamento lingüístico atribui lugar e função a cada uma das línguas, de acordo com interesses sociais, políticos, econômicos e ideológicos, o que geralmente explica a desigualdade funcional entre elas.

Definir uma língua, nos seus aspectos sistêmicos, como produto do contato, é bastante polêmico. Sabemos com Thomason & Kaufman (1988) que uma situação de contato conduz inevitavelmente ao bilingüismo, gerando sempre mudanças lingüísticas sobretudo nos falantes, mas também nas estruturas das línguas envolvidas. Tais mudanças operam em dois planos: no empréstimo de léxico e no que se convencionou chamar de efeitos do substrato. Os empréstimos ocorrem, sobretudo entre línguas vivas, quando falantes da língua A passam a usar, com diversos graus de competência, a língua B, mas continuam falando a língua A, incorporando elementos ou processos de B na sua fala. Já o substrato pode ser entendido, no caso da fala individual, como o conjunto de transferências lingüísticas de natureza sistêmica, a partir da primeira língua, ou língua materna, no processo de aprendizagem de uma segunda

língua. Entretanto, do ponto de vista coletivo, o substrato constitui o conjunto de marcas que uma língua, quase sempre extinta, deixa sobre outra língua. Trata-se da influência, nos aspectos fonológicos e sintáticos, da língua perdida sobre a língua imposta, que só se estabilizam quando afetam a comunidade de fala em gerações sucessivas (Moore, Facundes & Pires 1990).

Embora a avaliação de um jesuíta que atuou nas missões da Amazônia, no século XVIII, considere que o contato não gerou mudanças significativas, porque a religião, a língua e os costumes europeus ficaram “*pouco intrinsecados*” nos corações e nas mentes dos ex-alunos das escolas de ler e escrever (Daniel 1975: t.I 87), o processo histórico mostra que mudanças substanciais ocorreram nos dois primeiros séculos de colonização, afetando a *Língua Geral*, as línguas indígenas e o português, bem como as relações entre elas.

2.3.1 – LGA: uma língua supraétnica

“Tinhãose estes miseráveis [jesuítas e moradores] habituado a fallarem a referida Lingoa (Geral) com todos os índios que trazião dos Certões, sem de forma alguma lhes querer ensinar a Portugueza, porque (...) os Indios emfalando Portuguez se fazião ladinos, e em consequência desobedientes (Mendonça Furtado, 1759).

Nesta carta acima citada, dirigida ao Marquês de Pombal, em 27 de fevereiro de 1759, o governador do Grão-Pará, Xavier de Mendonça Furtado, mostra-se escandalizado porque ao receber em sua casa, em Belém, uma família de moradores portugueses, tentou estabelecer comunicação com as crianças e descobriu “*que entendendo pouco português, elas compreendiam e se explicavam bastante na Língua Tapuia, ou chamada Geral*”. A sua surpresa aumentou, quando ouviu dois negros recém-chegados da Costa da África, “*falando desembaraçadamente a sobredita Língua [Geral] e não compreendendo nada da portuguesa*” (ABAPP: 1759).

Esses fatos nos levam a indagar: até que ponto o uso da LGA estava se universalizando na Amazônia? Como estava ocorrendo esse processo? Quais as suas conseqüências nos planos

histórico e lingüístico? Sabemos que, durante os séculos XVII e XVIII, a *Língua Geral* se expandiu em contato, em primeiro lugar, com línguas indígenas, tanto da família tupi, como de outros troncos lingüísticos - Aruak, Karib, Tukano, Pano – faladas por índios que eram incorporados ao sistema colonial, através das chamadas ‘aldeias de repartição’; em segundo lugar, em contato sistemático com o português, falado por um número reduzido de colonos, militares, funcionários diversos e missionários; em terceiro lugar, o contato se deu também com outras línguas européias faladas nas regiões de fronteiras, como o espanhol, o holandês, o inglês e o francês; e, finalmente, ainda que em menor escala, a Língua Geral conviveu com línguas africanas faladas pelos negros que, a partir do final do século XVII, começaram a ser trazidos para a região como escravos. Tornou-se, desta forma, a língua de contato dos índios das aldeias de repartição, da população mestiça e cabocla e até mesmo de muitos filhos de portugueses e de escravos de origem africana. Acabou se consolidando, no início do século XVIII, como língua de comunicação interétnica, usada nas escolas, na catequese, na igreja, nas aldeias e nas relações de trabalho. Em 1720, havia no Pará 63 aldeias com 54.264 índios aldeados que, dependendo da eficiência missionária, dominavam em maior ou menor grau a *Língua Geral*, usada ainda amplamente por cerca de mil portugueses, pelos índios escravos calculados em não menos de 20.000, e pelos negros e mestiços (Raiol 1900: 132).

O contato permanente com outras línguas contribuiu para que a LGA sofresse mudanças, que a distanciaram histórica e lingüisticamente do tupinambá original, de tal forma que alguns lingüistas preferem atribuir nomes diferentes para distingui-las: a primeira é o *tupinambá colonial*, em processo de expansão; a outra, o *tupinambá tribal*, que continuou sendo falado até o fim do século XVIII, confinado em três aldeias, até desaparecer definitivamente. A documentação da época também diferencia essas duas variedades, empregadas nas missões jesuíticas: de um lado, a ‘*língua geral verdadeira*’, que corresponde ao falar dos índios tupinambá, usado nas aldeias, em práticas religiosas, orais e escritas (catecismo, confissões, etc.), e, de outro, a ‘*língua geral corrupta*’, de uso exclusivamente oral, falada por um grupo lingüisticamente heterogêneo, composto também por índios não-tupi e por portugueses, não nativos de Língua Geral. Segundo o padre João Daniel, em meados do século XVIII, o último grupo já não entendia a variedade usada nos catecismos (Barros 2000: 15).

Essas mudanças ocorreram em dois momentos históricos diferenciados. No primeiro, nos séculos XVII e XVIII, quando o português era minoritário e a LGA tornara-se a principal língua da Amazônia, “*há poucos empréstimos, mas várias mudanças na sintaxe da língua*”. No segundo, já no século XIX, quando cada vez menos falantes de uma outra língua aprendiam a LGA e cada vez mais falantes de LGA aprendiam o português, aumentando o seu grau de bilingüismo, “*os empréstimos são os principais resultados do contato*” (Moore, Facundes & Pires 1990).

Do ponto de vista sistêmico, as mudanças na variante do *tupinambá colonial* podem ser verificadas em vários níveis, como observaram Borges e Nunes (1998:56). No plano fonológico, integrou a série de consoantes oclusivas sonoras /b/, /d/, /g/ - ausentes no *tupinambá tribal* - e excluiu, em alguns casos, determinadas realizações de consoantes nasais que – essas sim – ocorriam na variante tribal. No plano morfológico, houve uma redução tanto do sistema de demonstrativos, que ficaram restritos a duas formas, quanto do sistema de pronomes pessoais, além de uma simplificação do sistema verbal. No plano lexical, incorporou muitos termos emprestados não só do português, mas também de outras línguas européias com as quais convivia, de tal forma que alguns autores exageraram a dimensão dessa influência. A palavra ‘*tuxaua*’, por exemplo, no sentido de ‘cacique’ e de ‘chefe’, foi considerada por Avé-Lallemant, em 1859, como originária de ‘*toschauer*’, que no baixo alemão significa ‘capataz’, ‘inspetor’, e teria sido introduzida no século XVIII, quando a influência holandesa se estendia até o baixo Rio Negro, sendo bem aceita pelos grupos indígenas da região, “*como significando uma dignidade na língua estrangeira*” (Ave-Lallemant 1980: 143). O termo, no entanto, se encontra registrado, desde 1640, por Montoya, na área guarani do atual Paraguai, e foi retomado no dicionário de Stradelli (tuixáua, tuisáua) como genuinamente tupi (Stradelli 1929: 683).

Quanto aos empréstimos do português, eles foram feitos, seja através da substituição de palavras tradicionais - como é o caso do termo *ipéca*, que desapareceu, substituído por *pato* - seja para nomear conceitos, funções e utensílios novos e, neste caso, sofreram adaptações fonéticas/fonológicas: cavalo (*cauarú*), cruz (*curusá*), soldado (*surára*), calça, ceroula (*cerura*), porco (*purucu*), livro (*libru* ou *ribru*), papel (*papéra*), amigo, camarada (*camarára*). Por outro lado, a LGA ampliou o valor semântico de palavras tupinambá para dar conta da nova realidade, nomeando com nomes tupi certos objetos e animais domésticos,

desconhecidos dos índios, mas com os quais é possível estabelecer algumas analogias: boi e vaca foram denominados de *tapyira*, (anta); cachorro passou a ser designado pela palavra *iauára* (onça); tesoura recebeu a denominação de *piranha* (peixe); vinho foi chamado de *cauín*. Entretanto, o dicionário de Stradelli (1929) registra um recurso complementar, utilizado para ressemantizar os nomes tradicionais, contrastando com os novos usos e atribuições do termo. Quando o referente exige maior precisão, a qualificação funciona como identificador: anta é *tapyira caápora* (morador da mata) frente a boi e vaca, designados como *tapyira suaiana* (estrangeiro, de além mar, europeu) ou *tapyira-suaiauára* (com cauda, rabudo); cachorro torna-se *iauára mimbaba* (manso, domesticado), vinho é *Caryua-cauín* (cauim de branco). Na Língua Geral do litoral brasileiro, documentada pelos jesuítas, o funcionamento da partícula *eté* (legítimo, genuíno) opera como um modalizador com o mesmo sentido: *iauára-eté*, *tapyira-eté* (Barbosa 1956: 386).

A LGA incorporou ainda noções novas como aquelas referentes a tempo, espaço e distância: a noção de ano, por exemplo, foi representada pela palavra *acaiú*, considerando o fato do caju ser um fruto que só dá uma vez ao ano, da mesma forma que a noção de mês, coberta pela palavra *Iaci*, relacionava-se à periodicidade rigorosa das fases lunares.

Devido ao contato e às mudanças, alguns autores do início do século XX sustentaram que o produto foi uma nova língua simplificada, adaptada e disciplinada pelos jesuítas, na documentação por eles elaborada – gramáticas, dicionários e catecismos. Daí o termo ‘tupi jesuítico’, usado impropriamente para designá-la. Outros estudiosos, mais recentemente, demonstraram preocupação em saber se a LGA podia ser incluída naquelas classes de línguas chamadas de ‘pidgin’ ou ‘crioulo’, desenvolvidas por certos tipos de contato social, que dão lugar a soluções lingüísticas, nas quais se combinam o vocabulário de uma língua com a gramática de outra. Esses contatos obrigam a encontrar um sistema comum entre pessoas que falam línguas diferentes e ininteligíveis. “Quando não existem falantes *nativos* dessa variedade mista, estamos diante de ‘línguas pidgin’ ou ‘sabires’; quando o contato se prolonga e se estabiliza, expandindo-se funcionalmente, e dando lugar a uma comunidade de fala, nascem as línguas crioulas” (Moreno 1998: 277). Desta forma, a questão é saber se houve um período em que a LGA não era língua materna de ninguém (*pidgin*), ou se a língua

tupinambá, que lhe deu origem, sempre teve falantes nativos e foi sofrendo mudanças radicais com as novas funções assumidas no reordenamento lingüístico da região.

No caso da LGA, houve uma discussão sobre a existência ou não de um processo de *crioulização*, isto é, de transformação de uma língua de contato em língua materna da comunidade. A definição de *língua crioula* implica a formação de uma língua mista, cujo léxico é proveniente da língua dominante, mas as características sistêmicas são da língua dominada. Por isso, considerando que a LGA representaria o processo inverso, Couto (1996: 87) a classifica como *anticrioula*: “*Seu léxico é basicamente o tupi. No entanto, sua gramática se aproximou do Português*”. Borges (1999:3), estudando aspectos da fonêmica do Nheengatu, dá argumentos que permitem discordar dessa caracterização, invocando para isso a estrutura e a história da LGA. Já Rodrigues (2002: 11) admite a probabilidade de que alguns *pidgins* e até mesmo *crioulos* tenham ocorrido em certos lugares, “*mas sem ter alcançado a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo*”. Ele conclui que a atribuição de qualquer traço *crioulo* no caso das línguas gerais, “*carece de fundamento histórico e lingüístico*”, afirmando que desde o início as comunidades de LGA apresentaram uma situação de bilingüismo parcial com o português, com uma maioria de monolíngües na língua geral e uma minoria de bilíngües.³

Embora a documentação específica sobre o contato lingüístico seja escassa, os dados sobre o uso da força de trabalho indígena nas aldeias de repartição nos permitem sugerir a hipótese de que nas primeiras décadas da história colonial, a LGA conviveu com algumas línguas indígenas, aparentadas ou não, entre os índios que as falavam, fazendo com que os indivíduos tivessem características de algum tipo de bilingüismo. Esse tipo de contato produziu também mudanças, em diferentes níveis, nessas línguas minoritárias.

³ Sobre as teorias relacionadas às origens do *pidgin* e *crioulo*, ver Arends, Muysken & Smith (1995) e Couto (1996).

2.3.2 – As Línguas locais ou vernáculas

“Como as missões do Pará se compunham geralmente de tribos diferentes, os índios, ainda que falassem com o padre na língua-geral, em casa todos falavam a sua própria”. Padre Anselmo Eckart, 1756. (Eckart 1987 19).

O referente de ‘língua minoritária’, aplicado às vezes às línguas indígenas, é tão amplo e esta noção é de aplicação tão livre e diversa, que alguns autores a rejeitaram, considerando que ela aciona muito mais representações do senso comum do que uma categoria com certo grau de rigor descritivo. Neste caso, eles preferem a denominação de ‘língua vernácula’ para designar as línguas faladas por uma comunidade, em oposição à ‘língua veicular’, que permite aos grupos de línguas ou dialetos diferentes se comunicarem. Outros autores propuseram substituir essas noções por línguas ‘sedentárias’ ou ‘nômades’. Sem entrar no mérito da polêmica, aceitamos aqui o uso do termo ‘língua minoritária’, no sentido que lhe dá Brezinger (1993:6), isto é, de língua falada por minoria etnolingüística, que não se confunde com minoria étnica. Quase sempre inferiorizadas econômica e politicamente, as minorias etnolingüísticas sobrevivem num ambiente hostil, onde suas línguas são discriminadas e onde outras línguas dominam a escola, a mídia, o poder político, a administração. O termo tem, portanto, a vantagem de chamar a atenção para o fato de que uma língua particular está ameaçada, corre o risco de ser substituída e, finalmente, de desaparecer, em função de alguns critérios: o número de falantes, a identidade que eles podem ou não ter com sua língua, o uso que dela é feito, a função que desempenha, o apoio institucional que recebe e as mudanças estruturais pelas quais passa. Romaine (1995: 284) considera o termo ‘minority’, na verdade, como *“um eufemismo para falar de povos dominados”*, sendo que, neste caso, o tipo de bilingüismo gerado pelo contato é apenas *“uma manifestação lingüística de um acesso desigual ao poder e à sociedade”*.

O padre Anselmo Eckart (1721-1809), missionário jesuíta que atuou no Grão-Pará, na aldeia de Trocano, no período de 1753 a 1757, chamou a atenção para o bilingüismo generalizado nas aldeias indígenas do Amazonas, onde parte expressiva da população falava, além de sua língua materna, uma segunda língua – a Geral – cada uma delas com funções bem

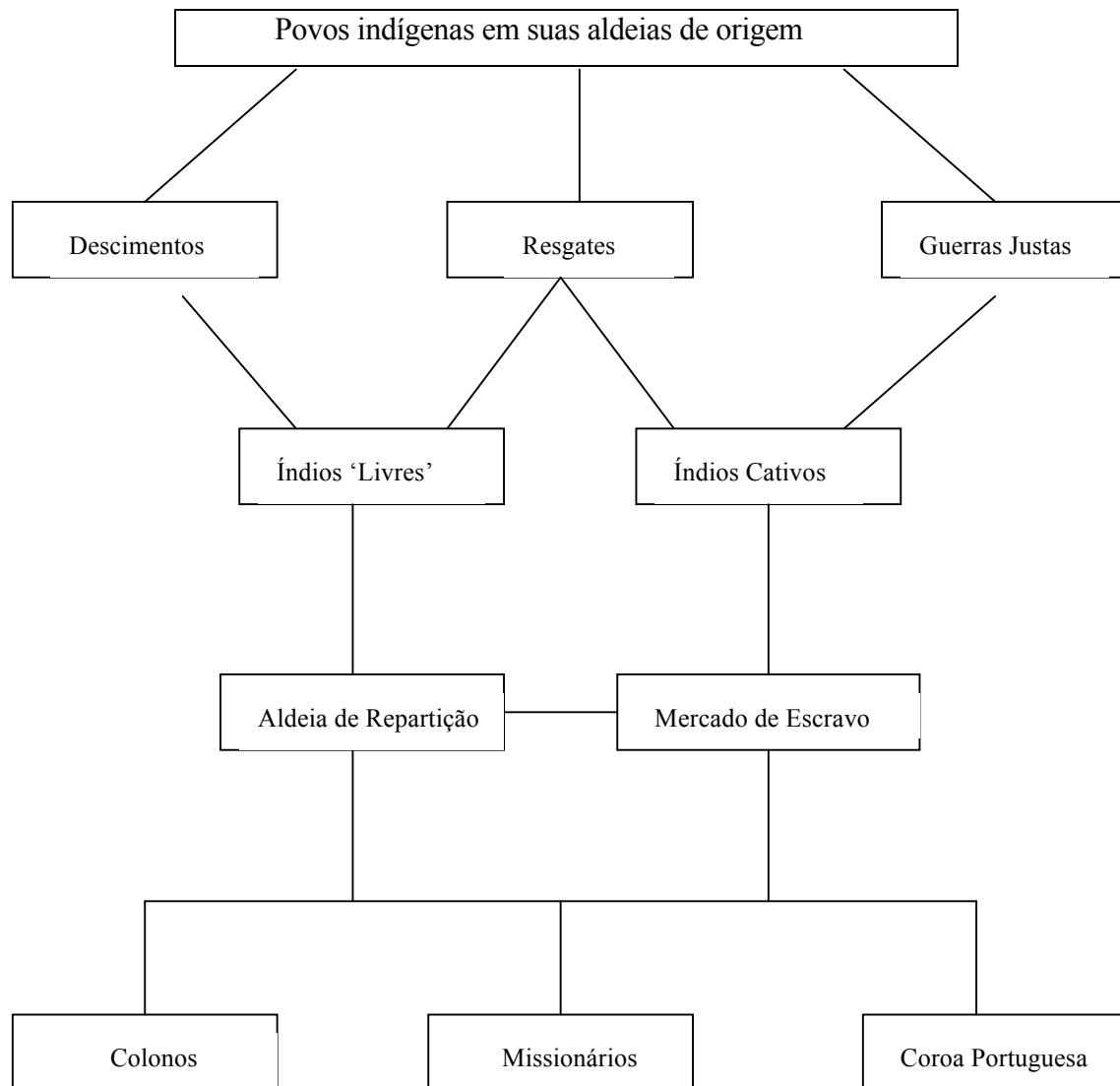
específicas. No entanto, no contexto das línguas indígenas, enquanto a Língua Geral gozava de um relativo prestígio - provida de alfabeto e escrita, embora de uso bastante restrito - as demais foram relegadas às práticas domésticas e à oralidade, em espaços confinados. Os catecismos, orações, hinários e toda a literatura religiosa eram produzidos em Língua Geral. Registros escritos em línguas minoritárias foram muito raros, como os catecismos, feitos pelo padre Vieira em sete línguas diferentes, cujos originais até hoje não foram encontrados, ou o catecismo elaborado pelo padre Manuel Nunes para os índios *Boca*, da ilha do Marajó. O próprio padre Eckart explica as razões especiais que justificavam a produção desse material:

“Ao tempo em que me achava na missão dos Abacaxis, compus com grande trabalho pequenos catecismos nas línguas de duas nações – os ariquenas e os barés – para poder preparar para o batismo doentes e velhos, que já não estavam em condição de aprender a língua-geral” (in Edelweiss 1969:32).

Desta forma, ele oferece pistas para indicar que os falantes de uma língua minoritária, nessa situação, manifestavam níveis de competência diferenciados: os mais velhos, monolíngües, a falavam fluentemente, com um domínio perfeito; os jovens, bilíngües, tinham fluência, mas se afastavam de algumas normas; finalmente, falantes com habilidades restritas a usavam na condição de segunda língua, como o missionário. Os catecismos produzidos por Eckart, também jamais localizados, poderiam oferecer pistas para verificar em que medida a Língua Geral não só ficou marcada em sua estrutura pelos contatos, *“mas deixou suas próprias marcas em grande quantidade de outras línguas indígenas ao longo de quase todo o curso do Amazonas e de seus afluentes”* (Rodrigues 1967:38).

De qualquer forma, no confronto com a Língua Geral, muitas línguas minoritárias foram condenadas à extinção, porque foram sendo gradualmente abandonadas nos seus usos e funções de língua materna pelos índios nascidos nas aldeias de repartição, mas sobretudo por causa do extermínio físico de seus falantes. Nesse sentido, uma análise da política de mão-de-obra no período colonial, realizada através de uma abordagem transdisciplinar, pode revelar muito mais sobre o destino das línguas do que os enfoques tradicionais sobre a política de línguas. O seguinte fluxograma do recrutamento da força de trabalho indígena, que vigorou no Grão-Pará durante século e meio pode ajudar a compreender o destino das línguas locais :

RECRUTAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO INDÍGENA



Fonte: Fluxograma elaborado a partir de Freire (2001 b: 115).

O modelo legal de organização do trabalho indígena vigente na Amazônia portuguesa, desde a fundação do Forte do Presépio, em 1616, combinava, como já foi visto, a existência de duas categorias de trabalhadores, de acordo com a forma de recrutamento: de um lado, os 'índios livres' ou 'de repartição', recrutados através dos

descimentos; e de outro, os ‘índios escravos’, capturados em operações de *guerras justas*. Os *resgates*, dependendo das mudanças na legislação, podiam produzir tanto escravos como ‘livres’. De qualquer forma, cada vez que um índio era assim recrutado, perdia sua autonomia e sua língua materna ficava ameaçada.⁴

Os *descimentos* - expedições, em princípio pacíficas, ainda que com escolta militar - eram realizados tradicionalmente com a participação de missionários, que tinham o objetivo de convencer as comunidades indígenas a *descer* de suas aldeias de origem para as aldeias de repartição situadas nas proximidades dos núcleos coloniais. As aldeias de repartição, criadas pelo colonizador, eram núcleos artificiais, onde índios de diferentes línguas e de culturas diversificadas eram estocados para serem alugados e distribuídos - “repartidos”- entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa, em troca de um “salário”. Os índios que aceitavam ser descidos sem oferecer resistência armada recebiam também, na documentação oficial, a denominação de “livres” - para distingui-los dos escravos - embora fossem obrigados a fornecer um trabalho compulsório durante seis meses do ano. Nos outros seis meses, por lei, eles deveriam trabalhar na aldeia para a própria subsistência, sempre em contato com usuários das mais diferentes línguas, através da Língua Geral.

Os *resgates* eram uma operação de troca comercial entre os portugueses - que forneciam mercadorias européias como ferramentas, miçangas e quinquilharias - e as tribos consideradas aliadas, que davam como produto de troca índios capturados durante as guerras intertribais. Mas só podiam ser legalmente “resgatados” os chamados “índios de corda”, isto é, aqueles índios presos por grupos antropófagos e que estavam destinados a serem comidos ritualisticamente. A documentação portuguesa da época classifica quase todos os grupos indígenas como praticantes do canibalismo, entre outras razões, para justificar o resgate. Pela lei de 1611, os índios resgatados podiam ser escravizados durante dez anos, em retribuição ao morador português que o havia livrado da morte. No entanto, em 1626, quando completam os

4

Utilizamos aqui uma síntese do texto que foi desenvolvido com maior detalhamento em artigo publicado em Tübingen, Alemanha, intitulado “*A organização da Força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru*” (Freire 2001 a). Outra versão, intitulada “*Portugueses, Índios e a Organização da Força de Trabalho na Pan-Amazônia*” foi publicada no livro “*Raízes e Rumos. Perspectivas Interdisciplinares em Estudos Americanos*”, organizado por Sônia Torres (Freire 2001 b).

dez primeiros anos de presença portuguesa na Amazônia e os primeiros escravos deveriam ser libertados, o Senado da Câmara de Belém modificou a legislação, estabelecendo que os escravos ficariam nesta condição durante toda a vida, com praticamente todos os atributos clássicos da escravidão.

A terceira forma de recrutamento era a *guerra justa*, uma operação militar promovida por tropas de guerra organizadas pelos colonos ou pela própria Coroa, que invadiam os territórios indígenas, com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Os índios assim aprisionados, eram conduzidos ao mercado de escravos, onde eram vendidos. Pela lei, a guerra justa, que necessitava da aprovação do governador, podia ser realizada contra índios que atacassem os portugueses ou que impedissem a propagação do Evangelho. A Coroa portuguesa tinha um interesse particular neste rendoso negócio, porque de cada 100 índios aprisionados, 20 eram de propriedade da administração colonial - o mesmo imposto de “um quinto” pago pelo ouro em outras regiões do Brasil.

Esse sistema foi extremamente predador, sem uma preocupação com a reprodução da força de trabalho indígena, a única existente na região. Como os colonos portugueses não introduziram nenhuma tecnologia nova, trataram de fazer economia na alimentação dos índios e no tempo de trabalho, aumentando a jornada para 14 e até 16 horas diárias. É possível, hoje, encontrar alguns documentos que registram as condições de trabalho, porque na disputa entre colonos e missionários pelo controle do recrutamento, cada parte deixou relatos sobre o tratamento dispensado aos índios pela outra parte (Freire: 2001: 115-116).

Na Amazônia, ocorreu um processo similar ao assinalado por Ruggiero Romano em outras regiões da América, onde o sistema econômico colonial se caracterizou por “*uma exploração de rapina da força de trabalho, como resposta às necessidades de uma economia dominante, que não coloca em movimento retornos capazes de criar outras riquezas*” (Romano1972:134). Ele chegou a essa conclusão, perguntando-se: por que, no século XVI, foram abandonadas as minas da Calábria e da Alemanha, em troca da exploração das minas do México e do Peru, se a concentração de metal precioso era muito maior nas jazidas da Europa, do que naquelas da América? É que a força de trabalho indígena, gratuita, compensava todos os riscos, inclusive os das viagens de travessia do Atlântico. Tal *exploração de rapina* foi tão

intensa no Grão-Pará, que o padre Vieira, usando uma metáfora., comparou as minas com as veias dos índios, de onde era drenado o *ouro vermelho* – o sobre-trabalho (Hemming 1978: 328).

Nessas condições, a única economia possível residia, efetivamente, na intensificação da exploração da mão-de-obra, o que incidiu sobre o quadro lingüístico regional. Como consequência, a Amazônia passou por uma das maiores catástrofes demográficas de sua história. A calha central do grande rio e de alguns de seus principais afluentes sofreu um processo acelerado de esvaziamento, afetando a vida dos povos que habitavam a região antes densamente povoada. De um lado, havia aqueles índios que eram recrutados para o sistema colonial - os “*domesticados*”, “*índios da missão*”, “*índios de repartição*” e até mesmo os escravos. Esses adquiriam a Língua Geral, que por um certo tempo convivia em bilingüismo com as línguas vernáculas, mas essas últimas tendiam a desaparecer em uma ou duas gerações, criando uma situação de monolingüismo em Língua Geral. De outro, os que conseguiram continuar vivendo em suas aldeias de origem, preservando sua língua materna e sua identidade lingüística. Esses últimos, diante do terror espalhado pelas tropas portuguesas que recrutavam mão de obra, haviam fugido de seus territórios originais, procurando nova moradia nas cabeceiras dos rios e nos ‘santuários’ inacessíveis, protegidos por cachoeiras. Nesse deslocamento, entraram em contato nem sempre pacífico com outros povos, o que acabou originando profundas modificações na organização social, nos padrões de ocupação e na própria situação lingüística de muitos grupos. “*Quase nenhuma língua escapou à grande sangria levada a todas as partes, a todos os refúgios, pelas políticas de conquista da Amazônia*” (Rodrigues 2000, 22).

Um exemplo ilustrativo desta situação é o caso do povo *Tarumã*, que habitava o baixo rio Negro, nas imediações de onde hoje se situa a cidade de Manaus. Os missionários carmelitas chegaram mesmo a estabelecer aí, no século XVII, uma aldeia de repartição, que não prosperou, porque os *Tarumã* se rebelaram. Inferiorizados militarmente, fugiram das tropas portuguesas e particularmente dos massacres de Pedro da Costa Favela, entre 1665 e 1669, e foram se deslocando progressivamente em direção ao norte, até chegar ao rio Essequibo, na Guiana Britânica, onde foram encontrados no início do século XIX (1837), em número de 500, pelo viajante alemão Robert Schomburgk, depois de haverem percorrido mais de 2.000 km. (Loukotka 1949: 35)

Em sua fuga, os *Tarumã* foram invadindo territórios de povos que falavam línguas da família Aruak, com quem mantiveram diferentes tipos de relação, quase sempre conflitivas e violentas. Finalmente, eles acabaram se fixando no extremo norte, na Guiana, em pleno território Karib, onde fizeram alianças com povos dessa família lingüística, o que favoreceu a realização sistemática de casamentos interétnicos. Dessa forma, os *Tarumã* acabaram assimilados, juntos com outros povos, pelo atual grupo Wai-Wai, de filiação Karib. Hoje, a língua *Tarumã* está extinta e não existe nenhum grupo que reivindique esta identidade (Meggers 1977: 108).

Esses deslocamentos e alianças, no entanto, provocaram certa confusão, no momento em que os estudiosos procuraram encontrar os parentescos e filiações dessas línguas. O *Tarumã*, por exemplo, foi classificado por Paul Rivet como língua do tronco Aruak, porque ele se baseou exclusivamente no léxico registrado no século XVII pelos carmelitas. (Rivet 1924: 643). Outros autores, como Betty Meggers, a consideraram como língua Karib, porque trabalharam os dados coletados no século XIX, quando ela já havia recebido forte interferência da língua Wai-wai. Loukotka, que dedicou particular atenção ao caso, classifica-a como “*língua isolada*”, reconhecendo no idioma *Tarumã* a presença de empréstimos lexicais tanto das tribos Aruak quanto dos grupos Karib, em decorrência do contato relativamente prolongado entre essas línguas (Loukotka 1949: 55-56).

Por idêntico processo passaram os *Aruan*, da família Aruak, habitando originalmente a costa norte do Marajó e a ilha Caviana. Eles haviam participado ao lado dos holandeses na luta contra as tropas lusas de Bento Maciel Parente na região do Gurupá, na primeira metade do século XVII. Resistiram durante mais de um século aos ataques dos portugueses, que conseguiram dividi-los em dois grupos. No início do século XVIII, um dos grupos, já falando a *Língua Geral*, foi transferido à força para a região do baixo Tocantins, onde os seus integrantes constituíram um povoado com o nome de Muru, para desaparecerem em seguida como entidade étnica (Adonias 1963: 241). O outro grupo iniciou uma longa fuga pelo Amapá, migrando em direção à Guiana Francesa, onde alguns remanescentes foram encontrados no final do século XIX por um viajante francês (Coudreau 1886: 220-224). A última informação sobre esse grupo data de 1926, quando Curt Nimuendaju dá conta de um pequeno núcleo ainda identificado como *Aruan*, mas falando o ‘créole’ da Guiana Francesa (Hemming 1978: 607). Hoje, não existe nenhum povo que assuma esta identidade.

Muitos outros povos enfrentaram situação similar à dos Tarumã e dos Aruan, mesmo aqueles que não tiveram contatos violentos tão freqüentes com as tropas portuguesas, mas que passaram por processo de mudanças culturais ou de território, como é o caso dos Baniwa do rio Aiairy, próximo à fronteira com a Colômbia. Este grupo não sofreu perdas graves com as tropas de recrutamento, mas a língua, da família Aruak, modificou-se no contato com outras línguas, na medida em que sua organização tribal acolheu índios de outras filiações lingüísticas, que escravizados pelos portugueses, acabaram fugindo do trabalho compulsório, indo refugiar-se nas aldeias Baniwa (Robin 1980). Outra língua indígena que apresenta acentuada influência lexical da Língua Geral Amazônica é o Mawé, em mudanças que ocorreram provavelmente no período colonial, “*mas não é tão seguro que suas outras características tupi-guarani sejam tão recentes*” (Rodrigues 1984-1985: 35).

Os Cocama/Omágua, os primeiros índios do rio Solimões a entrarem em contato com a expedição de Orellana em meados do século XVI, constituem também um exemplo singular. Eles falavam uma língua que desde sempre, até recentemente, foi considerada como pertencente ao tronco tupi. Nos séculos XVII e XVIII, quando foram aldeados por jesuítas espanhóis, sua língua foi documentada. A documentação, só estudada recentemente por Cabral (1995), revela que essa língua das missões é essencialmente a mesma que a dos Cocama de hoje, que vivem no Solimões e no Marañón. “*Ela é, entretanto, inequivocamente o produto de um cruzamento entre uma língua como o tupinambá e outra língua até agora não identificada, talvez da família Aruak, mas seguramente não tupi-guarani*” (Rodrigues 2000:19)

Os documentos históricos apontam uma rede de relações e oferecem pistas sobre os contatos prolongados entre diferentes grupos, que hoje só são observáveis porque deixaram marcas de natureza lingüística, capazes de dar inteligibilidade a esse processo. No entanto, pouco se tem avançado nesse campo, porque “*os estudos histórico-comparativos das línguas amazônicas estão ainda num estágio muito incipiente*” (Rodrigues:2000,23). As diversas situações de contato foram analisadas numa perspectiva antropológica, mas “*a forma que assume a comunicação interétnica, bem como os fatores lingüísticos e extralingüísticos que a determinam, aguardam ainda uma investigação abrangente*” (Emmerich 1984: 3).

2.3.3 – O português regional e a ‘meia língua’

“A língua portuguesa (...) tem avesso e direito; o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais (...) meias línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras: meias línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações, que as pronunciavam, ou mastigavam a seu modo”. Pe. Antônio Vieira, 1642, Sermão do Ano Bom (in Barbosa Lima 1958: 80).

‘Meia língua’ é a denominação proveniente do senso comum, usada na península ibérica, para designar um tipo de fala considerada *‘estropiada’* e *‘mutilada’*, produzida em geral por um falante não nativo ou por um camponês iletrado, cuja competência discursiva para interagir num registro formal é bastante limitada. Ela foi empregada como recurso literário pela poesia burlesca e pela dramaturgia ibérica, sintetizando uma atitude lingüística. Aparece, geralmente, em situações cômicas, por exemplo, na boca de alguns personagens de Lope de Vega, Quevedo, Calderón de la Barca, Góngora e outros autores dos séculos XVII, para ser ridicularizada, como uma forma de caracterizar a ‘ilegitimidade’ dessas falas. Por analogia, em alguns países da América, a categoria nativa ‘meia língua’ passou a indicar também um *“lenguaje balbuciente y elemental, infantil, empleado por el misionero en sus empeños proselitistas”*, que foi desaparecendo paulatinamente das zonas urbanas, mas manteve-se no meio rural, onde provocou inclusive o nascimento de numerosas formas dialetais (Solano 1991: 88).

O português falado no Brasil, e mais especialmente na Amazônia, no século XVII, foi considerado, pelo padre Vieira, como uma ‘meia língua’, produto de uma política colonial, que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da LGA e a construção de uma espécie de ponte, para que a língua portuguesa pudesse se tornar hegemônica na região. Ambas, LGA e português, na convivência por mais de três séculos, alternaram a função de língua franca, operando como *“línguas usurpadoras”* (Brezinger 1993:14), pois se expandiram às custas das línguas minoritárias, contando para isso com apoio institucional. Mas o importante a destacar aqui é que, nesse processo, as duas línguas

mudaram. As mudanças da LGA já foram anteriormente discutidas. Cabe, agora, indagar o que aconteceu com a variante regional da língua portuguesa, para que um homem de letras do século XVII, como o padre Vieira, a classificasse de ‘meia-língua’.

Formular respostas a essa questão exige um balanço crítico do contato, o que é dificultado pelo fato de que *“há todo um processo instaurado com o intuito de apagar a influência do tupi no português”* (Orlandi & Souza 1988:37). No início do século XX, um engenheiro baiano, Teodoro Sampaio, tentou fazer um primeiro balanço em relação ao português falado no Brasil. Com as representações oferecidas pela ciência de sua época, ele formulou sua hipótese, a partir de uma imagem emprestada da calorimetria, segundo a qual dois corpos em contato mantêm um *“equilíbrio móvel de temperatura”*; portanto, *“ao calor do contato, as duas línguas, em níveis diferentes, foram-se com efeito, alterando, trocando entre si elementos, assimilando palavras, segundo a fonética peculiar a cada uma”* (Sampaio 1955:122). Concluindo, assim, que as influências entre duas línguas em contato são necessariamente recíprocas, ele buscou localizar as contribuições das línguas tupi ao vocabulário geográfico brasileiro, realizando para isso um inventário detalhado.

Vários estudos recentes criticaram, no entanto, a perspectiva que considera como resultado do contato, meras listas de palavras exóticas e ‘folclóricas’, *“como se o período de contato dessas duas línguas fosse algo fugaz e passageiro”*. Orlandi & Souza (1988:38) propõem, como ponto de referência para pensar a questão, conceitos do campo da sociolinguística, que já vimos aqui, como *‘empréstimo’*, *‘substrato’* e *‘adstrato’*, porque através deles *“podemos ver que a convivência histórica da língua portuguesa com as línguas indígenas tem conseqüências mais importantes do que a de acrescentar alguns ‘tupinismos’, ou topônimos, ou meros afixos, ou fortuita contribuição vocabular para mostrarmos a riqueza de ‘nossa’ fauna e flora”*. As duas autoras chamaram a atenção para um processo produtivo de derivação na língua portuguesa, fruto dessa convivência com a Língua Geral Amazônica, que coloca em movimento toda uma história do contato e de processos de significação. O relato de um diálogo presenciado recentemente por uma delas, em Belém do Pará, coloca em evidência que esse legado linguístico não se restringe ao léxico. Na ocasião, alguém se referiu a uma *“netarana”* de sua avó materna, usando o sufixo tupi *rana* (‘como se fosse’), o que remeteu a uma infinidade de formas assim modalizadas: tatarana, cajarana, sagarana, canarana, etc., indicando que os processos de modalização do nome, em geral característicos

do tupi, podiam ser também atestados em português “*não pela via do empréstimo cristalizado, mas pelo próprio mecanismo em si*” (Souza 2001: 159). Trata-se, então, de redimensionar as marcas profundas das línguas indígenas, presentes na estrutura da língua portuguesa falada no Brasil.

Quanto à variante regional do português escrito, é possível identificar essas contribuições, porque esse português está razoavelmente documentado, no período colonial, em cartas, relatórios, petições e outros registros feitos no Grão-Pará, muitos dos quais já foram transcritos e até publicados pelos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (ABAPP). Ele aparece também em relatórios da Capitania do Rio Negro do final do século XVIII, em atas das câmaras municipais e outros documentos, alguns dos quais publicados pela revista *Arquivo do Amazonas*. O destinatário de parte dessa documentação era o Conselho Ultramarino de Lisboa. Os conselheiros, ao receberem a correspondência, seguramente deviam estranhar essa ‘meia língua’, pelo distanciamento que ela mantinha dos padrões normativos.

Esses registros, porém, não se limitaram ao período colonial. O ‘*avesso da língua portuguesa*’ - para retomar a expressão de Vieira - pode ser encontrado até mesmo em documentos escritos em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem, a revolta popular mais importante da história da Amazônia. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços – provenientes de diferentes horizontes lingüísticos, usavam a Língua Geral como instrumento de interação, mas nesse caso a comunicação era basicamente oral, porque eles eram, em sua maioria, iletrados. Um dado relevante para debater o papel da escrita na ordem social e, sobretudo, na sua relação com o poder, está na representação desse iletramento, “*apresentado como ‘prova’ dos seus instintos criminosos*”, conforme observa Chiavenato, no estudo de algumas peças de processos criminais abertos contra eles. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a LGA, optando pela língua portuguesa, como testemunham alguns documentos, responsáveis pela denominação que eles receberam de “*ralé semi-analfabeta*”. Dois desses documentos encontrados no Arquivo Público do Pará, já publicados, constituem um exemplo acabado do português regional em contato com a LGA. O primeiro deles,

assinado pelo ‘manjor Antonio Fostino’, foi escrito pelo próprio cabano, com letra irregular, qualificada como “*caligrafia feita de garranchos*” (Chiavenato 1984: 128-129).

“Axome çem monisão que muntas vezis teno pidido. Çe uver cunfelito aqi não çei o qe soçederá. Çe não á qartuxami prontu mandi polvra i xumbo qe aqi çe imbalará. Açim dispurvido como estú não poço responder pellos soçocos qe agão e estarei em pouçilitado de zequtar qalqer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche. Mande o qe uver com brividade. Halguns camaradas já çairão daqi pur farta de cumer. Deos garde v. ex. Pontu da Barra 3 de otobro de 1835. – Antonio Fostino. Manjor da Artilharia”.

O outro documento - um ofício dirigido ao cabano Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que ocupou o cargo de presidente da Província do Pará - foi escrito pelo tenente-comandante de Soures, dois meses depois do primeiro documento.

“Participu a V. Exa. q. tenho a honra Remeter novi Buis para despuzisons de V. Exa. Non repari não ter hido amais tempu o Gado foi por non terin xegado amais tempu e tãoben non aver enbargasons soficiente: Rogo a V. Exa. Q. dalguma manera nois quera quadejovar com a portesão de V. Exa. em nois envihar monisão tantu de musquitaria comum de hartilharia cendo para pessa calibre 1 e 3, pôs nós estamo mointo ariscado nisti pontusigondo as nutiça q. temus dus nósos ennimigus. Tãoben rogo a V. Exa. nois quera há-remidiar con algun çal e mesmo harmamentu q. estamos mointos faltos deles. Ex.mo Sr., nõn ce quera isquecer do pididu q. o Juis de Pais d’esta Vila feiz para os Povos q. V. Exa. bem sienti ade estar. O mais V. Exa. verá no Pidido jontu q. faz obegeto tãoben desti ufisio. Deos Garde V. Exa. pur moitos anus. Soures 13 de Dezembriu de 1835. Il.mo. Ex.mo Sr. Edoardo Francisco Nugera Amgilin Prisidenti. José Antonio do Nascimento Tenenti Commandanti.

Um terceiro documento, divulgado posteriormente pelo jornal ‘O Publicador Paraense’ de 11 de junho de 1851 e transcrito por Gomes de Amorim, é a carta de um chefe

cabano, que se apresentava como tenente-coronel da Guarda Nacional, dirigida ao presidente da Província, intimando-o a libertar o seu irmão, que se encontrava preso:

“...E se V. Exa. responsave pellos mal desta provincia não sortar logo logo móhirmão e otros patrisio que saxão prezo prometo intrar na sidade comeu inzercito de sinco mil Ome i não dexar Pedra sobre Pedra”. (Amorim 1869: 293)

As marcas do registro oral, verificáveis na documentação acima, podem orientar a discussão no que se refere às funções dos registros nas línguas em contato. As regras da oralidade dominam o texto escrito. Se, de um lado, a formalidade dos documentos pode ser observada tanto nas fórmulas de tratamento, quanto na abertura e marcas de despedida, que não deixam dúvidas sobre o seu caráter oficial, de outro, a sua característica oral reside principalmente nas vacilações visíveis da ortografia e na segmentação das palavras, o que não compromete em nenhum momento a eficiência comunicativa das informações contidas nos textos. Reproduz, ainda, algumas das formas características do português falado, sub-padrão: concordância que só marca o plural num único elemento do sintagma nominal – *pellos mal / otros patricio / enbargasons soficiente* – frente à norma cuja regra deve atingir todos os elementos do sintagma e não um só. A concordância de gênero e número, obrigatória ao interior do sintagma nominal, assim como a de número e pessoa, no sintagma verbal, caracterizam o sistema gramatical padrão do português. A obrigatoriedade da regra se aplica a todos os elementos determinantes flexionais do SN e do SV: quando o núcleo está no plural, os outros elementos do sintagma devem necessariamente acompanhar a flexão. No entanto, os estudos da modalidade do português falado não apenas na Amazônia, mas em todo Brasil, atestam que dentro de condições determinadas, as marcas de gênero e número, no caso do SN, e de número e pessoa, no caso do SV, não regem todos os constituintes do sintagma e assim, freqüentemente, só um elemento do sintagma leva a marca na flexão.

Essas marcas do registro oral estão presentes, também, nos escritos oficiais de autoria das próprias forças legalistas que reprimiram a cabanagem, revelando que os dois

lados compartilhavam a mesma ‘meia língua’, conforme se pode observar nos ofícios de diferentes autoridades – juiz de paz, juiz de direito, vereador, comandante militar - e, sobretudo, nas atas de diferentes câmaras municipais. Parte dessa documentação foi encontrada no então Arquivo da Intendência Municipal, de Manaus, por Bertino de Miranda, que transcreveu cerca de setenta documentos, entre os quais atas das câmaras municipais de Pauxis, Tapajós, Faro, Tefé, Mariuá, Cametá, Luzéia e Tabatinga. Nelas, é possível observar a mesma vacilação no grau de abertura vocálica encontrada nos textos dos cabanos, assim como o mesmo tipo de segmentação das palavras. A ata da sessão extraordinária da Câmara de Mariuá, redigida pelo secretário Bento Ribeiro de Carvalho, no dia 29 de agosto de 1836 constitui um exemplo de vacilações da ortografia, de segmentação das palavras e de problemas de concordância. O documento registra que ‘*abrioçe*” na ‘*çalla das Seções*”, a reunião extraordinária para discutir e ‘*rezulver*’ os acontecimentos ocorridos ‘*nas rezonhas margem do Baixo Amazonas athé as do Anfilis Rio Negro*’, já com ‘*doração*’ de vinte e dois meses, e que os vereadores abaixo assignados ‘*não simitirão*’ a tão justa requisição e ‘*com cordarão todos onanimamente*’ que era acertado ‘*comçervar e restabelecer*’ a ordem e a tranquilidade pública, etc.” (Miranda 1908: 76-79).⁵

A introdução da escrita em sociedades ágrafas produz sempre um forte impacto, com sérias conseqüências sobre as práticas sociais. O caso da LGA, estudado por Uli Reich, mostra como os discursos institucionais das culturas indígenas se realizam dentro da tradição ‘*face to face*’, em que a interação se faz apoiada “*em contextos de conhecimento compartilhado*”, integrando gestos e mímica. Neste caso, a compreensão do discurso podia ser controlada na “*situação da enunciação*”, que envolvia “*elementos extra-lingüísticos*”, condições essas próprias da oralidade. O mesmo não ocorre nas relações interétnicas institucionais, concretizada principalmente através do registro escrito, que opera na ausência do interlocutor, à distância, fora desse contexto compartilhado (Reich, 2000).

⁵ As atas das câmaras municipais, no período de 1833 a 1839, que faziam parte do acervo do Arquivo da Intendência Municipal de Belém, podem ser encontradas nas transcrições feitas por Bertino de Miranda, publicadas como apêndice do seu livro (Miranda 1908).

As pistas deixadas na documentação escrita sinalizam a dimensão histórica do contato, tão importante que qualquer estudo das línguas amazônicas, incluindo aí o português regional, deve levar em consideração as relações entre elas. Taylor, mais recentemente, chamou a atenção para esse aspecto em área do atual estado do Amazonas:

“Dada a importância da contribuição do português para formação do léxico do nhengatu e também a existência de um substrato de outras línguas indígenas, seria necessário incluir, num inventário completo de fonemas das variantes atualmente faladas no Rio Negro, todos os que são usados correntemente no português local”. (Taylor 1985:12)

Outro trabalho lingüístico encontrou no português falado atualmente na mesma região do rio Negro a entoação, a cadência e alguns traços fonológicos do nheengatu (Borges 1991), num processo discutido inicialmente por Couto de Magalhães (1876) e retomado por Teodoro Sampaio (1901), cada um deles com a concepção de língua da sua época. No entanto, este fenômeno de transferência de registro no português amazônico constitui já um outro problema, que foge ao objetivo deste trabalho.

2.4 – Línguas em expansão e ‘línguas anêmicas’

A situação das línguas na Amazônia brasileira e alguns aspectos de sua evolução, aqui analisados, reforçam as evidências arqueológicas e etnolingüísticas, sugerindo que a Amazônia já formava, muito antes da chegada do europeu, um arquipélago lingüístico, onde numerosas línguas, pertencendo a diferentes famílias, eram faladas dentro de um território com uma unidade geográfica, por onde circulavam diferentes povos, mantendo esporadicamente entre eles relações amistosas ou belicosas. Apesar de consideráveis diferenças históricas, culturais e especialmente lingüísticas, os povos da Amazônia, agricultores e ceramistas, desenvolveram um estilo de vida comum, que se convencionou denominar de *‘cultura da floresta tropical’*, baseado numa agricultura

intensiva de raízes, sobretudo de diferentes variedades de mandioca, complementada pela plantação de milho, algodão, tabaco, cabaça e certas árvores frutíferas.

Este estilo de vida, fruto de experiência milenar dos povos da floresta, sofreu um grande impacto com a chegada do europeu. O sistema colonial implantado desestruturou o mundo amazônico, destruiu grande parte das culturas da floresta tropical e reordenou a ocupação do espaço em outras bases, desprezando o saber até então produzido e acumulado pelos índios. Numa perspectiva mercantilista, os índios constituíam a principal riqueza da região, na medida em que eram a única força capaz de extrair da floresta os produtos de interesse para o mercado europeu. Neste caso, a chave para a compreensão das relações do europeu com o mundo amazônico reside na análise do sistema de trabalho implantado a partir da Conquista, cujo recrutamento predatório foi responsável pelo extermínio de muitos povos e pela extinção de muitas línguas. A separação dos índios por diversas aldeias de repartição, sem qualquer respeito pelas afinidades culturais, ao misturar falantes de línguas tão diferentes em espaços artificialmente criados, deixou muitos índios sem interlocutores em suas línguas maternas, que desta forma se tornaram '*línguas anêmicas*', carentes de sangue das populações, com um número reduzido de usuários, o que adquiriu um caráter '*epidêmico*' (Rodrigues: 200:22).

A presença portuguesa veio tornar o quadro lingüístico mais complexo ainda, porque deu à região amazônica uma relativa unidade política, obrigando os povos que aí viviam a deslocar-se nesse espaço e a estabelecer contatos mais sistemáticos em função dos interesses coloniais. Esses contatos passaram a ser feitos através das duas línguas citadas, que iniciaram um processo de expansão: uma língua indígena - a Língua Geral formada a partir do tupinambá - que se tornou majoritária nos dois primeiros séculos, e a outra, uma língua européia - o português - trazida pelo colonizador e que, em longo prazo, seria hegemônica. Essas línguas, nos contatos mantidos através de seus falantes, se influenciaram mutuamente, sofrendo modificações que foram aqui assinaladas.

O estudo da história social das línguas na Amazônia requer uma explicitação das diferentes políticas de línguas, tanto da Coroa Portuguesa, quanto do estado neo-brasileiro. Durante mais de um século, a administração colonial estimulou oficialmente o uso e a expansão da Língua Geral, em detrimento da língua portuguesa, só modificando seu ponto

de vista em meados do século XVIII. É necessário investigar as razões das mudanças de rumos e acompanhar a implementação e os resultados de tais políticas, bem como o comportamento dos principais agentes responsáveis por sua execução: os missionários. Desta forma, é possível esclarecer porque parece ter sido mais conveniente para os interesses coloniais estimular o uso de uma língua indígena, caracterizada por sua oralidade e considerada como ‘bárbara’ e ‘inculta’, e não o uso do português, uma língua escrita, de prestígio, *literatada desde o século XIII?* (Houaiss 1985: 46). Trata-se, na realidade, de entender por que, na Amazônia, os barcos comandados pelo colonizador, em vez de disseminarem a língua portuguesa, acabaram transportando uma língua indígena. Para isso, parece oportuno, agora, discutir a ação direta do Estado e da Igreja, relacionada às funções que foram atribuídas a essas línguas, como resultado da política da Coroa Portuguesa.

3. A POLÍTICA E O REORDENAMENTO DE LÍNGUAS

3.1 – O campo da política de línguas

“Ponha efficaz deligencia em que os índios sejam práticos na lingua portuguesa...e vos recomendo a infallivel observancia desta minha Real ordem”. Carta Régia de 12 de setembro de 1727. (ABAPP, T.II 1902: 191)

O termo ‘política de línguas’ vem sendo usado pela sociolinguística para designar um conjunto de medidas, explícitas ou implícitas, adotadas predominantemente pelo Estado, mas também por outros agentes sociais, para ordenar as línguas faladas em um determinado território. Esse conceito abrange, portanto, as normas jurídicas e as ações deliberadas desenvolvidas pelos aparelhos burocráticos de Estado, da mesma forma que inclui também o conjunto de atividades sociais, que de alguma forma interferem no destino das línguas, cujas funções são analisadas, dessa forma, como um elemento de ordenamento social. Trata-se, portanto, de uma categoria, com a qual podemos pensar a intervenção do Estado, enquanto poder político institucionalizado e força política organizada, que gera diferentes tipos de mudanças linguísticas e transforma experiências individuais e coletivas, com implicações nas formas e usos linguísticos da comunidade e, em consequência, nas atitudes dos falantes ante as línguas. Quando uma sociedade se organiza e estende as suas relações de contato, intercâmbio e dominação sobre outras sociedades, cultural e linguisticamente diferentes, as línguas desempenham função relevante, tanto para organizar a dominação e a hegemonia, quanto para resistir a elas (Hamel 1993: 8).

No processo colonial ibero-americano, como resultado de determinações políticas, as línguas que historicamente se constituíram como nacionais passaram a desempenhar um papel hegemônico somente após uma série de estratégias, que sempre incluíram o uso das denominadas *Línguas Gerais*, que eram, do ponto de vista demográfico, as mais importantes línguas indígenas. A formação de tradutores e intérpretes (denominados de *‘línguas’*), os currículos das escolas para filhos de caciques e a criação, já em 1580, das cátedras de línguas indígenas nas universidades no Peru e no México, referendam o prestígio que alcançaram algumas dessas línguas, constituindo-se, ao mesmo tempo, em espaço de debate dessa produção. Na América colonizada por Portugal, os processos históricos foram diferentes, embora guardem algumas similitudes, como no caso das duas *línguas gerais* que se desenvolveram: a Língua Geral Paulista (LGP) e a Língua Geral Amazônica (LGA), cuja

extensão ainda não foi devidamente avaliada, da mesma forma que não foi suficientemente estudado o papel da Coroa Portuguesa e da Igreja no seu processo de expansão e declínio.

Os principais agentes formuladores e executores dessas políticas foram os missionários que, envolvidos no trabalho de catequese e evangelização, se defrontaram com problemas comunicativos nas mais variadas situações de multilingüismo. Para resolvê-los, as ordens religiosas tiveram que tomar decisões, selecionando as línguas, definindo suas funções e delimitando os domínios e âmbitos em que elas deviam funcionar. Com finalidades didáticas, criaram instrumentos como gramáticas, dicionários, vocabulários, produzindo um meta-discurso sobre as línguas faladas nas suas áreas de atuação (Alfaro 2001: 31).

No caso da América Hispânica, onde o debate acadêmico sobre o tema permitiu reflexões teóricas, o Estado colonial e a Igreja tomaram decisões e desenvolveram atividades que preencheram as três áreas propostas por Ninyoles (1976) como condição para desenvolver uma política de línguas:

- 1) na área ‘externa’, definiram os papéis de cada língua no contexto multilingüe, determinando seus usos e funções no âmbito público, com a elaboração de discursos legitimadores: eclesiásticos, jurídicos, eruditos;
- 2) na área ‘interna’, estabeleceram normas gramaticais e produziram dicionários e alfabetos dessas línguas e, por último,
- 3) no campo pedagógico, de acordo às duas áreas anteriores, desenvolveram programas e metodologias de ensino.

No caso do Grão-Pará, parece oportuno discutir as medidas políticas tomadas nas três áreas citadas, destacando as diferentes estratégias, ao longo do tempo, para resolver problemas de comunicação. Com esse objetivo, a Língua Geral Amazônica, por ter mantido a hegemonia durante todo o período colonial, merecerá aqui um tratamento preferencial. Será abordado, em primeiro lugar, seu alcance e real extensão, que foi objeto de debate, sobretudo no século XIX, entre viajantes, naturalistas e tupinólogos. Em seguida, será apresentada uma proposta de periodização, contemplando os diferentes momentos do processo de política de línguas e da construção da identidade étnica e regional, envolvendo

a atribuição de funções às diversas línguas, bem como a normatização de seu uso e a sua reprodução. Finalmente, será analisado o papel do Estado, a partir do modelo proposto por Anderson (1983). Todas essas questões deixaram numerosos vestígios documentais que, embora dispersos, estão presentes na correspondência dos governadores do Grão-Pará com a metrópole, nos relatórios administrativos e nas diretrizes oficiais, nas disposições legislativas, nas cartas régias, nas instruções e nos regulamentos das ordens religiosas e nas próprias crônicas. Algumas dessas fontes históricas serão aqui retomadas, na tentativa de compreender melhor o problema.

3.2. A extensão da LGA

“Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou tão grande extensão geográfica como o tupi e seus dialetos; com efeito, desde o Amapá até ao Rio da Prata [...] desde o Cabo de São Roque até ao Javari, [...] estão, nos nomes dos lugares, das plantas, dos rios e das tribos indígenas [...] os imperecedores vestígios dessa língua (Couto de Magalhães 1876:28).

Na América colonial, tanto na portuguesa como na hispânica, a nomenclatura *lingua geral* ou *lengua general* começou sendo usada como um termo genérico, para designar línguas que extrapolavam sua base geográfica original, permitindo a comunicação entre diversos grupos, que habitavam diferentes territórios, embora não fosse a sua língua materna. No Brasil, cronistas e missionários, em muitas passagens de seus relatos, se referem, por exemplo, ao tupinambá, como a “*língua geral*” ou a “*mais geral*”, ou ainda “*a mais usada*” ao longo de todo o litoral. Esse termo genérico não pode ser confundido, porém, com a expressão lexicalizada *Língua Geral*, que acabou se impondo para dois referentes distintos e bem precisos: de um lado, a língua que se irradiou com as bandeiras paulistas, e de outro, a língua que se consolidou na Amazônia. Para distingui-las, Aryon Rodrigues, num artigo esclarecedor e conclusivo de 1986, propôs chamar a primeira de Língua Geral Paulista – LGP, e a segunda de Língua Geral Amazônica – LGA (Rodrigues 1986:102).

No entanto, essas línguas também eram referidas com outros nomes, atribuídos seja pelos europeus, seja pelos próprios índios, mudando de denominação de acordo com o momento histórico e o espaço geográfico ocupado por ela, o que originou imprecisões, equívocos, designações arbitrárias e até fortuitas. Muitas línguas indígenas, registradas sem um cuidado etnográfico, receberam e acabaram perenizando documentalmente nomes, às vezes insultantes, com os quais eram chamadas pelos inimigos. Há muitos casos em que uma mesma língua recebeu várias denominações ou que, por problemas ortográficos, recebeu grafias diferentes, que acabaram produzindo nomes diferentes. O problema se agrava, quando as formas de designar se referem a línguas já desaparecidas e se confundem com formas ou versões contemporâneas ainda vivas.

No caso da Língua Geral Amazônica, a documentação histórica, desde o século XVII, vem empregando diferentes nomenclaturas para designá-la: *tupi*, *tupi vivo*, *tupi moderno*, *tupi do norte*, *língua túpica*, *tupinambá*, *língua geral*, *língua geral brasílica*, *língua geral brasileira*, *língua geral dos Brasis*, *brasiliano*, *língua indígena geral*, *nheengatu* (língua boa), *abanheenga* (língua de gente, língua de índio), *língua tapuia*, e até mesmo, *guarani*, ou ainda, *tupi-guarani*. Quando uma dessas denominações designa - como é o caso - outras realidades lingüísticas diferentes, é necessário estabelecer com precisão os referentes reais, que permitam identificá-las, o que requer demarcar, sempre, o contexto em que aparecem.

Esse procedimento torna-se indispensável, principalmente quando se pretende dimensionar a extensão da LGA pelos territórios em que era falada, com o objetivo de avaliar em que medida a política de línguas contribuiu para ampliar seu raio de ação. Neste tópico, trabalharemos com relatos de vários autores, sobretudo do século XIX, onde aparece o uso de diversos termos, que confundem algumas vezes os referentes. Quando isto ocorrer, tentaremos prestar os esclarecimentos necessários. No entanto, excetuando as citações textuais, empregaremos preferencialmente a denominação '*Língua Geral Amazônica*', sancionada pela academia, ou ainda '*Nheengatu*', termo consagrado por Couto de Magalhães na segunda metade do século XIX, com o qual ficou regionalmente conhecida no século XX, tanto pelos seus falantes, como pelo entorno.

A disseminação da Língua Geral por toda a Amazônia foi testemunhada por naturalistas, missionários, militares, funcionários e viajantes, nacionais e estrangeiros, que

viveram na região ou percorreram parte dela, nos séculos XVIII e XIX, em viagens de estudo e de trabalho, da mesma forma que por alguns estudiosos que tentaram descrevê-la. Em diferentes momentos históricos, muitos deles se surpreenderam de encontrá-la como uma língua viva, falada em um território tão vasto, constatando que, sem o conhecimento dela, ninguém podia entender-se com a população ribeirinha.

3.2.1 – A visão dos viajantes

“Admirou-me encontrar em Manaus os mesmos nomes que em São Borja para os objetos mais usuais na vida. No Rio Negro ouvi articular os mesmos sons que no Uruguai, embora esses pontos distem em linha reta 500 milhas alemãs um do outro” Avé-Lallemant, em 1859 (1980:143).

Os primeiros registros do século XIX que merecem destaque foram feitos às vésperas da Independência do Brasil por dois alemães, o botânico Martius e o zólogo Spix, membros da comissão científica que acompanhou a Imperatriz D. Leopoldina. Depois de navegarem, em 1819-1820, pelo rio Amazonas e por alguns de seus afluentes como o Negro, o Japurá e o Madeira, parando em cada povoação, observaram que a língua que eles denominavam de ‘tupi’ ou ‘*língua geral brasílica*’ era “*o veículo mais poderoso da civilização dos índios*” (Spix & Martius 1981: 43). Avaliando que ela “*ainda hoje é necessária para as relações com o interior*”, Martius organizou uma pequena lista com 350 vocábulos do “*dialeto vulgar do Pará*”, sugerindo, posteriormente, que “*nos lugares mais próprios se formassem escolas de Língua Geral Brasílica*” (Martius 1863: 7-11).⁶

Mais de trinta anos depois, as observações de Martius mantinham ainda sua validade. Por desconhecer a Língua Geral, o bispo diocesano do Pará no período 1844-1859, dom José Afonso Moraes Torres, não conseguiu, nos primeiros anos, pastorear parte significativa de seu rebanho. Pároco da freguesia do Engenho Velho, no Rio de Janeiro, ele foi sagrado

⁶Esta lista, com palavras do *dialeto vulgar do Pará*, foi publicada no *Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossários de diversas línguas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil*. O Glossária contém ainda outras listas, referentes a mais de cem línguas indígenas, pertencentes a famílias tupis e não-tupis. Alguns vocabulários foram elaborados a partir de fontes manuscritas, como é o caso do dicionário de verbos, anônimo e não datado, publicado sob o nome de ‘*Tupi Austral*’, um dos poucos documentos que se dispõe sobre a Língua Geral Paulista (LGP). Outros vocabulários foram coletados pelos dois naturalistas junto a informantes indígenas, merecendo críticas generalizadas. O próprio Martius havia advertido sobre “*as dificuldades de apanhar expressões isoladas da boca do índio e de descrevê-las sem equívoco, por escrito, com as letras do alfabeto europeu*”, reconhecendo a necessidade de um trabalho de campo, que não foi feito, de “*muitos meses, mesmo de anos, entre os índios*” (Martius 1863:xii).

bispo e recebeu ordens de D. Pedro II de percorrer, em visitas pastorais, a região que lhe era desconhecida. Das várias visitas, a mais longa durou quase dois anos, abrangendo os rios Amazonas, Solimões, Madeira, Purus e Tapajós (Torres 1852). Foi aí, então, que o bispo descobriu que não podia levar o evangelho aos moradores dos lugares, povoados e vilas espalhadas ao longo dos rios, se não falasse a Língua Geral. Dedicou-se a estudá-la, compôs um resumido *Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas*, com cerca de 950 verbetes, e criou uma cadeira de *Língua Indígena Geral*, no seminário do Pará (Torres 1854).⁷

Durante toda a década de 1850-60, a LGA continuou sendo “*falada de forma quase pura ao longo da corrente principal do Amazonas, numa extensão de 3.800 quilômetros*”, constituindo-se no único instrumento que permitia a comunicação “*de uma ponta à outra do grande rio*”, de acordo com o naturalista inglês, Henry Bates, que viveu onze anos na região, de 1848 a 1859. Nesse período, percorrendo o rio de um extremo a outro, ele aprendeu a Língua Geral, que foi um instrumento indispensável para obter ajuda dos moradores do alto Solimões na coleta de mais de oito mil espécies, remetidas ao Museu Britânico (Bates 1979:209). Seu colega Alfred Wallace permaneceu menos tempo na área (de 1848-1852), o suficiente, porém, para observar que “*os viajantes brasileiros utilizam-se dessa língua como um veículo geral de comunicação com as diversas tribos que visitam*”. Ele mesmo transitou pelas regiões dos rios Negro e Vaupés, nas fronteiras com a Venezuela e a Colômbia, onde comprovou que a Língua Geral tinha se alastrado por esses países, havendo ainda ultrapassado – ele acrescentou - as fronteiras do Peru, Bolívia e Paraguai (Wallace 1979: 293).

A menção de que a LGA se estendera para fora da Amazônia, entrando na bacia do Prata, no Chaco boliviano e até mesmo nos contrafortes andinos, merece um esclarecimento, porque marcou os relatos de muitos outros autores. Na realidade, trata-se de diferentes línguas - o guarani paraguaio (ou guarani criollo), o guarani correntino, o chiriguano (ou guarani boliviano), o guarani mbyá, o guarani kayová - cujo parentesco

⁷ Dom José Afonso entregou o seu *Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* ao poeta Gonçalves Dias, que o publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Torres 1854). Segundo Edelweiss, o vocabulário recolhido pelo bispo no Alto Amazonas “*tem algum valor científico*”, diferentemente do outro *Diccionario da Lingua Tupi chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*, publicado por Gonçalves Dias em Leipzig, em 1858, considerado como “*um mistifório, de valor científico precaríssimo*” (Edelweiss 1969:200).

com a LGA fazia, no entanto, com que compartilhassem “*numerosíssimos nomes*”, permitindo um certo grau de comunicação entre seus falantes, como notou outro estudioso alemão, o médico Robert Avé-Lallemant. Após viajar por alguns países da América do Sul e por outras províncias brasileiras, ele chegou no Amazonas, em 1859, o que lhe permitiu estabelecer comparação entre a Língua Geral usada em Manaus e a língua Guarani falada ao longo do Uruguai, Paraná e Paraguai. Manifestou surpresa pelo léxico comum às duas línguas, embora a distância entre um lugar e outro fosse superior a 3.700 km² (Avé-Lallemant 1980:143).

Essas observações foram confirmadas alguns anos depois pelo major Pedro Luiz Simpson (1840-1892), um amazonense, nascido em Manaus, que participou da Guerra do Paraguai.

“No Estado Oriental, na Argentina e no Paraguai, onde militei de 1865 a 1867, reconheci que ali não somente entre os indígenas, como entre muitas famílias civilizadas, fala-se este mesmo idioma, com o nome porém de – guarani – com alguma diferença, é verdade, como talvez na proporção em que está o espanhol para o português. Eu, ali, entendia-me perfeitamente com os naturais, com eles conversava sem o menor embaraço” (Simpson 1877: 24).

Filho do diretor de Índios do Juruá, Simpson não só falava fluentemente a Língua Geral, como recebeu educação formal sobre ela durante os estudos regulares realizados no seminário de Belém, em cujo currículo foi disciplina obrigatória no período de 1851 a 1863. Posteriormente, tornou-se autor de uma gramática, publicada em várias edições, e de um dicionário, inédito, com mais de dez mil vocábulos.⁸

O major Simpson, no entanto, não foi o único amazonense, proficiente em Língua Geral, a se comunicar com falantes do guarani, na bacia do Prata. Muitos outros foram

⁸ A Gramática teve seis edições. A primeira (1877), dedicada a D. Pedro II, foi impressa em Manaus, com o título de *Gramática da Língua Brasileira geral fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas*. Não aparecem os termos ‘Tupi’ e ‘Nheengatu’, observados nas capas de outras edições: Belém (1901), Rio de Janeiro (1926, 1933, 1955). A sexta edição (2001), da Livraria Valer, de Manaus, traz na capa informação equivocada, de que se trata da quinta. Quanto ao Dicionário, os originais foram oferecidos, em 1925, à Academia Brasileira de Letras, que não o publicou, apesar de parecer favorável da Comissão de Lexicografia. O então tesoureiro da ABL, Osório Duque-Estrada, alegou falta de recursos, mas na mesma época

recrutados como ‘voluntários’ para a Guerra do Paraguai através de procedimentos violentos, testemunhados, **in loco**, por um pesquisador da Universidade de Cambridge, Luiz Agassiz, em viagem científica pelo Amazonas, em 1865-1866. No navio em que viajava, ele presenciou o embarque de vários recrutas, que tinham “*as pernas presas num grosso barrote de madeira com orifícios que mal davam para deixar passar os tornozelos*”. Tentou conversar com eles, mas descobriu que “*esses índios não pronunciam uma única palavra de português: não podem compreender por que os forçam a partir*”. Na falta de informações adicionais sobre a sua situação lingüística, é legítimo supor, que esses ‘voluntários’ encontrados por Agassiz, sem competência no português, eram falantes da Língua Geral, ou na qualidade de monolíngües, ou então como bilingües e, nesse caso, ela era compartilhada com um idioma indígena minoritário.

De qualquer forma, existem notícias de outros ‘voluntários’, monolíngües em Língua Geral, cujo recrutamento criou uma situação, no mínimo, insólita, com conseqüências sobre as marcas identitárias étnicas e nacionais: muitos soldados amazonenses, pertencentes ao 5º Batalhão de Infantaria, que sequer podiam entender as ordens do seu comandante, morreram nos campos de batalha do Paraguai, como ‘voluntários’ da Pátria, falando uma língua, compreendida pelo inimigo, mas desconhecida em sua própria trincheira. Do outro lado, havia situação similar, com soldados paraguaios, monolíngües em *guarani criollo*, alguns dos quais foram feitos prisioneiros de guerra, e só puderam ser submetidos a interrogatório com ajuda de soldados amazonenses, bilingües em Língua Geral-Português, que funcionaram como intérpretes e tradutores. (Agassiz 1975: 161,167,175,179 e 204) ⁹.

O parentesco dessas línguas, com a possibilidade dos seus falantes poderem estabelecer, em muitos casos, níveis satisfatórios de comunicação entre si, acabou fortalecendo a idéia de uma identidade lingüística, que levou a imaginar a existência de uma língua tupi única, espalhada por toda a extensão dos territórios onde eram faladas,

subvencionou com 6.000 francos a cadeira de literatura luso-brasileira na Sorbonne e patrocinou a edição de uma tradução da *Odisséia* (Atas da ABL, 1925: 68-87).

⁹ Esse tópico pode ser aprofundado com a documentação do acervo do Arquivo Histórico do Exército, especialmente o fundo intitulado *Guerra do Paraguai*, que contém relatórios de interrogatórios feitos a prisioneiros e correspondência com o presidente da Província do Amazonas sobre o envio de recrutas para a Corte. Contém ainda mapa da força do 54º Batalhão de Voluntários da Pátria, que possuía, além do efetivo normal, uma Companhia de Índios (Freire 1995/1996: 359).

aceitando-se, em alguns casos, a existência de pequenas variedades dialetais. Contribuíram também para essa idéia de unidade lingüística, presente na obra de naturalistas e viajantes, os próprios estudiosos da Língua Geral e do Guaraní, que organizaram gramáticas, vocabulários e dicionários, no século XIX, entre outros, Batista Caetano (1826-1882), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Couto de Magalhães (1837-1898), Frederik Hartt (1840-1878) e Stradelli (1852-1926).

3.2.2 – A representação dos tupinólogos

“O Tupi se diferencia do Guaraní, tanto como o falar dos brasileiros difere do dos filhos de Portugal, e talvez mesmo como o de um paraense difere do de um mineiro ou paulista”. Batista Caetano (1876:26)

No campo de estudo do Guaraní antigo, Batista Caetano de Almeida Nogueira foi, indiscutivelmente, o mais respeitado pesquisador do século XIX. Sua obra inclui um dicionário, uma gramática, análises etimológicas e traduções, entre as quais, a de uma parte do Canto X dos *Lusíadas* para o Guaraní. A visão que tinha do problema é apresentada nos seus trabalhos mais conhecidos - o *‘Esboço gramatical’* e os *‘Apontamentos,’* cujos títulos completos designam o guaraní como a *‘língua chamada também no Brasil língua tupi ou língua geral’*. Para ele, a LGA e o Guaraní eram a mesma língua, da mesma forma que o português, falado no Brasil e em Portugal, ou em suas variedades dialetais do Pará, Minas Gerais ou São Paulo. Na sua argumentação, para reforçar a *unidade* do ‘tupi ou língua geral’, o autor recorre à comparação com a variação na língua portuguesa, afirmando que se os mesmos critérios que determinaram o reconhecimento de um sem-número de línguas indígenas fossem aplicados ao português, teríamos tantas línguas quanto províncias, municípios e até famílias: *“as línguas dos Gonsalos, dos Mottas, dos Albuquerque, etc”*. Portanto, embora designada por muitos nomes, ele considerava que a língua era uma só, e que as diferenças assinaladas entre elas não comprometiam sua unidade, porque eram muito mais problemas *“da ortografia com que escreveram, do que da diversidade real dos sons”*, o que ele atribui à incapacidade dos portugueses, que não conseguiam apreender e, muito menos, reproduzir certos fonemas indígenas (Nogueira 1876: 4,26).

Esta representação unitária aparece também no discurso do botânico carioca, João Barbosa Rodrigues, que apesar de ter obtido evidências contrárias, não conseguiu romper com a idéia da existência de uma língua única. Ele viveu no Amazonas em dois momentos diferentes (1872-1874 e 1883-1890), totalizando um pouco mais de dez anos, período em que estudou a Língua Geral e coletou, nessa língua, um sem-número de narrativas indígenas, produzindo esboços de gramática e vocabulários. Diretor do Museu Botânico, em Manaus, descobriu, inventariando a nomenclatura da botânica indígena, que muitos nomes de plantas na Amazônia eram os mesmos que no Paraguai. Decidiu, então, comparar os *“dois galhos de um tronco que se bifurcou: o Tupi do Norte e o Karany do Sul”*. Conhecedor já do nheengatu, *“com as diversas pronúncias do Pará e do Amazonas”*, foi, então, conferir de perto, as variantes guarani, ouvindo os campesinos no Paraguai e os dialetos de Assunção, Corrientes e Misiones, três décadas depois de terminada a guerra. Teve sérias dificuldades em comunicar-se, devido às diferenças entre as línguas, sobretudo fonéticas. No entanto, conciliou sua experiência pessoal com a representação unitária de Batista Caetano, ao concluir contraditoriamente que *“quem conhece o guarani não entende o tupi moderno e vice-versa, posto que sejam ambos uma só língua”* (Rodrigues 1890: ii). Como a Língua Geral era – para ele - a *“língua mais vulgar desde as Antilhas até o extremo da América do Sul”*, considerou essas diferenças um dado muito recente, atribuindo-as à *“grande corrupção”* das duas línguas, devido a influências estrangeiras. (Rodrigues 1905:24). Num artigo anterior, muito criticado por Edelweiss, Barbosa Rodrigues já havia considerado como língua única o *abanheenga*, do qual ele acredita se teriam originado o *Nheengatu* e o *Guarani* (1888:101).

Da sua área, o botânico carioca empresta a imagem de *‘dois galhos de um tronco que se bifurcou’*, para representar o parentesco, através de um língua mãe ou tronco lingüístico, que deriva em subdivisões. Essa imagem contrasta com a representação dessas línguas, como *‘elos de uma cadeia’*, emprestada do evolucionismo pelo conde italiano Ermano Stradelli, para defender a representação de unidade lingüística, que ia *“das Guianas ao Prata”*. Stradelli viveu, com uma breve ausência, mais de quarenta e três anos na Amazônia (1880-1926), onde coletou e registrou mitos indígenas, sendo responsável pela desconstrução da imagem satanizada de Jurupari, um herói civilizador, que foi representado durante três séculos pelos missionários e cronistas como um diabo ameríndio.

Morreu na cidade de Manaus, depois de elaborar um dicionário e o esboço de uma gramática em nheengatu, que só foram publicados postumamente. Antecipando uma observação de natureza tipológica, ele considera nheengatu e guarani, “*como elos extremos de uma mesma língua, [que] têm de comum não só uma infinidade de palavras e raízes, mas a construção e feição de frases*” . Os dialetos tupis, originalmente falados com nuances, compunham o conjunto de elos, que davam forma à Língua Geral. “*O nome que então lhe deram de Língua Geral revela o grande pasmo dos descobridores por encontrar em toda parte, apesar das alterações locais, a mesma língua*” (Stradelli 1929:63).

O próprio Couto de Magalhães apresentou opiniões contraditórias. Quando elaborou um parecer técnico para o IHGB, ele discordou de Batista Caetano, afirmando sobre as diferenças, que “*nem todas resultam de diversidade de ortografia*”, e apresentou uma lista com exemplos conclusivos, que “*demonstram profundas alterações na fonética dessas línguas*”. (Magalhães 1876 b :382). No entanto, quando discutiu a extensão do Nheengatu em sua obra ‘O Selvagem’, minimizou tais diferenças, admitindo a existência de “*uma porção de línguas, muito semelhantes todas entre si*” (o grifo é nosso). Para ele, nesse caso, o que estava em jogo não eram diferenças formais e funcionais existentes entre o que ele reconhecia como ‘línguas’, mas a situação de intercomunicação. Se os sujeitos se compreendiam através delas, então tínhamos, desse ponto de vista, uma língua. Por isso, quando tratou de mapear a extensão da LGA, incluiu todas elas em um único ‘pacote lingüístico’, o que lhe permitiu ampliar enormemente seu território. “*A língua tupi ou nheengatu é uma das que ocupam maior superfície da terra*”, ele escreveu, considerando as línguas da família guarani como variantes da LGA, que seria assim uma espécie de hiperlíngua,¹⁰ “*uma das maiores línguas da terra, senão a maior*” (Magalhães 1876 a: 28-29).

Restrições, embora tímidas, sobre a idéia de uma língua única, atravessando a geografia e o tempo, foram formuladas no século XIX por um estudioso: Charles Frederik Hartt, professor de geologia na Universidade de Cornell, Ithaca, que estudou o Nheengatu em viagens científicas realizada na Amazônia, a primeira delas em 1865, acompanhando a expedição chefiada por Luiz Agassiz. Retornou duas vezes, e na última chefiou a *Morgan Expedition*, que explorou a região do baixo Amazonas. Além dessas estadias esporádicas,

¹⁰ Para a noção de hiperlíngua ver Auroux (1994) e Souza (2001).

viveu, aproximadamente, oito anos no Brasil (1870-1878), fixando residência no Rio de Janeiro, aonde veio a falecer. Colecionou muitas narrativas indígenas, e escreveu um trabalho clássico, intitulado *Notas sobre a Língua Geral ou Tupi Moderno do Amazonas*, ao qual anexou um dicionário de frases. Hartt, da mesma forma que os demais tupinólogos da época, admitia que as diversas línguas das famílias tupi e guarani “à primeira vista, parecem diferir enormemente entre si; mas tanto quanto nos é dado saber, têm todas idêntica estrutura geral, e suas raízes em grande número são mais ou menos as mesmas”. No entanto, ao confrontar o *tupi antigo*, já extinto, falado no litoral brasileiro, e a Língua Geral Amazônica, ele constatou que “as orações, hinos, etc. dos jesuítas não são entendidas pelos índios amazônicos hoje”, esclarecendo que “na pronúncia e na estrutura, as duas línguas diferem ainda mais que o Português do Espanhol” (Hartt 1938: 307-308).

O texto de Hartt contendo sua observação sobre a diversidade, só publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1938, não foi levada em conta, quando a Universidade de São Paulo decidiu, em 1933, incluir no seu currículo o estudo do tupi. A multiplicidade de línguas e as divergências dialetais exigiam a formulação de uma pergunta: qual das variantes seria objeto de ensino? No entanto, como prevaleceram as idéias unitárias dos tupinólogos, e mais precisamente de Batista Caetano, escolhido como patrono da cadeira, foi criada “a impagável disciplina Língua Tupi-Guarani”, gerando problemas insolúveis para a organização do seu ensino. Embora houvesse inteligibilidade entre as variantes do tupi, não era possível encontrar dicionário e gramática de uma língua ‘inventada’, chamada *Tupi-Guarani*, que jamais existiu. Um dos críticos mais contundentes dessa proposta foi Frederico G. Edelweiss,¹¹ professor de “Língua Tupi”, na Faculdade de Filosofia da Bahia, para quem a USP havia parido “algo assim como uma língua galego-portuguesa”, isto é, um referente inexistente, um “cômodo aleijão genérico”, que permitia “recolher debaixo do mesmo teto quaisquer variantes léxicas de toda a família tupi-guarani, sem restrição de época, das Guianas ao Prata, do Atlântico aos Andes”. Num artigo escrito em 1947, Edelweiss atribuiu este equívoco, entre outras razões, ao

¹¹ Frederico G. Edelweiss (1892-1974) nasceu em Santo Ângelo (RS), estudou na Europa e viveu em Salvador (Ba), aonde chegou a desempenhar as funções de diretor comercial do Instituto de Cacau da Bahia. Estudioso de etnologia e lingüística sul-americana, tornou-se professor, durante vinte anos, das disciplinas *Língua Tupi* e *Etnologia do Brasil* na Faculdade de Filosofia da Bahia. Constituiu uma valiosa biblioteca brasileira que, após sua morte, foi incorporada ao Centro de Estudos Baianos, criado em 1974 pela Universidade Federal da Bahia.

desconhecimento, até 1938, do *'Vocabulário na Língua Brasília'*, elaborado pelos jesuítas, sem o qual era impossível reconstituir a trajetória do idioma.(Edelweiss 1969:59). Não seria incorreto estabelecer um paralelismo entre essa nova disciplina da USP e a imagem do índio, genérica, que foi adotada, antes como agora, pela sociedade nacional.

3.2.3 – O debate lingüístico

“Uma língua é um dialeto com Exército, Marinha e Força Aérea” .

R.A. Hall (Burke1995: 113).

Nesse debate entre tupinólogos, o pressuposto de todos eles é que as línguas e/ou dialetos do tronco Tupi, extintos ou em plena vitalidade, têm um ancestral comum. Sobre essa questão, existe consenso. No entanto, o problema mais complexo, e de certa forma insolúvel, está na conceituação, sem limites precisos, de *língua*. A definição da área de extensão de uma língua determinada, os seus contornos e os critérios que vão presidir essa delimitação não são exclusivamente lingüísticos, ou seja, a base da identificação de uma língua não reside exclusivamente nas categorias e formas lingüísticas ou nos aspectos sistêmicos, que constituem o principal foco da descrição lingüística. De fato, *“quando se trata de distinguir uma língua da outra, especialmente se elas forem faladas em áreas geograficamente contíguas ou, pior ainda, em áreas indiscriminadamente disseminadas uma na outra”*, os critérios *'puramente lingüísticos'* são insuficientes, cedendo lugar aos extralingüísticos, de natureza política, social, geográfica, histórica, ideológica, religiosa, etc. (Rajagopalan 1998: 22).

A questão conceitual se torna mais complexa, quando se introduz a noção de 'dialeto', focalizado apenas como um sistema que não atinge o *status* de línguas, por não possuir um grau de padronização, normas gramaticais explícitas, escrita e literatura reconhecida. Nesse caso, essa nomenclatura aciona representações preconceituosas, importadas do senso comum, desconhecendo a dialetologia, uma área específica dos estudos da linguagem, que define o seu objeto de estudo, situando o conjunto de características lingüísticas próprias de um grupo como variantes de uma determinada

língua, com diferenças fonéticas, lexicais e até morfossintáticas, que não comprometem, no entanto, a intercompreensão.

Essa é a questão teórica, embora não explicitada à época, que está por trás de toda a discussão: como estabelecer os limites de uma língua e como decidir quando se trata de um dialeto? Todas as vezes que uma determinada língua - ou melhor, a variedade que foi escolhida para representá-la - é submetida a uma análise microscópica, logo vem à tona seu caráter extremamente diversificado. A questão de fundo, portanto, é saber como demarcar os seus limites, definindo os critérios que devem ser empregados nessa operação. Um dos critérios 'técnicos' usados para resolver o problema de identificação lingüística tem sido o da intercomunicação, mas ele não tem se mostrado eficiente. Na realidade, o que parece ter um peso determinante na definição de uma língua é o critério político, na medida em que são os Estados nacionais, através de suas políticas de línguas, os que promovem medidas e ações para favorecer um modelo de língua em detrimento de outros. Daí a definição de Hall, de que uma língua é sempre um dialeto, apoiado pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, ou seja por um estado nacional, com todo os seus aparelhos administrativos, ideológicos e até mesmo repressivos (Burke1995: 113).

Quanto ao argumento em prol da extensão da LGA pelas bacias do Amazonas e do Prata, podemos pensar que constituiu uma estratégia dos tupinólogos para valorizar o seu campo de estudo, resgatando a relevância de uma língua, em função de sua indiscutível disseminação geográfica e de seu peso demográfico regional. Pode ser entendido, também, como um recurso na busca de alternativas para o grande debate nacional da época, que se orienta à procura de fórmulas alternativas para a identidade regional/nacional. O que o debate torna patente, porém, é que a LGA era um dado tão marcante na cultura regional amazônica, que acabou transcendendo para o campo nacional.

De qualquer forma, embora a Língua Geral permita que os seus falantes se comuniquem com usuários de diversas línguas da mesma família, localizados em diferentes espaços geográficos, esse fato, que é relevante, não autoriza, no entanto, a afirmar que ela se alastrou por outras regiões. Tal afirmação carece de fundamento histórico e lingüístico. A LGA, é verdade, expandiu-se por um amplo território, mas não saiu da bacia amazônica, tendo sua base geográfica no estado do Grão-Pará, com incursões em áreas fronteiriças adjacentes da Venezuela, Colômbia e Peru. Delimitado, assim, o seu raio de ação, resta

agora colocar em discussão as diferentes decisões políticas que permitiram sua expansão e, em seguida, seu declínio, situando-as nos diferentes momentos históricos em que foram formuladas.

3.3 – A trajetória histórica: proposta de periodização

“O que os olhos são para o amante – aqueles olhos comuns especiais com que ele, ou ela, nasceu – a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a história tenha feito sua língua materna. Por meio dessa língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no tumulto, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros (ANDERSON, 1983:168).

O processo do contato entre uma língua européia e as línguas indígenas da Amazônia começa em janeiro de 1500, quando a expedição de Vicente Yanez Pinzón entrou na foz do grande rio *“para tomar lengua y saber los secretos de la tierra”*. Encontrou um grupo de índios, em canoas, *“que se venían pacíficos e confiados a los navios”*. Um soldado espanhol, bem armado, é enviado para falar com eles, usando *“meneos y señas de amistad”*, tentando convencê-los *“a que llegasen a conversación”*. O resultado deste ‘diálogo’, mantido através de mímica, gestos e sinais, é narrado por Bartolomé De Las Casas, em base ao depoimento de um dos protagonistas: *“Visto que por aquella tierra y rio de Marañon y gente della no había oro ni perlas, ni cosa de provecho, que era el fin que los traía, acuerda tomar captivos 36 personas, que pudieron tomar de aquellos humildes y mansos inocentes”*. Os índios assim aprisionados pelos soldados de Pinzón foram levados como escravos para a Espanha, alguns dos quais foram doados ao bispo de Sevilla, Juan Fonseca (Las Casas 1992, t. II: 157).

Depois desse, ocorreram muitos outros (des) encontros, marcados pela incompreensão, onde a comunicação era tentada sempre através de gestos e sinais, até que a situação começou a mudar, quando cada uma das partes buscou diminuir a distância lingüística. De um lado, alguns europeus iniciaram a aprendizagem de línguas indígenas: *“pan y agua es lo primero que de aquellas lenguas aprendemos”* (Las Casas 1992, t. II, 124); de outro, alguns índios começaram a usar línguas européias, e mais particularmente o português, no caso do território da atual Amazônia brasileira. Entre o momento de desconhecimento total da língua e a criação de uma nova comunidade de fala, se sucederam várias fases, que vão desde a formação da Língua Geral e a elaboração das primeiras listas de palavras, e passam pela elaboração de

dicionários e de gramáticas, de catecismos e doutrinas, que circulavam seja nas aldeias ou nas escolas de primeiras letras. Em todas elas, tanto o Estado como a Igreja desempenharam papel fundamental, apontando uma direção, através de um conjunto de ações que interferiram no destino das línguas.

No entanto, essas ações movidas pela Coroa Portuguesa, no período colonial, ou pelo Estado neo-brasileiro, nos séculos XIX e XX, não alcançaram todas as regiões da Amazônia, no mesmo momento, porque o próprio processo de conquista, de penetração e de ocupação - ainda hoje inacabado - não se deu de forma simultânea em todo o seu território. Cada micro região tem dinâmica histórica própria, situação sociolingüística peculiar e ritmos diferenciados de mudança. Torna-se, portanto, arriscado esboçar uma periodização uniforme que ordene esse processo no tempo e no espaço, dando conta ao mesmo tempo de sua riqueza e de suas particularidades. Na ausência de estudos mais localizados, qualquer generalização é prematura e arbitrária. No entanto, apesar dessas restrições, é possível elaborar um quadro, datando as grandes linhas das políticas de línguas na Amazônia, que possa - muito mais do que descrever a sua implementação - organizar as pistas que permitam a identificação dos discursos formulados pelo estado e seus agentes.

A periodização aqui apresentada - elaborada em 1983 com base em documentos até então conhecidos (Freire 1983) - permanece ainda vigente, na medida em que não foram encontrados novos documentos e nem novos argumentos para reformulá-la. Não são fases acabadas ou 'fechadas', que se alternam uma após as outras, mas grandes tendências, algumas delas dominantes em determinado período e numa determinada zona, coexistindo com outras tendências em outros períodos, desaparecendo aqui e ressurgindo ali. Desta forma, podemos destacar, *grosso modo*, cinco momentos diferenciados em que a documentação histórica mostra a intervenção dos agentes coloniais no destino das línguas faladas na Amazônia, tentando reordenar suas funções:

- a) A prática dos intérpretes (século XVI e início do XVII)
- b) A escolha do tupinambá e sua expansão (1616-1686)
- c) A normatização da Língua Geral e sua reprodução (1686-1757)
- d) As propostas de portuguêsização (1757-1850)
- e) A hegemonia da língua portuguesa (a partir de 1850)

3.3.1 Os intérpretes e as ‘líguas travadas’

A cena apresenta um personagem do romance ‘Os Selvagens’, o missionário português, padre Felix, perdido na floresta, onde encontra índios Munduruku bravos, dispostos a comê-lo num banquete antropofágico:

“ - *Sois christãos, meus filhos? Interrogou carinhosamente o branco. E como elles não respondessem, tornou: - Entendeis portuguez? Depois, fallando comsigo: - Não percebem. Vejamos se sabem tupi. Pellas pinturas do corpo, julgo que são Mundurucus. – A que nação pertenceis? ...Valha-me Deus! Também não entendem*” (Amorim 1875:30).

Durante todo o século XVI, não houve qualquer projeto de ocupação efetiva da Amazônia por parte dos europeus, mas foram realizadas dezenas de expedições de conquista, descoberta e reconhecimento do território. Cerca de 22 delas foram organizadas, entre os anos de 1500 a 1570, sob a proteção da Coroa Espanhola, entrando na região seja pelo oceano Atlântico, seja pelos Andes. Os franceses promoveram de 1542 a 1616 pelo menos sete expedições; os ingleses foram responsáveis por oito viagens na segunda metade do século e os holandeses, por cinco, chegando a construir fortes na boca do Amazonas. Os portugueses tentaram oficialmente apenas três vezes, sendo a última em 1616, quando fundaram o Forte do Presépio, que deu origem à atual cidade de Belém (Freire 1994:8).

Em todas as expedições, os europeus entraram em contato com os índios, através de gestos e sinais, ou utilizando, quando era possível, os serviços de intérpretes, o que está registrado na documentação conservada em arquivos da Europa, pouco trabalhada, assim como em crônicas, de mais fácil acesso. Os índios Cocama do rio Napo, segundo informações do cronista Gaspar de Carvajal, ajudaram o capitão Orellana, em sua descida pelo rio (1541-42), a organizar um pequeno vocabulário naquela língua, útil para o contato básico. Na expedição Úrsua-Aguirre (1560-61) que também percorreu todo o rio Amazonas, os intérpretes dos espanhóis foram os ‘*índios brasileiros*’ - parte do contingente tupi que havia migrado para Chachapoyas, no Peru. A viagem do português Pedro Teixeira (1637-1639), também contou com intérpretes indígenas, sem os quais o jesuíta Acuña não poderia ter coletado relatos dos índios Tupinambarana. O mesmo ocorreu com os ingleses Walter Raleigh

e Lawrence Keymis, que navegaram na costa da Guiana em 1595 e conseguiram informações dos índios de filiação Karib sobre as técnicas de construção naval. Como regra geral, os europeus adotaram uma prática portuguesa, muito usada anteriormente na África, que consistia em aprisionar alguns negros, levá-los a Portugal, onde eram iniciados na língua portuguesa, para serem usados como intérpretes ou ‘línguas’, como eram denominados (Freire 1994, 8-9).

Esses contatos esporádicos entre os dois mundos se transformaram, no entanto, em relação mais permanente quando, depois de conquistado o território, as terras foram divididas entre os vencedores, que iniciaram a construção dos primeiros fortes e das primeiras povoações, criando assim novas exigências de comunicação. Da mesma forma que na América Hispânica, *“la figura del intérprete fue una pieza tan indispensable como integradora”* (Solano: 1991: xxxv). No litoral brasileiro, por exemplo, entre as primeiras medidas tomadas para permitir a interação de índios x portugueses destacam-se aquelas que manifestavam preocupação em formar ‘línguas’ ou intérpretes. Alguns colégios jesuítas funcionaram como centros de especialização de tradutores do discurso religioso em *Língua Brasilica*, capacitando, entre outros, os irmãos da Companhia de Jesus que, não podendo administrar os sacramentos, ajudavam os padres nesta tarefa. A correspondência dos jesuítas registra também o uso de mamelucos - filhos de índias com portugueses - operando como mediadores dos missionários na relação com os índios. Quando o trabalho de ‘língua’ era feito por um colono, a retribuição era o soldo; quando era realizado por um índio, o pagamento era feito em bens, como vinho e ferramenta, ou com alguns privilégios, como o cargo de capitão da aldeia (Barros 1994 b:3).

Essa experiência dos portugueses no litoral, de alguma forma, foi reproduzida na Amazônia, embora de forma menos sistemática, devido às particularidades do processo de ocupação. No Maranhão e Grão-Pará, desde cedo, missionários, moradores portugueses e índios de diferentes filiações lingüísticas foram adquirindo uma capacidade discursiva na língua tupinambá, delimitando a atuação dos intérpretes às línguas de filiação não-tupi, denominadas genericamente de “tapuias”, consideradas pelos jesuítas como ‘línguas travadas’. Nesse caso, a sua função era a de atuar nos primeiros contatos como ‘embaixadores’, enviados a grupos falantes dessas línguas, a quem deviam persuadir a descer para as aldeias de repartição (Barros, 1994 a; 1994 b; 1986).

Os intérpretes tiveram papel decisivo, sobretudo nos primeiros momentos da conquista, no século XVI e início do século XVII, mas continuaram tendo atribuições destacadas durante um longo período, contribuindo decisivamente para o recrutamento da força de trabalho indígena, através dos descimentos e dos resgates. Sem a ajuda deles, o padre Antônio Vieira dificilmente teria ‘pacificado’, no natal de 1658, os índios de diferentes línguas que habitavam a ilha do Marajó: *Mamainá, Aruan, Anajá, Mapuá, Sacaca, Guajará, Pixipixi* e outros, “*que por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente Nheengaíbas*”, ou seja, de ‘língua má’ ou ‘fala incompreensível’. Na ocasião, o chefe indígena Piié fez um discurso duro, denunciando as arbitrariedades dos portugueses, que só foi registrado e chegou até nós, graças à sua tradução de uma língua *nheengaíba*. (Leite 1943 t.III:237).

As audiências da Junta das Missões, realizadas periodicamente em Belém do Pará ou São Luis do Maranhão, também contavam sempre com intérprete ou tradutor oficial, que participava do interrogatório aos índios cativos, para decidir se haviam sido aprisionados justa ou injustamente, o que determinava o seu destino e a sua condição de ‘livre’ ou de escravo. Também quando o missionário ignorava a língua indígena, o que era comum em se tratando de índios de filiação não-tupi, o intérprete tinha uma atuação permanente, nas cerimônias e na administração dos sacramentos da igreja, seja traduzindo o sermão dominical e as diretrizes que o missionário desejava transmitir à comunidade, no trabalho de catequese, seja até mesmo intermediando o sacramento da confissão, transpondo de uma língua para outra tanto os pecados do penitente, como as recomendações e a penitência por parte do confessor. Disso nos dá notícias o padre jesuíta, João Daniel, em meados do século XVIII, relatando a confissão de índias *nheengaíba*, da ilha do Marajó, cujos maridos proibiam o uso de outra língua que não a materna:

“Como porém as confissões das tapuias por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes, tem-se empenhado muitos missionários a desterrar este abuso, já com práticas, e já com castigos: e posto que já vai em muita diminuição, contudo ainda há algumas, que nem a pau querem largar este abuso, tanto que já houve algumas às quaes o seu missionário mandou dar palmatoadas até elas dizerem basta ao menos pela lingoa geral” (Daniel 1757, I, 272).

Foi justamente a Língua Geral, com base no tupinambá, que acabou merecendo as atenções da política de línguas da Coroa Portuguesa, por razões fundamentalmente de ordem histórica. A permanência do intérprete na vida cotidiana da Amazônia, dependendo da área geográfica, da distribuição lingüística dos diferentes povos e da intensidade do processo de mestiçagem, só tinha sentido, enquanto os dois mundos que ele unificava - o indígena e o português - se mantinham distantes e isolados. No entanto, passa a ser dispensável, com a construção da sociedade tapuia, a extinção de muitas línguas indígenas e a expansão da Língua Geral, ainda que sob o estímulo das *'palmatoadas'*.

3.3.2 – Tupinambá: o ‘latim da terra’

“Depuis deux siècles, les Toupinambás ont disparus du Brésil, mais leur idiome est resté la langue courante de deux ou trois provinces de cet empire, et notamment de celle du Pará” (Paul Marcoy 1869:103).

Os primeiros colonos e missionários que se estabeleceram no Grão-Pará, vindos de Pernambuco e Maranhão, trouxeram com eles muitos índios aliados, com quem falavam a denominada *Língua Brasileira*, que desta forma já começou desempenhando a função de língua franca na Amazônia desde os primeiros momentos, independente de qualquer decisão política. Encontraram na costa do Salgado o povo Tupinambá, com quem se comunicaram com relativa facilidade, por serem estas duas línguas geneticamente aparentadas e muito próximas. Em consequência, a política de línguas desenvolvida pelos missionários referendou o tupinambá, transformando-o em língua de contato. Nos primeiros setenta anos da conquista (1616-1686), essa língua – sob os auspícios dos missionários e da Coroa Portuguesa - expandiu-se pelos núcleos populacionais da Amazônia e pelas aldeias de repartição, para onde começaram a descer índios de filiação tupi e não-tupi, tornando-se uma língua de comunicação interétnica.

Essas aldeias de repartição, criadas pelo sistema colonial para concentrar e disciplinar a força de trabalho indígena, eram governadas, nesse período, por um colono português - *morador* - responsável pelo ‘governo temporal’ delas, enquanto os missionários se limitavam ao ‘governo espiritual’. Tal divisão de poderes restringiu a ação missionária, na medida em que os índios repartidos ficavam a maior parte do tempo fora das aldeias, ocupados no

trabalho em lavouras de tabaco, engenhos de açúcar, construções de embarcações e fortalezas, nas coletas das chamadas drogas do sertão, como remeiros e em outras atividades exigidas pelos moradores portugueses e pela administração colonial, e lhes sobrava pouco tempo para a catequese, realizada em língua tupinambá. Dessa forma, o aprendizado desse tupinambá destribilizado e supraétnico, essencialmente oral, já denominado de *‘Língua Geral’*, ia ocorrendo na convivência com os seus falantes e usuários, tanto nas aldeias de repartição como fora delas.

Os principais agentes dessa política oficial, que durante todo o período estimulou a difusão do tupinambá, foram os missionários, mas também os próprios moradores portugueses, como pode ser observado na documentação que registrou, anos depois, a troca mútua de acusações entre eles, que disputavam o controle da força de trabalho indígena. Os moradores acusaram os jesuítas de serem os únicos responsáveis pela difusão do tupinambá e pela sua transformação em Língua Geral. Numa carta ao rei de Portugal, em 1729, o procurador dos colonos, Paulo da Silva Nunes, sintetizou essa apreciação, quando responsabilizou os missionários, que *“devendo ensinar-lhes a língua portuguesa (...) os conservam só com a língua, a que chamão Geral naquelle Estado, que differe muito pouco da bruta linguagem com que sahem dos sertões”*. O visitador-geral das missões, padre Jacinto de Carvalho, contra-argumentou, devolvendo a acusação:

“(...) Os Índios das aldêas, mais tratão com os Portuguezes, do que com os missionários; porque com os missionários, quando muito, só chegão estar dous mezes no anno, que é os mezes de Agosto e Setembro; donde ainda que os missionários lhe ensinem algumas palavras da lingoa portugueza, nestes dous mezes, como os Portuguezes nos dez mezes seguintes, não fallem com elles, senão pela sua propria lingoa dos Indios, quando voltão para as aldêas, já não se lembram, nem das palavras que os Padres lhes tinham ensinado” (Reis 1961:494).

Sequer os filhos dos moradores lusitanos falavam o português, porque entregues aos cuidados das amas-de-leite indígenas, com elas adquiriam a *Língua Geral*, cuja expansão parece indicar que as informações enviadas ao rei, tanto pelos moradores quanto pelos missionários, eram procedentes. *“Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra, onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria”*. Os

padres aprendiam o tupinambá, considerado como o ‘latim da terra’, e organizavam o seu ensino, através da catequese, aos índios de ‘línguas travadas’. A urgência da aprendizagem exigiu, com caráter de obrigatoriedade, que “*o estudo do tupi substituisse o do grego*”, na formação dos religiosos, cujo destino era o Brasil ou o Grão-Pará. A norma se apoiava no papa Pio V, que concedeu indulgências plenárias aos sacerdotes, “*todas las veces que enseñasen o predicasen en lenguas índias*” (Leite 1938 t.II: 545). Enquanto não havia gramáticas, nem vocabulários, a aprendizagem da língua tupinambá era ‘*puramente pragmática*’, feita por imersão. Mas logo surgiu a Arte da Língua Brasileira, do padre Luiz Figueira, impressa em Lisboa, em 1621. Os jesuítas passaram, então, a ensinar as orações – o pai-nosso, a ave-maria, o credo – em tupinambá, que se tornou assim a língua da evangelização.

Desta forma, o tupinambá, transformado em Língua Geral, se expandiu por todo o vale amazônico, se diferenciando do tupinambá original, enquanto este último minguava, confinado nas vilas do Conde, Caeté e Azevedo, onde seus falantes foram encontrados em 1775, “*quase sem nome e fama*”, pelo ouvidor Sampaio (1985:24).

3.3.3 - A Língua Geral: língua da catequese

“Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era, mais ou menos, de três para um, do tupi para o português”.
Teodoro Sampaio (1901:3)

O Regimento das Missões (1686) – instrumento jurídico pelo qual a Coroa Portuguesa entregou às ordens religiosas o “governo temporal e espiritual” dos índios – permitiu que os missionários intensificassem os descimentos, recrutando ‘índios bravios’ de suas aldeias de origem e concentrando-os nas aldeias de repartição, que ficaram superlotadas. Segundo Baena, entre 1687 e 1690, os missionários “*só de alguns sertões dos rios Tocantins, Amazonas e Negro, no breve espaço de quatro anos, desceram 184.040 selvagens reduzidos ao grêmio da Igreja Católica e obediência de El Rei*” (Baena 1831:247). Estavam criadas as condições históricas para que a *Língua Geral* – a língua da catequese - fosse difundida entre um número maior de índios e agora de forma mais sistemática, uma vez que a nova legislação garantia aos

menores de 13 anos a permanência nas aldeias, durante todo o ano, enquanto os adultos ficavam por um período de seis meses. No entanto, do ponto de vista lingüístico, era preciso sistematizar a língua para tornar possível o seu ensino, o que requeria a elaboração de instrumentos normativos.

A preocupação dominante da política de línguas, nesse período, foi justamente com a normativização da *Língua Geral* e com sua reprodução de forma institucionalizada. A gramática, elaborada pelo padre Luiz Figueira (1621), foi reeditada em 1685, considerada que foi como importante instrumento de ensino/aprendizagem e de apoio à evangelização. Vários dicionários “*foram elaborados por missionários franciscanos durante a sua convivência com ajuntamentos de índios de tribos diversas, por efeitos dos descimentos*”. Outros, elaborados pelos jesuítas, tiveram o seu uso restrito à Companhia de Jesus (Edelweiss 1969: 110). É deste período, também, a edição de catecismos na Língua Geral, como o de autoria do padre Antônio de Araújo, cuja primeira edição é de 1618, mas que foi reatualizado em 1686, da mesma forma que a “*Doutrina Christã em Língua Geral dos Índios do Estado do Brasil e do Maranhão*”, composta pelo padre João Felipe Bettendorf.¹²

Esses instrumentos permitiram padronizar a reprodução da *Língua Geral* entre os missionários, independentemente dos próprios índios, estabelecendo ainda as normas para o registro escrito de uma língua até então ágrafa, com resultados práticos na produção de material escrito de apoio à catequese. Houve assim uma espécie de expropriação da língua, subtraída de seus falantes originais, num processo de padronização sobre o qual o missionário tinha o controle exclusivo: “*un caso de dominación lingüística de la propia lengua del colonizado, en la que el colonizador impuso una norma lingüística en la cual él era su poseedor exclusivo*” (Barros 1980:22). Desta forma, foram produzidos orações, catecismos, canções, peças de teatro e outros textos religiosos usados nos aldeamentos, cujo controle político também passou a ser exercido pelos missionários, que estavam amparados pela nova legislação.

A política de Portugal, até a década de 1720, foi de opção inequívoca pela *Língua Geral*, institucionalizada como norma de uso colonial. Carmelitas, Mercedários e

12

Sobre a edição e circulação de dicionários, gramáticas e catecismos no Grão-Pará, bem como informações sobre seus originais manuscritos em arquivos europeus e brasileiros, ver Edelweiss (1969), Rosa (1992 e 1997) e Barros (1990 e 1994).

Franciscanos, por exemplo, foram repreendidos duramente pelo rei de Portugal, em 1722, porque seus missionários não a dominavam, com a mesma fluência dos jesuítas, o que diminuía sua eficácia no processo de descimento de índios. Quanto à língua portuguesa, seu ensino era recomendado apenas aos que já tivessem um pleno domínio da *Língua Geral*, (Sweet 1974:106), o que parecia um estímulo ao bilingüismo, na medida em que a proposta de adoção da segunda língua não excluía o uso da primeira. No entanto, cinco anos depois, junto com as divergências entre os jesuítas e a administração colonial sobre os critérios para repartição de índios, começam a surgir as primeiras medidas de restrição do uso da *Língua Geral*. Uma Carta Régia de 12 de setembro de 1727 proibia o seu uso nas povoações e nas aldeias de repartição, determinando que tantos os moradores como os missionários deviam organizar o ensino do português aos índios:

“[Que] *Os índios que são da administração de suas Religiões sejam bem instruídos na língua portuguesa, pelo grande benefício que disso pode resultar ao serviço de Deos e meu, e da mesma maneira os inclinem e reduzam a trabalhar nos ofícios mecânicos*” (ABAPP 1727).

No ano seguinte, o governador Alexandre Freire ordenou, em bando, que as ordens de Sua Majestade fossem cumpridas. Vários outros documentos oficiais, que concebiam a *Língua Geral* como um obstáculo para o desenvolvimento do português, insistiram na mesma questão (Reis 1961:496). No entanto, durante trinta anos, essas recomendações ficaram apenas no papel. A língua tupinambá destribalizada, diferenciada do tupinambá tribal, já havia adquirido o estatuto de *Língua Geral* e, mesmo proibida, continuou em pleno processo de expansão por toda a colônia, porque o sistema, os agentes e as práticas sociais que sustentavam essa expansão – o Regimento das Missões, os jesuítas e organização do trabalho indígena – permaneciam vigentes e atuantes. Em 1750, “*a língua portuguesa estava realmente quase banida da capitania. Em Belém e São Luiz todos falavam a tal Língua Geral, sem excetuar as famílias dos colonos e as pessoas gradas. Os jesuítas a usavam até nos sermões e prédicas*” (Raiol 1900:148).

Somente os governadores e altos funcionários, periodicamente enviados de Lisboa, desconheciam a *Língua Geral*, o que levou a administração colonial a uma situação de

isolamento, como resultado dessa política de línguas, que os havia distanciado do conjunto da população. Bastava, portanto, o governador sair do seu palácio, em Belém, para ficar incomunicável. Um deles não precisou sequer sair. Logo que assumiu o cargo, Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, primeiro ministro do rei de Portugal, deu uma ordem a um funcionário, que nada entendeu, porque sua competência em português era precária. Logo depois, ocorreram dois episódios, já anteriormente mencionados, quando o governador descobriu, estarecido, que os filhos dos próprios portugueses falavam fluentemente a Língua Geral e apenas entendiam, muito pouco, o português, da mesma forma que escravos negros provenientes da África (ABAPP: 1759).

Na medida em que a língua de comunicação interna da Amazônia colonial não era o português, a Coroa Portuguesa, para comunicar-se com seus “súditos”, era obrigada a passar por intermediários, no caso, os missionários e, mais particularmente, os jesuítas. *“Os missionários eram senhores da escola, do púlpito e do confessionário; dominavam a razão e a consciência dos índios pelo ensino e pelas prédicas”* (Raiol: 1900, 144).

Com a língua, os missionários controlavam toda a enorme força de trabalho concentrada nas aldeias de repartição e passaram a usá-la plenamente em suas múltiplas empresas, monopolizando a produção, o comércio e a prestação de serviços da colônia. Gozando de isenções de impostos, estas empresas prosperaram. Fortalecidos econômica e politicamente, os jesuítas retinham os índios nas aldeias de repartição - onde estranhos não eram admitidos - recusando os insistentes pedidos, feitos inclusive pelo governador, que requeria trabalhadores indígenas para o serviço real. Multiplicaram-se os conflitos entre jesuítas, moradores e administração colonial, em torno desses dois fatores intimamente relacionados: o controle da mão de obra e o uso da língua. A forma como o poder político passou a encarar a *Língua Geral* e suas funções, pode ser avaliada na carta que o governador Xavier de Mendonça Furtado enviou à Metrópole em 1759:

“ A V.Exc. hebem constante as repetidas Ordens que os Nossos Augustos Monarchas expedirão para que em beneficio comum deste Estado se extinguissem a perniciosa e abominável língua que aqui improrissimamente deram o nome de geral, cuja Diabólica invenção produzio nestas partes a real separação das

gentes em consequencia da qual se poz o mesmo Estado na confusão e desordem que a V. Exc. tem sido bem evidente”. (ABAPP: 1759).

Depois de um século e meio, a língua que havia servido como língua franca e de unidade regional para maior rentabilidade da conquista da Amazônia, passou a ser vista como “*diabólica*”, responsável pela falta de coesão interna e incapaz de traduzir os interesses coloniais. É que os tempos eram, agora, outros. Portugal tinha um novo projeto para a região. As disputas da Coroa Portuguesa com outros países europeus pelas fronteiras móveis da Amazônia entravam numa nova fase, diferente do período anterior. Os tratados de Utrecht (1715), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) reconheciam que cada país tinha direito sobre o território que tivesse efetivamente ocupado (Serrão 1976). A questão residia em como provar essa ocupação em áreas litigiosas como o Rio Branco e o Alto Solimões, ambas habitadas quase exclusivamente por índios, mas reivindicadas por diferentes países.

A Espanha publicara, em 1749, um *‘Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en la América Meridional’*, com uma legenda explicando: *‘lo que está de color blanco es lo que se halla ocupado por los portugueses; lo que está color de rosa es lo que tienen ocupado los españoles’*. Posteriormente, durante as viagens de demarcação, o governador espanhol, tentando colorir de rosa o rio Branco, declarou que, naquela área, por exemplo, não fora encontrado *“portugués alguno, ni vestígios del menor establecimiento de esa nación”*, o que era verdade. Portugal reconheceu o fato, mas alegou que *“embora os portugueses não tivessem até agora formado povoações no rio Branco, nem por isso deixam de o ter ocupado, possuído e dominado”*. Um dos critérios básicos para afirmar tal ocupação não materializada era o argumento lingüístico (Sampaio 1825: 212-213). A toponímia, em Língua Geral, chegou a ser invocada em infundáveis discussões etimológicas, tanto por portugueses como por espanhóis, para reivindicarem o direito que cada país acreditava ter sobre o território do Alto Solimões. (Noronha 1997:45-46). No entanto, não houve qualquer contestação sobre aquelas áreas cujos habitantes, índios e/ou mestiços, falavam uma língua européia. *“Quando no Tratado de Madri se procura delimitar as fronteiras da América Portuguesa, o critério decisivo vai ser este: a América Portuguesa vai até onde se falar o português”* (Hoornaert 1992: 170).

Portanto, para consolidar as fronteiras, era necessário, no plano de línguas, portuguêsizar a Amazônia, como já vinha ocorrendo em outras áreas do Brasil, porque era através da língua portuguesa que a Coroa podia garantir o fundamento jurídico de sua conquista de território, que pelo anterior Tratado de Tordesilhas deveria ser da Espanha. Nunca o poema de Fernando Pessoa poderia ser interpretado tão literalmente como nesse caso: *minha pátria é minha língua*.

A política de línguas sofreu, então, uma reviravolta, marcada por interesses geopolíticos, com um discurso oficial de hegemonia que demonstrava a percepção das relações entre língua, nação e estado, semelhante ao discurso formulado pelos modernos estados nacionais ou *pelas 'dinastias que adquiriam um cunho nacional'* (Anderson 1983:51). Na carta já citada, o governador Xavier de Mendonça dava conta das medidas que tomara, providenciando “(...) *em todas Povoações deste Estado a introdução da Língua Portuguesa, para que todos parecessem vassallos do mesmo Príncipe*”. (ABAPP 1759). Esta decisão veio acompanhada de três medidas drásticas, capazes de torná-la efetiva a médio prazo: a revogação do Regimento das Missões, a expulsão dos jesuítas e a abolição legal da escravidão indígena.

3.3.4 - As tentativas de portuguêsização

“(...) recommendando-se aos prelados, que aos pequenos e já aldeados, fação falar português uns com os outros, e dar-lhe alguma palmatoada, quando os ouvir falar pela língua [Geral]”. Governador João Maia da Gama, 1727 (Reis 1961: 495).

O Regimento das Missões, que organizava a população indígena em toda a Amazônia, foi substituído pelo *Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará e Maranhão*, assinado em 3 de maio de 1757 pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Este foi o instrumento legal, responsável, entre outras diretrizes, pela formulação da política de línguas na região, cujo eixo principal era oficializar a língua portuguesa e transformá-la na língua de comunicação interna de todos os moradores, tanto portugueses, como mestiços e índios. A expulsão dos jesuítas emancipou os índios ditos ‘livres’ da tutela

missionária, e a abolição legal da escravidão libertou os índios escravos, passando todos eles à condição – pelo menos formal - de *súditos e vassalos do rei*.

A maloca não era considerada lugar ideal para súdito e vassalo. Dessa forma, as aldeias onde estavam agrupados os índios de repartição foram formalmente convertidas em vilas, lugares e povoados que, em princípio, passariam a funcionar administrativamente segundo o modelo das povoações lusas, devendo os juizes ordinários, vereadores e oficiais de Justiça serem escolhidos, quando possível, entre os próprios índios (Almeida 1997). A forma como se deu essa conversão não podia prescindir da língua geral, como pode ser observado nas cerimônias de instalação do pelourinho, que foram presididas pelo próprio governador Xavier de Mendonça: “*Convocados os índios ao som das trombetas, fez-lhes um oficial da escolta de Mendonça, perito na linguagem tupi, uma prática, insinuando-lhes que, para o futuro, viveriam em outros costumes, outra disciplina e outra lei*” (Azevedo 1930:319).

Estas aldeias, num gesto carregado de simbolismo intencional, foram rebatizadas e tiveram sua toponímia modificada, perdendo seus nomes em *Língua Geral*, e adquirindo nomes de vilas existentes na Metrópole, muitos dos quais se conservam até os dias de hoje: Santarém (ex-Tapajós), Óbidos (ex-Pauxis), Borba (ex-Trocano), Barcelos (ex-Mariuá), Moura (ex-Itarendaua), Serpa (Itacoatiara), Silves (ex-Saracá), Fonte Boa (ex-Procatuba), Vila Nova da Rainha (Parintins) entre outros. É verdade que “*o furor de lusitanizar o país parou ao encontrar a primeira cachoeira do Rio Negro, acima das quais conservaram as Povoações seus primitivos nomes*” (Amazonas 1852:143). No entanto, outras medidas na mesma direção foram tomadas. O Marquês de Pombal incentivou também a imigração de portugueses para, desta forma, alterar o quadro demográfico da região, modificando em termos quantitativos a correlação entre lusos e índios, desfavorável até então aos primeiros. O seu projeto de colonização e povoamento estimulava a migração em massa de colonos portugueses para os territórios de onde os índios haviam sido expulsos, com a concessão gratuita de terras (sesmarias) e de instrumentos agrícolas aos novos colonos, bem como a isenção de impostos régios. Os portugueses que se casassem com mulheres indígenas receberiam, além disso, privilégios adicionais (Moreira Neto 1988: 29).

A Companhia Geral do Grão Pará, criada em 1755, devia coordenar este projeto, cujo objetivo, no plano econômico, era a instalação de grandes empresas agrícolas que deveriam substituir os produtos extrativos de exportação. A força de trabalho principal prevista já não

era a indígena, mas os negros africanos, que deveriam ser importados em grandes quantidades, à semelhança do que ocorrera na Bahia e no Rio de Janeiro.

A língua portuguesa devia fortalecer-se na região com a chegada dos novos colonos, com os casamentos mistos e com a educação escolar. O governador Furtado trouxera instruções precisas para o funcionamento desta escola, em língua portuguesa, em toda a colônia, devendo para este fim obter a colaboração dos colonos, a quem o governador chegou a ameaçar com tirar-lhes os índios se eles – colonos – não cumprissem esta determinação. Cada aldeia devia abrigar duas escolas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino. As meninas aprenderiam a fiar, costurar, fazer renda “*e os demais misteres próprios da mulher. Era proibido o uso da chamada língua geral... era obrigado a fazer vulgarizar a língua portuguesa, não consentindo que se falasse outra nas escolas*” (Accioly 1883: 78).

Na realidade, da mesma forma que chamar uma aldeia de vila e trocar seu nome indígena por um topônimo português não fundava, por si só, cidades, também a criação formal de escolas não garantia seu funcionamento, sobretudo porque em muitas delas não havia professores. O ouvidor Sampaio, que em 1774-1775 percorreu toda a região em viagem de correição, concluiu em carta ao governador João Pereira Caldas: “*As escolas, não as há em todas as povoações, por faltarem pessoas na maior parte dellas que possam servir de mestres*” (Sampaio 1985: 24). O cônego André Fernandes de Souza, vigário do Rio Negro, onde viveu por mais de 37 anos, lamenta “*que não tenha lá havido um só professor de primeiras letras no espaço de quarenta anos*” (Souza 1848:502). Contudo, até mesmo nos lugares onde havia professores, nem sempre eles podiam atuar. E isso porque o projeto de Pombal, apoiado em condições conjunturais do mercado mundial de algodão e açúcar, acabou falindo, com a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1778. Os produtos agrícolas, neste período, não chegaram a adquirir maior importância que os produtos extraídos da floresta, o que iria repercutir na organização das aldeias e no programa escolar, uma vez que o trabalho de coleta absorvia os índios completamente fora das aldeias. O Diretório de Índios, órgão encarregado de organizar o trabalho compulsório indígena, canalizava todos os braços para a coleta das chamadas drogas do sertão, deixando as aldeias e as escolas vazias. Nos raros casos onde continuava a existir um missionário – os carmelitas permaneceram no Pará - o ensino do português não prosperava porque, como observou um testemunho ocular da época para a região do rio Madeira, “*os índios de*

nenhuma sorte consentem que os filhos seus menores se apartem do seu seio e não querem se unir às vilas e lugares pela opinião que entre eles há, que os querem escravizar” (in Moreira Neto 1971,13).

No que se refere ao aspecto demográfico, apenas no território do Maranhão e no baixo Amazonas houve um incremento populacional não-indígena, devido sobretudo ao contingente de escravos africanos e, em menor escala, de colonos portugueses; a Amazônia ocidental, por seu lado, permaneceu intocada, neste aspecto. Quanto ao casamento de brancos com índias, ali onde ocorreu, o seu resultado não foi aumentar o número de falantes do português como se pretendia. O mesmo ouvidor Sampaio observou, em sua viagem pelas freguesias, que esses casamentos *“têm sido pela maior parte pouco afortunados; porque em lugar de as índias tomarem os costumes dos brancos, estes têm adoptado os daquellas”* (Sampaio 1985:127). Acontece que os filhos desses casamentos, quase sempre, não tinham sequer um parente português, conviviam somente com a família da mãe e, desta forma, se tornavam falantes da língua materna, que era a Língua Geral ou outra língua de origem indígena.

Portanto, apesar da vontade manifesta da Coroa de portugalizar rapidamente a região, nesse período, tal não ocorreu. O projeto fracassou, registrando-se apenas o início da penetração lenta da língua portuguesa na parte oriental – atual Estado do Pará – enquanto na Amazônia ocidental, antiga capitania do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, a *Língua Geral* permaneceria por mais um século ainda como língua franca.

3.3.5 - A hegemonia do português e a escola

“Os índios foram abandonando o seu idioma materno para se render afinal, à beleza sem par da língua portuguesa”. (Fernandes 1961, 52).

A adesão do Estado do Grão-Pará à Independência do Brasil ocorreu em agosto de 1823, trazendo implicações no plano das políticas de línguas, que deixaram de ser formuladas apenas pelo governo central, passando também para a competência do poder local. A Lei das Reformas Constitucionais de 14 de agosto de 1834 concedeu ampla autonomia às Assembléias

Legislativas Provinciais, para legislarem e decidirem sobre os destinos dos índios, o que elas passaram a fazer de imediato. Na província do Pará, os primeiros debates se dão em torno de um projeto de novo *Regulamento para a Civilização dos Índios*, elaborado por Antônio Ladislau Monteiro Baena, um oficial de artilharia nascido em Lisboa. O projeto continha “*um novo método de fomentar a população com índios*”, uma vez que “*a população branca não tem força numérica*”, envolvendo ainda o seqüestro de índios menores para obrigar os seus pais a trabalharem. Definido pelo próprio autor como “*um regime policial compulsório*”, previa a presença de “*policiais em cada aldeia*” para, em língua portuguesa, “*promover a instrução [dos índios] na religião e moral*” :

“Os índios meninos serão doutrinados gratuitamente na escrita e na prática das quatro operações fundamentais da Aritmética, nos princípios sentimentais da moral e nas máximas relativas à obediência devida às Leis, e o respeito devido ao Monarca e a todas as Autoridades Públicas” (Baena 1831:264)

A discussão sobre política de línguas inserida nas propostas sobre educação foi interrompida, no entanto, pela Cabanagem, um movimento popular armado pouco estudado, apesar de sua importância para a história regional e nacional (Pinheiro:2001). Os cabanos foram dura e exemplarmente reprimidos, o que contribuiu para diminuir, de forma drástica, o número de falantes da *Língua Geral*: os 40.000 mortos apresentados nas estatísticas oficiais, vítimas de cinco anos de repressão (1835-1840) eram, quase todos, usuários dessa língua, conforme veremos no próximo capítulo. O debate sobre a questão educacional, envolvendo a variável língua, foi retomado depois da Cabanagem, no quadro da reestruturação político-administrativa, ocorrida em 1850, quando a antiga Capitania do Rio Negro separou-se do Pará e foi transformada na Província do Amazonas, conquistando assim autonomia para montar o seu próprio aparelho de estado local. Coube a este aparelho e às Assembléias Legislativas Provinciais do Pará e do Amazonas tomar medidas para conseguir aquilo que o colonizador luso não havia logrado: portugalizar a região (Freire 1983:66).

A província do Amazonas, recém-criada, constituía a última unidade política do Brasil com uma população majoritariamente indígena, que não falava o português como língua

materna. Os dados globais dos arrolamentos censitários serão apresentados no próximo capítulo, onde se discutirá a proporção entre as diferentes matrizes étnicas que compunham a população amazônica naquele momento, permitindo-nos algumas deduções no que diz respeito ao uso das línguas. Por ora, é interessante destacar que, no censo de 1852, a proporção de ‘brancos’ não ultrapassava os 6% em toda a província, incluindo Manaus - a capital - e os principais núcleos urbanos. Essa população ‘branca’, falante do português, herdeira do espólio político e ideológico do colonizador, ocupava todos os assentos do parlamento provincial, responsável pela elaboração das políticas em relação aos índios, tanto os índios considerados como ‘bravios’, de línguas diversificadas, quanto os destribalizados, falantes da *Língua Geral*, como é possível verificar nos Anais da Assembléia Legislativa Provincial (APA 1852-1853).

A preocupação com os índios ‘bravios’ mereceu a atenção imediata dos parlamentares. Na terceira sessão da primeira legislatura da história da Província do Amazonas, isto é, no terceiro encontro que tiveram os primeiros deputados amazonenses, ocorrido no dia 9 de setembro de 1852, foi apresentado o primeiro projeto de número 02 (o projeto 01 foi o que aprovou o Regimento Interno). A celeridade da tramitação dá uma idéia da importância do tema para os legisladores e seu conteúdo permite avaliar como o poder político local tratava a questão indígena. Os três primeiros artigos do projeto estabelecem:

- 1. Fica livre a todo morador poder ir contratar a troca dos indígenas bravios com os principais das nações selvagens;*
- 2. Feita a troca, o indivíduo apresentar-se-á com os indígenas perante o juiz de paz mais vizinho para assinar um termo de educação (sic) por espaço de dez anos;*
- 3. Concluídos os dez anos de que trata o artigo antecedente, poderá o índio ser aldeado (APA 1852: 5)*

A educação desses índios não passava mais pela *Língua Geral*, devendo ser feita, evidentemente, em português. O seu preço – dez anos de trabalho forçado – poderia sugerir que o ensino da língua portuguesa era um negócio altamente lucrativo. Na realidade, a menção à educação era apenas uma justificativa, empregada desde os tempos coloniais, para enquadrar os chamados ‘índios bravios’ num sistema de trabalho compulsório, uma prática que

continuou sendo corrente no Amazonas, sem necessidade até então de ser regulamentada por lei (Freire: 1983 b).

Todo o peso na difusão da língua portuguesa recaiu, de fato, sobre a escola, encarregada pelo governo da nova Província de incorporar à sociedade brasileira os amazonenses falantes da Língua Geral - índios destribalizados, caboclos e mestiços. Por isso, é oportuno avaliar o seu funcionamento, que pode ser estudado através dos relatórios anuais da Diretoria de Instrução Pública, quase sempre anexados às falas e mensagens dos presidentes da província (APA 1858-1880). Dois desses relatórios merecem uma atenção especial, em primeiro lugar porque constituem a única avaliação sistemática que se tem do funcionamento do sistema escolar, com menção às línguas; e depois, porque o seu autor foi o poeta Antônio Gonçalves Dias, nomeado pelo presidente da Província do Amazonas, em 1861, para o cargo de visitador das escolas públicas de primeiras letras existentes em diferentes freguesias.

No cumprimento de sua tarefa, Gonçalves Dias viajou pelo rio Solimões até os limites com o Peru e Colômbia e pelo rio Negro até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, visitando escolas em cada localidade, onde encontrou uma população majoritariamente indígena, que sequer falava o português. Em alguns lugares, assistiu a aulas; em outros, entrevistou professores, folheou cadernos de alunos, confrontou o número de estudantes formalmente matriculados com os que estavam presentes, re-elaborou dados estatísticos do censo escolar, verificou horários de funcionamento, calendário escolar, currículo, livros didáticos, observou os mobiliários e utensílios e registrou a situação dos professores. No final, redigiu os dois relatórios, contendo suas apreciações.¹³

Ele reclama do pouco tempo que teve para visitar as escolas, ficando totalmente na dependência da demora do vapor em cada lugar. Nas freguesias onde a carga e descarga de mercadorias eram feitas rapidamente, o contato com a escola tornava-se bastante superficial. O autor questiona, então, a eficácia de uma tal avaliação, argumentando que as visitas - ocasionais e transitórias - eram insuficientes e desta forma “*o visitador não pode*

¹³ O primeiro relatório, publicado em 1861, avalia as escolas das freguesias do rio Solimões, com menção específica a Coari, Tefé, Alvarães, Nogueira, Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Tabatinga. O segundo, sobre o Rio Negro, só ficou conhecido em 1943, quando foi transcrito por Lúcia Miguel Pereira, que levou três meses para decifrar a parte mais importante de seu conteúdo, escrito a lápis, de modo quase ilegível, debaixo de chuva e sob o balanço da canoa. Ambos foram re-editados em 2002 pela Academia Brasileira de Letras (Montello 2002).

por si mesmo tomar cabal conhecimento da escola; nem estudar os seus defeitos ou apreciar os esforços do professor, e o progresso de seus discípulos (...), ficando “à mercê de informações extra-oficiais que podem não ser isentas de favor ou de ódio” (Dias 1861:19). Em consequência, ele sugere um mecanismo de supervisão permanente, com a contratação de inspetores locais, residentes nas próprias aldeias. Mesmo assim, em suas visitas, ele teve tempo para verificar, em algumas localidades, o plano de ensino, a administração e o regime das escolas, observando os compêndios e livros de leitura usados, os métodos de aulas e as condições de exercício do magistério.

Gonçalves Dias considera como um dos mais graves problemas justamente a formação de professores. *“A primeira falta que se nota é a insuficiência dos mestres. Nada se tem feito para criar um pessoal habilitado para o ensino público”* (Dias 1861:5), ele escreve, depois de mostrar as mais variadas situações: professores sem alunos no rio Negro; alunos sem professor no Solimões; alunos e professores sem escolas em pelo menos uma freguesia; exercício do magistério por pessoal não habilitado: diretor de índios, juiz, subdelegado de polícia, inspetor de quartelão, pároco e até sacristão.

Outro problema extremamente grave continuava sendo a evasão escolar. Pela legislação então vigente, o ensino primário já era obrigatório, sendo passível de multa os pais que não cumprissem a lei. No entanto, em todas as escolas visitadas, o número de alunos presentes representava aproximadamente a metade dos alunos matriculados e isto por dois motivos: de um lado, a migração, com constantes mudanças de residência: *“a gente menos remediada retirou-se com os filhos para outros lugares”* e, de outro, as exigências do trabalho, que impunham *“uma espécie de férias de cinco meses: de agosto a dezembro (...) toda a pobreza, e ainda os chamados ricos, correm à pescaria, levando toda a família consigo e principalmente os filhos, que por mais verdes que sejam sempre podem e sabem governar a canoa”* (Dias 1861:12).

O visitador constata que os padrões de povoamento na Amazônia indígena não favoreciam o funcionamento daquele modelo de escola, o que levou ao fracasso da alfabetização, porque as crianças desaprendiam no longo período de recesso o que haviam aprendido no curto período escolar. No entanto, ele admite que o Estado não pode obrigar os pais a enviar seus filhos à escola, porque isso seria *“ordenar-lhes que mudem radicalmente a sua norma de vida”*. Quanto à imposição de multa, ele esclarece: *“Hoje*

impô-la a um índio é tomar-lhe a palhoça e portanto obrigá-lo a procurar nova residência, ao que eles já de si são tão propensos” (Dias 1861:22).

O relatório critica a ausência, em algumas escolas, de papel, caderno, livro, carteiras, mesas e outros objetos indispensáveis, questionando também o currículo, especialmente o de aritmética, bastante defasado, pois ensinava ainda as tabuadas portuguesas com o seu antigo sistema de pesos e medidas, quando inclusive em Portugal já se havia adotado o ensino do sistema decimal. No entanto, uma das conclusões mais importantes de Gonçalves Dias está relacionada ao ensino da leitura e da escrita em língua portuguesa. Precursor de uma etnografia da sala de aula, ele assistiu ao professor em plena atividade, inspecionou os cadernos dos alunos e observou que estavam com *“muitos erros de ortografia e lastimável emprego de letras grandes”*, verificando em seguida que os erros não estavam apenas nos cadernos, mas nos próprios livros de onde as cópias eram feitas. O problema consistia em que livros impressos eram *“modelos de cacografia em vez de translados”* (Dias 1861: 23).

Gonçalves Dias concluiu que o sistema de ensino não funcionava, porque a língua empregada na escola - o português - não era a língua falada pelas comunidades locais. O uso do português, como língua oficial, era obrigatório na escola, mas a maioria da população desconhecia esta língua e falava, além de um idioma materno, a Língua Geral. Apesar dessa constatação, o poeta-visitador recomenda ao Presidente da Província para que mantenha o português, pois *“a vantagem da freqüência das escolas estaria principalmente em se desabituares da Língua Geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte”* (Dias, 1861:16).

Nestas aldeias, o meio acabou convertendo-se em mensagem. A função da escola não era tanto transmitir conhecimentos e valores que não podiam ser veiculados num idioma desconhecido pela população, mas impor a própria língua, como explicita o visitador:

“No falar a língua portuguesa já vai uma grande vantagem, e tal que, quando mesmo os meninos não fossem à escola para outra coisa, ainda assim conviria na atualidade e ficaria ainda sendo conveniente por bastante tempo, que o governo com esse fim criasse e sustentasse as escolas primárias do Solimões” (Dias 1861:16).

Dez anos depois de Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, com diferente perspectiva, faz outro balanço, desta vez trágico, das escolas indígenas do Pará, Mato Grosso e Goiás, províncias por ele governadas em diferentes períodos e conclui que a metodologia por elas aplicadas, que efetivamente era etnocêntrica, representava “*um atentado contra o senso comum*”. Em 1871, ele vai criar o Colégio Isabel, destinado a alunos de diferentes etnias do Araguaia, buscando, em forma pioneira, “*conservar-lhes o conhecimento da língua materna (...), seus costumes, sua alimentação e seu modo de vida*”. Tratou-se de uma experiência isolada, sem maiores conseqüências para o sistema escolar da época, que acabou, ao que parece, contrariando os objetivos do seu autor (Magalhães 1876:136).

Os relatórios de Gonçalves Dias acabam recuperando o discurso etnocêntrico do período colonial, que representa as línguas indígenas como ‘desarticuladas’, ‘imperfeitas’, ‘deselegantes’. Este mesmo discurso se reproduz no século XX, quando pretende explicar a extinção das línguas indígenas não pela violência de todos os níveis cometida contra os seus falantes, mas pela rendição dos índios “*à beleza sem par da língua portuguesa*” (Fernandes 1961:52).

No entanto, essa escola referendada por Gonçalves Dias, ao desconhecer a procedência lingüística heterogênea do alunado, não poderia cumprir os objetivos a ela atribuídos. Na realidade, a língua portuguesa só universalizou-se, quando a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha atraiu para a região, no período de 1872 a 1910, cerca de 500.000 nordestinos, todos eles portadores da língua portuguesa (Furtado 1959:158). O afluxo desses trabalhadores provocou o desaparecimento da LGA. No entanto, como essa discussão será retomada no próximo capítulo, interessa agora esboçar algumas conclusões, de ordem teórica, sobre o papel do Estado nesse processo.

3.4 - As línguas e o Estado

“Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, alano, taifale, visigodo; todo cidadão francês precisa ter esquecido São Bartolomeu, os massacres do Sul no século XIII (Renan, 1882:20).

As decisões sobre as línguas tomadas pela Coroa Portuguesa, com interferência decisiva dos jesuítas, mas também dos próprios colonos, contou em alguns casos com a resistência ou com a colaboração dos índios, que desta forma – eles também - interferiram no processo. A resistência indígena, para a qual temos algumas pistas aqui e ali, é pouco conhecida, diferentemente do papel da administração colonial.

A escolha do Tupinambá para desempenhar as funções de língua franca merece destaque. Os estudos na área de sociolingüística têm reforçado a proposição de que uma língua se converte em língua nacional, quando a vitória da circulação mercantil unifica um território. A unificação lingüística de uma região seria resultado, portanto, da expansão comercial. O contrário - a fragmentação lingüística - teria uma explicação na ausência de um sistema de intercâmbio econômico. O que sabemos hoje sobre a América pré-colonial fortalece essa hipótese, pois as áreas com menor diversidade lingüística são justamente aquelas onde ficou comprovada a existência de uma rede comercial de ampla difusão, como é o caso, por exemplo, do quechua no mundo andino, estudado por Alfredo Torero (1974) ou do Nahuatl no México, analisado por Heath (1977).

Na Amazônia, havia uma enorme diversidade lingüística, o que pressupõe a inexistência de um comércio intertribal. No entanto, as informações dos primeiros cronistas que navegaram pelo rio Amazonas dão conta de uma rede de trocas, embora frágil, ao mesmo tempo em que proporcionam dados sobre a possibilidade de, com a ajuda de intérpretes de língua tupi, fazer-se entender em grande parte da calha central do rio. É possível, portanto, que existisse, mesmo em estado embrionário, um processo de formação de língua franca antes da chegada do europeu. Neste caso, o sistema colonial, ao escolher o

tupinambá como língua geral, teria utilizado um padrão de interação já existente, ampliando seu raio de ação e dando-lhe outro direcionamento.

Quanto às demais medidas políticas relacionadas às línguas na Amazônia, um bom ponto de partida para discuti-las, numa perspectiva histórica, pode ser o modelo proposto por Anderson (1983), construído a partir do processo ao qual estiveram submetidas as línguas da Europa e do Sudeste asiático. Ele considera que a natureza do Estado é determinante nesta questão e estabelece uma diferença básica entre, de um lado, as políticas de línguas dos reinos dinásticos e, de outro, aquelas formuladas pelos Estados nacionais modernos, incluindo aqui as dinastias que adquiriram “*um cunho nacional*”.

No primeiro caso, podemos situar as medidas da Coroa Portuguesa até meados do século XVIII, escolhendo o português como língua administrativa e adotando a *Língua Geral* como língua de catequese e de comunicação interétnica. Essas medidas seriam produtos de um ‘*desenvolvimento gradual, não deliberado, pragmático, para não dizer casual*’. Obedeceriam sobretudo a conveniências internas e não a interesses políticos de ‘*impor sistematicamente a língua às diversas populações submetidas ao dinasta*’. Tratava-se, portanto, de ‘*um processo não intencional, em grande medida não planejado*’, pelo menos no início, e que não obedecia a nenhum ponto de vista nacionalista, já que a legitimidade da dinastia nada tinha a ver com a condição nacional. Anderson observa com muita propriedade que as dinastias de Portugal e Espanha formularam suas políticas, não com o objetivo de “hispanizar” ou “portugalizar”, mas antes, simplesmente de converter pagãos e selvagens. A motivação seria, portanto, mais religiosa do que geopolítica ou, traduzido em outros termos, o político se manifestava através do religioso. Essa hipótese parece válida para a Amazônia, pelo menos até antes do projeto pombalino, em meados do século XVIII, na medida em que a formulação e a execução das políticas de línguas recaem muito mais sobre os missionários do que sobre os funcionários da administração colonial, como foi visto aqui. Neste caso, é necessário deslocar todo o peso da análise da Coroa Portuguesa para a Igreja. A catequese pode, então, ser abordada como um importante instrumento de reprodução das línguas, equivalente ao papel desempenhado pelas escolas nas sociedades modernas. (Anderson 1983:51-55,88,97-98)

No segundo caso, estão as decisões tomadas pela Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, depois da ascensão de D. José I e de Pombal como seu primeiro

ministro, que proibiram a *Língua Geral* e oficializaram o português. Essas medidas foram ‘*intencionais, planejadas, produtos de um maquiavelismo consciente*’, como aquelas decisões de modernos Estados nacionais, diante da ascensão de nacionalismos lingüísticos hostis ou como as decisões do estado brasileiro nos séculos XIX e XX, em relação às línguas indígenas.

O modelo de Anderson, no entanto, não considera, na formulação das políticas de línguas, as motivações de ordem econômica, o que sem dúvida alguma deve ser feito para o caso da Amazônia, onde a força de trabalho indígena era absolutamente indispensável para a manutenção do sistema colonial. Nesse sentido, uma análise da política de mão-de-obra pode trazer respostas muito mais relevantes sobre o destino das línguas que um estudo limitado às particularidades da política de línguas. Essa parece ter sido também conclusão do naturalista alemão Von Martius, que viajou pela Amazônia no século XIX, quando mostrou, de forma clara e contundente, como a Língua Geral serviu de instrumento para organizar a força de trabalho indígena na Amazônia. Ele generalizou a partir da própria experiência pessoal no trato com índios tripulantes de suas embarcações: “*quase todos os remeiros eram de tribos diferentes, cada um ignorando a linguagem dos outros*”, o que estimulava a desordem, a desobediência e a preguiça. No entanto, “*quando todos falavam a língua geral*”, isto facilitava “*a organização de ofícios*”, permitindo que “*reinassem a ordem, o sossego e até a alegria*” (Martius 1863: ix e x).

Para que uma língua pudesse cumprir esse objetivo de organização, foi necessária a intervenção do Estado, seja pragmática e casual, seja planejada e intencional, o que acabou contribuindo para reordenar o quadro geral de línguas na Amazônia. Nesse processo, essas línguas – a portuguesa e as indígenas - desempenharam ao longo de todo o período colonial diferentes funções, que merecem ser aqui destacadas.

3.5 - As línguas e suas funções

“Que seja necessário o uso da língua própria para se civilizarem os povos, é sem controvérsia; porém se não pode absolutamente desterrar o uso da língua do paiz, quando por meio della devem ser instruídos e catechizados os novamente convertidos”. Ouvidor Pestana da Silva, 1775 (Reis 1961: 498)

As línguas costumam despertar em seus falantes e nas pessoas que entram em contato com elas, comportamentos, sentimentos e atitudes de identificação ou de estranhamento, funcionando, aqui e ali, como fatores de identidade étnica e de coesão social. Desde 1970, a sociolingüística vem estabelecendo uma série de classificações para, a partir delas, discutir as funções sociais da língua. Pode ser útil, aqui, retomar a proposta de Heath (1972: 11-17), que baseando-se nos trabalhos da Escola de Praga, discrimina as seguintes funções comunicativas: *corrente*, *familiar*, *técnico-prática*, *técnico-científica* e *literária*. Podemos acrescentar, além disso, a função de instrumento de memória e de transmissão das experiências históricas.

Numa sociedade multilíngüe, como a amazônica, essas funções foram historicamente atribuídas a diferentes línguas, como decorrência de um conjunto de fatores de ordem social, política, econômica, geográfica, etnográfica, demográfica. Neste capítulo, vimos como a *Língua Geral* desempenhou um papel historicamente relevante como língua de comunicação, como língua de identidade e até mesmo como instrumento político, com uma expansão territorial considerável até o final do século XIX, quando começa seu declínio. Por outro lado, a língua portuguesa estava, naquele momento, tornando-se hegemônica, num processo que é bastante recente e que ocorreu sob condições particulares de opressão e exploração sócio-econômica. No entanto, esses fatos não fazem parte, hoje, do discurso histórico e foram apagados da memória coletiva da grande maioria dos atuais falantes de português, cujos antepassados, em época bastante recente, ainda falavam a *Língua Geral*, da mesma forma que foram também esquecidos pelos que no presente a continuam falando.

Os diferentes momentos históricos pelos quais, nos últimos quatro séculos, passaram as línguas em contato na Amazônia geraram diversos tipos de bilingüismo, pouco documentado do ponto de vista lingüístico. A dinâmica desse processo exigiu de cada língua o desempenho de funções diferenciadas. Num primeiro momento, as línguas indígenas permaneceram como línguas de comunicação intragrupal e como elemento de identidade étnica; a *Língua Geral* assumiu a função de comunicação intergrupar, de caráter supra-étnico e

de identidade regional, enquanto o português constituiu-se em língua da administração, de comunicação para fora, com a Metrópole.

Na passagem do século XVII ao XVIII, quando muitos povos incorporados ao sistema colonial já haviam abandonado sua língua de origem, a *Língua Geral* passou a desempenhar a função de comunicação intragrupal. Ela tornou-se o instrumento de comunicação interna e seu uso era, fundamentalmente, familiar, corrente e, em certa medida, escolar; era a língua da catequese, a língua de uso sobretudo oral, enquanto o português era a língua do poder, a língua oficial da colônia, a língua da administração, das leis, dos cartórios, dos contratos comerciais e da instância judiciária, a língua usada na Câmara do Senado, enfim, a língua escrita, servindo desta forma de elo comunicativo entre a colônia e a Metrópole. Todos os relatórios da administração local, toda a correspondência e toda a documentação oficial eram redigidos em português.

Na segunda metade do século XIX, o português passou a ser a língua falada pela maioria da população amazônica, tornando-se a língua dominante de comunicação regional: a força de trabalho e as demais mercadorias eram compradas e vendidas quase sempre em português, usado na família, na escola, na rua, nos meios de comunicação, na igreja, nos tribunais, nos sindicatos, no trabalho, na comunicação cotidiana, preenchendo plenamente as funções de *comunicação corrente e técnico-prática*. Este fato, de caráter irreversível, permitiu romper as barreiras de isolamento da Amazônia, possibilitando a sua integração com a comunidade brasileira e criando um forte vínculo de identificação nacional. Resta, no entanto, investigar em que medida o português já havia atingido naquele momento o nível de *comunicação literária*, servindo como instrumento para elaborar a criação coletiva e para registrar e transmitir as experiências históricas e a vivência regional. Esta função pressupõe a existência de um corpo – de uma elite – de especialistas que, além de produzir literatura, exerce uma certa influência normativa sobre o resto dos usuários da língua e sobre a identificação que com ela se possa ter.

3.6 – Língua Geral e literatura

*Acutipuru ipurú nerupecê
Cimitanga-miri uquerê uaruma*¹⁴

No momento em que o romantismo nativista começava a dar sinais visíveis de esgotamento, podemos destacar pelo menos cinco estudiosos que se preocuparam em coletar e transcrever manifestações de literatura oral - denominada atualmente por alguns autores como etnoliteratura - que circulavam em Língua Geral na Amazônia:

1. José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), nascido em Diamantina (MG), numa fazenda de gado de seu avô, foi embalado em sua infância – como ele lembra muito bem - por “*lendas tocantes e poéticas, metade cristãs, metade indígenas*”. Coursou direito em São Paulo e, uma vez formado, foi nomeado presidente de várias províncias: Goiás (1862-63), Pará (1864-65), Mato Grosso (1866-1868), e finalmente, São Paulo (1888). Depois de procurar “as cores do país” em arquivos e bibliotecas, foi buscá-las nos grotões do Brasil profundo, realizando pelo menos dez grandes viagens, quando aprendeu a Língua Geral. Sua obra mais conhecida - *O Selvagem*, com algumas edições em português (1876, 1913, 1975) - foi traduzida e editada em várias línguas: francês, inglês, alemão e italiano. Reúne três ensaios: um estudo etnográfico sobre as etnias do Brasil central, que já havia sido publicado separadamente dois anos antes; um curso de tupi-língua geral e um conjunto denominado pelo autor de lendas tupis coletadas durante suas viagens (Magalhães, 1876b: 64 e 90-81).

2. Charles Frederick Hartt (1840-1878), geólogo e geógrafo canadense, aluno do naturalista Louis Agassiz, com quem veio ao Brasil pela primeira vez (1865) na missão que

¹⁴ Canção de ninar em Língua Geral, cantada pelas mulheres tapuias e caboclas da Amazônia, conforme registro do cônego Francisco Bernardino de Souza, responsável pela tradução ao português: “*Acutipuru, me empresta o teu sono, para minha criança também dormir*” (Souza 1873:213). O acutipuru é um mamífero roedor de cauda comprida e enfeitada, que dorme o dia todo, depois de passar a noite em plena atividade. Vários grupos do rio Negro acreditam que é sob a forma de acutipuru que a alma das pessoas sobe ao céu, logo que o corpo acaba de apodrecer (Stradelli 1929: 362).

estudou a fauna ictiológica da bacia amazônica. Voltou várias vezes ao país, quando foi nomeado chefe da Comissão Geológica do Império (1875). Dirigiu o Museu Nacional (1876). Aprendeu o Nheengatu e, em suas viagens, coletou os mitos amazônicos sobre a tartaruga. Morreu no Rio de Janeiro (Hartt 1885 e 1938)

3. João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de um comerciante português de Minas Gerais. Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de onde foi também professor. Viajou para Manaus em 1872, onde residiu e dirigiu o Museu Botânico. Explorou alguns rios, incluindo a área dos índios conhecidos na época como Jauaperi, hoje Waimiri-Atroari. Aprendeu o Nheengatu e coletou narrativas orais, contos e cantigas nessa língua, publicadas no *Poranduba Amazonense*. Com a proclamação da República, foi demitido do Museu em Manaus e assumiu a direção do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro (Rodrigues, J.B 1888;1890 e 1905)

4. Conde Ermano Stradelli (1852-1926). Nasceu na Itália, de família nobre. Veio para o Brasil em meados de 1879. No ano seguinte, viajou pelo rio Purus e depois pelo Rio Negro e muitos outros rios da região. Trabalhou inicialmente como auxiliar de Barbosa Rodrigues. Viveu durante 47 anos no Amazonas, onde aprendeu o Nheengatu e coletou mitos indígenas. Morreu em Manaus. Existe uma biografia dele, feita por Câmara Cascudo. Depois de sua morte, o IHGB publicou o dicionário de sua autoria Nheengatu-Português e Português-Nheengatu, com uma versão do mito do Jurupari (Stradelli 1929).

5. Antônio Brandão de Amorim (1865-1926), nasceu em Manaus, filho de um rico comerciante português radicado no Amazonas, criador da empresa que fez a navegação direta de Liverpool a Manaus. Estudou o curso secundário no Porto e o universitário em Coimbra. Foi secretário de Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico de Manaus. Dono de seringal, coletou tradição oral no Rio Negro, publicando 35 relatos em edição bilingüe. Morreu em Belém do Pará (Amorim, A.B. 1987)

A importância desses autores na história da literatura brasileira ainda não foi devidamente avaliada, apesar de existirem algumas evidências sobre o papel desempenhado

por eles como inspiradores do movimento modernista, não só para a linguagem, como também para a trama de suas obras pioneiras. Mário de Andrade, com *Macunaíma*, e Raul Bopp, com *Cobra Norato*, talvez tenham sido os escritores que mais dívidas contraíram com eles, conforme o deslumbramento manifestado por Bopp, quando descobriu os mitos amazônicos coletados por Brandão Amorim:

“Foi uma revelação. Eu não havia lido nada mais delicioso. Era um idioma novo. A linguagem tinha, às vezes, uma grandiosidade bíblica. No seu mundo, as árvores falavam. O sol andava de um lado para outro. Os filhos do trovão levavam, de vez em quando, o verão para o outro lado do rio” (Amorim 1987: 9).

3.6.1 – A literatura oral: Couto de Magalhães

*Te mandei um passarinho, / Patuá miri pupé
Pintadinho de amarelo, / Iporanga ne iaué.*¹⁵

A literatura oral registrada por esses estudiosos revela, de um lado, a permanência vigorosa de narrativas indígenas em Língua Geral, que continuavam circulando oralmente no século XIX em algumas áreas como a bacia do rio Negro e do alto Solimões, e de outro, em cidades como Belém e Manaus, uma situação de bilingüismo Língua Geral-português, bastante generalizada, porém ignorada pelos historiadores da região.

Dos cinco coletores de narrativas indígenas, Couto de Magalhães - seguramente o mais avançado de todos, do ponto de vista epistemológico – merece um tratamento à parte. Interessa, aqui, destacar suas observações empíricas sobre a trajetória tanto do

¹⁵ De uma canção recolhida no Pará por Couto de Magalhães em 1874, quando ainda era cantada com muita frequência. Trata-se de um texto bilingüe português-nheengatu, onde ambas línguas conviviam em situação de bilingüismo coordenado, sem que houvesse predomínio de uma ou outra (Magalhães 1876: 89). Significa: *“Te mandei um passarinho, dentro de uma gaiolinha, pintadinho de amarelo, e bonito como você”*.

português como da Língua Geral na região, em sua dimensão literária. A viagem de estudos por ele realizada em 1873-74 pelos rios da Amazônia, com o objetivo de pesquisar demografia e línguas indígenas, permitiu-lhe coletar no Pará um rico material de literatura oral, explorando os dados lingüísticos nele contidos. A partir desse *corpus*, realizou um conjunto de observações agudas para recortar uma realidade sociolingüística daquilo que ele próprio já denominava como “*língua posta em contato com outra*”, que só muito mais tarde, na década de 1950-60, seria objeto de estudo da lingüística contemporânea. Preocupado com as modificações sofridas pelas línguas em contato, ele estabeleceu três períodos marcantes das relações entre o português e a Língua Geral, que ele denomina de nheengatu:

1. O período de *justaposição*, ao qual pertence a letra da canção em epígrafe, cantada pelas populações mestiças do interior do Pará. O autor recolheu outras canções como essa, todas elas caracterizadas por “*versos compostos simultaneamente nas duas línguas*”, ou seja, com textos bilingües - alternando simetricamente português e Língua Geral - em que a métrica e a rima fazem parte constitutiva da unidade textual. Concluiu que elas foram produzidas numa época, em que ambas as línguas eram “*populares*” e conviviam em situação de bilingüismo, pois “*as duas línguas entram na composição, com seus vocábulos puros, sem que estes sofram modificação*”. (Magalhães 1876 b : 89, 90).

2. O segundo período é caracterizado pela produção de vários textos bilingües de inspiração popular, ainda na perspectiva do autor, nos quais desaparece a simetria entre as duas línguas, como na seguinte quadra, recolhida também no Pará:

Vamos dar a despedida, mandu sarará
Como deu o passarinho, mandu sarará
Bateu asa, foi-se embora, mandu sarará
Deixou a pena no ninho, mandu sarará ¹⁶

Neste caso, o desenvolvimento temático do poema está em português, permanecendo em Língua Geral apenas o estribilho. Couto de Magalhães observa aí uma

tendência, onde “*pouco a pouco uma língua predomina e só ficam da outra algumas palavras que, ou não têm correspondente na língua que tende a absorver a outra, ou são mais suaves para o sistema auditivo da raça que vai sobrevivendo*” (Magalhães 1876 b:90).

3. No terceiro período, o texto é monolíngüe, em português, mas está impregnado de marcas da língua que desapareceu, incluindo empréstimos de padrões fonológicos e sintáticos. O autor identificou algumas quadras de poesia popular, onde “*os vocábulos da língua absorvida desaparecem na língua absorvente*”, permanecendo, no entanto, alguns vestígios da primeira: “*o estilo, as comparações, algumas formas gramaticais e algumas alterações de sons*”. Exemplifica com uma toada, cuja letra está em português, porém a música, cantada pelos índios há quinhentos anos, “*quase não sofreu alteração*”. Cita ainda uma versão, recolhida por ele em 1861, em Ouro Preto (MG), que contém um sistema similar de imagens ao da quadra recolhida no Pará (Magalhães 1876 b:90):

*Vamos dar a despedida, / Como deu a pintassilva;
Adeus, coração de prata, / Perdição da minha vida!
Vamos dar a despedida, / Como deu a saracura,
Foi andando, foi dizendo: / Mal de amores não tem cura.*

Esta periodização feita por Couto de Magalhães é produto de um diálogo que ele manteve com as ciências naturais e com as ciências sociais nascentes. A sua abordagem da língua, da oralidade e dos mitos se aproxima bastante dos procedimentos que foram adotados posteriormente pela lingüística e pela antropologia. Ele retomou, por exemplo, as representações de língua do romantismo alemão, em especial de Humboldt (1767-1835), que considera cada língua como dotada de uma estrutura própria, reflexo do pensamento e da cultura de cada povo e, portanto, um elemento crucial de identidade coletiva. Sua originalidade, porém, consistiu no fato de que ele estendeu essa representação para as línguas indígenas, o que permitiu observar as situações históricas de línguas em contato até então ignoradas, e possibilitou abordar o bilingüismo como forma de identidade regional, tomando um certo distanciamento da concepção de língua nacional, hegemônica

¹⁶ Teodoro Sampaio registra *mandu* como sendo uma ave pequena, da família das Bucconinae; *sarará* como

na época. Desta forma, independentemente dos pressupostos românticos, os dados que ele coletou nos permitem fazer outra leitura da questão.

A periodização por ele estabelecida foi fruto da observação das diversas comunidades que foi encontrando ao longo do rio Amazonas. A reivindicação de um *status* literário para a produção dessas versões bilingües é o reconhecimento de que estas falas mistas não são produzidas por “*semilingües*”, sem competência plena em nenhuma das duas línguas, mas constituem “*um modo legítimo de comunicação*” (Romaine 1995: 6). Neste sentido, o autor se distancia do ‘senso comum’ e das políticas de línguas, que consideram estas formas de organização social e a própria diversidade como um perigo para a hegemonia da *língua do poder*, na expressão adotada por Anderson (1983). As observações de Couto de Magalhães são importantes porque fornecem algumas pistas para a história social das línguas no Brasil, cujas trajetórias até hoje não foram suficientemente estudadas, criando um grande silêncio sobre o processo histórico do contato entre elas.

Couto de Magalhães debateu com os críticos que “*chasquearam a propósito de meus estudos de línguas e antigüidades indígenas*”, colocando em dúvida a utilidade que podiam ter. Numa carta dirigida a Joaquim Serra, apresenta três fortes razões que justificavam suas pesquisas:

1º. Qualquer estudo feito com seriedade faz avançar o conhecimento e, por mais abstrato que pareça, cedo ou tarde, traz seus frutos práticos;

2º. Se “*até a mais miserável planta de nossos campos*” e “*o mais rude e pobre mineral de nossos montes*” merecem ser estudados, descritos e classificados, “*muito mais nobre e útil é estudar, descrever e classificar o homem americano*”;

3º. O conhecimento das sociedades nativas pode ajudar a integrar um milhão de índios à economia brasileira, com um custo muito abaixo do que se gastava com a imigração de colonos europeus (Magalhães 1975: 137). Ele completa:

“*Eis aí a razão pela qual me dediquei e continuarei a dedicar-me ao estudo das línguas selvagens e ao de assuntos relativos aos índios. Há brasileiros que conhecem e estudam entre nós o hebreu, o árabe e o sânscrito. É, pois, natural, que haja alguns que se dediquem ao estudo das curiosas e*

ricas línguas dos selvagens, de sua terra, estudo a que se prende, como mostrei, a solução de um problema importante (Magalhães, 1975:140).

Justificada a relevância do tema, o debate podia, enfim, entrar no mérito da questão: a imagem construída por Couto de Magalhães sobre o índio e o legado de suas manifestações literárias. “*Que o índio nenhuma tradição nos legou é fato sabido e não carece de prova*”, escreveu, contundente, um dos críticos, citado por Silvio Romero, acionando preconceitos da sociedade nacional, ao negar qualquer contribuição indígena à cultura brasileira (Romero, 1888, 59). O discurso colonialista havia desqualificado a poesia e os mitos indígenas, considerando-os como uma manifestação “*menor, grosseira e extravagante, fruto da superstição*” e recusando-se a enquadrá-los no campo da literatura, por se tratar de uma elaboração em línguas ágrafas, “*rudimentares e incompletas*”, faladas por povos “*atrasados*”. Couto de Magalhães contra-argumenta. Ele até admite que a falta de refinamento pode existir tanto nas “*crenças selvagens* como nas *superstições cristãs*”, mas sugere que, em ambos casos, para avaliar as qualidades estéticas de uma obra, o estudioso deve examiná-la com rigor, o que requer inapelavelmente o conhecimento da língua em que ela foi produzida. No caso das narrativas indígenas, ele adverte que o pesquisador pode se surpreender, ao descobrir “*a notável e profunda filosofia e poesia que elas encerram*”. Lembra que embora o seu trabalho seja o de um simples colecionador de narrativas indígenas, prestava um grande serviço à Filologia e à Antropologia ao publicar os mitos numa língua tupi (Magalhães 1975:108). Esse vai ser um dos primeiros princípios metodológicos, que norteou o seu trabalho de coleta da literatura oral: o conhecimento da língua, sem o qual qualquer juízo crítico está invalidado.

A etnografia moderna só começa a existir no início do século XX, a partir do momento em que o pesquisador troca seu gabinete de trabalho pelo lugar onde vai efetuar sua própria pesquisa, através da observação direta. Para obter rigor e precisão na coleta e descrição dos fatos observados, o trabalho de campo exige que o etnólogo tenha domínio da língua da cultura que ele estuda. Franz Boas (1858-1942), um dos fundadores da etnografia moderna, foi o primeiro a mostrar que a tradição oral devia ser recolhida pelo próprio etnólogo na língua de seus interlocutores (Laplantine 1987: 75 e 78).

Décadas antes de Boas, Couto de Magalhães teve a intuição sobre a importância do conhecimento da língua, a partir de uma necessidade sentida na própria pele, em dois

episódios cruciais narrados por ele. O primeiro aconteceu durante a guerra do Paraguai. Ele viajava uma noite pelo rio, a bordo de um vapor, descansando no passadiço, debaixo do qual um grupo de marinheiros se distraía conversando. Ouviu, então, um deles, apelidado “Pára-tudo”, filho de índios Kadiweu, contar uma série de histórias em que o jabuti era o personagem principal. *“Foi esta a primeira vez que minha atenção foi despertada para os mitos nacionais”*, comenta. No entanto, ele não conseguiu entender parte da narrativa, porque apesar de feita em português, era intercalada, de vez em quando, com expressões em Língua Geral, intraduzíveis. Nesse momento, percebeu que, sem o acesso à língua, não era possível entender os mitos (Magalhães 1975:107)

Uma alternativa podia ser recorrer ao tradutor, como ocorreu no outro episódio que ele vivenciou, em 1865, durante uma estadia de quatro meses nas cachoeiras da Itaboca, no Tocantins, onde havia naufragado. Uma noite, o tuxaua dos índios Anambé narrou-lhe a lenda de Ceiuci, *“infelizmente no tempo em que eu não falava ainda a língua e em que, portanto, para entender o que ele dizia, necessitava de servir-me de um intérprete”*. Couto de Magalhães desconfiou da versão traduzida. Insatisfeito, publicou-a assim mesmo, apresentando Ceiuci como uma espécie de *“fada indígena”*, uma velha gulosa, que vivia perseguida por eterna fome. Mas decidiu aprender a língua para, de forma mais fidedigna, *“recolher uma tradição melhor do que esta que coligi em 1865, quando apenas começara meus estudos desta matéria”* (Magalhães 1975: 131).

Depois desses dois episódios, Couto de Magalhães começa a aprender a Língua Geral ou Nheengatu, falada por índios e mestiços da Amazônia, para assim apropriar-se da literatura oral que circulava nessa língua. O conhecimento dela lhe permite, entre outras coisas, criticar textos traduzidos no passado pelos jesuítas, como algumas orações, que ele condena por serem traduções literais, sem sentido algum para os índios, quando o que os missionários deveriam ter feito era *“conservar o sentido fielmente e traduzi-lo de modo que o selvagem entenda esse pensamento”*. Um exemplo de sua proposta pode ser encontrado na versão do auto de batismo do neto de D. Pedro II, feita em Nheengatú pelo próprio Couto de Magalhães. Ele traduziu a palavra ‘imperador’ pelo vocábulo *‘muruxáua reté’* – grande chefe, e ‘batismo’ pela expressão tupi *‘cerúcaçáua’* – cerimônia de imposição do nome ao recém-nascido, da mesma forma que ‘conselheiros de estado’, ‘deputados’, ‘senadores’ e ‘corpo diplomático’ passaram a figurar em Nheengatu como ‘homens de

governo da nossa pátria’ e ‘homens de governo de outras pátrias’. Ao recusar a tradução literal, ele pondera: *“traduzindo em uma língua viva não me era lícito o uso de expressões que nela não são inteligíveis”* (Magalhães 1975: 134 , 137).

Sua preocupação última era, em realidade, com as manifestações literárias. A língua lhe interessava como instrumento de coleta, de registro e de compreensão da tradição oral. Na medida em que não era viável para isso o uso de intérpretes e de tradutores, a aprendizagem da língua se fazia indispensável. É quando Couto de Magalhães organiza uma viagem ao Pará com o objetivo específico de aprender Nheengatú. Adquiriu tanta habilidade em seu uso, que chegou a ser considerado *“o mais perfeito conhecedor do nhihingatú no Brasil”* pelo bispo do Amazonas, D. José Lourenço, autor de um catecismo cristão escrito nessa língua (Magalhães 1975:17).

Num depoimento sobre sua competência em línguas indígenas, Couto de Magalhães fez a seguinte auto-avaliação:

“Eu só conheço bem uma língua na qual falo e escrevo, que é o tupi ou Nheengatú, que se falava em quase todo Estado de São Paulo ao tempo de Anchieta, e em quase todo o Brasil; conheço mal o guarani, que aprendi com os prisioneiros paraguaios que fizemos quando comandeí as forças de Mato Grosso, e isso só para ler; não falo nem escrevo; conheço algumas frases do Caiapó e carajá e nada mais (Magalhães 1975: 145).

O interesse pelo conhecimento do Nheengatu não se limitou ao seu uso na fala e na escrita, havendo dedicado estudos específicos, que culminaram na publicação de uma gramática descritiva, elogiada por uns e criticada por outros. Silvio Romero, por exemplo, que não falava a língua, considerou-a como sendo de *“pequeno alcance científico”*. (Romero 1888: 140). O certo é que a partir dessa descrição, Couto de Magalhães organizou um curso de Língua Geral, segundo o método de Ollendorf, *“método que os modernos filólogos europeus hão inventado para vulgarização das línguas vivas (VII)*. Os exercícios gramaticais que ele propõe para o seu ensino, na opinião do bispo do Amazonas, *“estavam tão de acordo com a língua tupi, que qualquer índio da vasta região do Rio Negro e Alto Solimões os entendia facilmente”* (Magalhães 1975: 17).

O discurso etnocêntrico colonialista que considerava as línguas indígenas como “*línguas pobres, desarticuladas, ininteligíveis, incapazes de expressar poesia*” é refutado com poderosa argumentação por Couto de Magalhães, para quem as línguas indígenas enriquecem o patrimônio nacional. A língua era para ele, pesquisador, um instrumento do trabalho de campo que lhe permitia pensar e sentir as emoções das manifestações literárias indígenas, da riqueza da tradição oral, conforme confessa, num texto que Franz Boas ou Malinowski certamente assinariam embaixo:

“Como houvesse empregado quase todo o ano de 1873 em estudar a forma amazônica da língua tupi, com a qual consegui familiarizar-me, achei-me preparado com o principal e mais indispensável instrumento para observação (...) daquilo que cada povo tem de mais íntimo, e escapa quase completamente à observação dos viajantes, enquanto não puderem falar a língua do selvagem. Pude assim conseguir parte da preciosa mitologia zoológica da família tupi”
(Magalhães 1975: 105).

Couto de Magalhães, para estudar os mitos, foi se deixando aprisionar, no processo de coleta da tradição oral, pela originalidade e beleza das narrativas indígenas. Talvez não seja exagerado afirmar que a simpatia dele pelos índios veio através das manifestações literárias. Apaixonou-se pelos índios, porque conheceu e rendeu-se aos encantos de suas criações literárias. Aí, então, ele ficou dividido entre o atraso dos índios defendido pelas teorias dominantes de sua época e a beleza da literatura oral indígena, que ele ia recolhendo. Toda a sua obra está marcada por essa contradição: cada vez que se refere genericamente às sociedades indígenas, num plano mais teórico, usa adjetivos como “*atrasadas*”, “*rudes*”, “*rudimentares*”, “*selvagens*”, até mesmo para legitimar seu discurso, enquadrando-o na ciência de seu tempo; no entanto, quando se refere a determinadas etnias com as quais conviveu e que podem ser identificadas no tempo e no espaço, os adjetivos são outros: “*a bela língua tupi, suas admiráveis instituições familiares*”, etc. (Magalhães 1975: 69 e 136) O atraso, neste caso, não implica mais inferioridade e passa até mesmo a ser virtude. Ele próprio revela o impacto que sofreu ao descobrir no início da coleta a sofisticação dos mitos indígenas:

“Eu estava muito longe de supor que existisse nos selvagens do Brasil, que atingiram tão pequeno grau de cultura intelectual, um sistema mitológico idêntico em substância ao sistema dos vedas (Magalhães 1975: 107).

O Selvagem, considerado pelo seu autor como “o monumento mais autêntico e curioso que se tem até hoje publicado” sobre a produção intelectual indígena, contém histórias originais e belas, que falam por si mesmas de uma herança literária milenar, baseada no cotidiano, nas crenças e vivências dos índios, colocando-nos em contato com um mundo onde a transmissão oral é um canal importante de aprendizagem da vida social e religiosa, que assegura e reproduz as formas de vida. Maravilhado com a coleção de nove “lendas da raposa” que ele recolheu – “verdadeiro colar de pedras finas, tanto pelo espírito e animação do enredo, como pelo laconismo, sobriedade das cenas e clareza” - não hesita em situá-las no quadro da literatura universal, afirmando que elas “sofreriam, sem desmerecer, o confronto com as fábulas de Esopo, Fedro e Lafontaine”. Em outra passagem, Couto de Magalhães compara os mitos coletados com “os poemas de Homero, os *Niedelugen*, os poemas de *Ossian*”, sustentando que os primeiros, “debaixo do ponto de vista antropológico são mais importantes, por serem os vestígios da literatura espontânea de um povo antes que qualquer gênero de convenção, interesse ou espírito de seita e partido houvesse modificado as produções espontâneas do espírito humano” (Magalhães 1975: 105, 126-128).

Couto de Magalhães percebe o sentido simbólico dos mitos, mas confessa que lhe faltam elementos de comparação para poder dirigir seus estudos nessa direção. O que então passa a lhe interessar é a função educativa, bastante clara, da tradição oral. Exemplifica com os dez episódios que coletou, relacionados ao jabuti, todos eles imaginados com o objetivo “*de fazer entrar no pensamento do selvagem a crença na supremacia da inteligência sobre a força física*”:

Cada vez que reflito na singularidade do poeta indígena de escolher o prudente e tardo jabuti para vencer os mais adiantados animais de nossa fauna, fica-me evidente que o fim dessas lendas era altamente civilizador, embora a moral nelas ensinada divirja em muitos pontos da moral cristã_ (Magalhães 1975:110).

Ele vai tirar algumas conclusões originais. Se o que distingue um povo bárbaro é a crença de que a força física vale mais do que a força intelectual, então, ensinar o contrário “*equivale a infundir-lhe o desejo de cultivar e aumentar sua inteligência*” (Magalhães 1975: 110). Neste caso, o povo que criou essas narrativas demonstra um alto grau de civilização, estágio atingido pelos índios através de suas manifestações literárias. Mas isso nem sempre foi percebido desta forma. Noutro capítulo relativo às divindades, Couto de Magalhães comenta uma das narrativas orais que coletou: a história de um índio que flechou uma veada recém-parida, que ainda amamentava. Quando foi apanhar sua presa, descobriu que havia sido vítima de uma ilusão do Anhangá: a veada que ele perseguia, era sua própria mãe que jazia morta no chão. Os missionários interpretaram a ação de Anhangá como sendo produto de uma entidade maléfica com poderes de fazer o mal contra os homens. Couto de Magalhães, discordando dos missionários, defende que “*por muito rude e bárbara que, à primeira vista, pareça uma instituição qualquer de um povo, ela deve ser estudada com respeito*” :

“*Eis aí uma ação demoníaca, dirão. Não, digo eu, esta ação não repugna a uma divindade. É necessário estudar estas coisas debaixo do mesmo ponto de vista de quem as imaginou; os índios tinham na caça o seu sustento; o instinto lhes indicara que destruiriam facilmente esse sustento se não poupassem a vida dos animais que amamentavam; e como não tinham e nem podiam ter um código de leis para a caça, tinham um preceito religioso. Esse conto, assim como todos os outros, encerra uma profunda lição de moral*” (Magalhães 1975:84).

Couto de Magalhães propõe um modelo de crítica para as manifestações de literatura oral, partindo de características das línguas ágrafas, “*muito mais lacônicas e muito menos analíticas*” do que as línguas escritas, substituindo com muita frequência um longo raciocínio por imagens aparentemente desconexas para um observador menos atento.

“*A poesia de nossos selvagens é assim: o mais notável é que o nosso povo, servindo-se aliás do português, modificou a sua poesia tradicional pela dos índios. Aqueles que tem ouvido no interior de nossas províncias essas danças cantadas, que, com os nomes de cateretê, cururu, dança de minuanos e outras, vieram dos tupis incorporar-se tão intimamente aos hábitos nacionais, notarão que de ordinário parece não haver nexo algum entre os membros de uma quadra*” (Magalhães 1975: 65).

Segundo ele, só é possível perceber o nexo das idéias entre imagens aparentemente desconexas, se for levado em consideração o princípio de que, para os índios, a palavra falada é mais um meio de auxiliar a memória do que um meio de traduzir as impressões. Ele diz que aplicou esse princípio de crítica à poesia popular, sobretudo aos cantos das populações mestiças profundamente marcados pela herança indígena e obteve resultados surpreendentes. Descobriu que “*suprindo-se por palavras o nexo que falta às imagens expressadas por eles em formas lacônicas, se revela um pensamento enérgico às vezes de uma poesia profunda e de inimitável beleza, apesar do tosco laconismo da frase*” (Magalhães 1975:64-65).

Silvio Romero, que decididamente não simpatiza com o autor de *O Selvagem*, admite, no entanto, que ele adquiriu um importante lugar na literatura brasileira apenas pela parte de seu livro “*que contém as lendas selvagens e que é preciosíssima*” (Romero, 1888: 140).

Em conferência para o tricentenário de Anchieta, publicada em folheto em 1897 – um de seus últimos trabalhos – Couto de Magalhães lamenta que haja sobrado muito pouco da literatura original dos índios, mas que ainda era tempo de coligi-las entre as tribos que sobreviveram. Postula que parte da poesia popular em língua portuguesa é continuação da poesia indígena, sendo necessário também continuar o trabalho de Silvio Romero de coleta, transcrição e publicação desse material dotando “*a nossa pátria de tesouro, com valor superior aos arremedos da literatura europeia, com que enchem nossa imprensa* (Magalhães 1975: 156).

A historiadora Maria Helena Machado, que recentemente descobriu e publicou o *Diário Intimo* de Couto de Magalhães afirma com muita propriedade que “*apesar do pano de fundo evolucionista, próprio a seu tempo, ‘O Selvagem’ é inquestionavelmente simpático à população indígena e mestiça, buscando valorizá-la enquanto verdadeira e mais fiel representante da nacionalidade brasileira* (Machado 1998: 13).

Quando se discutia ainda o indianismo como instrumento de construção da identidade nacional, Couto de Magalhães recolocou a temática indígena em bases mais objetivas, retirando-a do terreno do folclore, “*do pitoresco, do plano simplesmente sentimental a que o romance de Alencar e a poesia de Gonçalves Dias, sem dúvida respeitáveis, o haviam conduzido*.(Moreira 1975:10) Com paixão, mas sobretudo com

método, ele implodiu a etnografia fantasiada vigente, que reduzia os índios aos padrões dos romances de cavalaria e propôs um novo caminho, que acabou alimentando o movimento modernista.

3.6.2 – A literatura regional

Martha – Eu sou filha de Monte Alegre...as cunhãs da minha terra...
Manuel – O que é cunhã?
Martha – É cunhã-tem ou cunhã-mucu
Manuel – Entendo cá o que tu dizes!
Marta – Na sua terra não se fala a língua geral?
Manuel – Ó Martha, tu estás a caçoar comigo?! A língua dos tapuios não se fala...senão onde há tapuios.
Martha – E em Portugal, não os há? Como isso por lá deve ser triste!
Cunhã quer dizer – mulher; e a mulher donzela chama-se cunhã-mucú.
 (Diálogo entre uma tapuia e um português, na peça ‘Ódio de Raça’, de Francisco Gomes de Amorim (1869 : 113-114).

A Língua Geral, que veiculou a literatura oral na Amazônia, no século XIX, vai estar presente também na produção literária regional em língua portuguesa, cabendo destacar aqui, entre outros autores, Lourenço da Silva Amazonas (1803-1864), Francisco Gomes de Amorim (1827-1891) e Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918).

Lourenço Amazonas, nascido na Bahia, era capitão-tenente da Armada e foi nomeado Comandante Militar da Comarca do Alto Amazonas, onde viveu durante muitos anos, em meados do século XIX. Autor de um dicionário topográfico sobre a Comarca do Alto Amazonas, publicado em Recife, em 1852, ele compôs um *‘Dicionário Típico-Português e Português-Típico*, que permaneceu inédito, e escreveu um romance histórico – *Simá* (1857) - que reflete a situação de línguas em contato na região (Amazonas 1852:112).¹⁷

17

O dicionário permanece inédito até hoje. A família de Lourenço Amazonas doou os originais manuscritos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Submetido ao parecer de Braz da Costa Rubim, ele pronunciou-se contra a publicação: “*O manuscrito não é outra coisa mais do que um apanhamento geral de grande parte dos glossários impressos*” (RIHGB, 29:397-401, Rio de Janeiro, 1866). Edelweiss considerou o parecer “*estranho*”, sobretudo levando-se em conta que o parecerista acabou publicando na mesma revista um Vocabulário, que aparece como sendo de sua autoria. (Edelweiss 1969:200). Já o romance *Simá* foi publicado também em Recife, em 1857. O exemplar que consultamos na biblioteca do IHGB, autografado pelo autor para o Cônego Pinheiro, está bastante danificado pelas traças.

Esse romance regional, complementando as fontes históricas tradicionais, dimensiona a relevância da questão lingüística na identidade amazônica e configura o papel das línguas, não só como parte da temática indígena, mas como um recurso na construção de uma narrativa realista. O uso da Língua Geral na própria composição do texto - mesmo esporádico e ainda que com glosas - representa o fato dela fazer parte das práticas e intercâmbios sociais. Nesse sentido, Lourenço Amazonas emprega em sua narrativa o mesmo tipo de recurso que outros dois escritores regionais, Francisco Gomes Amorim e Inglês de Souza.

A ambientação do romance histórico *Simá*, cuja ação se desenrola no período de 1738 a 1758, é uma rebelião de índios, que abalou o rio Negro um século antes, nas duas últimas décadas de vigência da escravidão indígena. Um dos cenários é o Sítio da Tapera, lugar de residência de dois personagens, o índio manau Marcos/Severo, e sua neta Simá, a '*Helena do Rio Negro*'. A estratégia do narrador é a de pressupor o desconhecimento da região por parte do leitor: – “*Suponde-vos em viagem no Amazonas*” - de forma que, glosando as palavras de origem tupi, em processo de incorporação ao português regional, torna ‘inteligível’ a região para o forasteiro. A primeira palavra glosada é o nome do sítio. “*Tapera é, em Língua Túpica (conhecida no país por língua geral), as ruínas de uma povoação, fazenda ou casa, invadida pelo mato*” (Amazonas 1857:3).

As várias referências à LGA contêm informações sobre a atitude dos seus falantes em relação a ela, no contexto do bilingüismo social, vivenciado por grande parte da população de Manaus á época em que o romance foi escrito. Proporcionam também, ao mesmo tempo, dados sobre o grau de avanço do bilingüismo, assim como as soluções que os falantes encontram para essa situação de contato, usando vocabulário de uma língua (LGA), quando interagem em outra (português) “*É mui bem sabido no País quanto os indígenas se penhoram de que se lhes fale na Língua Geral e assim também, se falando-se-lhes em Português, empregam-se palavras daquela língua em designação e encarecimentos de certos objetos*” (Amazonas 1857:125).

Nesse sentido, é de relativo interesse a incorporação ao texto de uma composição poética que aparece no capítulo XIII, quando o personagem Regis, comerciante português, oferta a Simá, neta de índio, um buquê de flores, acompanhado de um poema bilingüe:

*Beijos da aurora / Mimosas flores /Ide a meu bem / aos meus amores,
Ornar-lh' o peito / Peito inocente,/ **Catu poranga** / que amor não sente.
Que quando amor / lugar lhe pede / **Co'inti maan** / amor despede.
Às borboletas, / e aos passarinhos,/ Dizei adeus, / não mais beijinhos.
Ditosas flores/ **Eré cr'utem**, /**Jam'ru catu** / Sois com meu bem”*
(Amazonas 1857: 125).

Embora pareça um texto criado pelo autor, o modelo apresenta uma relativa convergência com o material recolhido por Couto de Magalhães na região, mencionado anteriormente. O poema apresenta uma característica lingüística, própria do bilingüismo social, isto é a alternância das duas línguas num mesmo texto, em que a métrica e a rima fazem parte constitutiva da sua unidade, ainda que a predominância seja da língua portuguesa, como parte da caracterização do personagem.

O bilingüismo social na Amazônia do século XIX, especialmente em suas duas cidades – Belém e Manaus - está representado no discurso literário como uma situação de oposição e não de complementaridade, de tensão e de conflito e não de harmonia, como será analisado mais adiante. No capítulo quarto de *Simá*, quando, numa reunião com os espanhóis da Comissão de Demarcação, o personagem Régis, comerciante português, manifesta sua vontade de casar com a neta do índio manau, seu amigo Loiola responde, zombando de todos os valores indígenas amazônicos, incluindo aí objetos e costumes que já haviam sido incorporados pela sociedade regional, como a rede, o cachimbo, o tipo de pente, a forma de se vestir e – como não podia deixar de ser – a língua geral, que era o elemento mais forte de identidade:

- “Então o meu amigo se casa? E com quem? Com a Mameluquinha do Remanso? Que ocorrência! Como não há de ser interessante ver o senhor Régis em seu novo estado! Enfronhado em uma nova importância! Dono de uma casa a moda do país, mobiliada de redes! Ao procurá-lo, ver aparecer a Senhora Dona, vestida de descalça, com seu pente de meia lua, carregado de perendengues, apresentando por toda honra da casa um furioso cachimbo, e a um obsequioso gracejo, a uma galanteria respondendo-lhe – **inti maa** -...oh como não há de ser isto engraçado(...) (Amazonas 1857:59).

A ironia no discurso do personagem é o recurso do autor para apresentar, através da fala de um europeu, a manifestação da atitude frente à LGA, seus usos e funções na sociedade. Nesse sentido, essa postura discriminadora faz parte da realidade multilíngüe da Amazônia que, desenvolvida com agudeza no registro literário, nem sempre é reconhecida na documentação histórica tradicional. Lourenço Amazonas, que produziu nos dois tipos de registro, permitiu-se avançar em *Simá*, aquilo que deixou de explicitar no verbete *Língua Geral* do seu *Dicionário Topográfico*, ou seja, que o bilingüismo vivido pelos moradores de Belém e Manaus se dava sob fortes condições de dominação e de opressão, num quadro no qual a língua materna da elite econômica e política era uma, e a dos fornecedores da força de trabalho era outra. Uma tinha tradição escrita e, também por isso, era considerada língua dominante, de prestígio. A outra, sem produção escrita, era discriminada como língua dominada, inferior.

O diálogo com essa situação de contato entre a Língua Geral e a portuguesa vai estar presente também na obra de outro autor, o português Francisco Gomes de Amorim. Com dez anos de idade, ele deixou o seu povoado natal, próximo a Póvoa de Varzim, no norte de Portugal, e viajou para o Pará, onde viveu durante nove anos. Aprendeu a Língua Geral e, de volta a Portugal, escreveu, entre outros, os romances ‘Os Selvagens’ e ‘O Remorso Vivo’, cuja ação se desenvolve no período inicial da Cabanagem, em 1835. Publicou ainda várias peças de teatro, entre as quais ‘Cedro Vermelho’, em cinco atos, cuja ação se desenvolve também em plena Cabanagem, em 1837, e ‘Ódio de Raça’, um drama de três atos, focalizando a escravidão negra na Amazônia.

A situação de contato de línguas e as relações entre o português e a LGA fazem parte constitutiva da obra, a ponto de o autor elaborar algumas considerações sobre o status das línguas indígenas e usar estrategicamente a LGA na construção dos personagens, embora com glosas, caracterizando o seu leitor como de língua portuguesa. Uma das observações sobre as línguas indígenas reproduz a representação ideológica de contraste ‘língua bárbara/ língua polida’. Na base desta oposição está a conceituação de ‘língua’ quando tem Arte, (gramática) e publicações, especialmente catecismos. É o caso tanto da referência que ele faz ao quechua, a polida língua peruviana, como ao harmonioso idioma tupi (Amorim 1875:8), que consolidaram um relativo prestígio local nas suas respectivas regiões, por tratar-se de

línguas gerais com infraestrutura, que até serviram como instrumento de expansão. Já as línguas particulares, de extensão reduzida, que não desempenham nenhuma função comunicativa interétnica são referidas como ‘dialetos’, consideradas menores como uma forma de marcar a sua exclusiva caracterização oral. Numa sociedade letrada, em que a escrita representa uma instância e até simboliza o poder, essa característica per se faz com que elas sejam consideradas como bárbaras.

Amorim se serve do léxico em língua geral, sobretudo quando se propõe a construir cenas interativas, que evocam a sua função oral. Em ‘Os Selvagens’, o personagem Alberto, de nacionalidade francesa, ao ver o ouro nas mãos dos dois irmãos tapuias, grita e pula de contentamento, para manifestar o seu entusiasmo, provocando a seguinte reação deles:

*-Acánga y’ba! Murmurou Gertrudes em tupi, como se dissesse: -
doido!*

*-Acánga y’bá nungára! Emendou o irmão, que queria dizer: -
adoidado.*

*-Enganam-se! – replicou Alberto, sentando-se sobre a carga. – Sei
alguns termos da língua geral, que aprendi comerciando com os índios...Eu
não estou doido, nem sou adoidado, estou alegre, contente, feliz! (Amorim
1875:180)*

O recurso utilizado é colocar a glosa em boca do personagem, que serve para apresentar o léxico de LGA ao leitor. Por outro lado, a questão lingüística aparece intimamente relacionada a outras práticas sociais, como pode se observar no discurso da personagem indígena *Flor de Cajueiro* que, depois de “catequizada”, volta à aldeia mundurucu e diz ao chefe:

*– “Eu já não me chamo Flor de Cajueiro; fui batizada com o nome
de Maria. Aprendi a falar as línguas do branco [o português] e dos índios
mansos [o nheengatu]. Sei quem é o Deus verdadeiro e venho explicar ao
chefe.... (Amorim 1875:.56).*

A observação sobre a distribuição das funções lingüísticas está na relação estabelecida no discurso da personagem. Primeiro, nos símbolos de identidade através dos nomes da personagem nas duas línguas, em sua oposição, e depois na representação de saber e verdade em relação às línguas. Isto é, o Deus verdadeiro está contido só e dentro delas. A ordem representa a hierarquização que delas se faz em relação ao acesso dessa verdade, mas também o discurso aponta o caráter proselitista que coube à língua portuguesa.

Quanto ao processo de deslocamento de línguas o texto incorpora algumas informações sobre o quadro sociolingüístico regional, especialmente no que se refere à presença da LGA e à expansão do português:

- *Os Mundurucus do Tupinambarana também falam português e tupi, que era a língua de seus pais – lhe disse o cacique, num dialeto mesclado, mas inteligível* (Amorim 1875: 167).

No que se refere ao português, o autor reproduz em diversas situações amostras da variante regional como nessa arenga feita ‘*numa meia língua de preto*’, que apresenta características similares à documentação histórica de autoria dos cabanos, analisada no capítulo anterior.

Meuz amigo! Fômo derrotado em Cuipiranga; perdemo quasi todas villa do sertão e não sabemo si Rio Negro inda pertence a nós. Entramo no Madeira, com tenção di pidi os Mura que viesse todo com az outras tribu dos lago Autaz em nossa ajuda. Os Mura acabam di sê batido dos mundurucus (Amorim 1875 :205).

No entanto, a língua portuguesa em sua norma culta, aparece em boca de personagens tapuias, indígenas e negros, quando se trata do gênero dramático, como na peça ‘Ódio de Raça’, escrita por sugestão de Almeida Garrett, com o objetivo de contribuir na luta contra a escravidão negra. O autor dedica um volume inteiro às notas explicativas que representam uma metalinguagem, em que as informações sobre língua adquirem um espaço significativamente maior. Assim, justificando porque a fala de uma personagem tapuia está

elaborada em português padrão, numa peça que foi encenada pela primeira vez em Lisboa, no teatro Dona Maria II, em outubro de 1854, ele escreve:

- Bem sei que a tapuia está falando em português, mas pensa em tupi; e se não fala na sua língua é porque o autor entendeu que, neste caso, devia sacrificar a verdade ao bom senso, e às chamadas conveniências da cena. Quem a entenderia, e quem me pouparia se eu a deixasse dizer o seu papel todo em tupy? (Amorim 1869:197-198)

O terceiro autor regional que dá conta da existência de uma situação de contato entre o português e a Língua Geral é Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918). Ele nasceu em Óbidos, no Pará, no momento em que lá, a Língua Geral já havia perdido a hegemonia para o português. Com onze anos, foi estudar no Maranhão e com 14 no Rio de Janeiro. cursou Direito em Recife. Foi deputado à Assembléia Provincial, em São Paulo (1878). Em 1878, elegeu-se presidente da província de Sergipe. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras (1896), sendo o redator de seus estatutos. É autor do primeiro romance realista aparecido no Brasil: *O Coronel Sangrado* (1877). Foi estudado por Lucia Miguel Pereira, que o considera pioneiro do realismo no Brasil. Passou quase toda sua vida fora do Pará, mas construiu sua obra literária em cenários amazônicos, cabendo destacar, além da já citada, *‘O cacaulista’* (1875), *‘Cenas da vida do Amazonas: história de um pescador’* (1876) e *‘O missionário’* (1891).

Na construção do seu texto, o autor investe nos diálogos como parte da narrativa, destinados a criar uma representação da oralidade. Nesse sentido, em sua obra, a LGA desempenha uma função importante. Na caracterização dos personagens - relacionamentos entre caboclos, e de caboclos com outros grupos - a maior parte do léxico de natureza interativa - saudações, comentários, fórmulas de cortesia, interjeições - estão em LGA.

O Coronel Sangrado está repleto de exemplos, como no diálogo entre a viúva de um português e seu compadre caboclo:

- *Aré, Aré, sinhá dona, isto já vão sendo horas de a gente voltar para o sítio. Até curi.* (em nota de pé de página esclarece: curi = logo) (Sousa 1877: 106).

Ou então, na fala de outro personagem:

- *Eré, minha gente, avia...* (Eré, sim, de acordo).

No Cacaulista, escrito em Recife, em 1875, o autor apresenta, no final, notas com um pequeno glossário, que permite a compreensão de diálogos como este:

- *Como tem passado, tia Maria?*
- *Miri-miri, nhô tenente, como uma pobre velha que S. Bom Jesus dos Passos ainda deixa andar por este mundo (...) A caroára não me deixa...* (Sousa 1973: 104).

Também, no diálogo da viúva de um português, dona Ana, falando com um caboclo remeiro:

- *Eanecuema, nha branca – disse então tirando o chapéu.*
- *Eanecuêma (bom dia) – respondeu a viúva do João Faria* (Sousa 1973:9)

Quando o autor, como narrador, descreve os ambientes locais, também usa um léxico de LGA, embora na maioria já integrado ao português regional e, muitas vezes, já dicionarizado: urupema, cunhatã, curumim, taquari, pindoba, tipiti, cuiambúca, caroára e outros.

Se a hipótese sobre este autor é a de que ele foi efetivamente um dos pioneiros do realismo no Brasil, podemos supor que a presença da LGA no texto significa a representação de que essa língua fazia parte das práticas sociais de interação e, portanto, estava presente na identidade regional, demarcando as relações entre o português e a LGA. Assim, as situações lingüísticas de passagem de código e o uso das duas línguas num *continuum* nas práticas conversacionais representam as relações sociais entre ambas as línguas.

A importância da oralidade na composição do texto pode ser também avaliada na abordagem da própria língua portuguesa. Na elaboração da fala de alguns personagens, índios ou caboclos falando português, um certo ‘naturalismo’ leva o autor a representar essas falas com uma tentativa de fidelidade fonética, isto é, reproduzindo graficamente alguns fenômenos de transferência da LGA ao português que, por exemplo, altera a qualidade vocálica, como nesse diálogo, que aparece em ‘O missionário’, travado entre os dois personagens: um padre e uma tapuia.

- *Não haverá aqui por esta vizinhança alguma embarcação? perguntou Padre Antonio de Moraes.*

Não havia. Onde haveria de se encontrá ua igarité por estes mondo? respondera-lhe a tapuia na linguagem dura e arrastada.

Para cima do rio, continuou, gesticulando gravemente, cantando as palavras uma a uma, prolongando as vogais, na impassibilidade de quem fala somente para se ouvir a si próprio (...) E depois, respondendo a uma pergunta que adivinhava nos olhos do Padre:

- *‘Stão na sarga, disse com um gesto largo, indicando distância.*

E prosseguiu no tom dolente e monótono das caboclas, cortando as frases para acentuar uma palavra, prolongando o som das vogais até penetrarem bem no ouvido do interlocutor.

- *Haverá dê achá...canua. Só se fosse alguma...montarizinha...de pescá, como seu Guierme...tem...uma...,munto....velha, bem velhi...nha...que nem nhá vó.*

- *Onde está essa montaria? Indagou sofregamente Padre Antônio.*

- *Stá nu purto, respondeu a tia Teresa. E continuou a deleitar os ouvidos do Macário com sua melopéia plangente.(Souza 1998:169)*

Esses três autores regionais – Lourenço Amazonas, Francisco Gomes de Amorim e Inglês de Sousa - podem ser estudados também na perspectiva do campo denominado por Carlos Pacheco de ‘literaturas alternativas’. Segundo Pacheco, a introdução da escrita alfabética por parte dos europeus no momento da Conquista, longe de constituir uma simples mudança técnica, significou a inauguração de uma prática cultural inédita que

afetou de maneira drástica todo o continente, onde predominava a oralidade. Nesse sentido, em seu trabalho *“La Comarca Oral”*, ele defende a existência desse campo novo, para os estudos literários, composto por um conjunto sumamente numeroso e diverso de textos antigos e modernos. Esse conjunto, caracterizado pela interculturalidade, se define pelo seu vínculo com fontes orais tradicionais de raiz indígena ou mestiça, com todas as implicações retóricas e culturais que decorrem daí. Ele destaca três enfoques possíveis:

1. O estudo do sistema de textos denominado “literatura testemunhal”, cuja autoria se deve geralmente a escritores profissionais ou a cientistas sociais, mas sempre com base em coleta com informantes qualificados, tentando preservar na obra resultante a estrutura narrativa e o estilo peculiar de sua fonte oral. Aqui poderíamos situar os numerosos relatos recolhidos por Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Stradelli, Brandão Amorim no século passado ou a recente publicação de autoria de dois índios Desana do alto Rio Negro – Panlon Kumu e Kenhiri - recolhidos por Berta Ribeiro, intitulado “Antes o Mundo Não Existia”.

2. A análise de diversas formas de apropriação e elaboração estética dos elementos provenientes de fontes míticas indígenas ou africanas em obras como as do poeta amazonense Elson Farias, ou de Miguel Angel Asturias e José Maria Arguedas, entre outros.

3. O estudo das diversas soluções encontradas para o problema do bilingüismo e da diglôssia em áreas socioculturais, onde uma língua de origem européia concorre com uma língua vernácula, insubstituível na comunicação de certos conteúdos vinculados em geral à esfera da intimidade, da afetividade, da vida familiar e comunitária, da religião e dos mitos. Aqui podemos talvez enquadrar os autores acima citados (Pacheco: 1992: 12-13).

A abordagem que pretendemos dar à trajetória das línguas na Amazônia colonial tem como pressuposto a relação com esse campo da denominada “literatura alternativa”, entendendo que o imaginário da língua sustenta-se na existência de um conjunto de obras que contribuem para proporcionar-lhe coesão e que as manifestações literárias desempenham um papel capital na delimitação social das línguas.

A discussão aqui apresentada, com uma proposta de periodização e uma síntese do processo histórico desde o período colonial, pretendeu caracterizar e localizar essas línguas, espacial e temporalmente, de forma que nos permita, no próximo capítulo, aprofundar a análise sobre a situação da *Língua Geral* no século XIX e identificar as razões que motivaram o seu declínio.

4. A LGA NO SÉCULO XIX: A HEGEMONIA PERDIDA

4.1 - De volta à aldeia

“É singular costume o das índias que tendo o hábito de falar português envergonham-se de falar tupi; e só recorrem à língua natal quando se embriagam!” (Amorim, F.G 1869:299).

No século XVII, a Língua Geral Amazônica se tornou a língua *“a que aprendem as novas nações que vão saindo dos matos e a que estudam os missionários brancos”*, passando por um crescente processo de expansão social e geográfica, que se prolongou por todo o século XVIII. Saiu dos limites das aldeias Tupinambá, alastrou-se pelos aldeamentos missionários do Grão-Pará, unificando agrupamentos que eram formados, como regra geral, por *“trinta a quarenta nações diversas, com idiomas tão diferentes que não têm conexão alguma entre si”*, segundo avaliação feita por um missionário jesuíta, em 1767, depois de século e meio de colonização e catequese (Daniel 1976 t.II: 227). Desta forma, a LGA subiu os rios Amazonas e Solimões, galgou os seus principais afluentes, infiltrou-se em vilas e povoações, ganhou as cidades, deu mostras de vitalidade e vigor, atingindo uma universalidade regional, na medida em que era usada por todos os indivíduos, incluindo portugueses e africanos, qualquer que fosse o seu lugar na produção, seja como língua materna ou como segunda língua, numa variedade de funções. Cresceu com um relativo apoio institucional, que pode ser observado na publicação e circulação de *Artes*, Vocabulários e Catecismos, assim como em algumas medidas ‘protecionistas’ por parte da administração colonial, estimulando seu uso, seja no aparelho escolar, seja nas práticas burocráticas ou religiosas.

Depois de haver analisado a formação e expansão da LGA, com ênfase nos dois primeiros séculos de colonização, vamos centrar o foco no século XIX, quando começa o seu declínio, com a perda progressiva de usos e usuários para a língua portuguesa. A LGA foi afastada, então, do perímetro ‘urbano’ e, portanto, das práticas sociais de maior prestígio, abandonando grandes áreas onde era hegemônica, como o rio Solimões e o baixo Amazonas, para ficar confinada nos núcleos indígenas do rio Negro. Assim, no século XX, bastante transformada, ela permanece nas malocas, como uma língua definitivamente *indigenizada*, circunscrita apenas às aldeias e aos usos restritos das práticas sociais nelas exercidas. As evidências desse processo serão apresentadas aqui, a partir de uma reflexão

sobre a questão demográfica, relacionada com os falantes das línguas, que proporcionem elementos para reconstruir o mapa da LGA no século XIX e sua distribuição, tanto nas cidades, quanto nas vilas, povoações e aldeias.

4.2 - A questão demográfica

“Assim, estabelecidos e domiciliados os naturais do país fora das Povoações, [...] não se pode por elas computar a população, retirada às cabeceiras de inúmeros lagos, rios e igarapés. [...] He bem sabido a repugnância do povo ainda nas maiores e mais civilizadas de nossas cidades para se prestar ao arrolamento, e com ela o defeito, ou erro a respeito de sua estatística (Lourenço Amazonas 1852:23).

O Estado do Grão-Pará – uma das duas colônias portuguesas da América – permaneceu subordinado politicamente a Portugal, quando a outra – o Estado do Brasil – proclamou sua Independência, em setembro de 1822. Quase um ano depois, em agosto de 1823, o Grão-Pará aderiu ao Brasil independente, formando juntos um único estado nacional, que conservou o nome de Brasil, e reservou a designação de Pará para a nova província brasileira. Desta forma, com o Pará, o novo estado incorporou um imenso território, de mais de 3.500.000 km²., banhado pelos rios da bacia amazônica, e coberto pela floresta tropical, que correspondia a 42% da área total do país. Incorporou também, com esse território, a população que nele vivia: de um lado, os índios, que habitavam a floresta, em um incontável número de aldeias; de outro, os paraenses, que residiam em duas cidades, 44 vilas, 60 povoações e centenas de vilarejos, freguesias, lugares, sítios e fazendas, além de seringais, barracões, castanhais, balatais, ‘colocações’ e outros pequenos agrupamentos extrativistas (Spix & Martius 1981:40-41). Acontece que os paraenses, estimados em 180.000 pessoas, embora chamados a assumir a identidade brasileira, não podiam interagir com o resto do país, cuja população era aproximadamente de 4.000.000 de indivíduos. E isto porque esses novos brasileiros, usuários em sua maioria da Língua Geral, não falavam a língua nacional - o português – como língua materna, criando assim uma dissonância com o resto do Brasil.

O termo '*maioria de falantes*' é comumente empregado para caracterizar a situação socio-lingüística da Amazônia, na primeira metade do século XIX, mas essa caracterização não vem sustentada por dados estatísticos. A afirmação de que a LGA era majoritária tem sido reproduzida, sem maiores questionamentos, como um axioma, da mesma forma que a passagem de 'língua majoritária' para 'língua minoritária', na segunda metade do século XIX, é aceita, sem o apoio de fontes demográficas, como um pressuposto que dispensa demonstração. As referências são sempre vagas e imprecisas, sem indicação de quantos indivíduos efetivamente a falavam, quantos a deixaram de usar, qual era a faixa etária e o sexo deles, como eles se distribuíam pelo espaço geográfico, qual era a sua proporção em relação aos falantes do português e de outras línguas indígenas, como é que esse quadro foi evoluindo ao longo do século, enfim, como se deram as variações populacionais através do tempo. As dificuldades de se encontrar respostas a estas questões são, praticamente, insuperáveis, porque desde o período colonial até os dias atuais, não existem levantamentos confiáveis de demografia indígena, muito menos censos que contemplem a variável língua.

O Censo Demográfico de 1940, considerado um dos melhores já efetuados no Brasil, foi o único que se preocupou em identificar algumas línguas e quantificar os seus falantes, e por isso, embora fora do período que nos interessa, merece ser aqui destacado. Naquele momento, às vésperas da Segunda Guerra, o governo brasileiro tinha interesse, em função da conjuntura internacional, de identificar e localizar os estrangeiros que viviam no Brasil. A estratégia usada foi mapear as línguas que falavam. Com esse objetivo, duas perguntas foram introduzidas nos boletins do censo: "*o recenseado fala correntemente o português? Que língua fala habitualmente no lar?*" A tabulação dos dados mostrou que, do total dos que não usavam o português em casa, 3.6% eram constituídos por falantes "*da língua guarani ou outra língua aborígene*", dos quais mais de dois terços estavam concentrados na Amazônia. No entanto, os dados continuavam imprecisos, porque o guarani foi a única língua indígena nomeada, sendo as demais diluídas na categoria de '*outra*'. Os responsáveis pelo Censo advertiram ainda que o levantamento era incompleto e parcial, pois haviam ficado de fora "*dezenas de milhares, e talvez algumas centenas de milhares, de silvícolas*", os quais escapavam ao controle dos órgãos governamentais brasileiros, que não tinham acesso a eles (IBGE 1950:7, 35, 106-107).

Era esse o quadro precário, na metade do século XX, quando já existiam instituições e centros especializados dedicados exclusivamente a coligir dados populacionais com fins estatísticos. Mesmo hoje, no início do século XXI, o Brasil não sabe, com precisão, quem são – e sequer quantos são – os falantes atuais de línguas indígenas, embora o uso de computadores e de técnicas refinadas facilite, agora, a coleta e o processamento de dados censitários. Se isso ocorre nos séculos XX e XXI, podemos inferir as dificuldades intransponíveis de acompanhar o número de falantes de LGA, através do século XIX, num período classificado pela demografia histórica de proto-estatístico, quando não existiam dados numéricos populacionais em séries contínuas, longas e representativas, indispensáveis para avaliar a estrutura, os movimentos e a evolução da dinâmica populacional. As iniciativas censitárias de caráter geral, no Brasil, são tardias e irregulares, com o primeiro recenseamento nacional só ocorrendo em 1872.

Diante dessas dificuldades, a questão demográfica, considerada como terreno movediço e minado, não foi trabalhada adequadamente pelos especialistas da área, deixando de oferecer aos estudiosos da Amazônia, inclusive de sua história econômica e social, as informações pertinentes. No entanto, qualquer análise histórica pressupõe hipóteses, implícitas ou explícitas, sobre a maior ou menor densidade demográfica da região, o que obrigou os estudos regionais a operarem com estimativas sobre a população, umas mais arbitrárias e subjetivas que outras, algumas partindo de critérios menos rigorosos que outros, mas todas assumindo alguns pressupostos demográficos, sem os quais é impossível interpretar os fatos econômicos e sociais. A própria situação dos falantes da Língua Geral na Amazônia só poderá ser devidamente equacionada, tendo como ponto de partida o conhecimento prévio – por precário que possa ser – do tamanho e da distribuição da população.

Os dados demográficos, no entanto, simplesmente não existem para certas áreas e certos períodos. Quando existem, são incompletos, insuficientes, dispersos e descontínuos. E hoje, já não é mais possível realizar um levantamento, para preencher as lacunas deixadas no século XIX. Essas limitações, porém, devem servir, não como um impedimento para tratar o problema, mas como um indicativo para elaborar estratégias de abordagem. A

demografia histórica francesa, por exemplo, conseguiu, nas últimas décadas, resultados surpreendentes, ao “*transformar os dados históricos em dados demográficos, usando para isso técnicas especiais de tratamento*” (Henry 1972: 33). Aos especialistas, cabe propor inovações teóricas ou metodológicas na abordagem do tema; aqui, nos limitaremos apenas a explorar algumas fontes demográficas, conhecidas mas pouco trabalhadas, que nos permitam acompanhar as tendências gerais da população amazônica no período estudado, com o objetivo de correlacioná-las, quando possível, com a evolução do quadro sociolinguístico.

O quadro está configurado, mas seu contorno é ainda impreciso. Algumas evidências, baseadas nas impressões dos viajantes, mas sem qualquer apoio estatístico, sinalizam que a Língua Geral Amazônica teve o número de seus falantes diminuído e sua área de influência reduzida, ao longo do século XIX, quando perdeu sua supremacia na região. Esse processo, porém, nunca foi submetido a uma cronologia, também não foi quantificado, embora tal possibilidade exista. Na ausência de recenseamentos oficiais, é possível encontrar dados numéricos sobre a população em documentos produzidos pela Igreja – os censos eclesiásticos; pela Polícia – as listas nominais dos distritos; pela Coletoria de Rendas – as relações feitas pelos coletores da décima urbana e das rendas provinciais; pela Diretoria de Índios – os mapas de índios aldeados; e pela administração provincial – os arrolamentos populacionais publicados nos relatórios e mensagens dos presidentes de província, encaminhados anualmente à Assembléia Legislativa.¹⁸ Essas fontes podem ser complementadas e cruzadas com outros documentos não estatísticos, como os relatos dos naturalistas e viajantes, os estudos de corografia da região, os jornais e periódicos de circulação local e, até mesmo, as narrativas de literatura regional. No que se refere às três últimas décadas, dispomos dos censos nacionais, organizados por um órgão especializado, criado em 1870 - a Diretoria Geral de Estatística. Embora também deficientes e

¹⁸ As províncias/estados enviavam diretamente ao Arquivo Nacional as falas, mensagens, relatórios e outros atos, cujo conhecimento julgassem conveniente. Anualmente, na abertura dos trabalhos das Assembléias Legislativas Provinciais/Estaduais, o presidente da Província (e depois o governador do Estado) fazia um balanço geral da situação da unidade política que ele governava, com relatórios anexos, abordando questões de saúde, educação, segurança, obras públicas, orçamento, culto divino, administração de justiça, estatística e outros. Na maioria das províncias, onde a presença indígena era marcante, esses relatórios abriam um capítulo específico sobre a catequese e civilização de índios. Atualmente, essa documentação pode ser acessada, via internet, através do *site* da Universidade de Chicago.

incompletos, os censos nacionais constituem a fonte mais útil e confiável de dados demográficos, e permitem, mesmo não tendo contemplado a variável língua, algumas importantes inferências sobre a situação de seus falantes.

Trata-se, portanto, de explorar esses instrumentos para acompanhar as mudanças populacionais, o que é um desafio para a demografia histórica. Aqui trabalharemos apenas alguns desses documentos. O nosso ponto de partida é o censo do Estado do Grão-Pará, reproduzido por Spix e Martius, que mapeou 106 núcleos populacionais de suas duas províncias: a do Pará e a do Rio Negro. O censo eclesiástico do Pará foi elaborado, em 1820, por um religioso da época, com base nas listas nominais de habitantes das paróquias e nos assentamentos paroquiais, que funcionavam como uma espécie de 'registro civil'; os seus resultados se limitam a indicar o total de moradores de cada vila e povoação. Mas o mapa da província do Rio Negro, organizado pelo ouvidor em 1814, apresenta, além disso, o número de fogos de cada um dos lugares e discrimina a população, de acordo com sua procedência étnica e sua condição social, usando as categorias de *escravos*, *índios*, e *livres sem índios*, incluindo, nesta última, brancos, mamelucos e mestiços. Essa informação é de grande importância, porque permite estabelecer relações de setores da população com as línguas que falavam. No entanto, é preciso ter presente as limitações deste tipo de censo, observadas com propriedade por Spix e Martius, quando passaram por Porto de Moz, no Xingu, cuja população, estimada por eles em mais de 1.000 almas, contrastava com os 210 indivíduos que figuravam na lista paroquial:

“Esses dados, assim como todas as listas de população, são aqui, no país, tirados dos livros paroquiais. Incluem, portanto, apenas aqueles que não só freqüentam a igreja, mas também participam dos sacramentos, e, portanto apenas uma parte mínima de índios que, em geral, só se deixam batizar pelos padres, porque daí auferem as vantagens do compadrio” (Spix & Martius 1981: 86).

Na realidade, o resultado do censo eclesiástico era, apenas, a soma da população religiosamente ativa de um determinado universo e não a soma de toda a população deste

mesmo universo. No entanto, mesmo excluindo de suas listas os moradores afastados dos sacramentos, este censo, se usado com um certo cuidado, pode ser de grande utilidade, porque embora não nos proporcione “*absoluta certeza dos números*”, nos dão, no entanto, “*uma justa idéia da proporção da população de cada lugar*” (Spix & Martius 1981: 39).

A evolução demográfica do Pará, nas duas décadas seguintes, poderá ser avaliada, usando os dados de outro arrolamento, o de 1840, igualmente incompleto, cuja fragilidade ficou patente, quando o número de habitantes arrolados foi confrontado com o número de casas e com o pagamento da décima urbana. Por isso, o próprio presidente da Província, Bernardo de Souza Franco, apresenta dois resultados: um, “*segundo os arrolamentos*” e o outro, “*segundos cálculos aproximados*”, considerando esses últimos mais confiáveis (RP - Franco 1841:51).

Quanto à Comarca do Alto Amazonas, os dados parciais do arrolamento de 1840, foram organizados por seu comandante militar, Lourenço Amazonas, baseado em listas de moradores das povoações, divididos em categorias de *brancos*, *índios* e *mamelucos*, o que oferece pistas para o uso das línguas. No entanto, é recomendável usá-lo com precaução, já que os seus resultados podem ter sido adulterados pelos procedimentos de confecção das listas, que desconsideraram as formas de vida da população amazônica e as especificidades da economia regional. É que os moradores tinham, de fato, dois domicílios. Na maior parte do ano, eles permaneciam ocupados com a extração de produtos naturais da floresta, residindo em sítios ou em fazendas, às margens de inúmeros rios, lagos e igarapés, longe das povoações, às quais retornavam somente por ocasião das festas religiosas. Desta forma, no domicílio mais acessível, a totalidade da população podia ser encontrada apenas duas vezes ao ano - na festa de São João e no Natal – quando as famílias atulhavam “*as mais arruinadas casas, telheiros e tijupás*”, chegando algumas delas até mesmo a “*morarem nas canoas todo o tempo de sua estada*”. Ficavam aí pouco tempo, com receio de serem recrutados para o trabalho compulsório de prestação de serviços a particulares ou para as obras públicas. No outro domicílio, formado por um labirinto de água e floresta, os responsáveis pelos arrolamentos censitários não chegavam, deixando assim, de fora dos mapas, um número expressivo de habitantes. Por isso, esse censo de 1840 foi confrontado,

pelo presidente da Província do Pará, João Antônio de Miranda, com as listas da Guarda Nacional, para verificar, em alguns casos, a dimensão dessa lacuna (Amazonas 1852: 23-24).

Na tentativa de acompanhar a trajetória dos falantes da Língua Geral, os dados desses dois censos (1820 e 1840), imperfeitos e irregulares, serão explorados aqui juntamente com documentos da década de 1860, quando a polícia era “*a única repartição aproveitável para a estatística*”. Nesse período, o chefe de polícia conseguiu a participação dos agentes policiais de cada distrito nas operações censitárias. Eles visitavam casa por casa, anotavam e lançavam os nomes de cada um de seus moradores no caderno de censo, com algumas informações complementares, remetendo em seguida as listas nominais para a “*repartição central, onde era feito o cálculo do censo sobre essa base positiva*”. Lá, todos os nomes das listas eram somados, obtendo-se assim o total da população do distrito. Finalmente, através das adições parciais de cada distrito, chegava-se ao total dos habitantes da Província. Numa época em que não se sabia com segurança qual era a população do Brasil ou da capital do Império, estimada sobre cálculos de probabilidade, essa singela operação aritmética foi considerada como de “*mais alta fidelidade*” pelo deputado alagoano A. C. Tavares Bastos (1839-1875), estudioso dos problemas amazônicos, para quem a Província do Amazonas, a menos povoada do Império, era, no entanto, “*talvez a única de cuja população haja registros dignos de fé*”. Depois de viajar pela calha central do rio Amazonas, em 1865, ele admitiu que as listas podiam ser incompletas, mas apresentavam uma vantagem: “*fica-se conhecendo, graças a essas listas nominais, o minimum dos habitantes de uma província inteira. Já isto é alguma coisa*” (Bastos 1975:128-129). Outra era a opinião do presidente da província, Francisco José Furtado, que chamou a atenção para a “*inexatidão de tais somas (...) muitas vezes aumentadas por ambições e interesses individuais*” (RP - Furtado 1858: 15).

Por último, restam as últimas três décadas do século, que testemunharam a drástica e acelerada redução de falantes da Língua Geral. Esse período será abordado, a partir dos resultados dos dois censos nacionais (1872 e 1890), organizados pela Diretoria Geral de Estatística, que recenseou os habitantes do país, segundo o sexo, cor, estado civil, religião,

nacionalidade, instrução, idade e profissão, bem como o número de casas habitadas e fogos de cada paróquia. Organizados com critérios mais rigorosos do que os levantamentos locais e regionais, esses censos nacionais, no entanto, foram efetuados, na Amazônia, em plena *“época das vazantes dos rios, quando se tornam difíceis as comunicações para o interior”*, e grande parte da população, localizada em lagos e em seringais, fica privada do único meio de transporte – o fluvial – *“impossibilitando, dessa forma, que os recenseadores fizessem um serviço completo. Houve, necessariamente, vultosas omissões”* (Bittencourt 1925: 154).

O próprio poder político ressentia-se de dados mais precisos, capazes de informar suas decisões, conforme as queixas dos sucessivos presidentes provinciais, tanto do Pará quanto do Amazonas, nos relatórios anuais enviados à Assembléia Legislativa Provincial. Um deles, o presidente da Província do Amazonas, José Paranaguá, em março de 1883, demonstrou seu descontentamento, da mesma forma que seus antecessores, em relação a todos esses censos, incluindo o nacional, de 1872, fazendo, contudo, uma generalização imprecisa:

“As informações que possuímos são muito imperfeitas, a tal ponto que se pode afirmar que todos os cálculos sobre a população total do Amazonas se apoiam em vagas induções e não passam de pura fantasia” (RP - Paranaguá 1883: 14).

Na realidade, a *‘imperfeição’* foi, como vimos, uma marca de todas as operações censitárias e sua explicitação aqui tem a finalidade de indicar até onde seus resultados podem ser usados. No entanto, classificá-las de *‘pura fantasia’*, é renunciar a qualquer possibilidade de abordagem da questão demográfica. Portanto, a partir dessas *“vagas induções”* é que se tentará desenhar aqui o mapa da Língua Geral na Amazônia, no século XIX, com a consciência dos riscos de representar a dinâmica da população através da comparação de resultados obtidos por procedimentos tão heterogêneos e precários.

4.3 - O mapa da Língua Geral

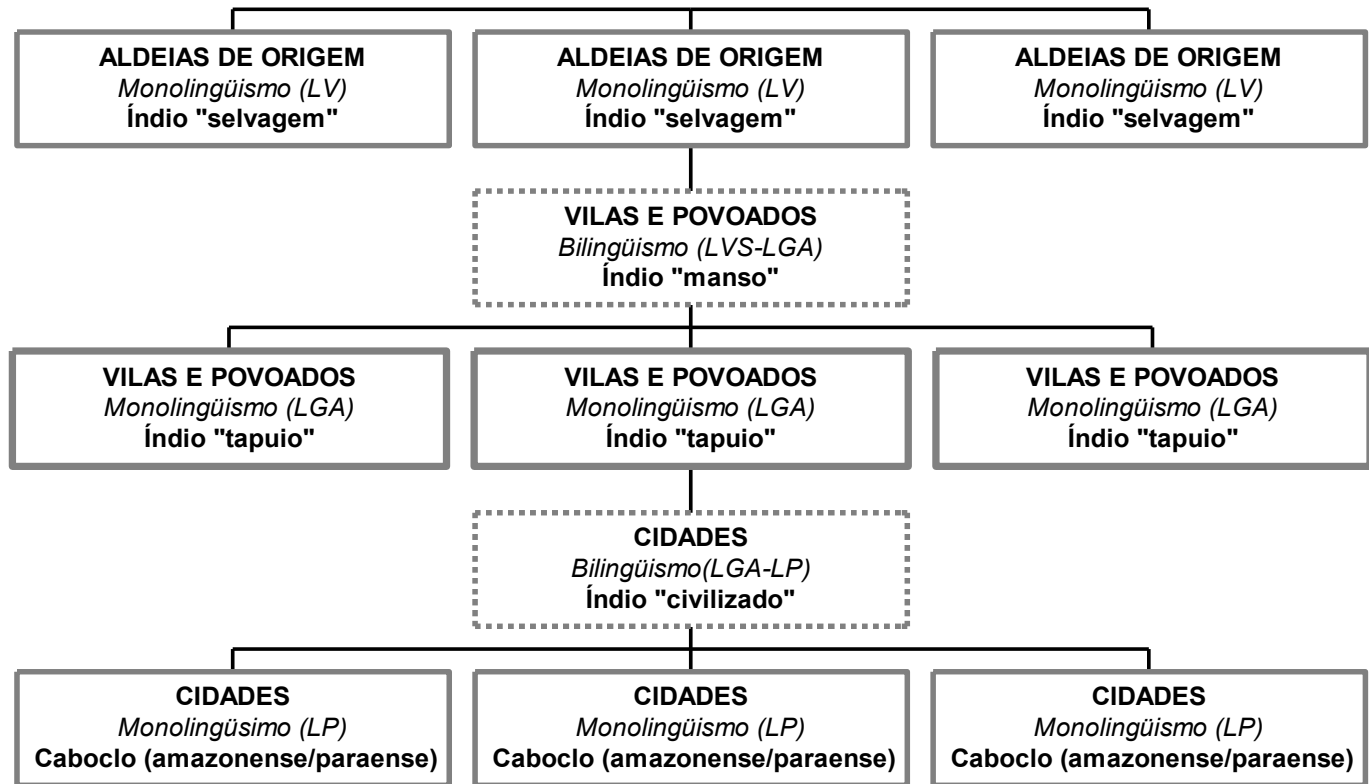
“A Língua Geral [...] é a universal intérprete em toda a Província do Pará. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas Povoações. Nas Cidades, fala-se da porta da sala para dentro; e nas Vilas e demais Povoações, excetuada Pauxis no Baixo-Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os Mamelucos em falá-la, pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a Geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela”.

Lourenço Amazonas (1852:104).

As cidades, vilas e povoações da Amazônia nasceram, em geral, de antigas aldeias das missões e de fortalezas do período colonial, mas também de ‘currais de índios’ - uma espécie de arraial para abrigo temporário das tropas de descimento e de resgate. Na segunda metade do século XVIII, seus habitantes, basicamente índios, tiveram de ajustar-se às novas diretrizes pombalinas para que, nas aldeias transformadas em vilas, as casas fossem construídas com *“uniformidade e retilineidade”* (Delson 1997: 53). Quando Lourenço Amazonas esboçou o quadro lingüístico da região, em 1852, a *uniformidade* desses aglomerados urbanos era conferida, de fato, não pelo arruamento, mas pela Língua Geral, que ainda predominava em muitos lugares, convivendo em situação de crescente bilingüismo com a língua portuguesa, que avançava nas cidades, e penetrava em algumas vilas e até mesmo nas povoações.

Se interrogarmos os documentos históricos do século XIX, é possível desenhar um mapa, mesmo precário, com a distribuição geográfica dos falantes de Língua Geral por toda a Amazônia, mostrando como o processo de expansão que vinha ocorrendo desde o período colonial foi desacelerando, e como suas fronteiras, extremamente móveis, foram se retraindo progressivamente, década após década, até o início do século XX, quando ficaram confinadas à região do rio Negro, aonde originalmente nem sequer havia sido falada qualquer língua da família tupi. Esta transformação, razoavelmente documentada, não se deu, portanto, abruptamente, mas prolongou-se por muitas gerações de moradores, que foram abandonando gradualmente o uso de suas línguas indígenas, incluindo a LGA, em favor do português e, com essa troca, foram mudando também as próprias referências identitárias. Com apoio de evidências históricas, podemos imaginar vários cenários desse deslocamento lingüístico, cuja evolução pode ter ocorrido, *grosso modo*, da seguinte forma:

DESLOCAMENTO LINGÜÍSTICO NA AMAZÔNIA



Legenda:

LV: Língua Vernácula;
LVS: Línguas Vernáculas;
LGA: Língua Geral Amazônica;
LP: Língua Portuguesa

- 1) Os *índios tribais*, em suas aldeias de origem, eram monolíngües e usavam a língua vernácula (LV) em todas as práticas sociais da comunidade, sendo identificados pela população local, da qual se encontravam completamente isolados, como '*selvagens*' ou '*brabos*';
- 2) Muitos desses monolíngües - em geral adultos, do sexo masculino - saíam compulsoriamente de suas aldeias, requisitados como força de trabalho pela sociedade regional, e aí encontravam indivíduos de diversas procedências lingüísticas, todos eles interagindo em outra língua - a Geral - o que implicava práticas bilíngües (LV x LGA), com níveis diferentes de competência. Adquiriam nova referência identitária, sendo conhecidos como '*índios mansos*'.
- 3) Os índios '*mansos*', bilíngües, quando fixavam residência fora da aldeia de origem, em vilarejos e povoados, abandonavam - por falta de interlocução - as suas práticas sociais em LV, e deixavam de legar aos seus descendentes essa língua, criando as bases para o monolinguismo, desta vez em LGA, que passava a ser, então, a língua materna de seus filhos, convertidos agora em '*índios tapuios*'.
- 4) Mantidas essas condições, a nova geração de falantes consolidava a sociedade tapuia, reproduzindo a LGA e o monolíngüismo. No entanto, no caso de migrar para as cidades, sobretudo após a Independência, os *tapuios* interagiam necessariamente em português para certas práticas sociais, e em LGA para outras, integrando-se, assim, a uma comunidade bilíngüe (LGA-LP). Por usarem o português, considerado 'língua de civilização', tornavam-se '*índios civilizados*'.
- 5) Essa comunidade bilíngüe, formada por falantes LGA-LP, abrigava também um número crescente de imigrantes, monolíngües em português, identificados com a língua nacional, considerada como língua de prestígio. Nesse confronto, a LGA ia deixando de funcionar nos espaços onde atuava, sendo substituída, então, pelo português, criando as condições para o monolíngüismo (LP). Esse falante do português regional, monolíngüe, é o amazonense ou paraense: o '*caboclo*'.

A nomenclatura aqui usada corresponde a uma tipologia proveniente de categorias nativas, usadas pelas próprias populações locais, e incorporadas na documentação e nos relatos sobre a região, que ainda circulam nos discursos regionais, ainda que com seus significados atualizados. É importante assinalar que, embora essa classificação acione elementos com forte conotação étnica, o principal critério distintivo está relacionado aos usos das línguas em situação de contato.

O ritmo e a natureza de cada fase desse processo, que transforma o índio ‘*selvagem*’ em ‘*paraense*’ ou ‘*amazonense*’ depende do tipo de contato, do lugar em que ele ocorre e das práticas sociais, incluindo aí casamentos mistos, mestiçagem, escolaridade, atividades religiosas, fluxo de imigrantes europeus e nordestinos, sistema de comércio e de transporte, enfim o próprio processo de urbanização. Essas mudanças, que envolveram várias gerações, alternando monolingüismo e bilingüismo, apresentam um fluxo que pode ser esquematizado da seguinte forma:

SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIA IDENTITÁRIA
1. Monolingüismo (LV)	Índio tribal, ‘selvagem’, ‘brabo’
2. Bilingüismo (LV-LGA)	Índio ‘manso’
3. Monolingüismo (LGA)	Índio ‘tapuio’
4. Bilingüismo (LGA-LP)	Índio ‘civilizado’
5. Monolingüismo (LP).	‘Caboclo’: paraense, amazonense

Numa ponta, as línguas indígenas minoritárias; na outra, o português; no meio do processo, a Língua Geral. O quadro acima confere visibilidade ao papel desempenhado pela LGA, evidenciando que ela, a médio e longo prazo, depois de ocupar vários espaços, tornou-se uma ponte para a portuguêsização da Amazônia, modificando as referências identitárias de sua população. A Língua Geral ‘amansava’ o índio ‘selvagem’ e ‘brabo’; a Língua Portuguesa ‘civilizava’ o índio ‘manso’, o que ocorreu com tal intensidade, que foi mudando a proporção de cada segmento no conjunto da população. Esse fato determinou também mudanças, ao longo do tempo, nos significados dos termos que designavam cada categoria. No final do século XIX, quando este processo se achava consolidado, todas essas referências identitárias ficaram condensadas, de acordo com o *Glossário Paraense*, nos

termos ‘tapuio’ ou ‘caboclo’. O primeiro é definido como “*índio manso, já meio civilizado, que vive entre a população sertaneja. § Caboclo ignorante e rude. Etim. Tapyia, bárbaro, selvagem*”. A definição do segundo evidencia como a questão da língua é central para marcar a identidade: “*Caboclo, s.m. – tapuio ou seu mestiço que já não se exprime no, completamente esquecido, nheengatu materno*” (Miranda 1968:12, 86).

Esse modelo vale para explicar a evolução do quadro sociolingüístico referente aos naturais da Amazônia, índios e mestiços. Outra era a situação dos imigrantes, provenientes de Portugal ou de várias regiões do Brasil, que faziam um caminho inverso, iniciando pela outra ponta. Quando chegavam na Amazônia, eram monolíngües (LP) e, através do casamento ou de atividades econômicas e comerciais, muitas vezes fora da cidade, adquiriam, por imersão, uma segunda língua – a Geral – tornando-se bilingües (LP x LGA). Em geral, paravam aí, mas às vezes alguns deles, que ficavam residindo no interior, logravam avançar até a terceira etapa. Não era comum no século XIX, mas foram registrados alguns casos em que filhos de portugueses com índias, vivendo em pequenos vilarejos, acabaram monolíngües em LGA, conforme testemunho de um naturalista inglês em 1850: “*Encontrei também diversos colonos portugueses, cujos filhos não sabiam expressar-se senão em língua geral*” (Wallace 1979: 293).

Temos notícias da atitude dos falantes dessas línguas, porque viajantes e naturalistas que percorreram a região, pararam e permaneceram por algum tempo em alguns desses núcleos populacionais, anotaram o que viram e ouviram e, quase sempre, proporcionaram informações sobre o quadro lingüístico local. A qualidade de tais informações depende do interesse de cada viajante pelo tema, do acesso que tiveram aos dados e da própria concepção que compartilhavam sobre a importância social da língua.

Todas as línguas faladas na Amazônia, é verdade, atravessaram diversos espaços, mas cada uma delas tinha um lugar preferencial, aonde predominavam, revigoradas e fortalecidas, enquanto em outros, feneciam e se desintegravam. As línguas vernáculas se conservavam hegemônicas ao interior das aldeias indígenas; o português crescia nas cidades e no contato com o resto do país; a LGA articulava esses dois universos nas vilas e povoados.

Uma vez que a demarcação do espaço habitado é essencial para definir, em seu interior, os usos e os destinos das línguas, pode ser útil aos objetivos deste capítulo agrupar

os núcleos populacionais, com critérios demográficos e políticos, em três conjuntos, destacando as particularidades lingüísticas de cada um deles: no primeiro, estão as cidades; no segundo, as vilas e povoações e, finalmente, no terceiro, as aldeias indígenas. O nosso ponto de partida será o momento da adesão à Independência do Brasil, quando o Grão Pará possuía duas cidades de relativa importância.

4.4 – No meio urbano, o bilingüismo

“A língua [Geral] viva atual é falada hoje em alguns lugares da Província do Pará, entre eles Santarém e Portel, no Rio Capim, entre os descendentes de índios ou entre as populações mestiças ou pretas que pertenceram aos grandes estabelecimentos das ordens religiosas. De Manaus para cima ela é a língua preponderante no Rio Negro, e muito mais vulgar do que o português” (Couto de Magalhães, 1876:30).

Um novo campo de estudo, relacionado à história do urbanismo e do planejamento espacial, vem discutindo como os portugueses construíram vilas e aldeias no Brasil-colônia e a importância que tiveram esses “*núcleos civilizatórios*” na história do país (Delson 1997). A reflexão nesse campo pode contribuir, seguramente, para elucidar a relação entre o crescimento das cidades e a expansão da língua portuguesa, cujo destino comum, na Amazônia, parece ter sido inquestionável.

O conceito de *cidade*, tal como vem sendo discutido pela geografia urbana, implica determinadas formas de organizar e hierarquizar um espaço restrito, onde há grande concentração demográfica, exercício de funções centralizadoras de suprimento de bens e serviços e estilo de vida específico. O *fato urbano*, porém, traz sempre marcas temporais e espaciais, cabendo perguntar: o que era, na Amazônia do século XIX, uma *cidade*? Como se diferenciava de uma vila ou de um povoado? Deixando de lado preocupações de ordem teórica, empregaremos aqui o termo *cidade* com um objetivo preciso e operacional, apenas para designar os núcleos populacionais que funcionavam como sedes de governo e que, por essa razão, centralizavam a vida administrativa e política da região. Os seus habitantes residiam aí, aonde permaneciam a maior parte do ano, diferentemente do que ocorria nas vilas e povoações. Enquadravam-se, nesse critério, Belém, capital da província do Pará, ex-sede do Governo do Estado do Grão-Pará, no período colonial; e Manaus, sede da Capitania

do Rio Negro e da Comarca do Alto Amazonas, transformada depois em capital da província do Amazonas. Ambas as cidades, nascidas de fortalezas construídas pelos portugueses no período colonial, concentravam, no início do século XIX, um pouco menos de um terço de toda a população recenseada.

Nessa época, era possível encontrar, residindo no espaço urbano da Amazônia, pelo menos dois tipos de monolíngües: os falantes de português – com incidência maior em Belém, que era assim considerada uma cidade mais *‘civilizada’*, e os falantes de Língua Geral – com incidência maior em Manaus, uma cidade mais *‘tapuia’*. No entanto, às vésperas da Independência do Brasil, em ambas as cidades, os dados apontam para um predomínio do bilingüismo: os moradores portugueses, mestiços e índios, em sua maioria, eram competentes, em maior ou menor grau, nas duas línguas. É interessante verificar como esse processo ocorreu em cada uma dessas cidades.

4.4.1 - Belém: uma cidade cabocla

“Os índios são mais numerosos na província do Pará do que em qualquer outra. Vêem-se muitos deles na cidade, coisa muito rara no sul. Substituem os negros escravos [...]. O Conde de Vilaflor chegou, mesmo, a organizar um batalhão de infantaria indígena que manobrava com bastante precisão”. Alcide D’Orbigny, em 1832 (1976:78).

Num espaço de cinquenta anos – de 1820 a 1870 – Belém, a capital da Amazônia e seu principal porto de entrada, tornou-se o centro para onde convergiam imigrantes de origem portuguesa ou de outras regiões brasileiras, da mesma forma que acolhia os *tapuias* provenientes do interior, sobretudo do baixo Amazonas. Era lá, na cidade, que eles se encontravam e interagiam. Lá, falantes de português se iniciavam na LGA, sem, no entanto, substituir o uso de sua língua materna. Lá, falantes de LGA tornavam-se bilingües ao adquirirem o português que, de uma geração a outra, passava a ser língua principal de todos eles. Belém funcionava, então, como uma *‘fábrica’* que transformava índios *‘mansos’* e *‘tapuios’* em *‘civilizados’* e *‘caboclos’*.

As características urbanas de Belém, na primeira metade do século XIX, foram observadas por diversos viajantes estrangeiros, que haviam estado em outros centros

urbanos do país, com os quais puderam compará-la. A capital paraense tinha uma aparência similar à de outras cidades brasileiras, com algumas peculiaridades. Contava, de acordo com o censo eclesiástico de 1820, com 24.500 habitantes, que moravam, os mais ricos “*em casas de pedra, sólidas e elegantes, de paredes caiadas e tetos vermelhos*”, enquanto os pobres viviam nas ruas mais afastadas, que estavam “*repletas de casinhas insignificantes e feias*”. A via principal – a rua dos Mercadores – era larga e concentrava “*quase todas as boas lojas da cidade*”, mas as demais ruas eram estreitas. A cidade, dividida em duas paróquias, abrigava, além do Palácio do Bispo, onze igrejas, duas capelas, cinco mosteiros e uma catedral, cuja “*aparência externa lembra a Candelária, do Rio de Janeiro*”. O Palácio do Governo, projetado no século XVIII pelo arquiteto italiano Antônio Landi, impressionou o pastor metodista norte-americano Daniel Kidder, que o considerou “*uma das melhores construções do gênero em todo o Império*”. Belém possuía ainda um tribunal denominado Junta da Fazenda Real, casa de misericórdia, hospital, jardim botânico, tipografia, seminário, escola com professores régios de Latim, Retórica e Filosofia, um prédio da alfândega com um cais privativo, e diversos armazéns espalhados pela cidade; arsenal e estaleiro, onde eram construídos navios, e um porto, de onde se exportava cacau, café, arroz, algodão, salsaparrilha, cravo, couros crus, copaíba, urucu, castanha do pará, madeira e, depois, de forma cada vez mais crescente, borracha.¹⁹

O censo eclesiástico de 1820 não indica para Belém aquilo que discrimina para Manaus, isto é, dos 24.500 habitantes não é possível inferir exatamente quantos eram brancos, índios, negros e mamelucos. O naturalista francês D’Orbigny, que visitou Belém em 1832, ficou surpreso com os índios que viu circulando pela cidade, realizando tarefas que em outras capitais eram tradicionalmente exercidas pelos negros. “*Os índios são livres, e, como lá se diz, não são civilizados, mas apenas amansados: índios mansos*”. (D’Orbigny 1976:78). Desta forma, ele deu indicações sobre a situação lingüística deles, indicando que eram bilingües (LGA-LV). Poucos anos depois, o pastor Kidder, ao descrever uma espécie

¹⁹ A descrição de Belém foi feita a partir dos relatos de vários autores da época, entre os quais: o presbítero secular Manuel Aires de Casal (1754?-1821?), que escreveu a sua Corografia Brasília em 1817 (Casal, 1976: 317,318); o pastor metodista norte-americano Daniel P. Kidder (1815-1891), que esteve no Pará no final da década de 1830, para onde foi, por encargo da Sociedade Bíblica Americana, com objetivo de difundir a bíblia (Kidder 1980: 183-187); e o naturalista francês Alcides D’Orbigny (1802-1857) que, em missão científica, percorreu vários países da América do Sul e todo o território brasileiro, passando por Belém em 1832 (D’Orbigny 1976: 67-78). Além dos naturalistas alemães Spix & Martius e dos ingleses Wallace e Bates, já citados anteriormente.

de bairro indígena, denominado de Ponta das Pedras, observou que era lá, no desembarcadouro principal da cidade, que trabalhava a “*turba indígena*”, no meio de “*grande número de canoas atracadas*”. Nele se falava “*os mais variados dialetos amazônicos*”. Como a LGA já é um dado consolidado, a referência à diversidade de línguas indica que se tratava também de ‘*índios mansos*’, isto é, bilingües em língua vernácula e Língua Geral (Kidder 1980: 187). Esses índios faziam parte da população flutuante de Belém, cuja situação lingüística já havia sido relacionada com a referência identitária. Sobre eles, observaram Spix & Martius (1981: 26): “*como discrimina a língua, não são civilizados, porém apenas índios mansos*”.

Belém, na visão da elite branca, era uma espécie de ‘oásis civilizatório’, um lugar onde os índios ‘*mansos*’ e ‘*tapuios*’ aprendiam o português - sobretudo por imersão, mas também através da escola - e desta forma adquiriam uma nova referência identitária: a de ‘*índios civilizados*’. Todo o trabalho manual ou pesado, numa cidade onde rareavam os escravos negros, era realizado por esses índios, que às vésperas da Independência, exerciam atividades como empregados no serviço doméstico, pescadores, carregadores, marinheiros nas embarcações costeiras, remadores das canoas que faziam navegação regular, e ainda no estaleiro, no arsenal, nas obras públicas e no batalhão de infantaria. Spix e Martius informam como se dava o recrutamento: “*Diversas vezes por ano, bandos inteiros de índios jovens, eram tirados dos aldeamentos do interior e da Ilha do Marajó, e remetidos para a cidade, onde recebem a diária de três vinténs, além de casa e comida*” (Spix & Martius 1981: 28,40,41). Na avaliação dos dois naturalistas, o tempo de contato era determinante para definir a situação lingüística dos índios arrancados de suas aldeias para os núcleos urbanos:

“Os índios aldeados, em proporção com o tempo em que moram na povoação, abandonaram os seus hábitos e línguas, e falam o tupi, ou, se mais longa é a sua convivência com os colonos, falam o português” (Spix & Martius: 1981: 97).

Alguns casos ilustrativos desse processo foram registrados por Spix e Martius, ainda em Belém, onde, além do tempo de contato, os casamentos mistos tiveram um papel

importante na mudança de hábitos lingüísticos. Eles conheceram mamelucos, monolíngües em português, cujos pais ou avós eram bilingües (LGA-LP). No rio Moju, também, os dois naturalistas identificaram remanescentes dos tupinambá, nheengaíba, mamaimases e toquiguará, que “*perderam seus traços distintivos, consistindo sobretudo nos seus diversos dialetos*”. Não proporcionaram, no entanto, informações sobre como se processou essa perda, concluindo apenas que “*eles falam todos o português*”, sem dar indícios sobre se o faziam na condição de bilingües ou de monolíngües. De qualquer forma, destribalizados e sem identidade étnica, passaram a ser, genericamente, *índios*. Por falarem português, eram considerados *civilizados*, daí serem identificados pela categoria de ‘*índio civilizado*’.

Provavelmente, o desembarcadouro da Ponta das Pedras, visitado pelo pastor Daniel Kidder, no final da década de 1830, foi o cemitério de algumas línguas indígenas, isto porque depois dessas observações, são raros os registros sobre o uso de línguas vernáculas na cidade. Na sua estadia em Belém, em 1848, Wallace encontrou alguns aborígenes, nas ruas, com grandes orifícios nas orelhas, portanto, com visíveis marcas étnicas, o que constituía indícios de serem “*índios recém-chegados do interior*”. O fato de serem “*frequentemente vistos pela cidade*”, e, ao mesmo tempo, “*parecerem muito mansos e educados*” sugere que não era um fato excepcional. Nessa época, ainda era corrente o uso da Língua Geral, cuja gramática – em várias versões - podia ser encontrada facilmente nas três ou quatro livrarias de Belém. De qualquer forma, prosseguia, de forma lenta, mas persistente, o processo de deslocamento lingüístico, isto é, em algumas gerações, moradores abandonavam a LGA, em favor do português, da mesma forma que nos jardins de seus quintais “*preferiam cultivar as folhagens e flores européias, ao invés das esplêndidas e ornamentais plantas da região*” (Wallace 1979: 20). Segundo Bates, Belém, na metade do século XIX, já era uma cidade cabocla, com uma população formada por “*gente cuja pele tinha todas as tonalidades, européia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças*” (Bates 1979:12, 39).

A população da cidade continuou crescendo. No espaço de vinte anos, ela duplicou, passando de 24.500 habitantes, em 1820, para 52.200 em 1840, segundo cálculos do presidente da Província, Bernardo de Souza Franco, que considerava incompleto o resultado de 38.247 do arrolamento oficial (RP - Franco 1841: 51). Embora não seja possível quantificar, sabemos com segurança que, nesse período, aumentou

extraordinariamente o número de falantes de português e diminuiu os de LGA, num processo em que o crescimento populacional não foi apenas vegetativo. De um lado, muitos falantes de LGA foram exterminados durante a revolta popular da Cabanagem (1835-1840), enquanto os sobreviventes se retiraram para vilas e povoados; de outro, o governo provincial, através de uma caixa especial do Tesouro Público, passou a promover a introdução de colonos, facilitando a imigração de estrangeiros - entre os quais portugueses - e de nordestinos, o que foi facilitado nas décadas seguintes pela navegação a vapor e pela crescente demanda internacional da borracha (Cruz 1958: 25). Em 1868, quase 12% da população de Belém tinha a nacionalidade portuguesa (Souza: 1873: 70).

O naturalista inglês Henry Bates, que passou por Belém duas vezes, em 1851 e 1859, observou as diferenças sofridas pela cidade, num intervalo de sete anos e meio, entre as quais o surgimento de várias livrarias e a existência de uma boa biblioteca, várias impressoras, quatro jornais diários e um aumento sensível da escolaridade. Notou também o êxodo dos *“tapuios civilizados”*, que não encontrando mais espaço na cidade, migraram para o interior, deixando-a esvaziada de falantes de Língua Geral:

“Quando chegamos ao Pará, moravam ali muitas famílias indígenas, pois nessa época o modo de vida do lugar se assemelhava muito mais ao de uma grande aldeia do que ao de uma cidade. Mas logo que surgiu o tráfego de vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar” (Bates 1979: 39).

Da mesma forma, depois de demorada estadia em Belém, seu colega Wallace concluiu que os índios *tapuios* transfiguravam-se em índios *‘civilizados’* e *‘caboclos’*, a tal ponto que as três denominações começaram a ser usadas como sinônimos, para dar conta dos índios citadinos, que *“já há muito civilizados, tendo esquecida a língua de seus antepassados, hoje falam português”* (Wallace 1979: 291).

Um indicador dessa mudança foi a extinção, por Decreto Imperial de 22 de abril de 1863, da cadeira *“Língua Indígena Geral”*, que durante doze anos vinha sendo ensinada no seminário de Belém, e que havia sido criada num contexto de relativa extensão do bilingüismo social. A solicitação para extingui-la foi do próprio bispo, Dom Macedo Costa,

que propôs sua substituição pelas “*matemáticas elementares*”, consideradas como “*de maior interesse e utilidade*”. (Lustosa 1939:105). Por outro lado, a disciplina Gramática Nacional, com exercícios ortográficos, leitura, recitação, composição de discursos e narrativas em português, tornara-se obrigatória nas escolas, que se expandiam: no Pará, em 1872, já havia 160 escolas, com 6.607 alunos (RP - Cunha Jr 1873: 21). Na cidade que começa a se inserir na divisão internacional do trabalho como centro exportador de borracha e importador de bens industrializados, não havia mais lugar para a Língua Geral, que perdera não apenas falantes, mas também funções.

Quando a população de Belém atingiu um total de 84.867 habitantes, no início da década de 1870, havia apenas pequenos bolsões de índios na periferia, usuários da Língua Geral em bilingüismo com português, muitos dos quais trabalhavam nos serviços domésticos (RP - Cunha Jr. 1873: 22). Mas esses índios desapareceram da documentação oficial. Segundo o Censo de 1872, que eliminou a categoria de *índios* e a de *mamelucos*, a população de Belém estava formada por *caboclos* (apenas 5.6%), *brancos* (35.2%), *pardos* (40.3%) e *pretos* (18.9%) (Diretoria Geral de Estatística, 1872, vol.II: 65). A proporção de brancos parece surpreendentemente alta, na avaliação de Paul Le Cointe, um francês proprietário de fazendas de cacau no Pará, que acredita aí estarem incluídos muitos mestiços. “*Il est évident que dans cette statistique figurent comme blancs beaucoup de sang-melés*. (Le Cointe 1922:t.I. 221) Já os índios, diluídos talvez no grupo de *caboclos*, não constam do censo, mas figuram em alguns relatórios médicos, um dos quais menciona que eles haviam contraído uma doença da pele, denominada puru-puru, conforme atesta o Barão de Marajó, ex-intendente municipal de Belém: “*Tenho nesta capital (Belém) observado muitos casos em casas de família, onde tem existido índias e índios domesticados com essa doença*” (Marajó 1895:36).

De qualquer forma, nessa época, Belém, com uma expressiva população de *sang-melés*, já era uma cidade cabocla, em contato direto com as principais capitais brasileiras, através do comércio de cabotagem, e com algumas cidades americanas e européias, entre as quais Lisboa, Havre, New York e Liverpool. Era a Belém monolíngüe, que agora só tendia

a falar português, e onde já se havia consolidado o processo observado em 1859 por Henry Bates:

“Achei também os hábitos do povo consideravelmente modificados. Muitas das antigas festas religiosas tinham perdido sua importância, sendo substituídas por diversões mais mundanas (...) parecendo que os paraenses procuravam agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés dos da mãe-pátria” (Bates 1979:296).

4.4.2 - Manaus, a cidade tapuia

“Havia ali muitos rapazinhos entre 10 e 15 anos de idade, os quais logo se tornaram meus habituais companheiros de excursão. Nenhum sabia falar uma única palavra de português, de modo que tive de fazer uso de meu limitado vocabulário de língua geral para comunicar-me com eles” Wallace, outubro de 1850, no rio Içana (1979: 138).

Manaus, igual que Belém, era uma cidade bilingüe, que durante cinquenta anos (1820-1870) também funcionou como uma ‘usina’ de transformação de falantes de Língua Geral em usuários do português. A diferença residia na ‘matéria prima’, pois Manaus contava com uma maior diversidade de índios *mansos* e *tapuios*, o que acabou repercutindo no ritmo de ‘produção’ de monolíngües em língua portuguesa, enquanto Belém parece ter sido mais eficiente nesse processo, num período de tempo mais curto.

Diferentemente de Belém, a população de Manaus e de seus arredores pode ser estudada, com dados quantitativos de outra natureza, que permitem estabelecer uma correlação de seus habitantes com as línguas que falavam, pois os resultados de quatro censos - 1820, 1840, 1865 e 1872 – discriminam a população em cinco segmentos, de acordo com sua procedência étnica: *branco*, *mameluco*, *índio*, *mestiço* e *negro*. Essas categorias foram definidas, para o censo de 1840, da seguinte forma: *branco* era o europeu, nascido no estrangeiro, ou o natural do país, de origem européia. *Mameluco* era “o apuro da raça indígena por sua união com os brancos”. *Índios* eram os “genuínos, nascidos no

grêmio da sociedade”, incluindo-se aqui apenas os destribalizados, “*reduzidos à vida civil*”, e excluindo-se os índios tribais, tanto os aldeados, que figuram em mapas à parte, como os “*errantes, esquivos e hostis*”, que não podiam ser recenseados. Na categoria *mestiço* estavam enquadrados os *pardos*, os *cafusos* e os *curibocas*; e na de *negro*, os *escravos*, de descendência africana. (Amazonas 1852:22).

Essas denominações eram “*apenas para classificá-los de um modo geral*”, porque de acordo com Bates, *esses tipos nunca são, entretanto, muito bem definidos, havendo entre uns e outros todos os matizes de cor possíveis*. (Bates 1979:22) Eis o quadro da população de Manaus, de acordo com os percentuais por categorias étnicas:

**POPULAÇÃO DE MANAUS
PERCENTUAIS POR CATEGORIAS ÉTNICAS**

Categorias Étnicas	1814	1840	1865	1872
Branco	6.5%	10.6%	40.6%*	21.5%
Mameluco	20.5%	29.4%	— (*)	—(**)
Índio	49.8%	48.0%	33.6%	—(**)
Caboclos	—	—	—	63.1%**
Mestiço (pardo)	5.5%	7.5%	23.1%*	11.0%
Negro	17.7%	4.5%	2.7%	4.4%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fontes: Spix e Martius (1981: t. III,40-41) e Baena (1839) para o ano de 1814; Lourenço Amazonas (1852:22-27, Anexo) e Nery (1979:103-107) para 1840; Bastos (1975: 131-132) e Mello (RP – 1866) para 1865; Bittencourt (1925: 151-154), Le Cointe (1922: t.I, 221), e Diretoria Geral de Estatística (1872, vol. 2: 64-65) para 1872.²⁰

(*) Em 1865, os *mamelucos* foram incluídos na categoria, sobretudo de *brancos*, mas também na de *mestiços*.

(**) No censo nacional de 1872, *mamelucos* e *índios* foram diluídos na categoria de *caboclos*.

²⁰A opção de apresentar o quadro da população de Manaus, ressaltando os percentuais e não o número de habitantes, se deve ao fato de que, em alguns casos, existem discrepâncias nas fontes quanto ao total da população, mas não quanto à proporção entre as categorias étnicas. Além disso, para os objetivos deste trabalho, os percentuais permitem acompanhar melhor a evolução demográfica da cidade.

Não será demasiado insistir que os critérios não foram os mesmos em cada um dos quatro censos; o de 1865, por exemplo, não opera com a categoria *mamelucos*, que acabaram diluídos nos totais de *brancos* e de *mestiços*; e o censo de 1872, de caráter nacional, ignora *mamelucos* e *índios*, juntando-os na categoria de *caboclos*. Este dado – aliado às outras precariedades já assinaladas - exige bastante cautela nas conclusões. De qualquer forma, acreditamos que o quadro é útil para contrastar algumas tendências, já identificadas por outras fontes não-estatísticas.

Parece conveniente recuperar algumas informações sobre a cidade, neste período, para contextualizar os dados aqui apresentados sobre sua população. Manaus – conhecida pelo nome de Lugar da Barra ou Fortaleza da Barra - não havia sido oficialmente elevada à categoria de *cidade*, quando por lá passaram os naturalistas alemães Spix e Martius. Nessa época, com aproximadamente 3.000 habitantes, o *lugar* era uma aldeia rural, cortada por igarapés, com algumas trilhas que permitiam o acesso às roças e plantações existentes em seus arredores. Possuía, então, uma praça e 16 ruas – por onde circulavam livremente bois, vacas e outros animais domesticados - cerca de duzentas casas, a maioria coberta de palha, uma cadeia, algumas lojas de secos e molhados, botequins com vinhos do Reino, casas de fazendas, de vendas de pólvora, balas e armas, (Reis 1999: 55-56). Cerca de 6.5% da população era considerada '*branca*', o que indica a porcentagem dos que seguramente falavam o português como língua materna; já a LGA era usada, como língua principal, por 70% dos moradores: os índios (49.8%) e os mamelucos (20.5%). Os *brancos*, numericamente minoritários, detinham o poder econômico e político, controlando os meios de produção e a comunicação com o mundo externo, enquanto os demais setores forneciam a força de trabalho.

Nesse contexto, a única possibilidade de comunicação interna, até mesmo para organizar a produção, era o bilingüismo, pelo menos de um dos segmentos. Embora sem dados quantitativos, podemos supor, através dos relatos dos viajantes, que os moradores *brancos* de Manaus eram majoritariamente bilíngües (LP-LGA), havendo incorporado, com a segunda língua, vários elementos das culturas indígenas locais. Na sua passagem pela cidade, Wallace chamou a atenção para esse aspecto: "*É bem provável que não exista aqui uma única pessoa dentre as nascidas no local, de sangue inteiramente europeu, tão considerável foi a miscigenação entre portugueses e índios*" (Wallace 1979: 110). Esses

casamentos mistos garantiram, também, uma relativa extensão do bilingüismo (LP-LGA) entre os mamelucos.

Negros e mestiços, que representavam 23% da população, se apropriaram rapidamente da Língua Geral e dos conhecimentos nela arquivados, tanto em Manaus, como em Belém. Quem guiou Bates em excursões nos arredores de Belém foi um jovem escravo negro, chamado Hilário, cujo nome ele anglicizou para Larry: “*Ensinou-me Larry os nomes indígenas de um certo número de árvores das florestas e enumerou as suas propriedades medicinais*” (Bates 1944: 118-119). Da mesma forma foi um negro, Isidoro, quem apresentou a taxonomia da floresta, em Língua Geral, para Wallace. Existem outras referências que mostram como um conhecimento mínimo da Língua Geral se achava relativamente disseminado entre negros e mestiços (Wallace 1979: 33).

Quanto aos índios, sabemos que havia entre eles um número maior de *tapuios* do que de *civilizados*. Muitos eram remanescentes dos Tarumã, Baré, Baniwa e Passé, que haviam sido aldeados ao redor da Fortaleza da Barra do Rio Negro. Outros eram Paiana, Warekena e Manaú transferidos de Barcelos, a antiga capital. Não tinham mais “*nacionalidades e língua própria*”, assumindo a condição de índio genérico ou ‘*tapuio*’ (Spix & Martius 1981: 139-155). Todos eles falavam a Língua Geral, talvez com a maior taxa de monolinguismo de todos os segmentos, o que obrigava os demais setores a também fazerem uso desta língua. Ficou conhecido o episódio de 1808, em que centenas de índios foram levados, ‘*acorrentados, como se fossem condenados*’, para o trabalho na fazenda do Tarumã, propriedade do governador José Joaquim Vitório da Costa, que exercia um maior controle sobre eles, porque “*celebrizou-se em falar a língua geral, da qual se apossou com tanta felicidade que corrigia os próprios indígenas*” (Amazonas 1852:151).

A LGA não era usada, no entanto, apenas para disciplinar o trabalho dos índios. As práticas religiosas, as narrativas, o lazer e o divertimento da cidade, bem como os saberes e as diferentes manifestações de arte de seus moradores estavam codificados nessa língua,. Foi em Manaus, onde Spix e Martius ouviram uma série de narrativas míticas em Língua Geral, contadas por um índio proveniente do Rio Branco, que lhes serviu de guia em uma excursão pelos arredores da cidade. Foi em Manaus, também, que os dois alemães assistiram a manifestações de cultura regional, em que elementos indígenas se alternavam com portugueses, conforme insinuam os autores na descrição de duas atividades: a dança

do peixe (*pira poracéya*) e o jogo dos paus (*ymyra jemossaraitaba*), este último proibido pela igreja. Num passeio até o lago do Manaquiri, presenciaram ainda uma dança dos índios Mura e, com ajuda de um tradutor, recolheram também a primeira cantiga em Língua Geral: “*Xe kyryetá porangaté oerá taguá maiabé (os meus irmãos são mais bonitos do que um pássaro amarelo)*” (Spix & Martius 1981: 139-150).

Por volta de 1840, apesar da catástrofe demográfica da Cabanagem, Manaus quase triplicou sua população que, em vinte cinco anos, cresceu para cerca de 8.500 habitantes. Tinha, agora, 900 fogos, duas igrejas, um hospital militar, um quartel-general do destacamento militar com uns 150 homens, quase todos índios e mamelucos, encarregados de arrancar outros índios de suas aldeias e trazê-los para os povoados, inclusive “*para empresas particulares*” que os requisitavam e pagavam à parte. Havia também algumas lojas – as mulheres consideradas *brancas* se vestiam “*à moda, com gosto e luxo*” - um armazém da provedoria e outro de artigos bélicos, um pequeno estaleiro de construção de canoas e batelões, uma cordoaria, uma serraria, três fábricas de tecidos e redes, uma de fiação de algodão, outra de anil e outra ainda de pote de barro, onde mulheres indígenas vendiam sua força de trabalho em Língua Geral, ganhando semanalmente 800 réis, enquanto os homens recebiam 1\$200 réis pelo mesmo trabalho (Amazonas 1852:110-112) (Marajó 1895: 392-393).

Nos trinta anos subsequentes à estadia de Spix e Martius, dois fatos politicamente importantes, além da Independência do Brasil, contribuíram para a evolução do quadro sócio-lingüístico de Manaus. O primeiro é sua conversão em cabeça de comarca, em 1833, quando lá ainda podiam ser encontrados muitos monolingües em Língua Geral, entre eles soldados subordinados ao Comando Militar da Comarca do Alto Amazonas. Um de seus comandantes, o capitão-tenente da Armada, Lourenço da Silva Amazonas (1803-1864), nascido na Bahia, teve de aprender essa língua para, através dela, obter obediência de seus comandados. O segundo momento é a sua transformação em capital da nova Província do Amazonas, em 1850, quando o bilingüismo dominava a cidade, cujos moradores “*fallão mui bem o português, com quanto também usem muito da lingoa geral*”, conforme registro do próprio comandante baiano (Amazonas 1852:112).

Constitui um indício do predomínio do bilingüismo (LP-LGA) na cidade de Manaus, o fato de que lá, na década de 1850, circularam - como era de se esperar num contexto

bilingüe – pelo menos cinco dicionários e dois esboços de gramática em Língua Geral, destinados a facilitar a ação missionária, militar, administrativa e pedagógica. O primeiro deles era o *‘Dicionário Túpico-Português e Português-Túpico*, organizado por volta de 1850 pelo comandante militar Lourenço Amazonas e já mencionado no capítulo anterior. O segundo, o *“Vocabulário da Língua Indígena Geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*, impresso em Belém, em 1853, vinha precedido de um esboço gramatical intitulado *“Breves Explicações”*, de autoria do padre Manoel Justiano Seixas, primeiro regente da cadeira no seminário (Seixas 1853: 1-66). O terceiro vocabulário é a obra anteriormente citada, de autoria do bispo diocesano do Pará, Dom José Afonso Moraes Torres: *Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* (Torres 1854). No final da década, foram publicados ainda, ambos em 1858, o *Diccionario da Lingua Tupi chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*, de autoria do poeta Gonçalves Dias, contratado pelo governo provincial para avaliar as escolas do Amazonas (Dias:1858), e o *Compêndio da Língua Indígena Brasília* (Faria: 1858), elaborado pelo coronel Corrêa de Faria,²¹ autor também do inédito *Diccionario completo da lingua túpyca*, cujos originais hoje *“podem estar irremediavelmente perdidos”* (Cardoso 1961: 36).

Esses dicionários bilíngües e as gramáticas de Língua Geral continuaram a circular em Manaus, na década de 1860, quando se observa, sensível crescimento de três segmentos da população - os *brancos*, os *mamelucos* e os *mestiços* – cujo percentual se elevou de 47.5%, em 1840, para 63.7%, em 1865. Não é possível avaliar o crescimento de cada um deles, em separado, porque o arrolamento censitário de 1865 diluiu parte dos *mamelucos* na categoria de *brancos*, e parte na de *mestiços*. De qualquer forma, é válido correlacionar o aumento desse percentual com uma maior propensão à aquisição do português. Por outro lado, no mesmo período, houve progressiva diminuição dos *índios* que viviam na cidade, cujo percentual caiu de 48.0%, em 1840, para 33.6%, em 1865, o que significa, nesse contexto, uma redução de falantes potenciais da Língua Geral.

²¹ O coronel Francisco Raimundo Corrêa Faria foi comandante, em 1842, do Forte de Marabitanas, no Alto Rio Negro, onde aprendeu a LGA, para comunicar-se com os índios que trabalhavam nas obras militares. Assumiu, depois, a cadeira de Língua Geral no seminário de Belém, sendo o seu segundo e último regente.

A escola primária também se ‘universalizava’, atingindo não só a população considerada ‘branca’, mas também os mamelucos e, até mesmo, os índios. No seminário, fundado em 1848, se ensinava agora gramática latina, francês, música e canto. Os filhos de algumas famílias mais abastadas, além do ensino regular, “*aprendem música em casa, e estudam o francês e o italiano*”, conforme testemunhou Avé Lallemant, de passagem pela cidade, em 1859. Ele visitou também o estabelecimento dos Educandos, um reformatório para crianças indígenas, com um regulamento militarizado, mantido com a venda de mesas, bancos, armários, barcos e remos, fabricados pelos próprios alunos, que aprendiam a ler e escrever em português, além de receberem ensino de religião, trabalhos manuais e música. Eles eram arrastados compulsoriamente para a escola:

“Meninos, quase todos índios, perambulando sem nenhuma vigilância, e ameaçados de vagabundagem, são recolhidos a esse instituto e transformados em homens trabalhadores e úteis” (Avé-Lallemant 1980: 117-118).

Cada ano, aumentava o número de escolas primárias públicas na Província do Amazonas: elas eram 36, em 1873; passaram a 49, em 1876, e atingiram 109, em 1886, todas elas banindo do currículo qualquer referência à Língua Geral (Souza 1873: 277). O censo de 1872 registrou o crescimento, de forma moderada, mas segura, dos potenciais falantes de português como língua materna: os moradores considerados *brancos* (16.4%) e *mestiços* (12.5%). Já o número dos potenciais falantes de Língua Geral, como língua principal, diminuía: *índios* e *mamelucos* caíram de 77.4%, em 1840, para 69% em 1872. Existem evidências de que, nesses dois segmentos, se reduzia também o número de monolíngues em Língua Geral, devido à ação portuguesa da escola (Bittencourt 1925: 281-287).

Ao lado da escola, a navegação a vapor contribuiu decisivamente para a portuguesa da cidade, transformando-a na porta de entrada dos nordestinos, que fugiam da seca e se dirigiam para os seringais, em função da demanda da borracha no mercado internacional. Todos eles eram falantes de português, como o eram brasileiros de outras regiões que afluíram para a Amazônia, em geral por razões comerciais. O número de vapores de comércio no rio Amazonas, que em 1851 era de apenas três, subiu em 1860 para

doze, e em 1888 já era superior a cem, de todos os tamanhos. Havia ainda grandes vapores da linha brasileira, que faziam quatro viagens mensais ao Rio de Janeiro, e duas linhas inglesas que ligavam Manaus com a Europa e os Estados Unidos, três vezes por mês, cada uma delas (Marajó 1895:159). O vapor, portador da língua portuguesa e de produtos europeus, acabou mudando a composição majoritariamente indígena da cidade.

A inserção da Amazônia na nova divisão internacional do trabalho exigiu mudanças significativas em Manaus. Na última década do século – com o concurso do capital, da tecnologia e das empresas inglesas – são instalados os serviços públicos. A cidade é dotada de um sistema portuário moderno, de serviços de água encanada, esgoto e luz elétrica, de um sistema de coleta e disposição de lixo, de serviço telefônico e de uma linha telegráfica sub-fluvial, num processo de modernização estudado, entre outros pesquisadores, por Geraldo Sá Peixoto Pinheiro (1993/1994) e Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999). Prédios públicos monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, novas avenidas e boulevards, praças e jardins com coretos, estátuas, fontes e chafarizes importados da Europa, enfim *“uma febre de construção tomou conta da cidade, varrendo tudo aquilo que podia evocar os povos indígenas”*. Vários jornais diários circulavam na cidade, incentivando hábitos de leitura antes inexistentes. O professor Bradford Burns, da Universidade de Miami, que estudou esse período, considera que *“Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade européia de seu tamanho ou mesmo maior”* (Freire 1993/1994: 173).

Nesse contexto, já não havia espaço para a Língua Geral. Há registros de moradores que conheciam a LGA, sobretudo comerciantes, índios e tripulantes de barcos das casas aviadoras, que a usavam quando em viagem ao alto e médio Rio Negro, mas que, uma vez na cidade, dispensavam o seu uso. Duas ou três décadas depois de Belém, Manaus transformara-se igualmente numa cidade monolíngue, falante de português, onde a Língua Geral não era mais usada, sequer *“da porta da sala para dentro”*, como nos últimos anos. Perdera, também, falantes e funções, para permitir a articulação progressiva da região com o mercado nacional e mundial.

4.4. 3 - Os usos e os espaços

“Todos os tapuias semi-civilizados das aldeias – na verdade, todos os habitantes dos lugarejos mais isolados – falam a língua geral, que constitui uma adaptação feita pelos missionários jesuítas do idioma original dos Tupinambás. Bates, em 1858 (1979: 39).

No processo de transição do bilingüismo (LGA-LP) para o monolinguismo (LP) nas duas cidades amazônicas, em meados do século XIX, resta saber quais as funções exercidas por cada uma das línguas, quem as falava, em que tipo de situação e em qual espaço, e as razões pelas quais, uma delas predominou em detrimento da outra. Como já foi visto anteriormente, alguns viajantes documentaram esse processo, dando conta da ocorrência de um bilingüismo social, com a predominância do português, de forma muito mais marcante em Belém do que em Manaus, e registrando as formas de contato entre essas línguas.

Um dado interessante sobre o quadro lingüístico nas duas cidades é acrescentado por Bates, a partir de uma cena do cotidiano por ele presenciada, que nos permite pensar sobre a função de cada uma das línguas, destacando a relevância do gênero - como variável social - e a freqüência de alternância, no uso que delas se fazia. Ele estava hospedado em Murucupi, a 30 quilômetros de Belém, e tinha por vizinho um *“índio civilizado”*, carpinteiro, construtor de canoas, que vivia com sua mulher e trabalhava com dois aprendizes, também índios, usuários de português, mas todos, sempre, taciturnos. Um dia, receberam a visita de uma senhora idosa, que manteve uma conversa com a dona de casa, mas para surpresa de Bates, *“as duas papaguearam a tarde inteira, sem uma pausa, falando apenas na língua tupi”*. (Bates 1979:85). Desta forma, através de um fato trivial, ele nos fornece algumas pistas sobre o possível uso de cada uma das duas línguas na cidade de Belém e seus arredores. Lá, da porta para fora, dominava o português, mas *“da porta da sala para dentro”*, falava-se a Língua Geral, conforme já havia alertado Lourenço Amazonas (1852:104). O espaço externo, da rua, do público, era de domínio masculino, mas o espaço interno, doméstico, da cozinha e do quintal, era controlado pela mulher, o que autoriza a conjecturar que, nesta situação de bilingüismo social, o homem recorria mais freqüentemente ao português, enquanto a mulher usava mais a Língua Geral.

A situação de Manaus, nesse aspecto, não era diferente a de Belém, conforme o testemunho do médico Avé-Lallemant. Durante a sua estadia na cidade, em 1859, ele notou que *“em Manaus, por certo, não há índio que, tendo-se demorado lá mesmo, só por poucas semanas, não fale um pouco de português, e não tenha sido batizado”*, isto quando se tratava do sexo masculino, porque quando se tratava das mulheres, elas viviam repetindo seus nomes de batismo, com prazer, *“embora não entendam uma palavra de português”*. Hospedado na casa do major Tapajós, ele encontrou duas índias originárias do Rio Branco, com as quais tentou comunicar-se: *“Só uma dessas índias sabia algumas palavras em português; a outra ficou inteiramente muda”*. Depois de criticar o catolicismo superficial dos moradores de descendência indígena, incapaz de superar *“os velhos ecos da floresta”*, ele arremata: *“Falam, perante o mundo, português; e, contudo, ouve-se por toda parte a língua geral, (...) falada por eles, quando se encontram no seu ambiente”*. (Avé-Lallemant 1980: 105-106, 142-144). O ambiente a que se refere o autor estava relacionado muito mais ao espaço cultural. Havia determinados temas que só se falavam numa língua e não na outra, certos objetos que se designavam por vocábulos apenas de uma delas. Também havia circunstâncias de maior ou menor formalidade, que implicavam o uso de uma ou outra língua. Em situação deste tipo de bilingüismo social, algumas práticas estão reservadas para a língua indígena, por exemplo, as mais informais e domésticas, e as mais formais, geralmente relacionadas à escolaridade e administração para a língua oficial. A competência comunicativa implicava, portanto, um conhecimento, por parte do falante, não só de um código lingüístico, mas também do que dizer, a quem e como dizer, em uma situação determinada.

Cada vez que *‘se encontravam no seu ambiente’*, recorriam à Língua Geral. No entanto, quando mudavam **de** ambiente, ou quando mudavam **o** ambiente, o português tornava-se língua obrigatória. Com base, portanto, nesses e em outros testemunhos da época, podemos pressupor que o bilingüismo existente nas duas cidades podia estar muito mais generalizado do que aquele que foi notado pela maioria dos viajantes cujo foco de observação incidia sobre o espaço externo, público, muito mais do que sobre o interno, privado. No entanto, seja qual for sua extensão, parece oportuno indagar como se processava a convivência das duas línguas, através dos seus falantes, e quais as atitudes por eles mantidas em relação a cada uma delas.

O trato diário entre português e Língua Geral aparece nos relatos, com muita frequência, de forma idealizada, como algo simétrico e harmonioso, omitindo-se ou minimizando-se o seu caráter conflitivo. Avé-Lallemant viu no português falado em Manaus, “*o europeísmo que avança*”, e na Língua Geral, “*a floresta virgem que se afasta cada vez mais*”, porém avaliou que esse processo não era “*um combate de vida e morte*”, mas uma “*agradável reconciliação*”. Fez analogia do uso de uma língua com o de uma arma, para descrever a função insubstituível de cada uma delas, permitindo-nos estabelecer um paralelo: de um lado a língua portuguesa (espingarda), e de outro, a Língua Geral (o arco e a flecha). Assim, os moradores da Amazônia aprenderam a usar a espingarda e a apreciar seu valor, mas serviam-se dela apenas “*na luta com os animais maiores, quando podem obter a pólvora e as balas; para a caça menor, porém, a espingarda ainda não substitui o arco e a flecha e matam, com grande segurança, o pirarucu e a tartaruga*”. (Avé-Lallemant 1980:100,105,110)

Na época em que o médico alemão passou pelas duas cidades, a Língua Geral era, ainda, insubstituível para algumas funções, como continuava sendo seis anos depois, durante a estadia, em Manaus, do casal Luiz e Elizabeth Agassiz, cuja versão apresentada sobre um piquenique organizado em sua homenagem é dotada de forte carga simbólica. Eles descreveram o passeio de barco que fizeram, ao por do sol, a um lago próximo da cidade, na companhia do próprio presidente da Província: “*partimos sem os canoeiros, preferindo os cavalheiros remarem, eles próprios*”. Os *canoeiros* dispensados eram, evidentemente, índios, profissionais que remavam por dever de ofício; os *cavalheiros* eram, obviamente, falantes nativos de português, amadores, que o faziam como exercício esportivo. No meio do lago, o barco de *cavalheiros* se defronta com outro barco de dois mastros, enfeitado de bandeirolas, esse totalmente tripulado por umas quinze índias, que remavam e manejavam o leme, tendo a bordo, as *figuras bronzeadas* de alguns músicos. A metáfora não podia ser melhor: o encontro de dois barcos num lago amazônico. Em um deles, a língua era o português, falada por *cavalheiros* que estavam no lugar dos índios; no outro, carregado de mulheres indígenas, a língua era a Geral. Nasceu, desse contato, uma cena descrita por Elizabeth Cary Agassiz:

“Então, as duas embarcações se puseram lado a lado e desceram juntas, passando a guitarra de uma para outra e as canções brasileiras se alternaram com os cantos indígenas. Não se pode efetivamente imaginar nada tão fortemente marcado do cunho nacional, tão fortemente impregnado da cor dos trópicos (...) que essa cena no lago” (Agassiz 1975:168).

O ‘*cunho nacional*’, é verdade, se refere ao conjunto da cena, mas a autora reservou o termo ‘*brasileiro*’ para qualificar somente as canções em língua portuguesa, em oposição ao ‘*indígena*’, cujos cantos em Língua Geral acabam, assim, excluídos dessa comunhão nacional. É até provável que – interpretações à parte - a descrição seja objetiva, mas dificilmente o casal Agassiz encontraria outra cena similar. Nas cidades de Belém e Manaus, as embarcações, portadoras do português e da LGA, quase nunca estiveram lado a lado, nem tampouco passearam juntas, em igualdade de condições. O bilingüismo dos moradores nas duas cidades se deu, sempre, sob fortes condições de dominação e de opressão, num quadro no qual a língua materna da elite econômica e política era uma, e a dos fornecedores da força de trabalho era outra. Uma tinha tradição escrita e, também por isso, era considerada língua dominante. Embora nem todos os portugueses cidadãos, por serem analfabetos, tivessem condições de usar sua própria língua nas práticas de registro escrito, o fato dela possuir uma tradição escrita e uma literatura erudita, lhe conferia o *status* de prestígio. Era a língua da escola, dos livros, dos jornais, da administração, das leis, da correspondência escrita, dos relatórios oficiais, enfim, das relações urbanas, e era, sobretudo, a língua que permitia comunicar-se e integrar-se com o resto do país.

A outra, com forte tradição oral, era a língua da família, do trabalho, das conversações coloquiais, das narrativas, das canções de ninar, da poesia e do lazer. Sua escassa produção escrita consistia no registro, seja em gramáticas, em dicionários, em catecismos ou, ainda, na coleta da literatura oral, feito por usuários de português, que dominavam a LGA. Entretanto, na sociedade amazônica, era discriminada como língua dominada, em situação de desvantagem, ficando limitada ao espaço da cozinha e do quintal, servindo de ponte entre a cidade e a floresta, como um ‘elo para dentro’, enquanto o português funcionava como um ‘elo para fora’.

Na realidade, essa tensão entre as *‘línguas em contato’*, na Amazônia do século XIX, ocorria dentro de um processo mais amplo, de confronto e conflito de culturas, que acabou dando origem a uma sociedade mestiça, denominada de *‘sociedade fusca’* por Robert Avé-Lallemant. De todos os viajantes, ele foi o que melhor registrou as marcas e as formas de interculturalidade, presentes na forma de ocupação do espaço urbano. Depois de comer chibé de farinha com champanha, “*sob um telhado de folhas de palmeira*”, e de almoçar peixe e pupunha, bebendo cerveja e vinho do Porto, ele viu navegar pelo rio um moderno barco a vapor, ao lado de uma canoa indígena. Percebeu, então, os contrastes dessas duas *‘cidades fuscas’*, cujas vias de circulação se alternavam, “*ora em ruas, ora em igarapés*”, onde se erguiam “*sólidos edifícios europeus*” ao lado de “*primitivas casas tapuias de barro*”, que abrigavam brancos, índios e vários tipos de mestiços. Testemunhou o aparecimento das primeiras fábricas, “*cujas altas chaminés se elevam, com singular surpresa, diante da floresta virgem, como um dedo escrevendo nela: Aqui há progresso! Aqui há Europa!*”. A Europa estava presente também, em Óbidos, onde viu “*damas mais ou menos brancas*” usando espartilhos, em contraposição às leves anáguas e camisas brancas flutuantes das “*fuscas tapuias*”. No entanto, observou que o encontro de culturas nem sempre propiciou um diálogo entre esses dois mundos, e nem sempre favoreceu a construção mancomunada de novos significados (Avé-Lallemant, 1980: 143,206):

“Vi índias espartilhadas, com vestidos de seda preta e calçadas. Mas como pareciam desajeitadas, mortificadas e sufocadas! Como, ao contrário, andavam leves e alegres as fuscas tapuias, só de camisa e saia, subindo a encosta do rio com o pote de água na cabeça” (Avé-Lallemant: 82-83).

Nesse contexto é que se desenvolve o bilingüismo nas duas cidades, com data marcada para desaparecer, porque, como observou Avé-Lallemant - mencionando o português, o espanhol, o inglês, o francês e o holandês, falados no norte da Pan-Amazônia - “*as línguas européias já penetram profundamente na floresta. A língua geral é apenas uma transição, ou antes a língua de uma transição*”. Nessa transição, muitos tapuias que aprenderam português, talvez tenham sentido o mesmo desconforto das índias espartilhadas, porque a aquisição da língua européia foi feita, em geral, de forma

desordenada e sob essa condição de tensão. Essa situação está caracterizada pela literatura regional, cujo discurso representa o bilingüismo social, especialmente em suas duas cidades, como uma situação de antagonismo e não de complementaridade, de tensão e de conflito e não de harmonia, como podemos observar nas obras de Lourenço Amazonas e Francisco Gomes de Amorim, que foram aqui discutidas.

Parte significativa da literatura oral e dos etnoconhecimentos, veiculados através da LGA, foram banidos das duas cidades, junto com a língua. Na década de 1880, o botânico Barbosa Rodrigues teve certa dificuldade de coletar, em Manaus, narrativas, poesias, canções e conhecimentos sobre as plantas: *“O fato de quase já não se falar a língua geral, e de se ter a morte encarregado de chamar a si grande parte daqueles velhos, que sabiam esses contos, tem feito com que poucas pessoas, no Amazonas, os saibam, e penso mesmo que, fora da Província, são completamente desconhecidos”*. Quanto às cantigas registradas, ele as considerou meros *“fragmentos de tantas que se perderam com o correr dos anos”* (Rodrigues 1890:121, 275). A atitude dos falantes de LGA, em relação à sua própria situação, é exemplificada por um fato ocorrido em março de 1884, presenciado por Barbosa Rodrigues, em Manaus, no igarapé em frente ao Museu, do qual era diretor. Ele viu uma canoa atracar no local de desembarque, com um casal indígena e seus filhos, trazendo dentro dela o chefe da família, *“magro, cadavérico e gravemente enfermo”*. Dois dias depois, o botânico carioca encontrou acidentalmente a mulher, e perguntou dela, em Língua Geral, se o seu marido havia tido melhoras em sua saúde. Ela respondeu: - *Timaã! Umanu uana uiky koema irumo (Não. Morreu hoje de manhã)*. É ele, então, que narra:

“Olhei para o interior da casa e pela porta vi sobre uma mesa, coberto com um lençol o cadáver do marido, para o qual a tapuia me apontava. - Não choras? Não sentes a sua morte? Respondeu-me, então, com ar tristonho: - Yané anga yma uana, tapuya ceté pira nhô ana (Nós já não temos alma, os tapuias só têm corpo)” (Rodrigues, 1890: 277-278).

Nas duas cidades, os poucos falantes de LGA que restaram, eram corpos sem alma, não tinham mais com quem falar, nem sobre o que falar. A LGA perdeu não apenas falantes, mas funções, devido a uma série de fatores: a crescente urbanização, a escola, a

navegação a vapor, a emigração dos tapuios e a imigração de nordestinos, tudo isso dentro de um processo de maior integração das duas cidades ao resto do país e de inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha. Empurrados progressivamente para fora das cidades, os tapuios levaram com eles a Língua Geral, que foi ficando cada vez mais circunscrita ao oeste da Amazônia, com o seu emprego tornando-se “*mais consistente à medida que se avança para o interior*” (Wallace 1979: 291).

4.5. A LGA nas vilas e povoações

Nitio xa potar cunhang / Setuma sacai waá
Curumú ce mama-mamane / Baia sacai majaué
Nitio xa potar cunhang / Sakiva-açu
*Curumú monto-montoque / Tiririca-tyva majaué.*²²

Vilas e povoações eram aglomerados humanos, espalhados nas margens dos principais rios da Amazônia, que se diferenciavam pelo tamanho: as *povoações*, como regra geral, eram “*núcleos em que se agrupavam de 50 a 300 pessoas, marginando os rios e lagos*”, enquanto as vilas possuíam, em princípio, um número muito maior de casas e de habitantes (Bittencourt 1925: 153). Na realidade, havia povoações que excediam em muito o teto estabelecido, mas que não foram elevadas formalmente à categoria de *vila*, porque os critérios para isso não eram apenas demográficos, mas políticos. No entanto, visto numa perspectiva mais moderna, tanto vilas como povoações não passavam de pequenas aldeias semi-urbanizadas, onde eram poucos os moradores que se dedicavam a atividades comerciais, administrativas, políticas, militares, artesanais ou religiosas, típicas do mundo urbano. Em sua maioria, eles dependiam diretamente, para sua subsistência, de atividades extrativas, agrícolas e pesqueiras e, por essa razão, eram obrigados a residir fora, durante muitos meses do ano. De qualquer forma, embora

²² Esses versos foram coletados por Spix & Martius, em março de 1820, no rio Urariá, afluente do rio Madeira, da boca de um comerciante paulista, capitão José Rodrigues Preto, diretor de índios da aldeia Mawé, que “*havia se familiarizado perfeitamente com a língua tupi, e, também por isso, parecia impor-se aos índios, cujos versos singelos entoava com modulação esquisita*”. Da tradução do alemão foi feita uma versão portuguesa, reproduzida por Joaquim Norberto de Sousa Silva e, depois, por Sílvio Romero, em sua História da Literatura Brasileira, conforme nota de Basílio de Magalhães (Spix & Martius 1881: 278). Optamos por outra versão: “*Não gosto de mulher / de perna muito fina / Porque pode me enroscar / como cobra viperina. / Não gosto de mulher / de cabelo alongado / Porque pode me cortar / como tiririca no roçado*”.

não constituíssem concentrações humanas densas e estáveis, esses lugares exerciam um certo poder de atração sobre as populações ribeirinhas, graças às instituições que muitas vilas sediavam - igreja, escola, botica, às vezes até um pequeno hospital, taberna, mercearia, mercadinho, lojas de secos e molhados, polícia, cadeia, quartel, corpo de trabalhadores – e graças, também, aos serviços, mesmo precários, que podiam oferecer. Era lá que os produtos extrativos eram trocados por certos produtos industrializados. Era lá que as festas religiosas eram celebradas, e as canoas e remeiros para o transporte fluvial eram contratados. No universo amazônico do século XIX, caracterizado por densidade demográfica extremamente baixa, as vilas e povoações desempenhavam funções essenciais, como pontos focais de uma rede, que articulava a economia rural extrativista, de cunho artesanal, através do sistema de comércio regional.

Às vésperas da Independência, no Grão-Pará, essa rede era formalmente composta por 44 vilas e 60 povoações, aonde viviam um pouco mais de dois terços da população recenseada, de acordo com o arrolamento de 1820, reproduzido por Spix & Martius (1981:40-41). No Pará, nessa época, além da Vila de Cametá e de Santarém, ambas com cerca de 6.000 habitantes, as maiores vilas tinham, cada uma, por volta de 2.000 habitantes: Bragança, Macapá, Mazagão, Monte Alegre, Melgaço, Óbidos, Vigia, Moju e Abaeté. Na capitania do Rio Negro, em 1814, os seis núcleos mais importantes, com exceção de Silves, não ultrapassavam, cada um, os 1.000 moradores: Barcelos, Moura, Maués, Vila Nova da Rainha e Vila de Ega. Na década de 1830, algumas dessas vilas passaram a ter um *status* mais importante que outras, quando foram criadas as comarcas do Grão-Pará, do Baixo Amazonas e do Alto Amazonas, como decorrência da entrada em vigor, em 1832, do novo código de processo criminal. As comarcas foram divididas em ‘termos’, cada um com uma ‘cabeça’. As vilas, que eram cabeças de termo, tinham um governo local, câmara municipal, comandante militar, comandante dos trabalhadores – encarregado de distribuir os índios para as obras públicas – juiz de direito ou juiz criminal e civil da comarca, delegado de polícia, vigário, professor e alguns outros funcionários.

No entanto, para o desenho do mapa sociolinguístico, mais importante que esse dado político-administrativo, era o tipo de relação que esses núcleos mantinham com as duas cidades, especialmente com Belém, o que dependia, em grande medida, de sua localização. A proximidade ou o distanciamento da capital significava um maior ou menor isolamento,

sobretudo antes da navegação a vapor, quando todo o transporte era feito em canoas a remo, implicando um gasto descomunal de energia e de tempo. Com esse critério, podemos identificar três situações diferenciadas, do ponto de vista geográfico e lingüístico: o Baixo Amazonas, cujas vilas e povoações mantinham relações permanentes e sistemáticas com Belém; o Alto Amazonas, incluindo aqui os rios Solimões e Negro, cujas vilas tinham relações esporádicas com a capital; e, finalmente, o Sertão, situado nos territórios dos afluentes mais afastados, cabeceiras de rios e interior dos lagos, cujas povoações e sítios não diferiam muito de uma aldeia indígena e permaneciam isoladas, recebendo visitas esparsas de um ou outro comerciante ou funcionário governamental. Nas três regiões, havia um uso diferenciado da Língua Geral, conforme explicitou o naturalista Alfred Russel Wallace, em 1852, no momento em que regressava à Inglaterra, depois de uma experiência de quatro anos na Amazônia:

“Nas vizinhanças das cidades e vilas mais povoadas, ouve-se tanto essa língua [Geral] quanto o português. Longe daí, porém, existem locais nos quais ela é o único idioma utilizado. Mas no interior, coexiste com as línguas nativas das tribos, cujo alcance é apenas local. Assim, no baixo Amazonas, todos os índios falam tanto o português como a língua geral; no Solimões e no Rio Negro, geralmente falam apenas a língua geral; no interior, ao longo dos tributários do Solimões e na região lacustre, utilizam-se desse idioma e das línguas Mura e Juri para se comunicarem com os comerciantes que por ali passam” (Wallace 1979: 292-293).

Quanto mais próximo do litoral se encontrava o núcleo urbano, maior era a presença da língua portuguesa e de índios ‘civilizados’ bilíngües (LGA-LP). Na medida em que as vilas e povoações iam se distanciando da costa e penetrando no interior da Amazônia, a Língua Geral ia afirmando seu predomínio, com falantes monolíngües - os ‘tapuios’, e bilíngües (LGA-LV) - os ‘índios mansos’.

4.5.1 - No Baixo Amazonas: os ‘civilizados’

“Ao meu redor, treze índios nus tagarelavam numa linguagem desconhecida. Só dois sabiam falar português, Fiquei conversando com eles, respondendo às mais diversas perguntas. De onde vinha o ferro? Como se fazia a chita? No meu país nascia a planta que dava papel? Havia lá muitas mandiocas e bananas? Eles ficaram espantadíssimos quando lhes contei que lá só havia homens brancos.- Então, quem é que trabalha?” Wallace, em 1850 (1979:144).

A Comarca do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, compreendia as vilas e povoações, situadas na faixa que começa na zona dos estreitos do rio Amazonas e se estende até os limites do atual estado do Pará, integrando os então municípios de Gurupá, Porto de Mós, Macapá, Monte Alegre, Vila Franca, Pauxis (Óbidos) e Faro. Para efeitos desse trabalho, incluiremos aqui a parte inferior de alguns afluentes, que embora não pertencendo a esta comarca, estavam sob a zona de influência de Belém. Desta forma, esse território assim ampliado, de mais de 1.200.000 km², abrangia cerca de 35 vilas e 25 povoações (Spix & Martius 1981: 40). O perfil sociolinguístico de seus habitantes pode ser desenhado, hoje, graças às valiosas informações proporcionadas pelos naturalistas e viajantes sobre as línguas faladas em cada localidade e sobre os contatos entre os seus falantes. Essas informações serão tratadas aqui, com a ajuda de trabalhos recentes sobre classificação de línguas indígenas, que permitem revelar as relações e os graus de parentesco, por ventura existentes entre elas.²³

Quando Spix e Martius passaram, em 1819, pelo Baixo Amazonas - incluindo a parte inferior de alguns dos seus afluentes - os habitantes dos núcleos urbanos eram “*quase todos índios e mestiços*”. Os primeiros, de procedências linguísticas as mais variadas, necessitando comunicar-se entre si, já haviam abandonado suas línguas vernáculas, substituindo-as pela Língua Geral. No entanto, como precisavam, além disso, de interagir com a população branca – minoritária - haviam adquirido também a língua portuguesa, tornando-se bilíngües (LGA-LP), e, portanto, ‘civilizados’. O bilingüismo, porém, era

23

As informações sobre as línguas indígenas do século XIX, no baixo Amazonas, podem ser encontradas em vários viajantes, especialmente em Spix & Martius (1981: t. III, 82-111 e 282-284), Hércules Florence (1977: 290-311) e Henry Bates (1979: 95-102). Para a classificação dessas línguas, utilizaremos preferencialmente os trabalhos de Aryon Rodrigues (2000), Queixalós & Renault-Lescure (2000) e Loukotka (1968).

diferenciado, dependendo da forma como os índios se inseriam na produção e do local onde residiam.

Os índios prestadores de serviços domésticos mantinham contato permanente com os brancos, com quem moravam. Seguindo o modelo da arquitetura escravagista do resto do Brasil, na vila de Santarém, sede da Comarca, eles viviam sob telheiros, erguidos pelos portugueses nos fundos dos quintais de suas residências, que serviam de *“senzalas para a criação da casa, quase sempre índios, sendo raros os pretos ou mulatos”* . (Spix & Martius 1981: 99). Mas havia também, em *“quase todas as povoações da província”*, os índios ligados diretamente à produção extrativa, aos trabalhos artesanais ou ao transporte fluvial, que viviam relativamente afastados, em bairros próprios, cujos contatos com os brancos se davam apenas durante eventuais relações de trabalho. Um desses bairros, em Santarém, habitado exclusivamente por índios, foi visitado, em junho de 1828, pelos integrantes da comissão científica, organizada pelo Barão de Langsdorff, cônsul russo no Brasil. O desenhista da expedição, o francês Hercules Florence (1804-1879), chegou a fazer um croqui, mostrando a disposição das casas e das ruas do bairro, por onde, mais de vinte anos depois, os índios desfilariam com *“magníficos cocares de penas”* e *“o corpo pintado e lambuzado de urucu”*, executando a *Dança da Caça* e a *Dança do Diabo*, conforme descrição do naturalista Henry Bates, que presenciou as comemorações festivas. Quem entrava nesse bairro – segundo Florence - não ouvia mais *“os ásperos sons da palavra portuguesa, porém os sons doces e incompletos da língua geral brasileira”* (Florence 1876: 295).

Por outro lado, a relativa segregação dos brancos trazia também conseqüências no uso das línguas. Havia vilas como Cametá, Faro e Monte Alegre, onde se podia encontrar muitos mamelucos, como resultado de casamentos mistos com camponeses portugueses, que rapidamente se adaptaram ao modo de vida amazônico. Mas em outras, como Santarém, *“não parecia haver ali, em grande escala, uma mistura das duas raças”*. Os brancos – brasileiros e portugueses – eram comerciantes, donos de lojas, proprietários de escravos, fazendas de gado e plantações de cacau, *“que gostam de aparentar que são altamente civilizados”*, não se misturando com os índios. (Bates 1979: 140-141). No caso específico dos portugueses abastados, mais numerosos em Santarém do que em outras vilas, a segregação repercutiu no seu modo de falar. A língua que falavam continuava a ser

o português de além-mar. Hercules Florence estranhou “*o sotaque carregado dos filhos d'além Atlântico*”, que conservavam “*a pronúncia européia em sua integridade, sem sofrer a modificação brasileira*” (Florence 1876: 295).

Essas observações dos viajantes proporcionam alguns elementos para entender as especificidades do bilingüismo na região. No início do século XIX, é certo, todos os índios ‘civilizados’ do Baixo Amazonas eram bilíngües, da mesma forma que muitos brancos, devendo, em princípio, usar alternadamente a Língua Geral e o português. No entanto, é legítimo supor que os ‘*índios de senzala*’ tivessem uma prática cotidiana diferenciada dos ‘*índios de bairro*’. Além disso, nem todos eles herdaram o bilingüismo de seus antepassados. Havia uma geração que adquirira muito recentemente a língua portuguesa, ou estava ainda em processo de aquisição, a tal ponto que era possível identificar as línguas vernáculas que haviam sido - ou estavam sendo - abandonadas. Essa geração era formada, em grande parte, por descendentes de grupos locais, todos originalmente falantes de línguas do tronco tupi, que ocupavam o território da margem direita do baixo Amazonas e de seus afluentes e que foram remanejados de uma aldeia para outra, sempre nas cercanias. É o caso dos moradores de Arapejó, Caviana, Alter do Chão e outras “*povoações habitadas exclusivamente por índios*”, e de Porto de Moz, no Xingu, onde viviam remanescentes dos Tacunhapé e Juruna. Na vila de Santarém, muitos índios da redondeza, empregados dos colonos ou dos donos de pequenas roças, eram filhos e netos de casamentos interétnicos, envolvendo falantes de línguas de famílias tupi: *jacipoyá*, *juruna*, *curivere*, *munduruku* e *cuzari*, originários da região entre o Xingu e o Tapajós. Esse fato deve ter, seguramente, facilitado a esses grupos a aquisição da Língua Geral, por ser uma língua do mesmo tronco.

No entanto, continuava em vigor a política de ‘descimentos’, instituída pela Carta Régia de 12 de maio de 1798 que aboliu o Diretório de Índios e criou em seu lugar o Corpo de Trabalhadores, com uma estrutura militarizada, obrigando o alistamento de todos os índios aldeados e atribuindo ao governador o poder de determinar o número de anos de serviço obrigatório dos índios, “*passados os quais não ficarão obrigados a outro algum que não seja o de Milícias, ao qual todos estão e devem ficar sujeitos*” (Freire 1994:59). Desta forma, muitos índios, de outras filiações lingüísticas, foram trazidos à força de territórios mais distantes, situados a mais de dois mil quilômetros. Na povoação de

Almerim, uma das mais antigas, formada por imigrantes europeus, Spix & Martius registraram que “*os seus atuais habitantes são, na maior parte, descendentes de Apamas e Aracajus*”, os primeiros de filiação tupi e os segundos, do tronco Karib. Na própria vila de Santarém, aos grupos tupi já mencionados, se somaram aqueles trazidos do rio Japurá e da região fronteira com a Colômbia, entre os quais os *Passé, Uainumá, Marawá*, pertencentes ao tronco Arawak; os *Apiacá*, do tronco Karib; os *Miranha*, do tronco Huitoto; além de falantes de línguas não classificadas como *Cariberi, Guaruará*, e *Yuri*. Os falantes dessas línguas não-tupis provavelmente tiveram mais dificuldades em se apropriar da Língua Geral. (Spix & Martius 1981: 99-100).

Essas informações sumárias constituem indícios de que o território do Baixo Amazonas era uma encruzilhada, para onde convergiam culturas e línguas indígenas muito diferenciadas – dos troncos Tupi, Arawak, Karib, Huitoto e outros - envolvendo ainda imigrantes europeus, especialmente portugueses. Nesse encontro, as línguas vernáculas foram substituídas por duas línguas, que serviam de ligação entre eles: a Língua Geral, de comunicação interétnica, e a língua portuguesa, de relações com o colonizador, ambas adquiridas de forma desordenada, a tal ponto que, na visão da época, apresentada por Spix & Martius, a Língua Geral teve seus “*vocábulos transformados, mutilados e viciados pelas diversas tribos*”, e quando falada, muitas vezes só era possível perceber “*um indistinto sussurro ou cicio*”. Eles proporcionam informações sobre o resultado desse processo:

Todas essas tribos refundiram-se ao contato dos brancos, muitas vezes dentro de poucos anos, numa população quase homogênea nos costumes e na língua. Muitos poucos se recordavam ainda da sua primitiva fala; também poucos haviam assimilado perfeitamente o português ou a língua geral; antes falavam esta última estropiadamente, cada um a seu modo. Já aqui começa a ser veículo preferido a língua geral, por meio da qual os colonos se comunicam com os índios (Spix & Martius 1981:100).

Os dois viajantes alemães, que falavam o português, mas inicialmente desconheciam a Língua Geral, foram obrigados a usar intérpretes para interagir com os moradores, cuja condição bilíngüe (LGA-LP), surpreendentemente, não garantia a eficácia da

comunicação em língua portuguesa, porque ela não havia sido *‘assimilada de modo perfeito’*. Atualizando esse discurso, podemos afirmar que muitos desses moradores não eram necessariamente *‘bilingües ativos’*, ou seja, não desenvolviam, nas duas línguas, as quatro habilidades lingüísticas básicas: *entender, falar, ler e escrever*. Os *índios ‘civilizados’*, cuja língua principal era a *Geral*, exercitavam, em português, apenas a primeira destreza: *entender*, de acordo a informações dos observadores da época. Por outro lado, muitos moradores *brancos*, cuja língua materna era o português, não falavam, mas *entendiam* a Língua Geral, o que caracterizava, em ambos os casos, um tipo de bilingüismo, denominado por alguns sociolingüistas como *‘bilingüismo passivo’* ou *‘bilingüismo incompleto’* (Moreno 1998: 221). O resultado dessa situação era que todos os moradores entendiam as duas línguas, mas a maioria falava com facilidade e eficácia apenas uma delas. Quando os dois segmentos interagem, numa conversação coloquial, a estratégia para transmitir informação ou provocar reação no interlocutor era cada um falar a sua, conforme testemunho de Lourenço Amazonas, em passagem já citada, como epígrafe do capítulo:

“A Língua Geral [...] é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os Mamelucos em falá-la, pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a Geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela” (Amazonas 1852:104).

Efetivamente, como corresponde à família Tupi, *“os verbos da língua brasílica nunca mudam de terminação”* (Simpson 1877:39), ao contrário do sistema verbal português. No entanto, a explicação referente à maior facilidade de conjugá-los em uma língua do que em outra é improcedente. Se assim fosse, todos os nativos em língua portuguesa também compartilhariam tal vantagem no uso da Língua Geral. Na verdade, trata-se de uma forma de caracterizar a LGA como uma língua simplificada frente ao português.

A situação comunicativa descrita por Lourenço Amazonas, bastante freqüente nas vilas da região, tinha raízes mais profundas, relacionadas às formas desordenadas e não planejadas de aquisição de segunda língua, responsáveis por aquilo que alguns autores, interessados em etnografia da comunicação, denominaram de *‘semilinguismo’*, caracterizado pelo uso precário de, pelo menos, umas das duas línguas que estão em contato. Possivelmente, essa situação

reproduzia o modelo colonial, em que esses ‘neofalantes’ não tinham acesso a um modelo da língua portuguesa, em função do contato escasso e, em lugar dela, a solução é o recurso de uma língua ‘intermédia’. A situação ideal seria o seu oposto, o *bilingüismo equilibrado*, que ocorre quando os interlocutores usam as quatro destrezas lingüísticas básicas nas duas línguas, com similar facilidade e eficácia.²⁴

A rigor, essas destrezas, numa sociedade como a amazônica, com fortes marcas de oralidade, se limitavam basicamente às duas primeiras – *entender e falar* – porque os altos índices de analfabetismo indicam que as práticas de leitura e escrita não eram exercitadas pelos falantes, índios ou brancos, sequer em suas próprias línguas maternas. Ficou bastante conhecido o episódio da Câmara de Vila de Boim, no rio Tapajós, cujos vereadores, todos eles iletrados, para tomarem conhecimento do conteúdo de um ofício enviado pelo presidente da Província, em 1827, tiveram de esperar vários dias, até a chegada de um negociante, vindo de Santarém, que numa sessão convocada especialmente para isso, leu o ofício e foi obrigado a redigir a resposta. “*O negociante para se ver livre deles, escreveu o que lhe pareceu, e cada um dos vereadores se prestou prontamente com a sua cruz, sem que soubesse o que continha a resposta*”.²⁵

No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, o iletramento não era necessariamente maior na população indígena do que na branca. Navegando no baixo Amazonas em setembro de 1849, o naturalista inglês Henry Bates constatou esse fato, tendo como amostragem a sua própria tripulação, formada por nove índios, um mestiço e dois brancos, no total de doze pessoas:

“*Uma delas era um rapaz português da Província de Trás-os-Montes, o qual constituía um bom exemplo do tipo de imigrante que Portugal manda para o*

²⁴ As noções de *acontecimento comunicativo*, *ato comunicativo*, *situação comunicativa*, *interação comunicativa*, *bilingüismo ativo*, *bilingüismo passivo*, *bilingüismo equilibrado*, *bilingüismo ambiental*, *semilingüismo* são usadas aqui no sentido proposto por Francisco Moreno Fernández, em ‘*Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje*’ (Moreno 1998).

²⁵ Os detalhes deste fato, narrado pelo comandante militar da Comarca, podem ser encontrados no códice 451, da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, intitulado *Informação sobre Santarém e demais núcleos do Baixo Amazonas, apresentada ao Presidente da Província pelo Coronel João Roberto Aires Carneiro, a oito de janeiro de 1828*, transcrito por Reis (1979: 103-105)

Brasil. Tinha pouco mais de vinte anos, e fazia dois anos que estava no país. Vestia-se e vivia como os índios, aos quais evidentemente era inferior quanto às suas maneiras. Não sabia ler nem escrever, ao passo que pelo menos um de nossos tapuios sabia fazer as duas coisas” (Bates 1979: 94).

Bates não exagera quando considera esse exemplo representativo, pois outros depoimentos demonstram que não era nada raro encontrar, no século XIX, na Amazônia, imigrantes portugueses analfabetos. As referências ao iletramento dos imigrantes portugueses, nesse período, são abundantes, e foram estudadas justamente por um deles: Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), que com dez anos de idade, deixou o seu povoado natal, próximo a Póvoa de Varzim, no norte de Portugal, e viajou para o Pará, onde viveu durante nove anos. Trabalhou, sobretudo na região do Baixo Amazonas, coletando produtos da floresta ao lado dos tapuios, com quem aprendeu a falar a Língua Geral. Ele conta que já era bilíngüe, quando encontrou, numa modesta casa de índios, em Alenquer, uma mini-biblioteca, com vários livros velhos, conservados não numa estante, mas dentro de um cesto forrado com folhas de bananeira brava: *“Ao completar os meus doze anos, envergonhei-me por não saber ler”*. Foi tentando decifrar o conteúdo de um deles - o poema *Camões*, de autoria de Almeida Garrett - que aprendeu, por conta própria, a eliminar sua vergonha. Emocionado, escreveu, então, duas cartas ao escritor português, cujos originais decidiu posteriormente conservar, por se tratarem de documentos de sua *“infância dramática”*. As cartas, publicadas recentemente,²⁶ foram *“boçalmente escritas”*, nas palavras do seu próprio autor, apresentando muitas *“faltas de gramática, pontuação erradíssima, ortografia estapafúrdia, incongruências e erros palmares contra a história e contra o senso comum”*. Algumas vacilações visíveis na ortografia e na segmentação das palavras são similares às encontradas nos textos, da mesma época, de autoria dos tapuios cabanos, já mencionados aqui, no segundo capítulo.

Entre a população do Baixo Amazonas, nessa época, as raras pessoas capazes de ler e escrever fluentemente transformavam a leitura num ato coletivo, compartilhando-a com

²⁶ As duas cartas a Almeida Garrett, de janeiro e julho de 1845 respectivamente, foram reproduzidas na biografia de Francisco Gomes de Amorim, de autoria de José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, intitulada *“Aprendiz de Selvagem”* (Carvalho 2000: 229-233). Sobre o processo de alfabetização e o encontro com a obra de Garret, ver Amorim (1881, t.I: 2).

grupos iletrados. Sobre essa prática, Gomes de Amorim nos dá indicações, relatando que, mesmo depois de mudar para Belém, onde trabalhou como caixeiro, continuava organizando sessões de leitura, durante as quais lia em voz alta a *História de Carlos Magno* para um auditório de “pretos, tapuios e mulatos”, e todos compreendiam tão bem o seu conteúdo, que no relato da morte de Roldão, “desatavam num berreiro de choro”. (Carvalho 2000: 75, 233). O português Amorim, bilíngüe (LP-LGA), que aprendeu a ler e escrever em Alenquer, como um bom contador de histórias, tornou-se o primeiro escritor português de verdadeira inspiração amazônica, precursor de Ferreira de Castro.²⁷ A sua obra, pouco conhecida no Brasil, está impregnada de elementos interculturais e bilíngües.

Por outro lado, o tapuio da tripulação de Bates que, ao contrário do imigrante português, sabia ler e escrever, também não era um caso isolado. É possível encontrar registros, embora raros e fragmentados, referentes a um certo exercício de leitura e de escrita, em Língua Geral e em português, por parte de tapuios. Eles desenvolveram sobretudo o gênero epistolar – bilhetes e cartas – que por não terem sido impressos, acabaram se perdendo. Conservou-se, apenas, a literatura de caráter religioso, algumas poesias, letras de canções anônimas e narrativas. Alguns desses manuscritos foram recolhidos pelo cônego Francisco Bernardino de Souza,²⁸ em suas viagens pelo Pará e Amazonas, entre outros, uma breve carta do tuxaua Vicente, dando os pêsames e tentando consolar um amigo branco, cuja filha havia falecido. A transcrição de um trecho pode dar uma idéia de como a Língua Geral chegou a desempenhar, embora precariamente, a função de comunicação corrente, através da escrita. A tradução é de responsabilidade do cônego:

²⁷ José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) nasceu em São Pedro de Osselas, no norte de Portugal. Da mesma forma que Amorim, com dez anos de idade, orfão de pai, emigrou para Belém do Pará. Embarcou para um seringal no rio Madeira, onde trabalhou durante alguns anos como seringueiro. De retorno a Belém, editou um jornal intitulado ‘Portugal’, destinado à colônia lusa. Finalmente, voltou ao seu país natal e publicou o romance ‘A Selva’, recriando a experiência que viveu no seringal. “Com ele, a literatura amazônica marcou o seu primeiro encontro público com os leitores do mundo” (Souza 1978: 127). Escreveu ainda outros romances, o último dos quais intitulado ‘Instinto Supremo’, onde relata a pacificação dos índios Parintintin.

²⁸

Francisco Bernardino de Souza (1831- ?) nascido na ilha de Itaparica, na Bahia, foi ordenado padre em 1854, transferindo-se seis anos depois para o Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de professor do Colégio Pedro II e do Seminário Episcopal São José. Viajou pela Amazônia, como responsável pelos trabalhos etnográficos da *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas*. Os resultados dessas viagens foram inúmeros artigos, publicados em jornais, e dois livros (Souza: 1873 e Souza: 1874/1875). Neles, reproduziu, entre outros textos em Língua Geral, a letra do hino da festa popular do Sahiré, de caráter religioso, canções de ninar e trechos do catecismo inédito do padre Manoel Justiniano Seixas. Publicou, além disso, um léxico em língua Bonari e a íntegra do discurso, em português, do líder cabano, Maparajuba Miguel Apolinário, comandante geral das forças do Baixo e Alto Amazonas, datado de 23 de abril de 1836.

“Aiana re iassiu, cariuá, ne ra era umanú, iché chaquá, chasse ne peá, tenupã moiramé. Tupana u’senú iné aé perê, ne raiera miri, ussuanti iné: aiana re iãssiu!. A tradução é: Basta de chorar, branco; tua filha morreu; eu sei que muito deve doer-te o coração. Deixa, porém, quando Deus chamar-te a si, tua filhinha correrá a encontrar-se contigo. Basta de chorar” (Souza 1875, II: 93).

De qualquer forma, essa prática de leitura e escrita em Língua Geral, de reduzido alcance, não foi suficiente para garantir sua sobrevivência, num contexto definido por alguns sociolinguistas como sendo de *‘bilingüismo ambiental’*, consequência do contato entre duas línguas, *“cuando una de ellas, generalmente la del Estado, tiene un carácter expansivo por su mayor peso demográfico y cultural”* (Moreno 1998: 346). No caso específico das vilas e povoações do Baixo Amazonas, os falantes de português adquiriram um maior peso demográfico, depois da abertura de várias linhas de navegação a vapor, que facilitou a imigração. Com o *rush* da borracha, os nordestinos, perseguidos pelos rigores das secas, começaram a chegar, transformando os núcleos urbanos em passagem obrigatória para os seringais, que eram *“centros demográficos em movimento e em crescimento constante”*. O Censo de 1872 indica que algumas vilas ultrapassaram o teto de 25.000 habitantes, como Santarém, Cametá, Breves e Vigia. Várias delas ascenderam à condição político-administrativa de cidade, como ocorreu, desde meados do século, com Santarém, cujo bairro tapuio começou a ser demolido em 1869, substituindo *“as cabanas de palhas dos velhos indígenas”* por construções mais sólidas, e os moradores *“descendentes de índios”* pelos novos imigrantes. Os tapuios, ano após ano, abandonavam esses espaços urbanos, que se tornavam *“civilizados demais”* para eles. Os que teimaram em ficar, acabaram sendo compulsoriamente recrutados como ‘voluntários’ para a Guerra do Paraguai, para a qual *“o Baixo Amazonas, com seus municípios, comparecera com 746 homens”*, sendo a maioria deles falantes de Língua Geral (Reis 1979: 122, 144,155).

Ao crescente peso demográfico dos falantes de português, somou-se o peso cultural e político de uma língua, falada em todo o território nacional, cujo uso era garantido pelo sistema de educação escolar. No seu retorno para a Europa, depois de viver mais de dez anos na Amazônia, Henry Bates observou que havia *“uma escola primária para meninos*

em cada cidadezinha, desde o Pará até às fronteiras do Império”, mantida totalmente pelo governo. Os moradores “pareciam bastante conscientes das vantagens que a educação proporcionava aos seus filhos”. Uma delas, era justamente o uso obrigatório da língua portuguesa e a alfabetização nessa língua, cujos resultados surpreendiam os observadores, que registraram “a rapidez com que os meninos, tanto brancos, quanto de cor, aprendem a ler, escrever e contar”. O próprio Bates, depois de participar de uma banca examinadora para a escola secundária, em Santarém, reconheceu que “os conhecimentos demonstrados pelos jovens, a maioria dos quais não tinha completado 14 anos, eram apreciáveis, principalmente em gramática, e a facilidade com que aprendiam as coisas teria enchido de satisfação um mestre europeu (Bates 1979: 142-143, 312-314).

Fragilizada demograficamente, banida da escola e das cidades, a Língua Geral agonizava também nas vilas e nas povoações do Baixo Amazonas. Quando Charles Frederick Hartt, na década de 1870, coletou narrativas na região, provavelmente estava ouvindo os derradeiros guardiões da tradição oral em Monte Alegre, Óbidos e Santarém. *“A língua geral ainda falada pela gente velha, vai pouco a pouco cedendo terreno à portuguesa, e a próxima geração achá-la-á extinta entre eles” (Hartt 1885: 133).* Foi o que efetivamente ocorreu no final do século XIX, quando a Língua Geral ficou circunscrita à região do Alto Amazonas.

4.5.2 - No Alto Amazonas: os ‘tapuios’

“O fato é que esses índios pertenciam a diversas tribos e não sabiam falar todos a mesma língua. Assim, era virtualmente impossível fazê-los obedecer a um líder e trabalhar eficientemente em conjunto. É a única explicação que me ocorre”. Wallace (1979:219), tentando esclarecer o comportamento dos tripulantes indígenas, na travessia de uma cachoeira no alto rio Uaupês, em março de 1851.

A Comarca do Alto Amazonas, criada em 1833, com sua sede em Manaus, correspondia ao território da antiga Capitania de São José do Rio Negro, que depois, em 1850, se transformou em província, e hoje é, *grosso modo*, o atual estado do Amazonas, com uma área superior a 1.500.000 km². Na época, esta Comarca foi subdividida em quatro

termos (ou municípios): *Manaus*, que incluía a zona da Guiana, a partir do rio Nhamundá; *Tefé*, que cobria toda a área dos rios Solimões e Japurá; *Luséa*, abrangendo o rio Madeira e a região conhecida como mundurucânia; e, finalmente, *Mariuá*, envolvendo parte do rio Negro e seus afluentes. Esses territórios abrigavam 1 cidade, 3 vilas e 35 povoações, organizadas em 18 freguesias, com uma população recenseada total de 40.584 habitantes, segundo o censo de 1840, além de centenas de aldeias indígenas excluídas dos censos (Amazonas 1852:30). A única cidade era Manaus, habitada por 9% da população, cuja situação sociolingüística já foi anteriormente abordada. O interesse, agora, é sobre os 91% dos habitantes, que viviam no interior e que falavam, majoritariamente a Língua Geral, quase sempre como monolíngües.

De acordo com o censo de 1814, mamelucos, mestiços e brancos – juntos - representavam 18% dos moradores das vilas e povoações, os negros constituíam 4.0%, enquanto os índios eram a indiscutível maioria: 78% (Spix & Martius 1981: 41). Retirados de suas aldeias de origem e levados, compulsoriamente, para as povoações, os índios passavam a residir com outros índios provenientes das mais variadas famílias lingüísticas. Nessas condições, os casamentos interétnicos eram a regra geral. Destribalizados, sem interlocutores em suas línguas maternas, ocorreu o que foi registrado, em 1820, pelos dois naturalistas alemães:

“E essa mistura de gente, primitivamente moradora quase toda das margens do Solimões, entre Coari, e o Jutai, mas também do Japurá e rio Negro, se foi fundindo numa população atualmente de língua e costumes uniformes” (Spix & Martius 1981: 179)

A língua *uniforme* era a Geral, e os costumes eram os da sociedade ‘*fusca*’, que se formava no Alto Amazonas, num processo iniciado no século XVII, com o sistema de aldeamento jesuítico. No século XIX, embora o processo já estivesse consolidado, continuava o fluxo ininterrupto de índios ‘*selvagens*’, de suas aldeias para as vilas e povoações, que desta forma exerciam, com a LGA, função similar à que as cidades desempenhavam em relação à língua portuguesa. Era lá, que os índios ‘*selvagens*’ ficavam ‘*mansos*’ e aprendiam a Língua Geral, tornando-se bilíngües (LV-LGA). Era lá que, em

uma ou duas gerações, se perdiam as línguas vernáculas e, desta forma, predominava o monolinguismo (LGA), passando esses falantes à condição de ‘*tapuios*’. Esse processo foi acompanhado por Spix & Martius, em cada vila e em cada povoação, como na freguesia de Serpa, atual Itacoatiara, próximo à foz do rio Madeira, onde os moradores índios, que “*falavam a língua geral, tinham perdido todo o vestígio de suas diferentes origens*”; em Silves, no lago Saracá, “*nenhum deles tinha distintivo nacional e não sabiam dizer de que tribo descendiam*”; em Fonte Boa, no alto Solimões, “*só restam poucos vestígios*” de sua antiga filiação lingüística (Spix & Martius 1981: 127,130, 202).

A identificação da procedência lingüística dos moradores indígenas é importante, porque pode fornecer pistas para explicar as variedades dialetais da Língua Geral. Embora eles tivessem esquecido as línguas que falavam seus pais e avós, existem documentos que registraram essas informações, alguns do século XVIII,²⁹ usados como fontes por Spix & Martius, que além disso fizeram, em campo, um levantamento minucioso, indicando, povoação por povoação, as línguas vernáculas que aí foram um dia faladas. Através dessa documentação, ficamos sabendo que em cada localidade, os seus falantes eram originários de uma grande diversidade de línguas, das mais distintas famílias: *Tupi, Karib, Arawak, Tukano, Pano, Katukina, Huitoto, Mura* e de um sem-número de línguas não-classificadas. No entanto, eles encontraram um “*veículo para entendimento mútuo*” - a Língua Geral - que se viabilizou “*por sua grande correspondência com os demais idiomas indianos na estrutura das palavras, na sintaxe e em toda a espiritualidade prática*” (Spix & Martius 1981: 44).

Na realidade, sabemos que a correspondência lexical e sintática da LGA ocorre apenas com línguas do mesmo tronco – o tupi. Com línguas de outros troncos, isso não acontece, como verificou um observador europeu, Henry Bates, que viveu mais de três anos na vila de Ega (atual Tefê), no alto Solimões, para onde convergiam índios dos rios Japurá, Içá e Solimões, falantes de múltiplas línguas e, até mesmo, negociantes ingleses e brasileiros do Pará. Lá, ele encontrou, entre os empregados domésticos, “*indivíduos de pelo menos dezesseis*

29

Destacam-se três relatos do século XVIII: o *Roteiro de Viagem da cidade do Pará até às últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro*, escrito em 1768, pelo cônego Monteiro de Noronha (Noronha: 1997); o *Diário de Viagem* do ouvidor Sampaio, pelas povoações da Capitania do Rio Negro, em 1774-1775 (Sampaio: 1985) e as *Memórias* do bispo diocesano do Pará, D. Frei Caetano Brandão, contendo as crônicas das visitas pastorais realizadas no período de 1783 a 1789, transcritas em dois tomos, por um autor anônimo, sob o título *Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão*. Braga, Tip. Dos Órfãos, 1868.

tribos diferentes”, notando que “bandos de indígenas, pertencentes a uma mesma tribo e vivendo à margem do mesmo braço de rio, costumam falar línguas mutuamente incompreensíveis”, como era o caso dos Miranha, no Japurá, e dos Kulina, no Juruá. Para ele, a vila de Ega, da mesma forma que outras do Alto Amazonas, era um centro onde aqueles índios tipificados como ‘selvagens’ acabavam adquirindo a Língua Geral. Suas observações foram, em grande medida, resultado de tentativas malogradas de interação com uma criança doente, que ele acolheu, como hóspede, em sua casa. Era uma índia monolíngüe, que falava miranha, uma língua do tronco Huitoto, com quem não conseguiu comunicar-se, nem ele, nem moradores índios bilíngües (LV-LGA), que falavam passé – língua do tronco Aruak, ou juma, do tronco Karib, ou ainda coretu, do tronco Tukano. Uma velha índia, bilíngüe em língua miranha e LGA, serviu, então, de tradutora, evidenciando que a força da Língua Geral residia no fato de permitir comunicação permanente entre os índios, “de uma ponta à outra do grande rio, numa extensão de 3.800 quilômetros”. (Bates 1979: 205-209). Quanto à sua aprendizagem e viabilidade, ele esclareceu, de forma mais objetiva, aquilo que Spix & Martius definiram como espiritualidade prática:

“É notável a facilidade com que indígenas de nações diversas, que têm sua própria língua – ao que tudo indica muito distintas umas das outras – aprendem o tupi quando chegam a Ega, onde é esse o idioma comum. Isso talvez possa ser atribuído, em grande parte, ao fato de serem as mesmas as formas gramaticais de todas as línguas indígenas, embora as palavras sejam diferentes. Além do mais, todos os indígenas têm a mesma maneira de pensar, e os assuntos sobre os quais falam são sempre os mesmos. Essas circunstâncias também contribuem para tornar fácil o aprendizado das outras línguas” (Bates 1979: 209).

No censo de 1840, o número de índios moradores nas vilas e povoações caiu de 78% para 58%, com os brancos representando 9%, os mamelucos 26%, os mestiços 4% e os negros 3%, mas todos eles continuavam falando a Língua Geral (Amazonas 1852:24). As vilas permaneciam como núcleos, onde não apenas os índios, mas também os viajantes e os residentes europeus se iniciavam nessa língua de expressão regional. O naturalista inglês, Henry Bates, aprendeu noções básicas dela com um mestiço, tripulante do barco,

durante suas viagens pela Amazônia, o que lhe foi extremamente útil para coletar os dados que necessitava para a descrição de duas festas religiosas, uma em Ega e outra em Vila Nova, ambas com fortes marcas interculturais. Na primeira, *“misturavam-se os rudes jogos indígenas com as cerimônias introduzidas pelos portugueses”*. Na segunda, em honra de Nossa Senhora da Conceição, a bebida era *“mandioca fermentada”*; a dança, *“uma modalidade de lundu português”*; o dono da casa *“um tapuio civilizado”*, isto é, bilíngüe (LGA-LP), e entre todos os convidados, cerca de sessenta índios e mamelucos, *“alguns deles sabiam português, mas a língua tupi era a única que falavam entre si”* (Bates 1979: 120, 210,195).

Nessa mesma época, o colega de Bates, Alfred Wallace, encontrou, no alto Solimões, famílias européias que haviam optado pelo uso da Língua Geral no espaço doméstico, entre elas a de um francês, residente há mais de vinte anos na região, que *“criou o hábito de conversar com a mulher e os filhos em língua geral, achando-o preferível ao francês ou ao português”*. Encontrou ainda diversos colonos portugueses, cujos filhos eram monolíngües em Língua Geral. No alto rio Negro, na vila de Marabitanas, assistiu a celebração de casamentos oficiada por frei José dos Santos Inocentes, seguida de um sermão, que *“teria sido extremamente útil para os noivos se eles tivessem compreendido. Mas como o sacerdote falou em português, de nada adiantou”* (Wallace: 1979: 146,147,293).

No entanto, essa situação começou a mudar, a partir da segunda metade do século XIX, quando a navegação a vapor facilitou a entrada de imigrantes provenientes de outras regiões do Brasil e de Portugal, trazendo com eles a língua portuguesa, que iniciou sua subida pelo rio Amazonas e seus afluentes, instalando-se em suas vilas e povoados. Notícias sobre o início dessa mudança foram dadas pelo capitão de artilharia Joaquim Firmino Xavier, um paulista que comandou os fortes de Tabatinga, no alto Solimões, e o de São José de Marabitanas, no Rio Negro. Em relatório de 1858, reproduzido por Avé-Lallemant, o capitão Firmino atesta que a população *ticuna* do alto Solimões, que vivia em Tefé, Amaturá e São Paulo de Olivença, já começava a falar *“um péssimo português”*. No rio Negro, em cerca de vinte povoações e aldeias, nominalmente citadas, a língua portuguesa era falada, *“muito mal”* pelos homens adultos, mas era desconhecida das mulheres - bilíngües em LGA e língua vernácula - e das crianças, em geral monolíngües em *baré*, *warekena*,

baniwa, tukano, mutum e outras línguas. Numa povoação, São Felipe, ele observou um caso singular de bilingüismo: “*Os homens são quase todos mamelucos e falam bem o Português; as mulheres, ao contrário, são bronzeadas e só falam a língua geral*” (Avé-Lallemant 1980: 124-137).

A situação de São Felipe e de outras povoações do rio Negro obrigava os homens a usar o português apenas para alguns tipos de contatos externos e situações especiais, destinando a Língua Geral para o uso doméstico, cotidiano. A reprodução das línguas se fazia basicamente através do núcleo familiar, mas eram as mulheres que desempenhavam o papel preponderante. Na medida em que elas não falavam o português, as crianças acabavam reproduzindo a situação de suas mães, tornando-se ou bilíngües (LGA-LV) ou monolíngües (LGA). Um caso relatado por Wallace, ocorrido num vilarejo chamado Nossa Senhora da Guia, próximo a São Gabriel, no rio Negro, habitado por índios *baré, warekena e baniwa* ilustra o papel que a língua portuguesa estava desempenhando na nova ordem social. Lá, ele ficou hospedado na casa de um português, pai de cinco filhas, que se separou da mulher, porque ela “*mostrou-se incapaz de educá-las adequadamente, visto que nem sequer sabia falar o português. Sem hesitar, ele a pôs para fora de casa e arranhou outra mulher mais jovem e educada*”, justificando:

- *Ela era índia e só sabia falar língua de índio. Enquanto minhas filhas ficassem em sua companhia, nunca iriam aprender o português!* (Wallace 1979: 136).

Este episódio evidencia não só a perda de funções da LGA, mas a importância e o prestígio que, para as práticas sociais mais valorizadas, vai ganhando a língua portuguesa. Neste sentido, o papel da escrita compõe esse quadro de referência. A quase totalidade da população das vilas do rio Negro nunca havia visto um livro, como atesta o capitão Firmino: “*Em Marabitanas apenas dois habitantes sabiam ler e escrever, em Guia um, e nas outras nenhum*” (Avé-Lallemant 1980: 130). Essa situação podia ser generalizada para o Alto Amazonas. De tradição basicamente oral, a Língua Geral se sustentava, num contexto em que 93% da população, em 1850, eram iletrados, 6,5% sabiam ler e escrever, e apenas 0,5% tinha “*mais instrução que a ordinária*”. Segundo o comandante militar Lourenço Amazonas, nessa

época, “*só existiam em toda a Comarca três cadeiras de primeiras letras*” e assim mesmo, muitas vezes ficavam sem professor, levando-o a concluir: “*o desleixo pela instrução não direi que admira, mas que espanta*” (Amazonas 1852: 25). Depois que o Amazonas foi elevado à categoria de província, em 1850, as vilas e muitas povoações ganharam uma escola, cujo funcionamento foi avaliado, em 1861, pelo poeta Gonçalves Dias. Nomeado visitador das escolas da província, ele constatou, como vimos no primeiro capítulo, que o sistema não funcionava, porque na sala de aula era usado o português, quando a língua falada em casa, na rua e em todos os lugares, era a *Geral*. O poeta recomendou, no entanto, a continuidade do uso obrigatório do português, para habituar as pessoas a falá-lo, e ao mesmo tempo desabitua-las com a LGA (Dias 1861:16), o que passou a ser feito, em escala cada vez maior. O número de escolas públicas oficiais duplicou, em doze anos, subindo de 25, em 1864, para 49, em 1876, e atingindo, dez anos depois, o total de 109 escolas primárias, em toda a província do Amazonas (Bittencourt 1925: 281-287).

A escola, transformando índios *tapuios* em *civilizados*, em muito contribuiu para que as vilas e povoações do Amazonas deixassem de ser monolíngües em Língua Geral, passando por uma fase de transição onde predominou o bilingüismo (LGA-LP). Mas foi, sobretudo, o fluxo migratório contínuo de nordestinos, que provocou mudanças no quadro sociolingüístico. O total da população de vilas e povoações, muitas das quais foram convertidas em cidades, pulou de 53.012 habitantes, em 1872, para 147.915 indivíduos em 1890, daí para 249.756, em 1900. Em 1920, o total da população dos 28 municípios nos quais se dividia o estado do Amazonas já era de 361.166 (Bittencourt 1925: 151).

Aconteceu no Alto Amazonas, o que já havia sido observado no Pará: “*Os costumes mudaram rapidamente depois que os navios começaram a subir o Amazonas (1853), trazendo uma infinidade de idéias e de modas novas*” (Bates 1979: 141). Com elas vieram também muitos produtos de consumo, transportados da Europa pelos navios que voltavam carregados de borracha. O comércio cresceu, de 1850 a 1865, em mais de 300%, segundo Tavares Bastos (1866: 209). Num castanhal perdido nas matas do rio Arapecú, afluente do Trombetas, José Veríssimo viu, em 1877, dentro de uma cabana ou barraca, “*uma máquina de costura da fábrica Singer*”. Não era um caso isolado. Ele mesmo comenta: “*Esse invento, por ventura o mais importante do século, tem entrado por toda a parte e não é raro encontrá-lo em lugares tão inferiores como os castanhais*” (Veríssimo 1878:

51). Ali onde entravam os produtos europeus industrializados, operava-se uma ruptura na rede tradicional de comércio - base de sustentação da Língua Geral - e eram criadas as condições objetivas para a hegemonia da língua portuguesa. Foi o que aconteceu no rio Solimões e nos principais afluentes do Amazonas onde predominou a exploração da borracha, e onde, na virada do século, o português tornara-se hegemônico. A Língua Geral permaneceu com certa força apenas nas povoações do rio Negro - onde coexistia com outras línguas indígenas e com o próprio português - nas cabeceiras dos rios mais afastados e nos sertões onde o navio a vapor não entrava.³⁰

4.6 - Nas aldeias, os 'índios mansos'

“Cada nação fala sua gíria, e he muito raro achar-se alguma que com outra se assemelhe, (...) porém todas as nações que se relacionão com os estabelecimentos christãos fallão a lingoa geral ou túpica” (Lourenço Amazonas 1852: 90).

Com exceção de cidades, vilas e povoações, onde era possível, em 1820, encontrar “gente de origem européia”, os demais aglomerados humanos existentes no espaço amazônico eram ocupados apenas por povos originários da região. Segundo o testemunho de viajantes, “todo o vasto território, até imensa distância, é exclusivamente habitado por tribos de índios muito espaçadas, entre as quais nenhuma família européia tomou pé” (Spix & Martius 1981: 97). Esses índios, monolíngües (LV), eram designados como ‘selvagens’, ‘errantes’, ‘boçais’ ou ‘bravios’, quando viviam em aldeias autônomas, afastadas de qualquer contato com a sociedade regional; e de ‘índios mansos’, quando abandonavam essas aldeias de origem para residir em aldeamentos dependentes da Igreja

³⁰ Uma boa descrição do funcionamento da rede de comércio tradicional, baseada no regatão ou ‘ambulante’, que circulava em pequenas embarcações movidas a remo, encontra-se no relatório do capitão Firmino sobre a situação do Rio Negro, datado de 1858: “Um desses ambulantes adianta a um índio não civilizado 100, 200, 300 mil-réis de artigos que, pagos pelo seu valor real, mal perfaziam 10, 20 ou 30 mil-réis. E a fim de pagá-los, o índio tem de trabalhar anos inteiros, evitar a atenção das autoridades, deixar a aldeia e não empregar-se em serviço público. [...] Esses ambulantes são cancros, que infestam as margens do Rio Negro, e causadores do atraso dos índios” (Avé-Lallemant 1980 : 131)

ou do Estado, onde se tornavam bilíngües (LV-LGA), em contatos esporádicos com a sociedade regional envolvente.

No final da Cabanagem, em 1839, o presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco, embora reconhecendo a impossibilidade de determinar o número de índios ‘*selvagens*’, admitiu que eles podiam chegar até a 200.000 - uma população ligeiramente superior ao total dos habitantes de cidades, vilas e povoações amazônicas da época. Essa estimativa parece acanhada, se confrontada com o cálculo da população de alguns grupos étnicos: os *Mura*, por exemplo, que haviam se expandido do rio Madeira para outras áreas dos rios Negro, Amazonas e Solimões, tinham uma população considerada entre 30.000 a 40.000 indivíduos; os *Munduruku* do rio Tapajós foram avaliados entre, no mínimo, 18.000 e no máximo 40.000 pessoas; os *Mawé*, que viviam em centenas de malocas redondas entre os rios Tapajós e Madeira, somavam, no mínimo, 16.000 índios (Spix & Martius 1981: 120,276,279). Esses eram, no século XIX, os três grupos demograficamente mais importantes. No entanto, havia, em 1840, só no Alto Amazonas, outras 213 ‘*nações indígenas*’, segundo Lourenço da Silva Amazonas, que apresentou uma longa lista, em ordem alfabética, nomeando cada uma delas e indicando os rios, regiões, aldeias e lugares onde se localizavam (Amazonas 1852: 93-99). Se considerarmos uma média de 1.500 índios por *nação*, o total se aproximaria bastante dos 350.000 índios ‘*selvagens*’, calculados para toda a Amazônia, em 1876, pelo ex-presidente da província do Pará, o general Couto de Magalhães, para quem os brasileiros “*não tem idéias precisas das grandes extensões do nosso país que são ainda dominadas pelos aborígenes*”. Depois de estudar a densidade demográfica da região, ele atribuiu tal desinformação a uma generalização equivocada: “*como os índios desapareceram da costa, muitos os supõem quase extintos, julgando que a área povoada pelo brasileiro cristão é a quase totalidade de nosso país. A verdade é justamente o contrário, como ficou demonstrado*” (Magalhães 1975: 30).

A quantidade incalculável de índios ‘*selvagens*’, falando mais de duzentas línguas diferentes, constituía o reservatório de onde eram retirados os moradores dos aldeamentos, organizados com a colaboração da Igreja, porém sob o controle do Estado. Durante a primeira metade do século XIX, essas aldeias, relativamente esvaziadas, ficaram sob a responsabilidade do Juiz de Órfãos e, depois, do Ouvidor da Comarca, com intervenção esporádica de missionários. Mas em 1845, o Decreto Imperial nº 426 regulamentou, para

todo o Brasil, a *catequese e civilização dos índios*, determinando como deviam ser feitos o recrutamento, a formação dos aldeamentos e o funcionamento das missões; cada província contaria com um diretor geral de índios, nomeado pelo Imperador, e cada aldeia, com um diretor parcial e um missionário, responsável, entre outras funções, pela escola de primeiras letras, que devia “*ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução*” (Regulamento das Missões em Beozzo 1983: 169-178).³¹

Depois de criada a província do Amazonas, em 1850, o governo desenvolveu uma política de aldeamentos, caracterizando-os nitidamente como ‘depósitos’ ou ‘currais’ de índios, que funcionavam como reserva de mão-de-obra, tanto para as obras públicas como para o serviço de particulares. O sistema de trabalho, de acordo com o regulamento vigente, era baseado no rodízio: o presidente da província requisitava dos diretores parciais de aldeias o envio de um número determinado de índios, que eram, então, transportados para a capital ou para as vilas e povoações, e lá permaneciam durante dois ou três meses, findos os quais retornavam ao aldeamento, sendo substituídos por outro contingente. Eles eram empregados em calçamento de ruas, praças, aterros, construção de igrejas, cadeias, quartéis, mercados, edifícios públicos, tripulação de canoas das comitivas oficiais e do correio oficial, ou na extração de produtos da floresta. Nas leis orçamentárias, ano após ano, são abertas verbas do crédito governamental para a alimentação e o vestuário dos índios que trabalhavam nas obras públicas.

No ano de 1853, por exemplo, os índios participaram, nesse sistema de rodízio, trabalhando, em Manaus, na construção do quartel, na olaria provincial e na serraria, merecendo os elogios do presidente da província, Ferreira Pena:

“Quase todos os trabalhadores são índios do alto Rio Negro, que recebendo pontualmente os seus jornais no fim de cada semana (...) tem-se prestado ao serviço de melhor vontade que dantes” (RP – Pena 1854: 14).

³¹ O Regulamento das Missões, promulgado em 1845, “*é o único documento indigenista geral do Império. Detalhado ao extremo, é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios. Depois dele, a única inovação perceptível é, nos anos 70, a experiência de Couto de Magalhães no vale do rio Araguaia, que o governo pretendeu estender ao Amazonas e ao Mucuri ou ao rio Doce*”... (Cunha 1992:141).

O pagamento dos jornais, na realidade, era um prato diário de comida e poucos metros de pano de algodão no final da empreitada. Contrariando a imagem de ‘indolente’ difundida na região, o presidente da Província elogiou a “*conduta pacífica e laboriosa*” dos índios das aldeias do rio Negro, diferente dos *mura*, considerados como ‘*rixosos*’, porque resistiam ao trabalho compulsório. No entanto, ele lamenta que nenhum índio queria fixar-se na capital, preferindo voltar ao local de origem, logo no final do prazo do rodízio, o que dificultava a capacitação nos ofícios mecânicos, porque quando começavam a adaptar-se ao trabalho, já era o momento de retornar: “*Nem me parece conveniente obrigá-los a ficar, para que não se desgostem*” (RP – Pena: 1854: 15).

A política de aldeamentos ou de formação de ‘currais de índios’ teve um notável êxito do ponto de vista quantitativo. Ela foi precedida de várias viagens exploratórias,³² organizadas pelo governo, com o objetivo de “*entender-se com as tribos indígenas para se informar das suas inclinações e disposições para a vida civilizada*” (RP - Cunha 1862: 5). A idéia, também, era avaliar o potencial de mão-de-obra e escolher os lugares considerados mais propícios para os novos aldeamentos, o que foi feito. Milhares de índios abandonaram compulsoriamente suas aldeias de origem, ano após ano, num processo relativamente bem documentado para a Província do Amazonas, durante pelo menos uma década, na qual os diretores obedeceram a legislação, confeccionando mapas estatísticos de cada aldeamento. Esses mapas, publicados como anexos nas falas dos presidentes de província e nos relatórios da Diretoria Geral de Índios, discriminam - aldeia por aldeia - o número de casas, fogos ou malocas, o número de igrejas, o total de homens e mulheres, de adultos e de menores, bem como a origem tribal de seus habitantes e o nome do diretor da aldeia; há ainda um campo para observações, que era ocupado quase sempre com dados sobre as atividades econômicas ali realizadas. Vale a pena reproduzir aqui pelo menos um quadro resumido de seu conteúdo, apresentando os totais gerais:

³² Os relatos dessas expedições constituem fontes indispensáveis para tratar da situação dos índios aldeados, classificados como ‘*mansos*’. Duas expedições foram feitas no Solimões, saindo de Manaus até o Peru: a primeira, sob a responsabilidade do engenheiro militar Conde Rozwadowski (1854) e a segunda, por Wilkens de Mattos (1854). No rio Negro, igualmente duas viagens exploratórias: Hilário de Gurjão (1854) e Leovigildo Coelho (1861); o rio Madeira foi explorado por Silva Coutinho (1861), e, o rio Purus por Manuel Urbano da Encarnação (1861).

ÍNDIOS ALDEADOS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

	1856	1857	1858	1860	1862	1866
Habitantes	6.748	10.260	8.878	15.832	13.676	17.385
Aldeamentos	104	139	-	-	160	196
Casas, fogos ou malocas	510	671	686	1.013	-	757
Igrejas	13	16	9	-	-	21
Sedes de Diretorias	24	24	27	49	40	38

Fontes: Relatórios da Diretoria Geral dos Índios no Amazonas: Wilkens de Mattos (1856); Wilkens de Mattos (1858); Guimarães (1866); Livro 1856-1857 de Ofícios da Diretoria de Índios. Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas: Vieira (1856); Amaral (1857); Furtado (1858); Cunha (1861); Cunha (1863) e Mello (1866).

A diminuição, em 1858, dos índios aldeados, ocorreu porque, no rio Negro, mais de 3.000 índios abandonaram suas aldeias e fugiram para a Venezuela, em decorrência da violenta repressão que sobre eles se abateu, quando da tentativa de aniquilamento do movimento messiânico do 'falso Cristo'.³³ Já a redução, em 1862, reflete o fato de que os mapas estatísticos estavam incompletos, deixando de fora muitos aldeamentos. De qualquer forma, em apenas dez anos – de 1856 a 1866 – o número de aldeias quase duplicou, aumentando de 104 para 196, e o número de índios aldeados quase triplicou, subindo de 6.748 para 17.385, disponibilizando uma considerável reserva de mão-de-obra indígena.

Do ponto de vista sociolingüístico, o sistema de rodízio permitia que esses índios aprendessem a interagir, embora de forma elementar, em Língua Geral, ao obrigá-los a se deslocar durante um período do ano para as cidades, vilas e povoações, contribuindo, em grande medida, para torná-los bilíngües (LV e LGA). O que predominou foi essa aprendizagem, por imersão, já que as escolas, previstas em lei, não chegaram a ser criadas nos aldeamentos, mesmo porque, durante o resto do ano, seus moradores se dedicavam ao extrativismo, cujos produtos eram trocados com comerciantes, para o qual também era

33

Na região do rio Negro, a partir da década de 1850, eclodiram vários movimentos messiânicos e milenaristas, começando com Venâncio Kamiko, conhecido como 'Cristo do Içana', em 1857, seguido por Basílio Melgueiro, que se dizia um novo Cristo, até os últimos messias no começo do século XX. Esses movimentos estão bem documentados na revista do Arquivo Público do Amazonas (APA), no registro de viajantes como Avé-Lallemant, na tradição oral dos índios e no trabalho de Wright (1981).

indispensável o uso desta segunda língua. Mas nem todos os índios aldeados eram bilíngües, e nem todos os bilíngües usavam a LGA com igual fluência, como notou Bates, numa excursão aos arredores de Ega, no rio Catuá. Lá, numa ilha do mesmo nome, ele encontrou uma população, da qual fazia parte uma família de índios *Xumana*, que “*tinha sido vergonhosamente lograda por um mercador velhaco, numa outra praia, e quando nós chegamos, veio apresentar queixa ao sr. Cardoso, que era o delegado de polícia do distrito. A maneira branda como o velho chefe da família expôs o seu caso, num tupi estropiado, sem o mais leve traço de raiva na voz, conquistou nossas simpatias para a sua causa*” (Bates 1979: 244).

A Língua Geral era, assim, um instrumento indispensável para as relações comerciais e políticas dos índios e até para funções administrativas, permitindo registrar queixas, fazer requerimentos, trocar seus produtos e comunicar-se com as autoridades locais, ainda que apenas através do registro oral. De qualquer forma, nesse contexto, aparecia como ‘língua de civilização’, porque servia de contato com a administração local, mas também de elo com os visitantes forasteiros, o que foi percebido por vários viajantes, que manifestavam seu desconforto diante das línguas vernáculas, e seu alívio, quando encontravam nas aldeias algum falante de LGA, com quem podiam interagir. Nesse caso, isso significava que era dispensável o conhecimento de todas as línguas de uma região, indicando que ali onde havia chegado a Língua Geral, havia chegado a ‘civilização’. Martius, ao subir o rio Japurá, visitou aldeias *miranha*, cujos habitantes eram monolíngües (LV), e, por isso, foram considerados ‘*rudes*’ e ‘*selvagens*’. Já os moradores de outra aldeia, dos *juri*, foram reputados como “*um povinho civilizado*”, porque a maioria falava a Língua Geral, o que permitiu inclusive solucionar problemas de saúde de alguns membros da comitiva (Spix & Martius 1981:248). Similar atitude teve Avé-Lallemant, para quem as “*gírias e jargões*” dos índios ‘*selvagens*’, não constituíam línguas “*perfeitamente articuladas*”, o que representava “*grande obstáculo para a civilização*” (Avé-Lallemant 1980: 142). Reeditando antigos discursos coloniais, o príncipe Adalberto, da Prússia, registrou os mesmos comentários, quando viajando pelo rio Xingu, em 1842, conseguiu estabelecer comunicação com os *Juruna*, através da Língua Geral (Adalberto 1977: 170).

A situação sociolingüística dos índios ‘mansos’ dos aldeamentos talvez possa ser generalizada, a partir das observações feitas por Wallace sobre os *Mura*, cuja língua está absolutamente distanciada do tronco tupi:

“Os muras (...) utilizam-se ainda de sua linguagem particular quando conversam entre si, mas já compreendem e dominam suficientemente a língua geral, empregando-a em seus contatos com os comerciantes, aos quais fornecem salsaparrilha, óleo extraído dos ovos de tartaruga, azeite de peixe-boi, castanhas-do-pará e estopa, que é o córtice das castanheiras jovens, sendo utilizada em ampla escala na região para a calafetagem de canoas. Em troca, recebem tecidos de algodão, arpões, pontas de flechas, anzóis, contas, facas, machadinhas, etc”.
(Wallace 1979: 313).

A política em relação aos índios ditos ‘selvagens’ sofreu mudanças radicais, a partir da década de 1870, quando os novos índios contatados passaram a ser canalizados, já não mais para os aldeamentos, mas diretamente para os seringais, destinados ao trabalho de extração da borracha, como ocorreu com os que habitavam os rios Purús e Juruá, em seus cursos médio e alto. Com o esvaziamento dos aldeamentos, e a conseqüente extinção do sistema de rodízio em obras públicas, coube aos seringais o papel de converter os índios denominados de ‘selvagens’ em índios ‘mansos’. No entanto, a Língua Geral ficou de fora desse processo. Uma vez que o português, falado por milhares de nordestinos, predominava nos seringais, os índios passaram a usá-lo como segunda língua, tornando-se bilingües (LV-LP), sem nunca haverem sido usuários da Língua Geral. Essa última cedia ao português a função de língua de comunicação regional.

4.7 - O declínio da LGA

“Na hora em que escrevo isto, tenho como auxiliar do trabalho das lendas, que vai adiante, um soldado do 2º Regimento de Artilharia, que quase não fala o português, e me diz que desde seus bisavós a sua família é cristã. Asseverou-me um médico do exército que, aqui na Côrte, morreu este ano de nostalgia um soldado que não falava o português e chamava-se Patrocínio, do 2º Regimento de Artilharia. Em Mato-Grosso, Goiás, Pará e Amazonas estes exemplos são numerosos. (Couto de Magalhães 1876: 138)

Procuramos demonstrar aqui, com a ajuda da documentação histórica, que a população da Amazônia entrou no século XIX falando, majoritariamente, a Língua Geral, de forma diferenciada nas cidades, nas vilas e povoações, e nos próprios aldeamentos indígenas. No Baixo Amazonas, o uso da LGA era alternado com o português, e, no Alto Amazonas, com línguas vernáculas, numa situação de bilingüísmo, que variava em função da localização geográfica e da dimensão histórica e demográfica dos núcleos onde essas línguas eram faladas. No entanto, na passagem para o século XX, a língua portuguesa já era hegemônica, ficando a LGA confinada à região do rio Negro. É que, em 1823, depois da adesão do Pará ao Brasil, já independente, iniciou-se um processo que, por um lado, diminuiu o número de falantes da LGA - seja na categoria de monolíngües, seja na de bilingües – e, por outro, aumentou o número de falantes monolíngües de português. Esse processo, que ocorreu ao longo do século XIX, obedeceu a um ritmo e a uma cronologia, que não foram os mesmos para todo o território. Ele foi, inicialmente, lento e gradual, acelerando-se posteriormente em decorrência de vários fatores, que foram aqui assinalados: a Cabanagem, a Guerra do Paraguai, a escolarização, a mudança do sistema de transporte e comércio, a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como produtora de borracha, o que provocou a entrada de grandes contingentes de nordestinos.

O número de falantes de Língua Geral diminuiu consideravelmente, em decorrência de dois conflitos bélicos, cujas conseqüências demográficas para a região foram catastróficas: a revolta popular da Cabanagem (1835-1840), e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Na Cabanagem, morreram 40.000 pessoas, ou seja, um quarto de toda a população recenseada do Grão-Pará, que compreendia a área dos atuais estados do Amazonas e Pará.

O número de mortos - quase todos falantes de LGA - equivalia, na época, a toda população da Comarca do Alto Amazonas. Os cabanos eram, em sua maioria, *tapuios* e, portanto, falantes de Língua Geral, geralmente na condição de monolíngües. A participação deles no movimento foi tão maciça, que “*tornou o nome ‘tapuio’ um sinônimo freqüente para cabano*”, usado até mesmo na documentação oficial – inquéritos, atas e relatórios. Um desses documentos, estudado por Moreira Neto - uma relação cuidadosa de presos na corveta Defensora - identifica a procedência étnica dos mortos no período de agosto de 1837 a dezembro de 1838,³⁴ tornando-se uma amostragem bastante representativa. Do total de 229 cabanos, apenas 6,9% foram identificados como brancos, 39.7% como *tapuios*, e os demais foram enquadrados no item ‘*populações de cor*’: índios (5.6%), mamelucos (9.1%), mestiços (6.1%), mulatos (15.7%), cafusos (7.8%), pretos (4.3%) e pardos (3.9%). “*Os tapuios representam, como seria de esperar, a categoria mais numerosa*” (Moreira 1988: 66-67).

A Cabanagem, talvez, tenha sido a última oportunidade histórica de sobrevivência de uma sociedade tapuia, falante de LGA. A derrota dos cabanos marca o início do processo de declínio de uma língua, que durante dois séculos e meio se expandiu por todo o vale amazônico e que, a partir de então, começou a perder falantes e funções.

O outro acontecimento, várias vezes mencionado nesse capítulo, foi a Guerra do Paraguai, que deixou a floresta “*mergulhada em profunda tristeza*”, e golpeou mortalmente a economia regional, retirando dela grande número de homens, tanto os que foram recrutados, como os que fugiram do recrutamento. Durante cinco anos, tropas do governo vasculharam a região, *agarrando* índios ‘mansos’ e ‘tapuios’, “*em qualquer lugar em que fossem encontrados, sem considerações de idade ou circunstâncias*”, e no caso de resistência, “*levavam-nos à força, muitas vezes com algemas e pesados ferros nos pés*”. A Província do Amazonas, a mais despovoada do Império, forneceu, proporcionalmente, mais ‘voluntários’ do que qualquer outra província, suportando “*parte maior do que a que lhe devia caber no pesado encargo da guerra*”. Segundo o casal Agassiz, que testemunhou vários recrutamentos violentos, “*os índios sem defesa, espalhados pelos seus aldeamentos*

³⁴ Trata-se de um manuscrito, assinado em 1º de Janeiro de 1839, pelo brigadeiro português Soares d’Andréa, responsável pela repressão à Cabanagem, intitulado ‘*Relação dos Prezos Rebeldes, fállecidos a bordo da Corveta Defençora desde 4 d’Agosto do 1837, the 31 de Dezembro de 1838*’. O original, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, foi transcrito e publicado por Moreira Neto (1988:281-314).

isolados, foram particularmente vítimas dessa falta de equidade” (Agassiz 1975: 161-175). De 1865 a 1868, foram enviados um total de 2070 homens, dos quais 746 eram ‘voluntários’ dos municípios do Baixo Amazonas, e 1324 da Província do Amazonas. Desses últimos, sobraram, no final da guerra, apenas 55 soldados, comandados pelo capitão Marcelino José Nery, que regressaram a Manaus, em julho de 1870 (Bittencourt 1925:278). Mais de 1.250 falantes de Língua Geral, homens, adultos, muitos deles monolíngües, ficaram sepultados em terras paraguaias.

Enquanto a Língua Geral perdia falantes e funções, o português se expandia, graças, em grande medida, à escola e à navegação a vapor. O uso obrigatório do português na escola foi abordado aqui, neste capítulo e no anterior, ainda que de forma resumida. Já a navegação a vapor, mencionada várias vezes, merece ainda um comentário adicional. Até meados do século XIX, toda a navegação no rio Amazonas era feita em embarcações a remo, que exigiam um esforço sobrehumano dos remeiros, para enfrentar a violência da corrente, sobretudo na subida do rio, ou em barcos a vela, o que forçava os barcos a permanecerem ancorados muitos dias, à espera do vento leste, ou a usarem a alternativa de subir laboriosamente a corrente, com a ajuda de cabos e cordas, amarrando-se uma das extremidades no mastro do veleiro e a outra passada à volta de um tronco de uma árvore. Os tripulantes puxavam o veleiro, até o ponto onde se achava a árvore, depois embarcavam de novo na canoa, e levavam o cabo mais adiante, repetindo a operação um sem-número de vezes. *“Por isso, a viagem subindo o rio era mais difícil do que para as Índias Orientais* (Avé-Lallemant 1980: 60). Quando os dois naturalistas ingleses, Wallace e Bates, realizaram a sua primeira viagem de subida, em 1849, *“a comunicação com o Alto Amazonas vinha-se tornando menos freqüente fazia algum tempo, devido à crescente dificuldade em se obter tripulantes para os barcos”*. Levava-se, então, cerca de três meses, para completar um percurso de 1.500 km., de Belém a Manaus, na foz do rio Negro, ou até cinco meses, dependendo do tipo de embarcação e da época do ano. *“Foi um grande melhoramento para os habitantes da região o estabelecimento de uma linha de vapores em 1853, permitindo que essa viagem fosse feita em oito dias, com tranqüilidade e conforto, e em qualquer época do ano”* (Bates 1979: 91-92).

O sistema tradicional de navegação e comércio favorecia a reprodução da Língua Geral, na medida em que limitava os contatos de seus usuários, espalhados pelas vilas e

povoações da região, com falantes de português. A introdução de um novo sistema representou uma verdadeira revolução na economia e na cultura da região, prevista por um oficial da Marinha Britânica, H. Lister Maw, que vindo dos Andes, desceu o rio Amazonas em 1828:

“Estou persuadido de que o início da navegação a vapor no Amazonas e seus tributários produzirá um efeito quase mágico, e estou certo que dez anos depois, o viajante que acesse a região, não será mais o mesmo”. (Maw 1831: 297).

Quando o casal Agassiz passou pelo rio Amazonas, em 1865, sua calha central já era cruzada por doze a quinze navios a vapor, da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, criada pelo Barão de Mauá, o que produziu, efetivamente, um *efeito quase mágico* na vida da população. Vinte cinco anos depois, em 1890, o rio Amazonas era *“sulcado por mais de cem vapores, de todas as lotações, e as bandeiras de muitas nações diversas tremulavam em seus mastros”*. (Marajó 1895: 46). Os vapores trouxeram dentro deles, no período de 1872 a 1910, cerca de 500.000 nordestinos, distribuídos pelos seringais, vilas e povoações, todos eles portadores da língua portuguesa, modificando o quadro sociolingüístico da Amazônia e retirando da Língua Geral qualquer possibilidade de continuar em expansão (Furtado 1959: 158).

O presente capítulo pretendeu dar inteligibilidade à evolução desse quadro, ao trazer elementos históricos que permitem destacar os três momentos pelos quais passou a LGA, definidos por Schmidt-Rise (2000:15) como *expansão*, *decadência* e *indigenização*. No início do século XIX, a LGA consolidava o processo de expansão, iniciado duzentos anos antes, adquirindo novos falantes e novas funções, e tornando-se a língua de toda a sociedade amazônica. Em meados do século, entrava em declínio, perdia falantes e funções e passava a ser a língua apenas dos *tapuios* e *caboclos*. Na passagem para o século XX, ela voltava a ser uma *língua de índios*, usada quase exclusivamente por povos do rio Negro e alguns comerciantes, com funções precisas e localizadas. Mesmo limitada territorialmente e em suas funções, a LGA manteve a sua vitalidade, concorrendo para uma produção literária

oral, rica e diversificada. A complexidade lingüística da região é de tal forma visível, que não só se faz presente na composição literária, mas é parte constitutiva dela. É dentro desse contexto que deve ser discutida a produção literária, tanto a oral, em língua geral, coletada por vários estudiosos no século XIX, quanto a regional, escrita em português.

A literatura oral em LGA pode ser caracterizada aqui como literatura *tapuia*, porque constitui um dos lugares em que é agenciada a experiência social e histórica dos *tapuios* e *caboclos* da Amazônia, embora suas origens possam estar enraizadas em tradições indígenas específicas, originalmente circulando em línguas vernáculas. Nesse sentido, essa literatura *tapuia* guarda relação com o processo instável de formação das línguas. Quanto à literatura escrita em língua portuguesa, ela dialoga com essa complexidade lingüística, elaborando a sua identidade regional, tematizando as relações interétnicas, em que, embora o *tapuio* e/ou o *caboclo* sejam personagens, não são suas experiências históricas, nem suas visões de mundo, que organizam o texto literário.

Estudiosos como Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Stradelli, entre outros, responsáveis pela coleta da literatura oral em Língua Geral, consideram que as narrativas por eles registradas constituem um dos aspectos da dinâmica de vitalidade da LGA, que dão legitimidade ao seu objeto de estudo. O senso comum confere *status* de língua àquelas que tem determinados atributos, por exemplo, uma gramática explicitada, além de literatura. Nesse sentido, a gramática, ainda que de maneira restrita, circulava e era reproduzida desde o século XVII, já a literatura não era reconhecida como tal, por tratar-se de uma língua basicamente oral, sem um sistema de escrita, nem práticas sociais nesse registro. Recolher e registrar as manifestações literárias em LGA, não só representa um *corpus* que serve como exemplificação da língua, mas evidencia esta produção, como a representação cristalizada das amostras ‘naturais’ da língua, capaz de estabelecer modelos de referência.

Durante todo o período colonial, a criação de um *corpus* para conferir legitimidade a essa língua excluiu o discurso literário, primeiramente pelo pressuposto da Inquisição de que as narrativas míticas eram heréticas, mas também pelo não-reconhecimento de atributos literários a esse tipo de registro, basicamente oral. Somente na segunda metade do século XIX é que ele será valorizado. Esperamos que os aspectos da história social da LGA aqui abordados possam contribuir para a investigação do desempenho da *Língua Geral* no campo da *comunicação literária*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O papagaio é um bicho inteligente,
ele fala toda língua,
até a língua amazonense (*).
Papagaio louro, oi, oi,
do bico dourado, oi, oi,
Ele falava tanto,
ele falava tanto,
e agora está calado”.*

(Letra de uma música de carimbó)

(*) Existe uma variante, para essa parte, que se refere à
‘língua paraense’

A história social das línguas é um campo do conhecimento, de caráter transdisciplinar, ainda pouco explorado, que ao pesquisar a trajetória histórica das línguas, seus usos e funções, e as formas como se reproduziram num determinado espaço geográfico e político, acaba contribuindo para organizar o próprio tecido histórico, revelando aspectos básicos sobre a identidade e a memória coletiva. Fornece, além disso, ao historiador, critérios para a abordagem crítica das fontes, e ao lingüista, pistas que podem iluminar a própria história interna das línguas. No caso do território brasileiro, e mais especificamente da Amazônia, as fontes históricas estão sendo mapeadas e, sobretudo, começam a ser interrogadas por historiadores e sociolingüistas, interessados em conhecer como e quando a língua portuguesa se tornou hegemônica, e o que aconteceu com as línguas indígenas que eram aqui faladas e com as línguas de origem africana, que para cá foram transplantadas. Procura-se acompanhar a história do contato entre essas línguas, de observar as relações entre elas, e de formular hipóteses sobre as influências que exerceram umas sobre as outras para, dessa forma, dar inteligibilidade à própria organização da sociedade.

O quadro de línguas da Amazônia, apresentado na primeira parte deste trabalho, constitui um dos indícios, reforçando outras evidências pré-históricas, de que essa região formava um arquipélago multiétnico e plurilingüe, identificado hoje como '*cultura da floresta tropical*'. Tratava-se de um ambiente com uma relativa unidade geográfica, mas com uma grande diversidade cultural e política, no qual se desenvolveram várias centenas de línguas, pertencentes a diferentes troncos lingüísticos.

A chegada do europeu no Amazonas, considerado então como rio Babel, implicou rupturas e um reordenamento 'catastrófico', que encontrou na língua um dos princípios organizadores. Através dela, são feitas tentativas de integração das sociedades indígenas à economia mercantil. A forma predatória que caracteriza o relacionamento do colonizador com os povos indígenas se estende também às línguas, de modo que quando se cria uma unidade política na região - o estado do Maranhão e Grão-Pará - são acionadas intervenções deliberadas por parte do Estado e da Igreja, com propostas de atingir também uma unidade lingüística, em função dos interesses coloniais, o que concorreu para o desaparecimento e extinção de muitas línguas.

Na busca por essa unidade, as políticas de línguas sofreram mudanças, passando por diferentes etapas, cuja periodização, retomada aqui no terceiro capítulo, representa uma

tentativa de estabelecer marcos visíveis para conferir inteligibilidade às medidas e decisões, que se articulavam com outras, sobretudo com a política relacionada à mão-de-obra indígena e à catequese. Essas políticas distinguiam dois tipos de línguas: as gerais e as particulares. As línguas gerais eram aquelas que permitiam a comunicação interétnica, entre falantes de diferentes línguas particulares, que compartilhavam um determinado espaço geográfico. Os portugueses fortaleceram as línguas gerais nos dois estados que criaram em território americano – o Brasil e o Grão-Pará - pois elas viabilizavam o projeto colonial, na medida que permitiam uma comunicação mais ampla, contornando a necessidade de conhecer várias centenas de línguas particulares, que eram faladas em cada estado.

Dessa forma, uma língua indígena – o Tupinambá – que já servia de elo entre alguns grupos na foz do rio Amazonas e na costa do Salgado, desempenha as funções de língua geral e se firma como a língua, não só interétnica, mas de coesão regional, expandindo-se por toda a Amazônia, com o apoio institucional da Igreja e da Coroa Portuguesa. Para consolidar o processo colonial, o lugar da *Língua Geral* é referendado, quando institucionalmente se acata e até se recomenda os usos dela nas práticas comunicativas do dia-a-dia, tanto da administração política e religiosa, quanto das relações de produção.

Os incentivos oficiais que fomentam o uso da *Língua Geral*, cujas conseqüências afetam a circulação da língua portuguesa e das demais línguas indígenas, constituem o estímulo para a sua expansão, até meados do século XVIII, quando por razões de ordem geopolítica, que foram analisadas no capítulo terceiro, a Coroa decide portugalizar todo o Grão-Pará, tornando obrigatório o uso do português. Tal proposta, inexequível no século anterior, tornou-se tecnicamente viável graças, em princípio, à ‘universalização’ da *Língua Geral*, que havia dotado a região de uma relativa unidade lingüística, anteriormente desconhecida. Agora, não se tratava mais de converter em usuários do português a índios ‘selvagens’, monolíngües em centenas de línguas particulares, mas de fazer com que índios ‘mansos’ e ‘tapuios’, catequizados, todos eles competentes em uma língua – a *Geral*, adquirissem a língua portuguesa, transformando-se em ‘índios civilizados’ e ‘caboclos’. O deslocamento era, portanto, de uma única língua de base indígena para o português, envolvendo, assim, duas línguas que haviam mantido contato contínuo por quase dois séculos, com a realização de empréstimos mútuos, e não mais o deslocamento que tinha se mostrado historicamente inviável de centenas de línguas indígenas para uma língua européia, da qual

estavam tipologicamente distanciadas. Dessa forma, a LGA, num longo processo que atravessou várias gerações, serviu de ponte que permitiu a passagem do monolinguismo em língua vernácula para o monolinguismo em português, depois de vivenciar situações variadas de bilingüismo. No entanto, apesar das intenções então declaradas quanto à portugalização da região, os objetivos não são imediatamente atingidos, o que só ocorrerá no século XIX.

A evolução do quadro lingüístico no século XIX mereceu, por isso mesmo, uma abordagem à parte, no quarto capítulo, porque foi neste período que a língua portuguesa se tornou hegemônica na região, em detrimento da LGA, que ficou espacial, social e demograficamente limitada. A LGA passou, então, por uma trajetória composta de três momentos, que foram ordenados a partir dos dados censitários, aqui analisados: expansão, declínio e indigenização. Nas duas primeiras décadas do século XIX, ela ainda continua a expansão que vem dos séculos anteriores, adquirindo novos falantes e novas funções, mesmo sem o apoio institucional, consolidando-se como a língua de toda a sociedade amazônica, incluindo brancos, negros e mestiços. No entanto, essa expansão cessa, quando o estado do Grão-Pará se dissolve como entidade autônoma, em 1823, passando a ser uma unidade subordinada ao estado do Brasil, já independente de Portugal, em cujo litoral a língua portuguesa se tornara hegemônica havia mais de cem anos. Aí, então, a Amazônia deixou de contar com políticas de línguas formuladas especificamente para a região, para submeter-se às decisões e medidas que o governo central elaborava para todo o território nacional brasileiro. É quando a língua portuguesa se difunde pelo Grão-Pará, agora dividido em duas províncias - Pará e Amazonas - com apoio oficial efetivo, concretizado através do aparelho escolar, dos jornais e do livro. As migrações em grande escala de brasileiros e portugueses para a Amazônia, o novo sistema de transporte baseado na navegação a vapor, a mudança no sistema comercial e o processo de urbanização contribuem decisivamente para o avanço da língua portuguesa.

Por outro lado, a Cabanagem, primeiro, e a Guerra do Paraguai, depois, aceleraram o processo de diminuição de usuários de *Língua Geral*, que vai progressivamente perdendo falantes e funções, entra em franco declínio, deixando de ser usada majoritariamente nos centros urbanos, em meados do século XIX. Nessa condição, passa a ser a língua local, falada apenas por *tapuios* e *caboclos* do interior. Na passagem para o século XX, embora continue desempenhando o papel de *língua de contato* com comerciantes e regatões em

área exclusiva do alto rio Negro, ela retorna à condição de *língua de índios*, com uso predominante relativo às práticas sociais étnicas, restrito aos grupos dentro das aldeias.

Durante o período de expansão, que durou mais de dois séculos, a LGA manteve sinais de sua vitalidade, fazendo parte da complexidade lingüística da região. Ela se fez presente em todas as etapas do processo de deslocamento lingüístico, conforme revela o fluxograma e o mapa da distribuição de seus falantes, desenhados no quarto capítulo, com o objetivo de tornar visível o seu papel mediador. Do ponto de vista regional, a LGA participou, como peça essencial, das sucessivas propostas de *aménagement* social e lingüístico da Amazônia. Como uma *língua de relação*, produto da interação dos índios entre si e com o colonizador, esteve em contato com todas as línguas, durante o período estudado, em diferentes situações e diversos graus de bilingüismo, tornando-se, finalmente, a ponte para a portuguêsização da região.

As denominações encontradas nos documentos históricos, na literatura e ainda hoje circulando nos discursos locais - *caboclo*, *tapuio*, *índio manso*, *brabo* ou *selvagem* - se referem a uma taxonomia de caracterização étnica em que os usos da LGA funcionam como critério central e constituem a evidência de que a essa língua foi um elemento ordenador da variabilidade, num contexto de diversidade lingüística. O fato de o senso comum compor essa taxonomia popular, criando categorias nativas para designar grupos, cujo elemento de identificação tem como traço distintivo a relação com a LGA, dá uma dimensão de sua relevância no ordenamento social e na própria história da região. É importante ressaltar que ainda no caso do monolingüismo de língua portuguesa regional, a relação com a LGA está marcada por um lastro histórico. O referente do termo *caboclo* é o falante individual de português, mas com a especificidade de ser proveniente de uma coletividade enraizada em Língua Geral Amazônica.

A perda de hegemonia da LGA para a língua portuguesa tem uma contrapartida, no plano nacional, quando afloram as diferenças entre o português falado no Brasil e em Portugal. Nesse sentido, as diferenças representam pontos de vista conflitantes. Por um lado, elas são vistas como uma corrupção da língua de Camões, isto é, um desvio de uma norma padrão erudita, que na realidade estaria em Portugal, e não no Brasil. Entretanto, numa outra perspectiva, essas diferenças se tornam emblemáticas, reivindicando na língua brasileira, a construção de uma imagem nacional, em que o contato com as línguas

indígenas é em parte responsável pela sua fisionomia. Parte da produção da literatura romântica reivindica a sua identidade nacional nesta perspectiva.

No que se refere à região amazônica, a hegemonia do português se processa tardiamente em relação ao resto do país, o que imprimiu marcas particulares na sua variedade regional. A documentação acusa, como foi visto, o uso da LGA, até metade do século XIX, em quase todas as atividades, evidenciando o desconhecimento da língua portuguesa, inclusive na própria escola, não só por parte dos indígenas ou dos mestiços, mas também dos escravos africanos e até de filhos de portugueses. Esse fenômeno se torna visível por suas dimensões demográficas, e, sobretudo, por tratar-se de um fato insólito, num contexto em que as políticas integradoras da modernidade pressupõem o caráter emblemático de uma língua – no caso, o português - representando o espírito nacional. Vai, por isso mesmo, atrair a atenção de alguns intelectuais renomados, que tentam construir em torno da LGA e das línguas indígenas a busca da identidade nacional, no grande debate travado no século XIX.

Esse grupo importante de intelectuais, representando as instituições mais prestigiosas da época, constrói como seu objeto de estudo a LGA e, a partir dela, começa a produzir conhecimento metalingüístico, o que também não deixa de ser emblemático. No século XIX, o funcionamento de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com apoio político e com recursos do Estado, representa a circulação das idéias iluministas no Brasil, divulgando o pensamento científico e racional. Nesse contexto, a formação da área reconhecida como tupinologia, responsável por organizar a documentação e recolher os dados sistêmicos da língua, configura a formação de um campo, que faz parte da história do pensamento científico do país, com uma preocupação em criar um corpus de estudo ‘genuinamente’ brasileiro, com conseqüências no plano epistemológico.

Os trabalhos realizados nesse campo apresentaram avanços significativos no que à concepção de língua se refere. Embora os pressupostos teóricos para abordá-la sejam provenientes do romantismo alemão, que considera cada língua dotada de uma estrutura própria, como reflexo do pensamento e da cultura de cada povo, os tupinólogos se deparam com situações históricas de *línguas em contato*. Essa realidade lingüística contribuirá para que eles relativizem as teorias canônicas, tomando distância em pontos cruciais no que se refere à epistemologia, sobretudo em duas questões: a primeira referente

ao tratamento dado à oralidade, e a segunda, relativa ao enfoque dispensado à produção literária.

No século XIX, a única forma concebida como capaz de apreender a língua era o registro escrito, e as únicas amostras consideradas legítimas para representá-la, do ponto de vista acadêmico, eram provenientes da literatura erudita, conforme se observa nas gramáticas e dicionários. Nessa perspectiva, as línguas ágrafas eram classificadas como *bárbaras*, *rudimentares* e *incompletas*, incapazes de produzir manifestações literárias, servindo apenas, no limite, de fontes para serem ‘traduzidas’ por *línguas civilizadas* (escritas). Em consequência, as sociedades orais eram tratadas como *deficientes* por serem ‘*carentes de escrita*’. Coube aos tupinólogos a coleta de dados que permitem questionar esse enfoque, chamando a atenção para o fato dessas sociedades haverem desenvolvido, com extrema eficiência, as potencialidades da oralidade, o que revelava que não eram ‘*carentes de escrita*’, e sim ‘*independentes da escrita*’. Portanto, nesse aspecto, eles tiveram um papel de vanguarda, ao reconhecerem a oralidade, assim como a variabilidade, na forma de coletar dados empíricos para construir um corpus lingüístico, o que marcaria o pensamento científico do século XX.

Este papel de vanguarda alcançou também a produção literária e o lugar que ocupa, tanto na constituição do *corpus*, quanto na legitimação da representação da língua. A literatura é, como vimos, um dos componentes na configuração do *status* de uma língua, mas a sua representação esteve sempre relacionada exclusivamente à escrita. Por essa razão, as manifestações literárias orais foram consideradas como ‘técnicamente subdesenvolvidas’ e ‘culturalmente atrasadas’, sendo excluídas da história da literatura nacional. Coube aos tupinólogos do final do século XIX, influenciados pelos românticos, a iniciativa de criar um novo recorte, construindo como objeto a *literatura oral*, cuja produção não tinha suporte no registro escrito. Eles recolherem narrativas orais e poesia ‘*selvagem*’ em LGA, registraram e documentaram as manifestações de uma *literatura tapuia* vigorosa, e nesse sentido compatibilizaram a LGA com as denominadas ‘línguas de cultura’.

Um dos indicadores da importância da LGA é justamente essa literatura de caráter ficcional, produzida na Amazônia no século XIX, que pode ser denominada de *tapuia*, porque constitui um dos lugares em que é agenciada a experiência social e histórica dos

tapuios e caboclos da região, embora suas origens possam estar enraizadas em tradições indígenas específicas, originalmente circulando em línguas particulares. Basicamente em suporte oral, a sua temática é de natureza popular e, nesse sentido, essa literatura tapuia guarda relação com o processo instável de formação das línguas e seus movimentos nos espaços domésticos e das aldeias. Já a literatura regional escrita em língua portuguesa é basicamente urbana, mas dialoga permanentemente com essa complexidade lingüística, e tenta elaborar a sua identidade regional, tematizando as relações interétnicas, em que, embora o tapuio e/ou o caboclo sejam personagens, não são suas experiências históricas, nem suas visões de mundo, que organizam o texto literário.

Uma das questões paradoxais debatidas nesse trabalho reside na defasagem entre, de um lado, a importância da LGA para a história da região, e de outro, a sua representação na memória coletiva. A LGA adquiriu tal dimensão e visibilidade, que em torno dela se configurou um objeto de estudo bastante vigoroso, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. Nunca a produção sobre uma língua indígena foi tão rica e diversificada quanto nesse período. Os estudiosos elaboraram dicionários e gramáticas, coletaram centenas de narrativas, reproduziram poesias, criaram métodos de ensino, incorporando em seus trabalhos a produção dos séculos anteriores. No entanto, imediatamente depois, a LGA não só foi silenciada, como a memória sobre ela e sobre o seu papel histórico deixou de circular, fazendo com que essa informação, ausente dos currículos escolares e dos programas dos meios de comunicação, não faça parte atualmente da consciência dos amazonenses e paraenses, e muito menos dos brasileiros. Os descendentes dos falantes de LGA há duas ou três gerações ignoram não apenas a língua, mas desconhecem o uso que era feito dela pelos seus avós. O único espaço em que transita, embora de maneira restrita, fragmentada e cristalizada, é nas práticas orais da memória popular, emblematizada na copla da letra do carimbó, epigrafada nesse capítulo. Ela representa o registro popular do processo histórico aqui abordado, conservando um dos últimos fios da memória e, talvez, nela esteja a chave de acesso às explicações que proporcionem uma inteligibilidade razoável para o esquecimento.

Uma leitura possível é a de que os núcleos temáticos apresentados na letra do carimbó - *papagaio* e *bico* - se referem à identidade regional e à língua, construindo significados valorativos pela conotação afetiva acionada, como *bicho inteligente* e *dourado*,

respectivamente, na função de personagem central de uma pequena narrativa. O ‘acontecimento’ está na oposição entre a fórmula reiterada de *‘ele falava tanto’* para relatar o passado acabado, e a referência ao presente - *‘agora está calado’*, que alude não só à perda da função ‘comunicativa’ da língua, mas também à perda do seu significado identitário, porque a LGA perdeu a sua eficiência representativa. Por último, a língua amazonense / paraense é uma metáfora desse continuum histórico formado pelas línguas em contato - a LGA e o português regional. Todos os elementos da história social das línguas estão aqui presentes, articulados numa coerência popular, incluindo a situação plurilingüe – *‘ele fala toda língua’*. Cabe à historiografia atribuir-lhes sentidos e significados.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 - FONTES

Arquivos:

- ABAPP - Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém. 1901. Correspondência dos governadores, Alvarás, Cartas Régias e Decisões. a) 1727 – Do Rei ao gov. Maia da Gama. Lisboa. 12 set. Doc. 181; b) 1752 – Do Gov. Xavier de Mendonça ao Rei. 16 nov. Doc. 06; c) 1759 – Do gov. Xavier de Mendonça a Tomé Corte Real. 27 fev.
- ABL – Arquivo da Academia Brasileira de Letras. Livro de Actas: a) Parecer da Comissão de Lexicographia sobre o Diccionario tupi do major Pedro Luis Simpson e Acta da 16ª sessão, em 8 de abril de 1925, p.68-72; b) Acta da 17ª sessão, em 16 de abril de 1925, p. 76-80; c) Acta da 18ª sessão, em 23 de abril de 1925, p.81-87.
- AHE - Arquivo Histórico do Exército. Fundo Guerra do Paraguai. 1865-1873. Circular dirigida ao presidente da Província do Amazonas sobre recrutas enviados para a Corte.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. a) 1728 - Carta de Dom João V a João da Maia da Gama. Jan.23 (Cópia paleográfica no Centro de Documentação da UA); b)1758 – Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará. Cx. 18. Doc.1758.
- AN – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundos: a) Eclesiástica: Proposta do Bispo do Pará para nomeação de professor de língua geral no Seminário Episcopal de Belém, de acordo com Decreto nº 839 de 11/10/1851; b) 1769-1799 - Junta da Real Fazenda da Capitania do Pará; c) 1859-1896 - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e d) 1844-1889 -Tesouraria da Fazenda da Província do Pará.
- APA – Arquivo Público do Amazonas: 1798-1863 - Cartas Régias, Relatórios e Falas de Presidentes de Província e Annaes da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas.
- BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: a) 1610-1855 - Manuscritos Relativos ao Brasil: Maranhão e Grão Pará. b) Coleção Capistrano de Abreu: 1800-1927 - Glossário Tupi e comentários sobre a ‘Gramática de Língua Geral’, do padre Luiz Figueira; c) Coleção Nogueira da Silva (ou Gonçalves Dias): 1857-1861 - Correspondência de Gonçalves Dias com J. A. Rodrigues, Von Martius e Joaquim Caetano da Silva sobre a Língua Geral; d) Coleção Rodolfo Garcia: 1930-1940 – Correspondência ativa e passiva do titular com críticas aos trabalhos de Hartt e Cabral sobre a Língua Geral.
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. a) Arquivo Ernesto Ferreira França: 1798-1887 – Relatório dirigido ao Imperador Pedro II sobre as línguas indígenas e a Língua Geral; b) Arquivo José Bonifácio 1821-1822 - Notas sobre a Extensão da Língua Geral ou Guarani; c) Arquivo Padre João Pedro Gay: 1862 - Dicionário Francês-Guarani e Gramática Guarani-Tupi.

RP – Relatórios Provinciais

AMARAL, Angelo Thomaz do. *Falla dirigida a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas em 1º de outubro de 1857 pelo presidente da Província, Angelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro. Laemmert. 1858.

COELHO, Leovigildo Souza. “*Relatório sobre o estado das Povações do Rio Negro*. Documento nº 4, anexo à Mensagem de M.C. Carneiro da Cunha. Pará. Typ. F. Rhossard. 1862.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da (presidente da Província). *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 3 de maio de 1861*. Manáos. Typ. Silva Ramos. 1861.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da (presidente da Província). *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na sessão ordinária de 3 de maio de 1862*. Pará. Typ. De Frederico Rhossard. 1862

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da (presidente da Província). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha passou a administração da Província do Amazonas aos Exmo. Sr. Dr. Manoel Gomes de Miranda em 19 de janeiro de 1863*. Maranhão. Typ. Do Frias. 1864;

CUNHA JUNIOR, Domingos José da. *Relatório com que o exc. Snr. Doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da provincia do Pará abriu a 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1873*. Pará. Typ. Do Diário do Gram-Para. 1873

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso do exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 14 dxe abril de 1841*. Pará, Typ. De Santos & menor, 1841.

FURTADO, Francisco José (presidente da Província). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa na abertura da sessão ordinária no dia 7 de setembro de 1858*. Manáos. Typ. Silva Ramos. 1858.

MELLO, Antônio Epaminondas de (presidente da Província). *Relatório dirigido ao sr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira na entrega da administração da Província, em 24 de agosto de 1866*. Recife. Typ. Do Jornal do Recife. 1866

PARANAGUÁ, José.(presidente da Província). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da 2ª sessão de 25 de março de 1883*.

PENA, Herculano Ferreira (presidente da Província). *Falla dirigida à Assemblêia Legislativa da Província do Amazonas no dia 1º de agosto de 1854*. Barra do Rio Negro. Typ. De Manoel da Silva Ramos. 1854

VIEIRA, João Pedro Dias (presidente da Província). *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*. Barra do Rio Negro. Typ. De Manoel da Silva Ramos. 1856

WILKENS DE MATTOS, João (ten.cel. Diretor Geral dos Índios) *Relatório da Diretoria Geral dos Índios*. Manáos. Typ. Silva Ramos. 1858. Anexo do Relatório apresentado por Francisco José Furtado.

WILKENS DE MATTOS, João (presidente da Província). *Relatório dirigido à Assemblêia Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de março de 1870*. Manáos. Typ. Do Amazonas. 1870

6.2 – BIBLIOGRAFIA

- ACCIOLY de Cerqueira e Silva, Ignácio. *Corografia Paraense ou Descrição física, histórica e política da Província do Gram Pará*. Bahia, Typ. do Diário, 1833.
- ACUÑA, Cristobal de (1641). *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1941.
- ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas – Xingu*. Belo Horizonte/ Itatiaia, São Paulo/Edusp, 1977.
- ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica*. Rio de Janeiro, INPA, 1963, 2 vol.
- AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte:Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1975.
- ALFARO, Consuelo. As Políticas Lingüísticas e as Línguas Ameríndias. *Liames – Línguas Indígenas Americas. Revista do Instituto de Estudos da Linguagem*. UNICAMP, 1: 31-42, Campinas, 2001.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*. Brasília, Editora UNB, 1997.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus, Grafima, 1984 (reprodução fac-similada da edição de 1852, impressa em Recife).
- _____. *Simá. Romance Histórico do Alto Amazonas*. Pernambuco. F.C. de Lemos e Silva. 1857

- AMORIM, Antônio Brandão de (1865). *Lendas em Nheengatu e em Português*. Manaus, Fundo Editorial ACA, 1987.
- AMORIM, Francisco Gomes de. *Garret – Memórias Biográficas*. 3 vols. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881(I) e 1884 (II e III).
- _____. *Ódio de Raça. Theatro de Francisco Gomes de Amorim*. Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.
- _____. *Os Selvagens*. Lisboa, Mattos Moreira, 1875.
- _____. *O Cedro Vermelho*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874 (2 vols.)
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1983.
- APPEL, René & MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona, Ariel Lingüística, 1996.
- AUROUX, S. A hiperlíngua e a Externalidade da Referência. Em: Orlandi, E.P. *Gestos de Leitura – Da História no Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte:Itatiaia/São Paulo:Edusp, 1980.
- AYROSA, Plínio. Apontamentos para a Bibliografia da língua tupi-guarani. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. 4 (33):1-307. São Paulo, 1943.
- _____. Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani. 2ª ed. Revista e atualizada. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. 28 (169): 1-261. São Paulo. 1954
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. 2ª edição. Coimbra, Univesidade, 1930. Tavares Cardoso. Lisboa. 1901
- BAENA, Antônio L.M. (1831) *Representação ao Concelho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província*. Belém, ABAPP, . T. II, 241-292. 1901.
- _____. (1839) *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Pará, Santos & Cia. 1839.
- BARBOSA, padre Antônio Lemos. *Curso de Tupi Antigo. Gramática. Exercícios. Textos*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956.

- BARROS, Maria Cândida M. (1994a). O intérprete jesuíta na constituição de um tupi supraétnico. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 3 (2): 18-25, Brasília, Thesaurus/Unb, 1994.
- _____. (1994 b). Os intérpretes Jesuítas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI). *Cadernos Ciências Humanas do Museu Goeldi*. 4, Belem, 1994.
- _____. Uma visão romântica da língua tupi. *Amerindia - Revue d'ethnolinguistique Amerindienne*. 15: 85-94, Paris, 1990.
- _____. Um caso de política lingüística: a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial. *Amerindia - Revue d'ethnolinguistique Amerindienne*. 11: 69-77, Paris, 1986.
- _____. *Política de lenguaje en Brasil colonial (1549-1749)*. México, Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1982, (dissertação de mestrado).
- _____. Política de estandarización del tupi en el Brasil colonial. *Revista de la ENAH*, 12: 19-25, Cuicuilco, 1980.
- BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo:Edusp. 1979. (existe outra edição mais completa da Cia. Editora Nacional, 1944)
- BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro, Conquista, 1976.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões*. São Paulo, Loyola, 1983.
- BETTENDORFF, padre João Felipe (1627-1698): *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2ª edição. Belém, Fundação Cultural do Pará, 1990.
- BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus, ACA, 1985 (edição fac-similada de 1925).
- BORGES, L. & NUNES, J. Les langues générales et la grammatisation des langues indiennes. Paris, *Langages*, 130: 52-67, 1998
- BORGES, Luis C. O nheengatu: uma língua amazônica. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Unb, Brasília, 4,(2): 44-55, 1996.
- _____. O Nheengatú na construção de uma identidade amazônica. *Boletim do Museu Goeldi*. Série Antropologia. Belém, 10(2):107-135, 1994.
- _____. *A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica*. Campinas: UNICAMP, 1991 (dissertação de mestrado).

- BREZINGER, Matthias. Langues Minoritaires: un héritage culturel. *Diogenes*. Paris, 161: 3-21, 1993.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.
- CABRAL, Ana Suely: *Contact-induced Change in Western Amazon: the Non-genetic Origin of the Kokama Language*. University of Pittsburgh, 1995 (tese de doutorado).
- _____. “Algumas observações sobre a história social da língua geral amazônica”. Em: Simões, Maria do Socorro (org.). *Memória e Comunidade – Entre o Rio e a floresta*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2000, pp. 103-129.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Bibliographia da Língua Tupi ou Gurani, também chamada Língua Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasília*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1961.
- CARVAJAL, Gaspar de (1542). *Descobrimentos do Rio do Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1941
- CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da Costa. *Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e Na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto, Campo das Letras, 2000
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasília*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. Itatiaia/Edusp. São Paulo/Belo Horizonte, 1984.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- COELHO Olga. Léxico e Autonomia Lingüística no Brasil do Século XIX *Comunicação no XVII Encontro Nacional da Anpoll*. Gramado 2002.
- COUDREAU, Henri A. *La France Equinoxiale*. Paris, Challamel Ainé, 1886-1887.
- COUTO, Hildo H. 1990. Política e planejamento lingüístico na Guiné-Bissau. *Papia*, Brasília, 1,(1): 47-58, 1990.
- _____. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília, UNB, 1996
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém, CNPQ/INPA. 1958

- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *"História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras/Fapesp, 1992
- DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 95 (I e II), Rio de Janeiro, 1976.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e Social no século XVIII*. Brasília, Alva-Ciord, 1997.
- DIAS, Gonçalves: *Relatório: Visita às escolas públicas de primeiras letras das freguesias do Solimões*. Anexo da Fala Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas. Manaus, Tipografia Silva Ramos, 1861.(Reeditado no vol. II dos Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Comércio, 1906).
- _____. *Dicionário da Língua Tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1858.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil – Alagoas e Amazonas Vol.2*. Rio de Janeiro, DGE, 1872.
- ECKART, Anselmo. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*. São Paulo, Loyola, 1987.
- EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969.
- _____. *Tupis e Guaranis: estudos de etnonímia e lingüística*. Salvador, Museu da Bahia/Secretaria de Educação e Saúde, 1947.
- ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro, Padrão, 1979.
- EMMERICH, Charlotte. *A língua de contato no Alto Xingu. Origem, forma e função*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1984 (tese de doutorado).
- FARIA, Francisco Raimundo Correia. 1858. *Compendio da língua brasílica para uso dos que a elle se quizerem dedicar*. Pará, Santos Filho, 1858. (2ª edição: Belém, Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Tomo II, 297-337, 1903
- FERNANDES, Adauto *Gramática Tupi. Histórica, Comparada e Expositiva*. Fortaleza, Coelho Branco, 1924. (2ª edição: Rio de Janeiro, 1961).
- FIGUEIRA, Luís (1622). *Arte de grammatica da língua brasílica*. Reprodução facsimilar por J. Platzmann sob o título *Grammatica da língua do Brasil*. Leipzig, B.G. Teubner, 1878

- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix/Universidade de São Paulo, 1977
- FRANCHETTO, Bruna. O conhecimento científico das línguas indígenas da Amazônia no Brasil. Em: Queixalós, F. & Renault-Lescure, O. (orgs): *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo, ISA, 2000 (166-182).
- FREIRE, José R. Bessa. Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira. *AMERINDIA: Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne*. 8: 39-83, Paris, 1983.
- _____. "A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru". Em: Berg, Walter et alii (orgs), *As Américas do Sul: o Brasil no Contexto Latinoamericano*. Tübingen, Niemeyr, 2001 a, pp.140-150.
- _____. "Portugueses, Índios e a Organização da Força de Trabalho na Pan-Amazônia". Em: Torres, Sônia (org), *Raízes e Rumos. Perspectivas Interdisciplinares em estudos americanos*". Rio de Janeiro, 7Letras, 2001 b, pp.116-126.
- _____. *A Amazônia colonial: 1616-1798*. 5ª edição: Manaus, Metro Cúbico, 1991.
- _____. (coord). *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Vols. I e II: Rio de Janeiro, Uerj, 1995-1996.
- _____. Combien vaut un indien en Amazonie. *Sauve Qui peut...l'Amazonie*. 3:19-23, Paris, 1983.
- _____. *A documentação sobre línguas existente em arquivos do Rio de Janeiro*, apresentada no XIII Encontro Nacional da ANPOLL - III Encontro Setorial do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira. 10-12 junho 1998. Campinas. SP.
- _____. Manáos, Barés e Tarumãs. *Amazônia em Cadernos – Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, 2 (2-3): 159-179, Manaus, 1994
- FREIRE, José R. & ROSA, Carlota (orgs). *Língua Geral e Política de Línguas. 1º Colóquio sobre Língua Geral*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003 (no prelo)
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro. Fundo da Cultura. 1959.
- HAMEL, Rainer Enrique. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. *Iztapalapa – Revista de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana*, 29 (13): 5-39, Mexico, 1993.

- HARTT, Charles Frederik. Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 54, Rio de Janeiro, 1938.
- _____ . Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Volume consagrado à Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882, 6: 1-174. Rio de Janeiro. 1885
- HEATH, Shirley Brice. *La política del Lenguaje en México: de la colonia a la nación*. Mexico, Instituto Nacional Indigenista, 1977.
- HENRY, Louis. *Démographie. Analyse et Modèles*. Paris, Larousse, 1972.
- HEMMING, John. *Red Gold. The Conquest of the Brzilian Indians*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1978.
- HEYE, Jurgén. “Línguas em contato; considerações sobre bilingüismo e bilingualidade” . Em: Morais, J. & Cabral, Leoni Grimm (orgs). *Investigando a Linguagem*. Homenagem a Leonor Scliar Cabral. 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10^a ed.: Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade, 1985.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG. 2000.
- JOBIM, José Luís. A literatura e a identidade nacional lingüística. *Gragoatá*, v. 2, 1 Sem. Niterói, 1997.
- _____ (org). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999 a.
- _____ (org) . *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro. Uerj. 1999 b.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia, São Paulo : Edusp, 1980.
- KIEMEN, Mathias. *The Indians Policy of Portugal in the Amazon Region – 1614-1693*. Washington, The Catholic University of America Press, 1954.

- LA CONDAMINE, Ch. M. *Voyage sur L'Amazone*. Paris, Maspero, 1981.
- LAPLANTINE, François *Clefs pour l'Anthropologie*. Paris, Lafont, 1987.
- LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1992. 3 vols.
- LE COINTE, Paul. *L'Amazonie Brésilienne*. Paris, Soc. d'Editions Géographiques, 1922. 2 vols.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália e Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950, 10 vols.
- LEITE, Yonne. A gramática de Anchieta. 500 anos de língua tupi. *Ciência Hoje*. 28 (163): 41-47. Agosto de 2000.
- LOUKOTKA, Cestmir. *Classification of South American Indian Languages*. Johannes Wilbert Ed. Los Angeles, University of California, 1968.
- ----- . La Langue Taruma. *Journal de la Société des Américanistes*. 38: 53-65, Paris 1949.
- LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida. *Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)*. Belém. Cruzada da Boa Imprensa. 1939 (edição fac-similada: Belém, Secretaria de Estado da Cultura. 1992)
- MACHADO, Maria Helena P.T.: *Introdução*. Diário Íntimo. São Paulo, Companhia das Letras, 1998
- MAGALHÃES, J. V. Couto de. *O Selvagem*. Rio de Janeiro, Typographia da Reforma, 1876. (outra edição Itatiaia/Edusp. Belo Horizonte/São Paulo, 1975)
- MAGALHÃES, J. V. Couto et alii. Parecer acerca da obra do sr. dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 39 (53): 379-386 Rio de Janeiro, 1876.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História da língua portuguesa. Guia de Estudo*, Coimbra, Textos Pedagógicos e Didáticos - Gabinete de Publicações, 1995
- MARAJÓ, Barão de. *As Regiões Amazônicas. Estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa. Libânio da Silva. 1895 (existe edição fac-similada da Secretario de Estado da Cultura, Belém, 1992).
- MARCOY, Paul. *Voyage a travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à 'Océan Atlantique*. Paris, Hachette, 1869, 2 v.

- MARTIUS, C.F.P. von. *Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil*. Erlange, Druck von Junge & Sohn. 1863.
- MATTA, Alfredo Augusto da. *Vocabulário amazonense (contribuição para o seu estudo)*. Manaus, IGHA, 1939.
- MAW, H. Lister. *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas até ao Pará*. Manaus, ACA, 1989 (reprodução fac-similar da edição impressa em Liverpool, em 1831).
- MERLIÁ, Bartomeu et alii. *O Guarani. Uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo – RS. Fundames. 1987
- MEGGERS, Betty. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manáos. Suas história e seus motins políticos*. Manaus, J. Renaud, 1908. (reprodução fac-similada: Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1984)
- MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário Paraense*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1968 (1ª edição é de 1905).
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. O Tupi do século XVIII (Tupi-Médio). Em FREIRE, José R. & ROSA, Carlota (orgs). *Língua Geral e Política de Línguas. 1º Colóquio sobre Língua Geral*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003 (no prelo)
- MONTELLO, Josué (org). *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatórios e Diário da Viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro, ABL, 2002.
- MOORE, Denny. Linguistics and Amazonia. *Comunicação apresentada no Congresso Anual da American Anthropological Association: New Orleans*. Belem do Pará, Museu Goeldi, 1990 a, (mimeo).
- _____ . *Documentação de cinco línguas tupi urgentemente ameaçadas*. Projeto apresentado ao 'Endangered Languages Documentation Programme'. Belém do Pará. Museu Goeldi. 2003.
- MOORE, Denny et alii: Nheengatu: Notas sobre Sintaxe e Desenvolvimento Histórico. *Anais do 5º Encontro da ANPOLL*. Recife. Julho 1990 b. (mimeo).
- MOORE, Denny et alii. Nheengatu (Língua Geral Amazônica), its History, and the Effects of Language Contact. Em: Langdon, M. (ed): *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas*. 2 (4): 93-118. Berkeley, 1993.

- MOREIRA, Vivaldi. *Couto de Magalhães e o Selvagem*. Prefácio da edição de 1975 . Belo Horizonte: Itatiaia ,São Paulo: Edusp , 1975:
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MORENO F., Francisco. *Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje*. Barcelona, Ariel Lingüística, 1998.
- NERY, F. José de Sant'Anna, barão de 1884. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte:Itatiaia, São Paulo: Edusp. 1979
- NIMUENDAJU, Curt. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés, apresentado ao SPI do Amazonas e Acre em 1927. *Journal de la Société des Americanistes*.39:125-182. Paris. 1950.
- NINYOLES, Rafael Lluís. *Idioma y Poder Social*. Madrid, Tecnos, 1976
- NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida. Esboço gramatical do Abañeê ou língua guarani, chamada também no Brasil língua tupi ou língua geral, propriamente Abañeênga. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 6: 1-90, Rio de Janeiro, 1879.
- _____. Apontamentos sobre o Abañeênga, também chamado Guarani ou Tupi ou Lingua Geral dos Brasis. *Ensaio de Sciencia*, 1: 1-77, Rio de Janeiro, 1876.
- NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias dos Domínios Portugueses em os Rios Amazonas e Negro*. Rio de Janeiro, Edição de José Pereira da Silva, 1997.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Nheengatu, Tukano e Baniwa, primeiras línguas indígenas oficiais no Brasil. *Informe IPOL– Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística* 1: 2, Florianópolis, 2003.
- ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp. 1976.
- ORLANDI, Eni P. (org) *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres, UNEMAT, 2001
- _____. La danza de las gramáticas. La relación entre el tupi y el portugués de Brasil. *Iztapalapa*, 29 (13): 54-74, México, 1993.
- _____. *Terra à vista – Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez, 1990.

- _____ . (org) *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni & SOUZA, Tânia. A Língua Imaginária e a Língua Fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. Em: ORLANDI, Eni (org.). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, Pontes, 1988, pp.27-40
- PACHECO, Carlos. *La Comarca Oral*. Caracas, La Casa de Bello, 1992.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Diário de Viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro*. Apêndice de *A vida de Gonçalves Dias*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.
- PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. Imprensa e Modernidade: Relato de Pesquisa em Curso. *Amazônia em Cadernos – Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, 2 (2-3): 195-206, Manaus, 1993-1994
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros. Trabalho e conflito no Porto de Manaus 1889-1925*. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1999
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto: *Visões da Cabanagem*. Manaus, Valer, 2001.
- QUEIXALÓS, F. & RENAULT-LESCURE, O. (orgs). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?” Em: Signorini, Inês (org.) *Língua (gem) e identidade*. Campinas, Mercado de Letras, 1998 pp. 21-46.
- RAIOL, Domingos Antônio, barão de Guajará. *Catecechese de Índios do Pará*. Belém, ABAPP, 1900, vol. 2.
- RANAURO, Hilma. O legado de Sílvio Elia: um pouco de sua contribuição ao estudo e ensino do Português do Brasil. *Humanitas. Historiografia da Lingüística Brasileira*. 4: 16-32. São Paulo, 1999.
- REICH, Uli. Mudança sintática e pragmática na Língua Geral Amazônica: marcação de caso e sistema pronominal. *Comunicação apresentada no I Colóquio sobre Línguas Gerais*. Rio de Janeiro, Uerj/Ufrj/Anpoll, 2000.
- REIS, Artur César Ferreira. A Língua Portuguesa e a sua imposição na Amazônia. *Revista de Portugal – Língua Portuguesa* – 23: 491-500, Lisboa, 1961.
- _____. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Manaus, INPA, 1958.

- _____ . *Manaos e outras villas*. Manaus, Universidade do Amazonas, 1999 (2ª edição)
- _____ . *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- _____ . *A política de Portugal no valle amazônico*. Belém, Gráfica Revista Novidade, 1940.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? Em: Rouanet, Maria Helena (org): *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro. UERJ - Instituto de Letras, 1997, pp. 12-43
- RIVET, Paul. Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles. Em: *Les langues du monde par un groupe de linguistes*, Paris, 1964.
- ROBIN, Michael Wright. *History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro Valley*. Stanford University, 1980, (tese de doutorado).
- RODRIGUES, Aryon D. As Outras Línguas da Colonização do Brasil. Em: Cardoso, Suzana et alii (orgs): *500 anos de História Lingüística do Brasil*. 2002.
- _____ . Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. Em: F. Queixalós & ° Renault-Lescure (orgs) : *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo, IRD/ISA/MPEG, 2000, pp. 15-28.
- _____ . O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 1: 59- 78. Campinas. Pontes Editores. 1998.
- _____ . As Línguas Gerais Sul-americanas. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 4 (2): 6-18, Brasília, Thesaurus Editora/UNB, 1996.
- _____ . Diversidade Lingüística na Amazônia. *Anais do Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia*. Belém,. Sindamazônia, 1992.
- _____ . *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola, 1986.
- _____ . Relações internas na família lingüística Tupi-guarani. *Revista de Antropologia* 27/28: 33-53, São Paulo, 1984/1985.
- _____ . A classificação do tronco lingüístico tupi. *Revista de Antropologia*. Vol. XII. São Paulo. 1964

- RODRIGUES, João Barbosa. *Mbaé Kaá Tapyiyetá Enoyndaua ou A Botânica – Nomenclatura Indígena*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905.(Existe edição fac-similada de 1992, organizada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro)
- _____. Poranduba Amazonense. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 14 (2):1-337, Rio de Janeiro, 1890
- _____. A Língua-Geral do Amazonas e o Guaraní. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Suplemento ao vol. 51: 73-109. Rio de Janeiro. 1888.
- RODRIGUES, José Honório. A Vitória da Língua Portuguesa no Brasil Colonial. *Humanidades. Publicação trimestral da UNB*, 1 (4): 21-41, Brasília, 1983.
- RODRIGUEZ, Manuel. *El Marñon y amazonas: Historia de los descubrimientos, entradas y reducción de naciones, trabalhos malogrados de algunos conquistadores y dichosos de otros*. Madrid, Imprenta A G. Reyes, 1684.
- ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. Oxford, Basil Blackwell. 1995
- ROMANO, Ruggiero. *Les mécanismes de la conquête coloniale: les conquistadores*. Paris, Flammarion, 1972.
- ROMERO, Sílvio (1888): *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*.. Petrópolis. Vozes 2ª edição. 1977
- ROSA, Maria Carlota. *As Gramáticas Jesuíticas e as Línguas Peregrinas do Novo Mundo. Uma concepção de gramática universal*. Rio de Janeiro, 1997, (mimeo).
- _____. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 2 (1):85-98, Thesaurus Editora/UNB, Brasília,1992.
- ROZWADOWSKI, Conde. *Roteiro da viagem redonda do vapor 'Marajó' desde a cidade da Barra do Rio Negro, capital da Província do Amazonas até a povoação de Nauta, no Peru*". Barra do Rio Negro, Typ. Silva Ramos, 1854.
- SÁ DE MIRANDA (1538) *Poesias de F. de Sá de Miranda*. Halle, Ed. C. Michaëlis de Vasconcelos, 1885.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma. Em *As viagens do Ouvidor Sampaio*, Manaus, Fundo Editorial ACA, 1985.
- SAMPAIO, Theodoro. (1901) *O Tupi na Geografia Nacional*. 4ª edição: Introdução e notas de F. G. Edelweiss. Salvador, Câmara Municipal. Salvador, 1955.

- SCHMIDT-RISE, Roland. Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contatos linguísticos. *Comunicação apresentada no I Colóquio sobre Línguas Gerais*. Rio de Janeiro, Uerj/Ufrj/Anpoll, 2000, (mimeo).
- SEIXAS, Manoel Justiniano de (padre). *Vocabulário da Língua Indígena Geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*". Pará, Typ. De Mattos e Comp., 1853.
-
- SÉRGIO, Antônio. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- SERRÃO, Joel (org.). *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- SILVA, J. Romão da. *Evolução do estudo das línguas indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1966.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1970.
- _____ . *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, INL, 1950.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- SOLANO, Francisco de (ed.) *Documentos sobre Política Lingüística en Hispanoamerica 1492-1800*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- SOUZA, André Fernandes de. Notícias geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 10:411-504, Rio de Janeiro, 1848
- SOUZA, Francisco Bernardino de (cônego) *Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas*. Pará, Typ. do Futuro, 1873.(edição fac-similada: Manaus, ACA, 1988)
- _____ . *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1874 (1ª parte) e 1875 (2ª e 3ª partes).
- SOUZA, Herculano Inglês de: *O Cacauleta*. Belém. Universidade Federal do Pará. 1973
- _____ . *O missionário*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.
- _____ . *O coronel Sangrado*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1968.

- SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
-
- SOUZA, Roberto Acízelo. *O Império da Eloquência. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro. Eduerj/Eduff. 1999.
- _____ . Identidade nacional e história da literatura.: a contribuição de Joaquim Norberto. Em: Jobim, J.L. (org). *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro, Uerj, 1999, pp. 09-22.
- SOUZA, Tânia C.C. de. Aspectos da Historicidade da Língua Portuguesa falada no Brasil. Em: Orlandi, Eni (org.), *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres, Unemat/Pontes, 2001, pp.155-165.
- SPIX, Johann B. von & MARTIUS, Carl F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. 4ª edição: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, vol. 3.
- STRADELLI, Ermano. Vocabulário da língua geral portuguez-nheengatú e nheengatú-portuguez, precedidos de um esboço de grammática nheenga-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatú poranduaa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 104 (158): 9-768. Rio de Janeiro, 1929.
- SWEET, David G. *A rich realm of nature destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. University of Wisconsin. 1974 (tese de doutorado).
- SYMPSON, Pedro Luis (1877) 1955. *Grammática da Língua Brazílica Geral, fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas*. Manaus, Typographia do Comércio do Amazonas, 1877
- TASTEVIN, C.. Grammatica da lingua Tupy. Separata, *Revista do Museu Paulista*. 13:1-63, São Paulo, 1923.
- TAYLOR, Gerald. Apontamentos sobre o Nheengatu falado no rio Negro, Brasil. *Amerindia, Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne*. 10: 5-23, Paris, 1985.
- THOMASON, S.G. & KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*. Berkeley, University of California Press, 1988.
- TORERO, Alfredo. *El quechua y la historia social andina*. Lima, Universidade Ricardo Palma, 1974.
- TORRES, D. José Afonso Morais. *Itinerário das visitas do Exmo. Sr. Dom José Afonso*. Belém do Pará, 1852

- _____ . Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 17:553-576, Rio de Janeiro, 1854.
- VAZQUEZ DE ESPINOSA, Antonio (1628-1629) *Compendio y descripción de las Indias Occidentales*. Washington, Smithsonian, 1948.
- VERISSIMO, José Dias de Mattos. 1887. As populações indígenas e mestiças da Amazônia, linguagem, crenças e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 50 (1): 295-390, Rio de Janeiro, 1887.
- ----- . *Primeiras Páginas. Viagens no Sertão. Quadros Paraenses. Estudos*. Belém, Guttenberg, 1878
- VIEIRA, padre Antônio: *Sermões*. Org. Alcir Pécora. São Paulo, Hedra, 2001, 2 vols.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo:Edusp, 1979.
- WEINREICH, Uriel: *Languages in contact*. The Hague/Paris/New York, Mouton, 1953.
- WILKENS DE MATTOS, João. *Roteiro da primeira viagem do vapor Monarcha desde a cidade da Barra até a povoação de Nauta no Peru*. Cidade da Barra, Typ. Silva Ramos, 1854.
- WRIGHT, Robin. History and religion of the Baniwa peoples of the Upper rio Negro valley. Stanford University. 1981 (tese de doutorado).
- ZILBERMAN, Regina. 1999. História da Literatura e identidade Nacional.. Em: Jobim, J.L. (org): *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro, Uerj, 1999, pp.23-56